

SEMINÁRIO INTERLINHAS

Volume 3, número 1 • jan./jun. 2015 • ISSN

ANAIIS



ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2015.1
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL (PÓS-CRÍTICA)

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 08 a 10 de abril de 2015

ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2015.1
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 08 a 10 de abril de 2015



Fábrica de Letras
Laboratório de Edição

Alagoinhas, 2015



Universidade do Estado da Bahia — UNEB
Reitor: José Bites de Carvalho
Vice-Reitora: Carla Liane Nascimento Santos

Departamento de Educação — DEDC II
Diretora: Áurea da Silva Pereira Santos
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural —
Pós-Crítica



Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Vice-Coordenador: Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves



Editora Fábrica de Letras
Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Editor: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel
Editora assistente: Gislene Alves da Silva

Ficha Catalográfica:

S471 Seminário Interlinhas, 2015.1: (08 a 10 de abril de 2015, Alagoinhas, BA)/
Anais: Organizadora Gislene Alves da Silva; Universidade do Estado da
Bahia. Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas:
Fábrica de Letras, 2015.
p. 293

1. Literatura – Crítica e interpretação- Congressos. 2. Letramento –
Congressos. 3. Linguagem e línguas - Congressos. 4. Cultura- Congressos.
I. Silva, Gislene Alves da. II. Universidade do Estado da Bahia. Programa
de Pós- Graduação em Crítica Cultural. III. Título.

CDD 801.95

Biblioteca do Campus II / Uneb
Bibliotecária: Iza Christina P. de A. Costa - CRB: 5/1042

Créditos: Anais do Seminário Interlinhas

Organização: Gislene Alves da Silva

Projeto gráfico: Roberto H. Seidel

Editoração: Gislene Alves da Silva

Revisão: Gislene Alves da Silva

Capa: Gislene Alves da Silva

Assistente editorial: Eider Ferreira Santos, Fabiane Fernandes Guimarães, Maria Aparecida Santos de Souza, Pollyanna Araújo Carvalho, Priscila Lima de Carvalho e Silvana Nascimento Lianda.

Impressão: Fábrica de Letras do Pós-Crítica/UNEB

Seminário Interlinhas — 2015.1, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II
Alagoinhas, Período: 08 a 10 de abril de 2015

Conselho Científico:

Profa. Dra. Alana de Oliveira Freitas El Fahl (UEFS)
Prof. Dr. Aleilton Santana da Fonseca (UEFS)
Prof. Dr. Ales Vrbata (PROGEL/PNPD-CAPEs)
Profa. Dra. Alessandra Leila Borges (UEFS)
Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves (UNEB)
Profa. Dra. Carla Patrícia Bispo de Santana (UNEB)
Prof. Dr. Carlos Magno S. Gomes (UFS)
Profa. Dra. Conceição Aparecida Cabrini (CEO/PUC-SP)
Profa. Dra. Denise Barata (UERJ)
Profa. Dra. Edil Silva Costa (UNEB)
Profa. Dra. Elisangela Santana dos Santos (UNEB)
Prof. Dr. Feliciano José Bezerra Filho (UESPI)
Profa. Dra. Flávia Aninger Barros Rocha (UEFS)
Prof. Dr. Frederico Fernandes (UEL)
Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira (UNEB)
Profa. Dra. Jerusa de Carvalho Pires Ferreira (PUC/SP)
Prof. Dr. José Carlos Félix (UNEB)
Profa. Dra. Josebel Akel Fares (UEPA)
Profa. Dra. Licia Soares de Souza (UNEB)
Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB)
Profa. Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz (UNEB)
Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima (UNEB)
Profa. Dra. Maria Neuma Mascarenhas Paes (UNEB)
Prof. Dr. Mário Cezar Leite (UFMT)
Profa. Dra. Mauren P. Przybylski (UNEB)
Profa. Dra. Mírian Sumica Carneiro Reis (UNILAB)
Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos (UNEB)
Profa. Dra. Patrícia Kátia da Costa Pina (UNEB)
Prof. Dr. Paulo César Souza Garcia (UNEB)
Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel (UNEB)
Prof. Dr. Rubens Edson Alves Pereira (UEFS)
Profa. Dra. Suely Aldir Messeder (UNEB)
Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond (UNEB)

Comissão Organizadora do Seminário Interlinhas:

Dr. Claudio Cledson Novaes (UEFS)
Dra. Edil Silva Costa (UNEB)

Comissão de Divulgação [blog, site]:

Dr. Claudio Cledson Novaes (UEFS)
Dra. Edil Silva Costa (UNEB)

Comissão de Infra-Estrutura:

Hildete Barroso de Souza
Michele da Silva de Aragão
Luann Andrade da Silva
Gleison Fernandes

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	11
<i>Arlinda Santana Santos</i>	13
Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai	
<i>Arola Maria da Silva Figuerêdo</i>	21
Literatura e cidade em Lunarís de Carlos Ribeiro	
<i>Carlene Vieira Dourado</i>	33
Poéticas orais e identidade etnicorracial na comunidade quilombola de Volta Grande	
<i>Cláudia Zilmar da Silva Conceição</i>	41
Literatura de cordel na sala de aula através de Antônio Barreto	
<i>Francis Mary S. C. da Rosa</i>	53
Tekoá: a literatura nativa e suas linhas de fuga	
<i>Gabriela Santos Barbosa; Andrea do Nascimento Mascarenhas Silva</i>	63
A poética de Luar do conselheiro: no tempo na voz e no movimento-performance	
<i>Ineildes Calheiro dos Santos</i>	81
As mulheres árbitras de futebol: um estudo sobre poder, diferenças físicas entre os sexos e influências socioeducativas e culturais	
<i>Ivânia Nunes Machado Rocha</i>	91
Páginas do sertão: leitura e imaginação no universo de sertanejas	
<i>Jair Cardoso dos Santos/mestrando</i>	107
Luiz Gama: entrelaces poéticos e <i>égalité</i>	
<i>Luane Tamires dos Santos Martins</i>	119
O ato de escrever e de se reescrever: escrita feminina - mulher escritora	
<i>Manoela dos Santos Barbosa</i>	125
Violência racial, violência de gênero na obra de Conceição Evaristo	

<i>Maria Aparecida Ramos de Lima</i>	139
A fotografia da cidade de Inhambupe e suas mutações na contemporaneidade	
<i>Maria Gabriela Batista Neiva</i>	153
A poética dos cadernos negros: vozes identitárias ressonantes na comunidade quilombola de Lagoinha-ba	
<i>Marinalva Lima dos Santos</i>	165
Jubiabá em traduções intersemióticas	
<i>Marluce Freitas de Santana</i>	173
Desconstrução do patriarcado em Ponciá Vicêncio	
<i>Priscila Cardoso de Oliveira Silva</i>	185
A voz poética nas narrativas orais: ciclo do demônio logrado	
<i>Raimundo Washington dos Santos</i>	197
O saber dos microempreendedores(as): (r)epensando os saberes estéticos, econômicos, culturais acionados pelos microempreendedores(as) para montar um salão de beleza	
<i>Selma Maria Batista de Oliveira</i>	211
Formação de professores/as, educação das relações étnico-raciais e currículo para além da escola	
<i>Sheila Rodrigues dos Santos</i>	229
Narrativas de professoras de língua portuguesa: a configuração do método	
<i>Sílvia Gomes de Santana Velloso</i>	239
Cordel: leitura e letramento na educação de jovens e adultos	
<i>Sílvia Maria Santos Marinho</i>	251
Práticas de letramento em FLE: ressignificar para formar o sujeito crítico	
<i>Tatiane Carvalho Nascimento</i>	259
Estudo da crítica aos aspectos morais da sociedade portuguesa alegorizados na obra "O piolho viajante"	

<i>Vanessa Vila Flor</i>	271
Lendas do santo fujão: a subjetividade do narrador oral na pós-modernidade	
<i>Edite Nascimento Lopes</i>	277
Saberes docentes e a lei 10.639/03: problemas e desafios no ensino da história africana e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas de Alagoinhas-Ba	
<i>Marcela Ferreira Lopes</i>	281
A indústria cultural e a desterritorialização de elementos simbólicos em “o visitante” e “essa terra”	
<i>Maria Aparecida Santos de Souza</i>	285
Os contos barretianos como instrumento de efetivação da lei 10.639/03 no ensino fundamental II	
<i>Vanessa Nascimento Machado</i>	289
Educação e sexualidade como prática de empoderamento feminino	

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PROGEL) e do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), organizam o encontro internacional em homenagem à pesquisadora baiana, radicada em São Paulo, Jerusa Pires Ferreira.

O PROGEL, sediado na UEFS, tem a sua área de concentração em Literatura e Diversidade Cultural, sendo o primeiro curso *stricto sensu* do interior da Bahia autorizado pela Capes em 2001 para formar mestres na Grande Área de Letras. Nos treze anos de atuação deste programa foram preparados pesquisadores em literatura e cultura com projetos que articulam aportes conceituais das teorias culturais para a leitura de textualidades literárias escritas e da oralidade. Hoje são mais de cento e cinquenta mestres egressos do programa em atuação em diversas instituições de ensino e de pesquisa, públicas e privadas, da Bahia, do Brasil e do exterior.

O Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), sediado no Campus II da UNEB, na cidade de Alagoinhas, é pioneiro ao interiorizar uma proposta de formação de pesquisadores em crítica da cultura, a partir de um diálogo com grupos que mobilizam os aparatos teóricos do pós-estruturalismo.

Os dois programas se associam nesta homenagem a Jerusa de Carvalho Pires Ferreira, uma das mais importantes pesquisadoras sobre as poéticas da oralidade e memórias orais e impressas no mundo.

A comissão organizadora

MEMÓRIAS E OUTRAS HISTÓRIAS: A ESCRITA FEMININA DE MEMÓRIAS EM ZÉLIA GATTAI

Arlinda Santana Santos¹

Resumo: Neste trabalho, a intenção é apresentar o andamento da pesquisa *Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai*, que analisa as obras memorialísticas de Zélia Gattai, de forma a vislumbrar essa escrita como lugar de expressão, construção e emancipação da subjetividade feminina. Para tanto, serão apresentadas as ideias desenvolvidas no primeiro capítulo “Figurações do estado de exceção em Zélia Gattai: memórias de uma testemunha anarquista-libertária” bem como a condução que se pretende dar ao desenvolvimento do segundo capítulo da dissertação, “Por uma fuga da gaveta: reflexões sobre a produção da escrita feminina de memórias”.

Palavras-chave: Mulher. Escrita. Memórias.

Este texto pretende compartilhar os andamentos e caminhos que vem trilhando a pesquisa *Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/ DEDC II Alagoinhas, Linha 1 – Margens da Literatura, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Seidel.

Neste momento, encontro-me diante de dois importantes acontecimentos. Ao mesmo tempo em que conclui o primeiro capítulo, vejo-me às voltas com o processo do tirocínio. E confesso, já que minha pesquisa analisa o confessional, faz-se subjetiva, que o encantamento toma conta de mim.

Ao deparar-me com os alunos do primeiro semestre de Letras Vernáculas, suas angústias, frustrações, anseios e surpresas; vejo-me. Vejo uma menina, guardada em minhas memórias, encantada com o mundo acadêmico e em êxtase diante da possibilidade de estudar e entender o universo literário, já que naquele momento, me achava capaz de abarcar o mundo com uma única mão.

Anos depois, decepções, frustrações, discernimentos, novos sonhos convivem lado a lado com a leveza daquela garota que já não mais existe. Em mim habita uma mulher, em mim há vestígios realçados pelas memórias que guardo do ser menina. Em mim pulsam outras emoções, traço outras direções, outras inquietações. Alio teoria à poesia.

São esses anseios que me movem na escrita do segundo capítulo da dissertação. Como organizar ideias, como coordenar temáticas? E eis que estou novamente aqui, diante da construção de um texto que dê notícias do andamento do meu trabalho, que comprove que não me entreguei

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da Rede Estadual, Especialista em Gestão Escolar com ênfase em Coordenação Pedagógica, Mestranda em Crítica Cultural - PÓSCRITICA / DEDC II Alagoinhas, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Seidel.

ao ócio, que ainda existem forças e fôlego para mais um ano de pesquisa. Há a necessidade de se ordenar o caos.

E assim, num imperativo de ordem, a dissertação será constituída por três capítulos. O primeiro, denominado “Figurações do estado de exceção em Zélia Gattai: memórias de uma testemunha anarquista-libertária”; o segundo, “Por uma fuga da gaveta: reflexões sobre a produção da escrita feminina de memórias” e o terceiro, “A escrita autobiográfica como escrita/invenção de si: a vontade de liberdade no rememorar de Gattai”.

No primeiro capítulo, “Figurações do Estado de Exceção em Zélia Gattai: memórias de uma testemunha anarquista-libertária”, a intenção é um estudo das expressões do estado de exceção nas obras memorialísticas de Zélia Gattai. Neste capítulo, busquei trabalhar a noção de memória como forma de testemunho, partindo dos conceitos apresentados por Agamben em *Estado de Exceção* (2004) e *O que resta de Auschwitz* (2008).

Trabalho com a memória como (re)invenção e memória como testemunho. Observando que ao mesmo tempo em que a escrita de Gattai traz em si uma forte carga subjetiva, noto que suas memórias falam de outras memórias. Falam da imigração italiana, do sonho de uma colônia anarquista, dos movimentos sindicalistas do início do século XX, da ditadura Vargas, do exílio, de uma Europa pós II Guerra Mundial. Sua escrita traz assim, uma necessidade de falar por aqueles que não o puderam fazer (AGAMBEN, 2008), surge como testemunho. E quem sabe, assim como Primo Levi, Zélia “tenha se tornado” escritora “unicamente para testemunhar” (Idem, p. 26).

Os testemunhos da fome, da morte de parentes, da ditadura, das torturas, do processo de desumanização levam Zélia Gattai a refletir sobre seu papel de ouvinte e a partilhar do sentimento de necessidade de falar da experiência da vida nua. “Eu lhe prometi repetir sua história, sempre que tivesse oportunidade. O que mais uma vez faço aqui.” (GATTAI, 1984 [1984], p. 102), escreve Gattai sobre o anseio de tornar pública a história de Monika, sobrevivente de um campo de concentração.

E como sobrevivente/testemunha fala pelo “não poder dizer” do muçulmano, aquele que sucumbiu ao poder opressor do estado de exceção, torna-se o lugar da potência de dizer daquele que aparentemente é a figuração da potência de não dizer. A língua da testemunha é a língua que resta “a possibilidade – ou à impossibilidade – de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 160). O testemunho é o que resta de Auschwitz. Restam a testemunha e suas memórias.

O ato de testemunhar vem aliado ao ato de rememorar não somente pelo dever da memória, uma espécie de compromisso de fala, mas sim, pelo rememorar enquanto forma de catarse de um estado de horror vivenciado. No mais, “parece haver um passado que se recusa a ser passado”

(GUIMARÃES, 2010, p. 27), permanecendo vivo, e, portanto, não acabado, no presente daqueles que o testemunharam.

Ao mesmo tempo, o lembrar implica o esquecer; não um esquecimento inocente, mas o esquecimento do recalque, o esquecimento que lembra aquilo que não se quer lembrar. Talvez “preferiria não” lembrar, como nos sugere Bartleby, personagem do conto “Bartleby, o escrivão”, de Melville.

E o que se fazer com as memórias do que se quer esquecer? São as memórias das atrocidades vividas que constroem um lugar de fala para os homens e para as mulheres sem rosto que se depararam com a seguinte questão: o que fazer com aquilo que se lembra?

No embate entre lembrar/esquecer, o testemunho do sobrevivente é posto à prova a todo o momento. Sua fala se dá a partir de um não-lugar, suas lembranças dão conta de um testemunho incompleto. Fala-se em nome de terceiros, ou ainda, o testemunho dado pelos que sobreviveram às atrocidades do estado de exceção fala de “coisas vistas de perto, mas não experimentadas pessoalmente” (LEVI apud AGAMBEN, 2008, p. 43).

E assim, as memórias de Zélia Gattai permitem se configurar em testemunho dos horrores vivenciados em regimes de opressão que vão desde a ditadura Vargas até o fim da utopia socialista, passando pelas experiências narradas e vividas numa Europa pós Segunda Guerra. Por isso, permito-me dizer que a autora não somente escreve memórias, mas que também escreve seu testemunho, individual e coletivo, sobre o estado de exceção. Sua escrita fala de uma intolerância sobre o outro, sobre um lugar de potência de um estado soberano que oprime, mata e aniquila a humanidade do sujeito em nome da sua manutenção no poder.

Zélia fala das estratégias do homem comum, e mais precisamente da mulher comum, para sobreviver ao estado de exceção, ao exílio, ao sentimento de perseguição, à destruição de sua identidade, nacionalidade, de sua humanidade. Suas memórias, escritas do lugar do escritor/escrevente (BARTHES, 2007), marginal e marginalizado, nos mostram que não há heróis, não há vencedores, restam sobreviventes, memórias, testemunhas e testemunhos.

Já no segundo capítulo, “Por uma fuga da gaveta: reflexões sobre a produção da escrita feminina de memórias”, caminho por uma análise acerca da escrita feminina buscando uma problematização de seus modos de produção e concepções teóricas. Pretendo também, ver como tais questões se fazem perceber na escrita de Gattai. Convém esclarecer, que essas ideias já foram apresentadas na “II Jornada de Literatura, História e (Auto)biografia”, promovida pela UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, realizada em 11 de dezembro de 2014, no PPGL de Estudos

Literários, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), juntamente com o VI Colóquio do "Grupo de Estudos Literários Contemporâneos" (GELC).

A intenção é perceber na produção de Gattai marcas da subjetividade feminina. Todavia, não se busca uma subjetividade pronta e cristalizada, mas uma subjetividade construída no devir mulher. Isso porque, assim como “escrever é um caso de devir” (DELEUZE, 1997, p. 11) o ser mulher, a vivência dessa subjetividade marcada por um construto social não pode ser pensada senão a partir do devir.

Durante muito tempo, a mulher viu-se retratada através da fala de um outro que se achava empoderado do direito de falar sobre e por ela. Como uma espécie de procurador, não autorizado, mas imbuído de um poder construído por si, o homem escreveu ao longo de inúmeros séculos sobre o ser mulher. Criou compêndios, poesias e romances acerca de uma possível identidade feminina. Construiu, com sua fala e metodologia, de acordo com suas concepções e interesses, o que era o ser mulher.

E mesmo assim, permanecemos aos seus olhos e razão, um ser indecifrável. E o que querem as mulheres? O que somos? Questionam-se cegos pela razão falocêntrica. Se não respondíamos em alto e bom tom, falávamos em nossos silêncios, muitas vezes não ouvidos e olvidados. Sorriamos como há séculos sorri a Mona Lisa e seguimos em frente.

Permanecemos indecifráveis, até mesmo a nós mesmas, em nossas particularidades e subjetividades. Não nos conhecemos. Somos. Vivemos e padecemos o nosso devir subjetivo. E enquanto querem que sejamos e que nos enquadremos em conceitos, espartilhos e modelos, nós voamos. Escrevemos, sussurramos e sorrimos, como a Mona Lisa, diante do outro que nos olha como enigma.

Não seremos decifradas, não queremos ser. Mesmo o movimento feminista e sua construção de um arcabouço teórico que contemple a nós, não nos fecha e reduz a conceitos. Somos a pluralidade de possibilidades de ser. Somos mães, esposas, trabalhadoras, professoras, operárias, donas de casa... Somos o devir.

E aí está o perigo do ser mulher. De ser uma mulher e escrever sobre si, em transpor para o papel o que se pensa, vive e sonha... Falar de si e esconder um outro. Omitir sobre si e revelar o outro. Há sempre perigo na escrita feminina. E o perigo nos encanta.

Mas nem sempre o perigo traja as cores da transgressão nos moldes que estamos acostumados a pensar. Muitas vezes, o perigo esconde-se nas águas mais plácidas e serenas. Há perigo não somente na escrita que se afirma e esbraveja uma rebeldia. O perigo veste-se do sutil.

Sussurra-nos aos ouvidos sua não tão leve periculosidade. É este perigo, não tão leve, mas às vezes sutil, que se intenciona vislumbrar nas obras de Zélia Gattai.

Gattai nos fala, nos lembra, rememora. Escrevendo suas memórias, registrando-as em um livro, lugar de poder e empoderamento, ela comete uma imensa transgressão: deixa que sua escrita fuja da gaveta. E a intenção do presente estudo é trazer à cena, retirar das gavetas, a obra memorialística, mostrando seus perigos, suas potencialidades, o sujeito que surge, quase que ficcionalmente, nas leituras dessas páginas. Quer-se do que se convencionou chamar de escrita floreada, as flores e seus espinhos. Quer-se a vida vivida e narrada, em primeira pessoa, por um sujeito que corajosamente mostra-se através de sua escrita, já que, como nos diz Foucault, escrever “é pois ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (FOUCAULT, 2009, p. 150).

E assim como Zélia se mostra em sua escrita, também mostro-me enquanto sujeito pesquisador: acertos, erros, entraves metodológicos e teóricos, mas acima de tudo, uma vontade pulsante de fazer de minha escrita lugar de fala e empoderamento do sujeito feminino. Mostrar com uma multiplicidade de abordagens as nuances da escrita feminina, suas possibilidades de diálogos e intertextualidades. Aliar Agamben e Gattai, Castelo Branco e Foucault, memórias e testemunho, escritas de si e autoficção. Caminhos que trilho e anda trilharei.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Bartleby o de la contingencia. Apud: G. Deleuze, G. Agamben, J. L. Pardo. *Preferiría no hacerlo*. Valencia: Pre-textos, 2005. p. 93-136.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha – Homo sacer III*. São Paulo: Boitempo, 2008.

AMADO, Jorge. O livro de Zélia. In: GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 10.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007, (Estado de Sítio).

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007, Col. Debates.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica literária feminista. In: ZOLIN, Lúcia Osana, GOMES, Carlos Magno (Org.). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011. p. 162.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

CASTELO BRANCO, apud: BARROCA, Iara Christina Silva. Da escrita às questões de gênero em *As parceiras*, Lya Luft. In: ZOLIN, Lúcia Osana, GOMES, Carlos Magno (Org.). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011. p. 125.

- CLIFFORD, James. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, James and MARCUS, George E. *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1986. p. 1-26.
- COUTINHO, Eduardo F. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Niterói: Abralic, n. 3, p. 67-74, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 80-103.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 7 ed. Lisboa: Nova Vega, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GATTAI, Zélia. *Um chapéu para a viagem*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- GATTAI, Zélia. *Jardim de Inverno*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- GATTAI, Zélia. *Senhora dona do baile*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- GATTAI, Zélia. *Discurso de posse*. Rio de Janeiro: ABL, 21 de maio de 2002. Discurso proferido na solenidade de posse no Quadro de Membros Efetivos da Academia Brasileira de Letras.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. RJ: LTC, 1989. p. 13-41.
- GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 143-275.
- GOMES, Carlos Magno. Deslocamentos da escritora brasileira. In: ZOLIN, Lúcia Osana, GOMES, Carlos Magno (Org.). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011. p. 102.
- GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis/RJ, 1996.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, TEIXEIRA, Rebeca. *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 199-218.
- KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: auto ficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea*. Tese de Doutorado em Letras. Literatura Comparada. 2006. 204 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=124. Acesso em: 30/05/2014.
- LIMA, Ari. O método é heterodoxo, o sujeito é posicionado. A pesquisa é possível? In: DUCCINI, Luciana e RODRIGUES, Luzania Barreto (Org.). *Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana*. Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Feira de Santana: Editora da UEFS, n. 14, 2013.

- LOURO, Guacira Lopes Louro. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MOREIRA, Osmar. *Folhas venenosas do discurso*. Salvador: UNEB/ Quarteto, 2002.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Disponível em: <http://www.isabelcarvalho.blog.br/wp-content/uploads/2010/08/OLIVEIRA-Roberto-Cardoso-de-O-trabalho-do-antrop%C3%B3logo-olhar-ouvir-escrever-In-O-trabalho-do-antrop%C3%B3logo.pdf>. Acesso em 20/12/2013.
- ORTNER, Sherry B. *Subjetividade e crítica cultural*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 20/12/2013.
- REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.
- RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SANTIAGO, Silvano. *Mil rosas roubadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. A exceção à regra. In: ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 7-21. (Estado de Sítio).
- SCOOT, Joan W. *Experiência*. Trad. Ana Cecília Adoli Lima. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf. Acesso em 26/08/2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Histórias que nunca terminam. In: GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 319-323.
- SILVA, Antonio de Pádua Dias da. A diferença na autoria feminina contemporânea. In: ZOLIN, Lúcia Osana, GOMES, Carlos Magno (Org.). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011. p. 242.
- SINHORI, João, GOMES, Cerize Aparecida Nascimento. *Literatura Testemunhal na Ditadura Militar: conexões entre história e literatura*. 2010, p. 4. Disponível em: http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/913/959. Acesso em 20/12/2012
- TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004. p. 671.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004. p. 401-442.
- THOMPSON, John B. Capítulo III. O conceito de cultura In: *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 163-215.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- ZIZEK, Slavoj. *Bem vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003.

LITERATURA E CIDADE EM LUNARIS DE CARLOS RIBEIRO

Arolda Maria da Silva Figuerêdo - Mestranda Pós Crítica/UNEB

Orientador: Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond

Co- orientador: Prof. Dr. José Carlos Félix

Resumo: Pesquisa em andamento onde se pretende problematizar o caos urbano, apresentado por Carlos Ribeiro, em *Lunaris*, obra literária que explora as relações do homem na contemporaneidade dentro do espaço citadino. A obra, *Lunaris*, é escolhida para uma seleção de cenas que permitam a compreensão do caos e sua força demolidora das subjetividades do humano e das instâncias que se querem reguladores do urbano. Frente a um mundo urbano racionalizado por parte de suas forças constituintes (urbanismo, segurança, governança etc.) e homogeneizantes. Foca-se nos estudos sobre literatura e cidade (moderna), na Europa e no Brasil (na modernidade) através de um breve panorama da cidade do século XIX, a partir da representação de Londres, Paris e Berlin em uma mostra de escritos literários de Edgar Allan Poe, Baudelaire e Walter Benjamin. Literatura e cidade no Brasil - Rio de Janeiro e Salvador - suas representações na obra *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água* de Jorge Amado e *Lunaris* e de Carlos Ribeiro a partir da leitura de *A alma encantadora das ruas* de João do Rio.

Palavras-chave: Literatura. Cidade. Contemporaneidade. Cultura.

SUMÁRIO

1 Apresentação (o porque da pesquisa + a introdução)

2 Literatura e cidade (moderna) na Europa e no Brasil (na modernidade)

Um breve panorama da cidade no Século XIX através da representação de Londres, Paris e Berlin em uma mostra de escritos literários de Edgar Allan Poe, Baudelaire e Walter Benjamin;

3 Literatura e cidade no Brasil - Rio de Janeiro e Salvador suas representações na obra *Lunaris* de Carlos Ribeiro e *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água* de Jorge Amado a partir da leitura de *A alma encantadora das ruas* de João do Rio;

A matéria poético - narrativa das ruas na ficção contemporânea;

O caos no espaço urbano e as ruínas humanas;

Literatura e cidade: pontos e contrapontos

4- Considerações finais

5- Referências

VIESES DA LITERATURA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A Literatura é uma área do conhecimento que certamente encanta pela sua versatilidade. Ao longo da história do homem observa-se que ela vai se configurando e dando contorno aos seus mais perspicazes e criativos pensamentos. E à medida que se avança na história mais se percebe que as transformações das formas de pensar e sentir foram sendo abarcadas e descritas pelos textos literários.

Nesse sentido é possível localizar dados ou traçar um perfil da sociedade através dos muitos escritos daqueles que se espelharam na realidade e transpuseram-na para os romances, contos, novelas e crônicas através de suas impressões, desveladas em metáforas e paradoxos os mais interessantes ou esdrúxulos.

Por isso realizar um trabalho no campo linguístico literário requer problematizar o tema a luz dos estudos de autores do campo da crítica cultural que fomentem o debate acerca da linguagem na construção textual e desenvolvimento da temática no feito artístico literário. Daí pensar que a literatura brasileira levando em consideração os contornos que tem, mas também observando suas heranças e transformações sofridas em sua escala evolutiva de valores permeados. Ancorando o trabalho investigativo nos feitos literários de produções anteriores que lhe legaram pedras preciosas ou cascalhos. Porém, atentando-se para o fato de que a recorrência temática é uma possibilidade de se buscar inovar a partir do que já se possui. Nesse caso, valoriza-se o arquivo, ou acervo de que escreve que onde lança mão das mais ricas peças armazenadas para ir se mostrando através do seu repertório de lembranças e sensações recolhidas ao longo da vida.

Dessa forma ao escolher discutir a temática da cidade dentro da literatura, compreende-se como necessário buscar traçar uma linha histórica, delimitando tempo, espaço e visão para melhor se movimentar no emaranhado de produções literárias concernentes com o estudo.

Neste texto discutir-se á sobre a construção cultural e histórica da cidade, na Europa e no Brasil, tomando como ponto de partida a chamada fase moderna, passando pelos construtos intermediários de transição chegando à atualidade, vista como contemporaneidade.

Proposta que se estruturará através de um breve panorama da cidade no Século XIX - através da representação de Londres, Paris e Berlin em uma mostra de escritos literários de Edgar Alan Poe, Baudelaire e Walter Benjamin. Bem como - Literatura e cidade no Brasil - Rio de Janeiro e Salvador - suas representações na obra *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água* de Jorge Amado e *Lunaris* de Carlos Ribeiro a partir da leitura de *A alma encantadora das ruas* de João do Rio.

Busca-se através da trajetória desses autores abrir um leque de compreensão sobre a cidade, que será ao longo do texto discutido e apreciado fazendo contrapontos com a obra de Ribeiro objeto maior dessa análise. Então, apresentar-se uma visão pautada naqueles que são considerados pela crítica como os verdadeiros fundadores da temática cidade na literatura, torna-se preponderante para o desenvolvimento de um panorama histórico literário uma vez que a crítica mundial os apresenta como sendo os autores que dão conta de descrevem a cidade com propriedade.

Objetivar-se á também uma relação com pensamento batailliano acerca do representado por ele através do simbólico e das metáforas, atentando para as formas como articula através da arte a visão de dejetos e ruínas na construção do sujeito e do espaço habitado por ele. Fundamentando-se assim nas obras de Bataille que propõem outra vertente de estudos para a literatura, mais focada no crítico e no cultural.

Acredita-se que ao articular os estudos culturais nessa proposta de trabalho a mesma se insere na relevância de ampliar as compreensões sobre esta temática, com vistas ainda ao desenvolvimento da pesquisa que ora se esboça.

Fortalece a possibilidade de se argumentar com maior propriedade acerca da degradação do meio ambiente, degradação urbana e degradação humana. Assim como o espaço urbano e as ruínas humanas, pelos ecos da desorientação nostálgica com ares de frescor contemporâneo observada na obra *Lunaris* de Carlos Ribeiro. Aspecto que talvez se configure pela estética do residual, ou do canibalismo no recolhimento dos dejetos da literatura realizado pelo autor na construção de sua obra. Desta forma, será feito uma retrospectiva histórica, refletindo sobre as transformações culturais.

O texto se estrutura em três secções: primeiro, será feito uma síntese histórico literária, tentando historicizar cidade e caracterizar as três principais visões cidadinas apontadas dentro da era moderna e contemporânea. Relacionando coma perspectiva do progresso cultural e capitalista. Para em seguida se refletir a partir das teorias de Benjamin e Bataille sobre suas possíveis contribuições ao estudo do tema cidade e a construção romanesca de Ribeiro.

HISTORICIZANDO A TEMÁTICA DA CIDADE: BENJAMIN E A CIDADE NA LITERATURA

Com o texto *Paris Capital do século XX*, Walter Benjamin abre uma vertente de discussões que ecoa até os dias atuais: a temática da cidade inserida, apresentada e apreciada dentro da literatura. Daí sua escrita ser considerada pelos críticos como basilar para a compreensão desse tema e das raízes de suas considerações.

Historicamente texto aborda acerca da passagem do poder da aristocracia rural para a ascensão da burguesia urbana na Europa, mais especificamente na França. E para isso traça uma linha divisória entre estes eixos desenvolvimentistas. E nessa linha progressiva observa as mudanças ocorridas principalmente no espaço urbano de Paris, por volta de 1836. Época em que a cidade começa a ser o espaço de estoque e comercialização de mercadorias através dos grandes magazines. Visto que com a ascensão da burguesia a comercialização têxtil começa o seu apogeu.

Nessa linha evolutiva surgem as grandes galerias parisienses para dar conta de abrigar os resultados dessa atividade produtiva de luxo. E para acompanhar a ostentação do lugar, o autor observa que a arte nesse caso “Põe-se a serviço do comerciante” promovendo os espaços em locais atrativos a visita de forasteiros e que até hoje os contemporâneos não deixam de admirar.

Dessa forma as grandes galerias abrem o caminho para a mudança do perfil da cidade, a introduz no âmbito da inovação a partir da utilização de novos materiais na construção civil, como ilustra o fragmento abaixo de um Guia Ilustrado de Paris:

Um Guia ilustrado de Paris afirma: "Estas galerias são uma nova invenção do luxo industrial, são vias cobertas de vidro e com o piso de mármore, passando por blocos de prédios, cujos proprietários se reuniram para tais especulações. Dos dois lados dessas ruas, cuja iluminação vem do alto, exibem-se as lojas mais elegantes, de modo tal que uma dessas passagens é uma cidade em miniatura, é até mesmo um mundo em miniatura". As galerias são o cenário das primeiras iluminações a gás. (BENJAMIN, 2006, p. 40).

A partir do trecho acima é possível perceber que com as galerias Paris entrou num novo estágio de urbanização. Agora muito mais sofisticada e ostentatória. E o dispêndio produtivo vai ganhando forma. Mas não é somente este o ponto de mutação. Começa também a movimentação de engenheiros que não compreendem ainda, mas introduzem o ferro na alvenaria e esse novo material propiciará outra face para a cidade, visto que a partir do seu uso inicia-se a proposta de verticalização da mesma. Além de ser a base para o surgimento das galerias dando-lhes sustentação e o formato em abóbadas não usadas até então em Paris.

Ressaltando-se também a inserção do chamado estilo império, estilo arquitetônico de decoração de interiores, mobiliário e moda geral, desenvolvido na França dentro do pensamento neoclássico, o qual ganha força no período de regresso das campanhas militares de Napoleão, imperador que determina seu gosto pela imponência e grandiosidade no início do século XIX.

E esse propósito artístico vai alcançar o seu ápice quando entrelaça-se aos elementos representativos inspirados no campo militar, somando-se aos motivos revitalizadores da produção de prestígio da Antiguidade Clássica. E ganha fisionomia do massivo e monumental, reveladores do

poder da corte aristocrática. Tempo em que engenheiros e arquitetos começam a disputar seus lugares de construtores e ornadores.

A cidade de Paris, então começa a ser tomada pela ideia de modernidade e vai assumindo frente aos outros centros urbanos a dianteira no propósito visual, espetacular e Benjamin vai desenvolvendo sua leitura da cidade a partir dos escritos dos poetas e prosadores pela visão melancólica que essas mudanças citadinas causam na população e o poeta expressa em sua obra.

E a sua obra, *Passagens* apresenta-se como uma reunião de textos advindos de suas leituras acerca da cidade de Paris. Nesse caso, a arte envereda-se pelo caminho da ostentação e ele traça uma nova visão acerca da cidade e da vida no espaço urbanizado sob a exegese do capitalismo.

Dessa forma Benjamin vai construindo seu texto focado no propósito de trazer a tona os efeitos do capitalismo sobre a vida e sobre os homens desse período. Observando as mudanças ocorridas na cultura e no eixo econômico social, como base para se compreender aquele século. No qual o autor percebe que a grande virada das ideias está no campo da produção. Atrela-se o desenvolvimento a ascensão da mercadoria e do comércio. No que resulta o esvaziamento do homem que habita Paris.

Nesse caso ao dar forma ao capitalismo com suas nuances mercantilistas dar-se também contornos aos efeitos dele sobre os parisienses tanto da classe burguesa como do proletariado. Inclusive aponta que esse formato de vida e de criação desemboca numa visão de incertezas e indecisões, visto que, os envolvidos não se dão conta dessa força sobre eles. Todavia o que se cria sob a guarda do capitalismo, assume formas imprecisas, que o autor lê como fantasmagorias, uma vez que são oriundas da relação com a mercadoria. E o homem que vivencia essas experiências assume papéis e comportamentos de acordo com essa nova ordem social e política.

Exposições universais são centro de peregrinação ao fetiche mercadoria. "A Europa se deslocou para ver mercadorias" afirma Taine em 1855. As exposições universais foram precedidas por exposições nacionais da indústria, a primeira das quais ocorre em 1798 no Campo de Marte. Ela decorreu do desejo de "divertir as classes trabalhadoras, tornando-se uma festa de emancipação para elas". Aí, o operariado tem o primado enquanto freguesia. Ainda não se formara o quadro da indústria da diversão. Esse espaço é ocupado pela festa popular. [...] As exposições universais transfiguram o valor de troca das mercadorias. Criam uma moldura em que o valor de uso da mercadoria passa para segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para se distrair. A indústria de diversões facilita isso, elevando-o ao nível da mercadoria. O sujeito se entrega às suas manipulações, desfrutando a sua própria alienação e a dos outros. A entronização da mercadoria e da aura de dissipação que a envolve, eis o secreto tema da arte de Grandville. A isso corresponde a defasagem entre o seu elemento utópico e o seu elemento cínico. As suas sutilezas na representação de objetos mortos correspondem ao que Marx chamou de "argueiros teológicos" da mercadoria. Eles se sedimentam marcadamente na "specialité" - designação de uma espécie de mercadoria surgida

a essa época na indústria de luxo. Sob o lápis de Grandville, a natureza toda se transforma em "especialidades", em especiarias (BENJAMIN, 2006, p. 35-36).

De acordo com o fragmento acima, o proletariado ocorre experiência a tentativa de se trazer para a cidade o que se tinha no campo, até porque o espaço urbano precisa se mostrar capaz de ser superior ao campo e propõe a façanha de recriá-lo através de mercadorias envolventes que atraem o operário a ser freguês consumidor, mas não lhe é permitido perceber essa intenção porque como traz o texto a moldura encobre o valor da trapaça. Desloca-se o olhar. Entretanto é lançada a rede da manipulação através da “entronização da mercadoria” sobre o homem.

Sob Luís Filipe, o homem privado pisa o palco da história. A ampliação do aparelho democrático através da justiça eleitoral coincide com a corrupção parlamentar organizada por Guizot. Protegida por ela, a classe dominante faz história fazendo os seus negócios. Estimula a construção de ferrovias para beneficiar as ações que possui; Apoiar o governo desse Luís Filipe como o governo do empresário.[...]

Pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se contrapõe ao local de trabalho. Organiza-se no interior da moradia. O escritório é seu complemento. O homem privado, realista no escritório, quer que o interior sustente as suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais aguda quanto menos ele cogita estender os seus cálculos comerciais às suas reflexões sociais. Reprime ambas ao confirmar o seu pequeno mundo privado. Disso se originam as fantasmagorias do "interior", da interioridade. Para o homem privado, o interior da residência representa o universo. Nele se reúne o longínquo e o pretérito. O seu salon é um camarote no teatro do mundo (BENJAMIN, 2006, p. 37).

Na leitura de Benjamin, ele deixa entender que o burguês também não se isentou das manipulações, visto que este primará por embelezar a sua casa através das inúmeras mercadorias disponíveis. Dessa forma os seus objetos de uso pessoal, do seu habitat natural adquire a forma de ostentação da vitrine das galerias onde se almeja chamar a atenção pelo volume de obras de arte acumuladas e exposta a visita. Dessa forma todos os atores são envolvidos na máquina mercantil e ainda pensam que são autônomos e donos de suas vidas.

Então a Paris de Benjamin vai se tornando o local de miragens, das imagens contorcidas, e fantasmagóricas, onde o novo e o velho de interseccionam-se e contaminam seus habitantes que vão transferindo para a arte sua falta de objetividade, dando forma as impressões oriundas dos seus subconscientes. Aspecto que o autor passa a discutir como sendo imagens do sonho, da ilusão, baseadas no fetiche da moda propagada. E, por isso, povoadas de elementos do subconsciente contaminado, porque está marcado pela lógica do capitalismo e suas mercadorias.

O que se revela a partir do pensamento de que nas vigas de sustentação esses construtores imitam colunas pompeianas e nas fábricas eles imitam moradias, assim como mais tarde as primeiras estações ferroviárias tomam por modelo os chalés. "A construção adota o papel de subconsciente."

Embora o texto se desenvolva numa perspectiva teórica, Benjamin toma a escrita poética como instrumento metodológico para desenvolver seus argumentos; através de um roteiro que se

organiza pelo sentir dos poetas que se propõem a verbalizar sobre as transformações percebidas na cidade e o alheamento do povo frente às mudanças ocorridas. Em sua perspectiva, são muitos os escolhidos dentre eles, Edgar Allan Poe e Charles Baudelaire. Os quais também se tecerá alguns comentários acerca de suas obras a partir de um breve olhar em alguns textos em que a visão de cidade fique mais evidenciada.

Ao introduzir os escritos dos dois autores Benjamin aborda como cada um sente o espaço urbano, e tece seu discurso crítico sobre as contribuições deixadas além das vertentes internas que a temática da cidade adquire dentro dessas poéticas. E para tanto os apresenta a partir dos seguintes comentários:

A "Filosofia do mobiliário", bem como as novelas de detetive apontam Poe como o primeiro fisionomista de tal interieur. Os criminosos das primeiras novelas de detetive não são cavalheiros nem apaches, mas pessoas privadas pertencentes à burguesia. (Benjamin, 2006, p.38)

O engenho de Baudelaire, nutrindo-se da melancolia, é alegórico. Pela primeira vez com Baudelaire, Paris se torna objeto da poesia lírica. Mas essa poesia não é nenhuma arte nacional e familiar; pelo contrário, o olhar do alegórico a perpassar a cidade é o olhar do estranhamento. O olhar do flaneur, cuja forma de vida envolve com um halo reconciliador a desconsolada forma de vida vindoura do homem da cidade grande. Flaneur ainda está no limiar tanto da cidade grande quanto da classe burguesa, Nenhuma delas ainda o subjugou. Em nenhuma delas ele se sente em casa. Ele busca o seu asilo na multidão (BENJAMIN, 2006, p. 38).

A CIDADE NA TRADUÇÃO DE POE

Como Benjamin compreende que Poe é o introdutor da visão fisionômica da cidade, e que essa fisionomia vai sendo construída com um olhar detetivesco, de quem desconfia do que está posto e guarda em seu interior muitos mistérios, toma-se alguns fragmentos de textos de sua obra Histórias Extraordinárias para melhor sentir e discutir esse viés de escrita que permite compreender melhor os meandros do espaço urbano por ele apresentados.

A partir da proposta de perceber a cidade através da caminhada sem destino certo, sem um prévio roteiro, mas utilizando-se da didática do olhar interrogativo, do questionamento e da imprecisão Paris vai se desvelando como uma cidade moderna no século XIX, mas que também adquire a capacidade de ser tomada como exemplo a ser seguido para a compreensão das características da cidade que se agigantou na sua forma física como também nos seus problemas sociais, políticos e econômicos. E ganhou títulos pomposos de metrópoles, megalópoles, etc. Visto que até então cidade não era o local do caos urbano. Mas que a partir daí seu formato se transforma para dar conta de abrigar todos os desequilíbrios causados aos atores que nela vive.

E é justamente por atentar para as questões que envolvem a multidão que Poe entra neste contexto, coletando seu material para a escrita literária. A qual tanto descreve os desmandos citadinos como fomenta nestes espaços a condição de se espelharem nela para revelar sua nova fisionomia de cidade grande.

BAUDELAIRE E A POESIA DA MELANCOLIA CIDADINA

JOÃO DO RIO E A POÉTICA DAS RUAS

Flanar na acepção de João do Rio, pauta-se na ideia de vagar pela cidade. Sentir a cidade, viver a cidade e nessa experiência ir recolhendo dados sobre a mesma que permitam conhecê-la e curtí-la e amá-la. Flanar sobre a cidade pode ser compreendido como apreendê-la nos seus mais diversos aspectos, conhecê-la profundamente e daí tirar o conteúdo para falar sobre a mesma.

A partir da ação de flanar João do Rio se posicionou como um grande conhecedor do Rio de Janeiro. Visitou e conheceu todos os locais da capital carioca nos seus mínimos detalhes. E foi a partir desse trabalho minucioso de coleta de dados que o mesmo se posicionou como um dos maiores entendidos dessa temática a qual foi revelada em seu conjunto de obras. Das quais se escolheu A alma encantadora das ruas para a realização desse trabalho.

Nessa obra o autor apresenta uma visão de ruas como um local aprazível, fecundo de muitos conhecimentos capazes de capacitar o homem para desenvolver qualquer atividade em qualquer área do conhecimento. Ele brinca com a capacidade humana de se adaptar aos mais diversos e inexplicáveis eventos e locais.

E para tratar do conteúdo com propriedade é possível pensar que João do Rio fez da cidade maravilhosa uma extensão dele mesmo. Pelo carinho e curiosidade com que se debruçava para conhecê-la e sempre descobria que muito havia ainda a buscar. Ao ler sua obra observa-se que ele traça um projeto organizacional que vai apresentando os mais variados e curiosos assuntos sobre a cidade sempre através da metodologia do olhar e do sentir.

É uma obra altamente sinestésica onde os sentidos se entrecruzam para esboçar os cheiros, agradáveis como das flores, do mar, ou não como dos canais a céu aberto, do lixo apodrecido; as imagens glamorosas ou distorcidas na refletidas nos painéis das lojas, nas fachadas das casas ou os locais de passagens do rico ou do pobre os buracos, a lama, a poeira, o asfaltamento.

Deu-se ao luxo também de ouvir os mais incríveis sons da cidade como o pregão dos vendedores, os gemidos dos mendigos, a piada da prostituta, a música clássica dos concertos e as

modinhas dos cantores populares. Assim como provou do angu mais a feijoada mais requintada. E dessa forma sentinte que as ruas ganham vida em suas mãos de escritor e a cidade torna-se uma personagem viva com vontades, desejos, assombros, vaidade, deboche alma e muita poesia.

Daí flunar ser o verbo, criado por ele como sendo o tradutor da ação dos que querem conhecer a cidade e vivenciá-la no seu cerne mais profundo. Na abertura de sua obra sob o título *A rua*, autor dá voz ao seu narrador que se declara a rua como seu amor ao tempo em que reflete com o leitor incluindo este no mesmo sentimento porque em sua visão todos se igualam dentro da mesma e partilham amor maior, sendo o mesmo o único legado deixado às gerações futuras ainda que o tempo e as transformações ocorram ele é imutável. Porque na rua a vida e o sentimento resistem, perduram.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É esse mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma tudo varia – o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia. Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica o legado das gerações cada vez maior, o amor da rua. (RIO, 2012, p. 19.)

A partir dessa compreensão do poder e da importância da rua, é possível perceber que recolher os dejetos para compor sua obra se dá pelo campo da satisfação. Pelo enamoramento. Aspecto em que se observa um diálogo com Benjamim e Baudelaire, só que agora numa visão mais despojada de um brasileiro.

Para ele o substantivo rua sobrepõe-se aos limites impostos pela gramática e ganha outras possibilidades significativas. E dessa forma abarca nessa versatilidade semântica todas as suas impressões recolhidas.

BAUDELAIRE E A POESIA DA MELANCOLIA CITADINA

JOÃO DO RIO E A POÉTICA DAS RUAS

Flunar na acepção de João do Rio, pauta-se na ideia de vagar pela cidade. Sentir a cidade, viver a cidade e nessa experiência ir recolhendo dados sobre a mesma que permitam conhecê-la e curtir-la e amá-la. Flunar sobre a cidade pode ser compreendido como apreendê-la nos seus mais diversos aspectos, conhecê-la profundamente e daí tirar o conteúdo para falar sobre a mesma.

A partir da ação de flunar João do Rio se posicionou como um grande conhecedor do Rio de Janeiro. Visitou e conheceu todos os locais da capital carioca nos seus mínimos detalhes. E foi a partir desse trabalho minucioso de coleta de dados que o mesmo se posicionou como um dos maiores entendidos dessa temática a qual foi revelada em seu conjunto de obras. Das quais se escolheu A alma encantadora das ruas para a realização desse trabalho.

Nessa obra o autor apresenta uma visão de ruas como um local aprazível, fecundo de muitos conhecimentos capazes de capacitar o homem para desenvolver qualquer atividade em qualquer área do conhecimento. Ele brinca com a capacidade humana de se adaptar aos mais diversos e inexplicáveis eventos e locais.

E para tratar do conteúdo com propriedade é possível pensar que João do Rio fez da cidade maravilhosa uma extensão dele mesmo. Pelo carinho e curiosidade com que se debruçava para conhecê-la e sempre descobria que muito havia ainda a buscar. Ao ler sua obra observa-se que ele traça um projeto organizacional que vai apresentando os mais variados e curiosos assuntos sobre a cidade sempre através da metodologia do olhar e do sentir.

É uma obra altamente sinestésica onde os sentidos se entrecruzam para esboçar os cheiros, agradáveis como das flores, do mar, ou não como dos canais a céu aberto, do lixo apodrecido; as imagens glamorosas ou distorcidas na refletidas nos painéis das lojas, nas fachadas das casas ou os locais de passagens do rico ou do pobre os buracos, a lama, a poeira, o asfaltamento.

Deu-se ao luxo também de ouvir os mais incríveis sons da cidade como o pregão dos vendedores, os gemidos dos mendigos, a piada da prostituta, a música clássica dos concertos e as modinhas dos cantores populares. Assim como provou do angu mais a feijoada mais requintada. E dessa forma sentiste que as ruas ganham vida em suas mãos de escritor e a cidade torna-se uma personagem viva com vontades, desejos, assombros, vaidade, deboche alma e muita poesia.

Daí flunar ser o verbo, criado por ele como sendo o tradutor da ação dos que querem conhecer a cidade e vivenciá-la no seu cerne mais profundo. Na abertura de sua obra sob o título A rua, autor dá voz ao seu narrador que se declara a rua como seu amor ao tempo em que reflete com o leitor incluindo este no mesmo sentimento porque em sua visão todos se igualam dentro da mesma e partilham amor maior, sendo o mesmo o único legado deixado às gerações futuras ainda que o tempo e as transformações ocorram ele é imutável. Porque na rua a vida e o sentimento resistem, perduram.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos,

com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É esse mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma tudo varia – o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia. Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica o legado das gerações cada vez maior, o amor da rua. (RIO, 2012, p. 19.)

A partir dessa compreensão do poder e da importância da rua, é possível perceber que recolher os dejetos para compor sua obra se dá pelo campo da satisfação. Pelo enamoramento. Aspecto em que se observa um diálogo com Benjamim e Baudelaire, só que agora numa visão mais despojada de um brasileiro.

Para ele o substantivo rua sobrepõe-se aos limites impostos pela gramática e ganha outras possibilidades significativas. E dessa forma abarca nessa versatilidade semântica todas as suas impressões recolhidas.

REFERÊNCIAS

- CALADO, Margarida; PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. *Dicionário de Termos da Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, 2009.
- AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro d'água*. 67 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- BATAILLE, Georges. *A parte maldita - prec. de A noção do dispêndio*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2006.
- DRUMMOND, Washington Luis Lima; SAMPAIO, Alan. *A Cidade e seu duplo: imagem, cidade e cultura*. Salvador: EDUNEB, 2013.
- DRUMMOND, Washington Luis Lima. *Pierre Verger: Retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952) – uma cidade surrealista nos trópicos*. Salvador. 2009. Tese de Doutorado/UFBA.
- POE, Edgar Allan. *Histórias Extraordinárias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- RIBEIRO, Carlos. *Lunaris*. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2007.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

POÉTICAS ORAIS E IDENTIDADE ETNICORRACIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VOLTA GRANDE

Carlene Vieira Dourado¹

Resumo: Este projeto de pesquisa, em fase de desenvolvimento tem como objetivo identificar as representações sociais, as marcas culturais e a identidade etnicorracial representada nas narrativas orais da Comunidade Quilombola de Volta Grande, município de Barro Alto-Ba. A coleta de dados ocorre através do registro das narrativas orais, observação participante e prática da história oral. No que tange a fundamentação teórica, estão sendo feitas revisões bibliográficas sobre o conceito de cultura, identidade, memória, comunidades quilombolas, raça e etnicidade. Para complementar os vieses do arcabouço teórico, será base para o estudo uma literatura voltada para a oralidade, uma vez que o *corpus* deste trabalho está focado na valorização da memória e o método para a realização deste é a história oral e sua técnica da entrevista. Espera-se, assim, identificar, mapear e analisar as marcas culturais da comunidade, bem como contribuir para a visibilidade e valorização da memória quilombola e para ampliar os estudos sobre o tema no universo da crítica cultural.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Narrativas orais. Memória. Identidade étnico-racial. Crítica cultural.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores empreendimentos comerciais e culturais do mundo moderno - o tráfico de escravos - trouxe milhares de homens e mulheres do continente africano para o novo mundo. Conforme assinalou Munanga (2003, p. 35) “Essa história a conhecemos bem: esses povos foram sequestrados, capturados, arrancados de suas raízes e trazidos amarrados aos países do continente americano, o Brasil incluído, sem saber por onde estavam sendo levados”.

A dominação escravista perdurou por mais de séculos, embora tenha havido muitas formas de lutas, revoltas e resistência. A luta pelo fim da escravidão se expressou através de muitas formas, principalmente, pela formação de quilombos que se constituíram verdadeiros símbolos de resistência de luta pela liberdade.

Quando se fala em quilombo, a primeira ideia que surge no imaginário das pessoas é de uma aglomeração de escravos fugidos, num local isolado. No Brasil, o maior quilombo e mais conhecido de todos os tempos foi o de Palmares que ficou conhecido pela força mítica atribuída ao seu maioral, o líder Zumbi. Estima-se que existam hoje mais de três mil comunidades quilombolas espalhados por todo o território brasileiro, dentre elas, Volta Grande, objeto de minha pesquisa em fase de desenvolvimento, que objetiva identificar as representações sociais e as marcas culturais da Comunidade, através da coleta de narrativas orais e observação participante. Propõe-se a investigar a identidade etnicorracial representada nas narrativas orais e memória quilombola.

¹ Mestranda em Crítica Cultural - UNEB/Campus II. E-mail: karlenedourado10@hotmail.com.

Localizada no centro norte baiano, especificamente na microrregião de Irecê, sertão baiano, a comunidade dista da sede do município (Barro Alto) de aproximadamente cinco quilômetros e cerca de 564 quilômetros de Salvador, capital baiana. A comunidade de Volta Grande é uma das centenas que se formaram no contexto da sobrevivência pós-abolição e não se reconhece enquanto “terra de negro fugido”.

Além do registro da memória quilombola e da análise das representações culturais por meio das narrativas orais, o projeto justifica-se pela possibilidade de abrir espaço e registrar os lugares de fala dos remanescentes, refletindo sobre a consciência de sua situação enquanto grupo social historicamente marginalizado, expressa em seus discursos narrativos. O trabalho proposto se insere na linha 3- Narrativas, Testemunhos e Modos de vida.

VOZES SILENCIADAS & IDENTIDADE QUILOMBOLA

Estudiosos sobre o tema, afirmam que a maior parte das pesquisas sobre a identidade quilombola vem sendo discutida, no Brasil, a partir da necessidade de lutar pela terra, pela conquista ou permanência em seus territórios ancestrais. A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Antes da aprovação deste preceito constitucional, a luta estava pautada na busca pelo direito à ocupação das terras quilombolas; conseguido, porém esse direito a partir da Carta de 1988, os conflitos ganham menos, uma vez que o tema até então tratado como questão fundiária, assume uma conotação mais ampla, abrangendo aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais.

Embora o propósito dessa pesquisa não seja exclusivamente a realização de um estudo acerca da luta da comunidade pelo direito a posse da terra, já que não houve até o momento a necessidade de demarcar as terras, há de se reconhecer que a visibilidade que as comunidades quilombolas estão tendo atualmente, seja acentuada devido ao processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.

Volta Grande trata-se de um povoado do sertão baiano identificado como uma comunidade rural negra que se compõe de pessoas que foram excluídas enquanto grupo social historicamente marginalizado, essa exclusão se deu de diversas formas, uma delas ocorreu em virtude de um sistema de dominação abrangente que inclui, entre outros aspectos, o fato de não dominarem o código linguístico legitimado pela sociedade, a escrita.

A proposta dessa pesquisa, portanto, é de realizar um estudo que traga para a visibilidade a sujeitos que foram marginalizados duplamente, tanto enquanto grupo social que foi historicamente silenciado, quanto por dominar (em sua maioria) apenas um código linguístico, justamente a oralidade, que não teve seu valor legitimado pela sociedade hegemônica. Nesse sentido, trabalhar com a coleta das narrativas orais significa oferecer também a possibilidade de retratar um contexto de práticas da cultura popular e nos faz perceber as marcas das tradições através da memória.

Assim, surge a seguinte problemática: De que forma as narrativas orais se constituem enquanto documento histórico-cultural e/ou político capaz de tornarem audíveis as vozes que foram silenciadas historicamente?

Esse questionamento se desdobra em outros: Será que essas vozes além de silenciadas não decidiram ou mesmo ainda escolheram o silêncio? Ou, assim como observa Jorge Carvalho (1996) sobre o Quilombo do Rio das Rãs, será que o silêncio e a invisibilização são uma estratégia de autoproteção das comunidades quilombolas? Os sujeitos desta pesquisa se autorreconhecem como descendentes de uma origem comum ou a autoidentificação da comunidade, expressa no pedido de reconhecimento encaminhado à Fundação Cultural Palmares em 2008 foi meramente um ato político ou com outros interesses? De que forma a ancestralidade pode ser representada nas narrativas orais? Os sujeitos têm consciência de sua situação de marginalizado socialmente e de que a memória quilombola se constitui como um documento histórico importante na preservação da ancestralidade? Até que ponto a história oral traz elementos para o conhecimento da tradição cultural da comunidade?

O fato de trabalhar com o oral, na verdade com as duas modalidades, tanto as narrativas orais quanto a passagem destas para o código escrito, não significa privilegiar uma modalidade ou código linguístico em detrimento do outro. Valorizar as narrativas orais não significa dizer que haja negação dos paradigmas da literatura ocidental, ao contrário, compartilhando do pensamento de Paul Zumthor (1997), acredito que a relação do oral com escrito antes de ser excludente, é, na verdade complementar. Para ele há uma necessidade de se revisar os cânones literários ou pelo menos trazer para a cena epistemológica espaços não canônicos.

Sofrendo influências de outras culturas ou não, a comunidade em questão, assim como muitas outras marginalizadas, tem suas manifestações e saberes culturais negligenciados ou pouco valorizados, principalmente pela cultura hegemônica. A partir desse pensamento e das demais noções teóricas suscitadas até aqui surgem inquietações várias, por exemplo, se os sujeitos desta pesquisa estão interessados em reconhecimento de sua cultura ou saberes pela sociedade hegemônica ou querem apenas assegurar seu direito de existência?

Ou ainda se a comunidade em estudo se configura como vítima pela exclusão, pelo sombreamento ou apagamento na história ou, por outro lado é protegida da exclusão e do apagamento da história pelo distanciamento social?

A reconstituição de suas histórias por meio da oralidade, o rebuscamento dos traços culturais através da memória, a que esse trabalho se propõe, se configuram como uma arma na luta pela afirmação da identidade cultural.

Propor uma análise, nesse sentido é, portanto, contribuir para visibilizar uma cultura marginalizada, oferecendo a possibilidade de tornar possíveis vozes que estão inaudíveis, que foram deixadas nas margens, sem levar em conta suas contribuições patrimoniais.

Significa trazer para os espaços de discussão e para toda a sociedade grupos que foram silenciados e dessa forma, contribuir para diminuir as desigualdades e preconceitos sociais, ressignificando as nossas relações sociais e econômicas. Seria aqui a aplicação do método de Carlos Ginzburg (1990) que consiste em passar do conhecido para o desconhecido, trazendo para cena aquilo que foi negligenciado. E o que foi negligenciado neste sentido deve ser enxergado pelo espírito investigativo do qual o pesquisador precisa se dispor. E nesse momento o meu espírito investigativo encontra-se num estado de questionamentos e inquietações de níveis diversos, por exemplo, pensar a oralidade como discurso; o que diz o discurso, o que omite, o que faz ou inscreve socialmente? Como isto é feito? Como é articulado linguisticamente?

Assim, será apresentado nesse “paper” um reflexo do desenvolvimento da pesquisa e das inquietações surgidas ao longo do curso, das leituras realizadas até o presente momento e a partir das discussões suscitadas após o estudo das disciplinas nos dois primeiros semestres do Mestrado em Crítica Cultural, além, é claro da pesquisa na comunidade, as quais trouxeram noções teóricas que tem provocado indagações as mais diversas no âmbito geral da pesquisa.

ANDAMENTO DA PESQUISA

Em pesquisas ao site da Fundação Palmares e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) órgãos responsáveis, respectivamente, pelo reconhecimento, certificação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas, constata-se a existência de quatro comunidades remanescentes de Quilombos certificadas no município de Barro Alto-Ba, dentre as quais, a comunidade de Volta Grande, tem como fator característico, a participação e realização ativa em eventos culturais, fato este que motivou minha escolha para a pesquisa.

Tenho acompanhado alguns desses eventos, os quais a comunidade realiza como os festejos da festa da padroeira, realizado em junho, o encontro da troca de sementes crioulas, o encontro da consciência negra, campeonatos de futebol, todos realizados pela comunidade, com a participação de comunidades quilombolas vizinhas.

Em relação ao andamento da pesquisa, esta se encontra na coleta de dados (dos causos, mitos e lendas) da comunidade para serem analisadas, assim como a aplicação de um questionário, destinado a homens e mulheres de diferentes faixas etárias, cujo objetivo é conhecer um pouco mais sobre a identidade e as relações raciais da comunidade, assim como a investigar ainda como os quilombolas se veem no processo de mudança da comunidade de rural negra para remanescente de quilombo; essa entrevista semiestruturada é parte integrante da metodologia utilizada nessa pesquisa.

Concomitante à pesquisa de campo, esta se encontra também na fase de leitura de obras para o segundo capítulo, embora seja necessário rever o primeiro capítulo e finalizá-lo de fato. O primeiro capítulo intitulado *Identidade Quilombola*, teve como abordagem, discussões acerca dos inúmeros conceitos de quilombo, da identidade quilombola e os aspectos geográficos, econômicos e culturais da comunidade e claro, fiz uma abordagem acerca da cor, raça e etnia como constitutivos identitários dos quilombolas;

Para esse primeiro capítulo foi feito previamente uma revisão de alguns estudos sobre quilombos, onde o embasamento maior que tive até agora, foram os estudos realizados por José Jorge Carvalho sobre o quilombo do Rio das Rãs, onde ele trata da luta da comunidade pelo direito da propriedade da terra e pelo reconhecimento. Carvalho (1996) faz ainda uma abordagem geral sobre a história dos quilombos nos continentes americanos e no caribe.

Além de Jorge Carvalho, trabalhei com alguns conceitos de identidade, nas visões de Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga além de outras questões abordadas por estes teóricos e outros ainda como Edward Telles, Carlos Moore, Franz Fanon, Florentina Souza dentre outros que tratam das relações raciais.

No que tange às abordagens acerca da oralidade e da memória serão abordadas no segundo capítulo, após estudos mais aprofundados sobre essas temáticas, os quais estou realizando agora; No momento estou levantando material bibliográfico e realizando leituras possíveis das obras de Paul Zumthor, especificamente dos livros “A letra e a voz”, “Introdução à poesia oral” e “Performance e Recepção”. E as obras de Maurice Halbwachs e Michael Pollak e Jerusa Pires Ferreira com as noções também de memória.

Para explorar os elementos da cultura popular, selecionei obras de Câmara Cascudo *“Contos tradicionais do Brasil”*, *“Literatura Oral no Brasil”*, *“Dicionário do Folclore Brasileiro”*. Ainda os estudos de Maria Inez Ayala e Peter Burke com os estudos sobre cultura popular; José Carlos Sebe Bom Meihy com os estudos, métodos e manuais de história oral, além de outras leituras complementares e pertinentes para a pesquisa. E para o terceiro capítulo, pensei tímida e provisoriamente, em realizar a análise e interpretação das narrativas orais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o conceito de quilombo apresente conotações, por vezes controversas, a Associação Brasileira de Antropologia traz uma definição atual entendendo quilombo como toda comunidade negra rural que agrupe descendente de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.

Entende-se, no entanto, que essas denominações são utilizadas por vários autores para destacar a categoria de quilombo como uma coletividade camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. Considero este conceito bastante coerente, porém não restringiria “à comunidade rural”, dada a existência de quilombos urbanos, no entanto, essa definição reflete Volta Grande, a comunidade corpus dessa pesquisa.

O estudo e as discussões a respeito do conceito de quilombo, sobretudo, suscitaram em indagações e também me trouxeram algumas respostas a respeito da identidade quilombola, uma vez que o contato com a comunidade durante os primeiros passos da pesquisa implicaram numa quebra de expectativa em relação ao que se imaginava enquanto comunidade quilombola.

Nos primeiros contatos com a comunidade durante a realização da pesquisa, eu havia percebido que alguns elementos da cultura afro-brasileira não são preservados como se pensava. Por exemplo, as práticas religiosas não trazem em sua maioria, elementos de “matriz africana”, ou melhor, de “orientação africana”. Esta noção “orientação africana” é defendida por Lima & Alves (2013), para contrapor a noção de “matriz africana”, que conforme os autores, “remete a um ideal de pureza polemizado pelos praticantes e pela literatura específica, assim como remete a uma ideia vaga de todo o continente africano”.

No decorrer da pesquisa, sobretudo, dos estudos para a escritura desse primeiro capítulo, entendi que as comunidades quilombolas, escolheram manter certos aspectos de suas origens africanas e não outros, portanto, dando continuidade ou rompendo com experiências trazidas da África.

Além disso, não há como manter traços culturais intactos por diversos motivos e circunstâncias, sobretudo pela sua relação com as instituições sociais e com o restante da sociedade. Enfim tal não foi o meu equívoco achar que um dos critérios ou o principal critério para que uma comunidade se constituísse quilombola seria a preservação de elementos culturais africanos, os “africanismos” de que falava Reis & Gomes ou ainda a predominância de pessoas negras, de pele escura.

Através da pesquisa, constatei que a comunidade é constituída de pessoas de pele branca e de pele negra e nesse caso, não é a cor apenas que implica no reconhecimento ou identificação com o grupo social ao qual pertencem. Portanto, mais importante que o fator fenotípico, é a consciência social, política e ideológica do grupo.

Na realidade essa ideia equivocada do “africanismo” comungada por muitas pessoas, pode ter sido resultado da influência de alguns estudos sobre o tema, que viam os quilombos como projetos de restauração da África na América

Contudo, a tessitura deste *paper* reflete o estado ao qual se encontra minha progressão enquanto crítica cultural, uma fase de leituras que me levam a inquietações, questionamentos sobre o fazer cultural, sobretudo me traz respostas, além de refletir também o olhar do pesquisador em relação ao objeto pesquisado, o poder fascinante que é a pesquisa, sobretudo, pesquisa humana.

REFERÊNCIAS

- AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. *Cultura Popular no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BHABHA, Homi K. A outra questão. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 105-128.
- BACHELARD, Gaston, *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural. Organização e tradução Celso Castro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras.
- CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In CARVALHO, José Jorge (Org.). *O Quilombo do Rio das Rãs. Histórias, Tradições, Lutas*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7 ed. RJ: DP&A, 2003.
- LIMA, Ari. A chegada dos negros às universidades públicas: revezes da raça e novos desafios. In: PINHEL, André; COSTA, Hilton; SILVEIRA, Marco Silva da. (Org.). *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011, v. 1. p. 1-247.
- LIMA, Ari; ALVES, Nana Luanda M. Vozes negras no candomblé baiano: Quando a raça importa e quando a raça não importa, 2013. *Revista Nau Literária: Crítica e Teoria de Literaturas*. Porto Alegre, RS. v. 9, n. 1, jan/jun 2013. PPG-LET-UFRGS, 2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Memória e identidade. In: *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-americana: Uma Perspectiva Antropológica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas/universidade Cândido Mendes, 2003.
- MOREIRA, Osmar. *Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: UNEB/ Quarteto, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. *Nosso racismo é um crime perfeito*. Fórum. São Paulo. Ano 8, n. 77, ago/2009.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5. 1992.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SILVA, Gilvan Barbosa da. *Comunidades Quilombolas: o reconhecimento e a autoidentificação frente ao processo de globalização e a massificação cultural*. Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia para obtenção do título de Mestre em Crítica Cultural. Alagoinhas-Ba, 2011.
- ZUMTHOR, Paul. Presença da Voz. In: *Introdução a Poesia Oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Hucitec, 1997.

LITERATURA DE CORDEL NA SALA DE AULA ATRAVÉS DE ANTÔNIO BARRETO

Cláudia Zilmar da Silva Conceição¹

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno

Resumo: Este estudo tem o intuito de analisar, sob a perspectiva crítico-cultural, o tratamento dado pelo professor de Literatura aos textos de Cordel trabalhados em sala de aula. Para isso, trazemos os estudos feitos por Ezequiel Theodoro Silva (2010), ao pontuar a leitura crítica como uma maneira de promover o descortinamento das relações sociais, culturais e etnicorraciais propagados pela cultura hegemônica no cenário educacional. Para isto, trabalharemos com os cordéis de Antônio Barreto, que é professor da rede pública de ensino básico em Salvador, e divulgador do Cordel como instrumento pedagógico.

Palavras-Chave: Cordel. Ferramenta Pedagógica. Relações sociais.

INTRODUÇÃO

A missão do Professor de Português ainda se entende como a de apresentar ao aluno a formalidade da nossa língua. A pretendida “elegância” e “obediência” ao padrão culto ainda é perseguida e “ensinada” nas escolas, fazendo com que outras formas de expressão escrita não circulem nas salas de aula, o que impede de mostrar que o Brasil é tão rico em suas manifestações linguísticas e que a gramática não tem o poder, nem o desejo de abarcá-las.

Constata-se, assim que o Cordel tem um lugar muito demarcado na sociedade e consequentemente na escola: o lugar do folclore. “Nas aulas de literatura pouco ou nada se estuda sobre as composições populares. Elas têm mais chance nos estudos sociológicos e antropológicos” (Abreu, 2006, p. 54).

Como exemplo de poesia popular impressa. Algumas suposições para que esta exploração não ocorra poderiam ser aqui elencadas, mas, por hora, destaca-se o fato de a linguagem apresentada neste tipo de texto não ser o que, hegemonicamente, se chamaria de “linguagem de prestígio”, acrescentando também o fato de ser escrito de forma oralizada com termos regionais, e por uma minoria considerada como de margem: o sertanejo nordestino. Entretanto, quando esses termos regionais são utilizados por autores já consagrados torna-se aceito. Como pontua Márcia Abreu:

Quando empregados por autor culto, os termos regionais, os desvios gramaticais, as impropriedades, a mistura de pronomes passam de defeito a virtude. O popular só costuma ter espaço nas aulas de literatura, quando filtrado por um erudito; só costuma ter espaço como “estilização culta” (ABREU, 2006, p. 57).

¹ Mestranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas- Bahia, Linha de Pesquisa 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. E-mail: cauzilmar@gmail.com.

Prevalece assim no imaginário social e conseqüentemente na escola que os escritos dos grandes mestres da Literatura não são passíveis de questionamento ou qualquer dúvida. “Resulta daí a recepção passiva e reprodutora dos textos, que tem como sustentáculo uma visão de escola *transmissora de informações*, como se os escritos privilegiados pelos professores não pudessem ser objetos de crítica” (SILVA, 2009, p. 26).

Dessa maneira, constata-se a urgência das práticas de leitura crítica na escola, em que a mesma ofereça aos seus alunos textos variados com diferentes interpretações ou versões sobre a mesma temática, “principalmente aquelas voltadas ao desmascaramento da ideologia e à análise dos referenciais de mundo, conforme evocados pelos textos das várias disciplinas do currículo” (SILVA, 2009, p. 26).

O ENSINO DE LITERATURA PELO VIÉS DO CORDEL

O ensino de Literatura desde seus primórdios acabou por incentivar mesmo, que não intencionalmente a ideia que aquela que se chama a Grande Literatura “não é algo particular e historicamente determinado, mas sim um bem comum ao ser humano, que deve ser lido por todos e lido da mesma maneira” (ABREU, 2010, p. 58).

A este pensamento limitado sobre o ensino gerou um grande preconceito com a literatura local. Os educadores em suas aulas abordam os clássicos, mesmo sabendo da existência de escritores na mesma cidade, que tem textos escritos com a mesma qualidade, mas acham que seria inapropriado abordá-lo em sala de aula.

Na introdução da disciplina Literatura no Ensino Médio, seria um dos momentos apropriados para se abordar a Literatura de Cordel, pois é neste período em que se inicia o estudo da Literatura, de maneira sistemática, incluindo aí a análise de poesias trovadorescas, momento interessante em que poderiam ser inseridas as poesias de cordel, uma vez que estas se assemelham no sentido de primarem pela marca do oralismo na escrita e pelo tom melódico, mas muitos educadores não conseguem nem imaginar um paralelo entre essas poesias.

A simples constatação de que muitos autores consagrados buscaram inspiração no cordel pode causar estranheza a muitas pessoas, que insistem ainda em erguer um muro separando a literatura dita “cultura” da popular. Não sabendo que muitos grandes autores buscam sua inspiração nos escritos dos homens simples da zona rural, nos “causos” dos contadores de histórias do Nordeste, que têm habilidade e destreza com as palavras, e vão recontando e passando essas

histórias de geração a geração apenas sendo perpetuada através da memória. Além dos cordelistas que para cada assunto novo, um verso também se fará.

Como exemplos fortes de autores que bebem na fonte da cultura popular temos Ariano Suassuna que encontra seu protagonista para sua obra “O auto da compadecida” no cordel “Palhaçadas de João Grilo”, de João Ferreira de Lima (1932).

Segundo Marco Haurélio (2010), a obra baseia-se em três folhetos distintos, dois deles do grande mestre cordelista Leandro Gomes. O primeiro é O cavalo que defecava dinheiro, que aparece a figura do espertalhão que consegue enganar um duque invejoso. O outro cordel é O dinheiro (O testamento do cachorro), que cita dois personagens que praticam o pecado da simonia: O padre e o bispo. O terceiro cordel é de autoria desconhecida. “A história traz os matizes do imaginário medieval que impregna a obra de Gil Vicente, outra evidente fonte de Suassuna. Maria (Nossa Senhora) é a advogada, Jesus o Juiz e o Diabo o acusador” (HAURÉLIO, 2010, p. 70).

Outro autor que busca inspiração na cultura popular é Mário de Andrade, grande nome do modernismo brasileiro, “que em suas ‘viagens etnográficas’ pelo Brasil, para conhecer os jeitos dos brasileiros, suas palavras, sua entonação, elaborou vários trabalhos resultados desse interesse pela cultura popular” (ABREU, 2006, p. 55). Trazemos o próprio depoimento do autor de Macunaíma:

Um Leandro, Um Athayde nordestinos, compram no primeiro sebo uma gramática, uma geografia, ou um jornal do dia, compõem com isso um jornal de sabença, ou um romance trágico de amor; vivido no Recife. Isso é o Macunaíma e esses sou eu (ANDRADE, 1931 apud HAURÉLIO, 2010, p. 65).

Por conseguinte, muitos outros nomes da Literatura considerada universal também buscam suas fontes no popular, que é tida como marginal ou apenas comercial. O contrário também acontece, ou seja, muitos cordelistas transformam em versos os grandes clássicos. Como cordéis que recontam Iracema, de José Alencar; A escrava Isaura, de Bernardo Guimarães; Romeu e Julieta, de William Shakespeare. E, tantos outros.

Confirma-se, assim a existência de uma circularidade entre o erudito e o popular que, emerge de uma maneira muito simples. Assim, na sala de aula o educando pode ter acesso aos clássicos bem como a literatura local. Mas, para que isto aconteça, é necessário que haja a provocação, e o trabalho do Professor de Literatura em sala de aula é peça chave para propiciar o olhar para os textos de forma multifacetada.

Cabe definir, portanto, o que é esta Literatura e o que a faz ser considerada como popular. Consoante os esclarecimentos de Haurélio (2010, p. 13), em seu livro Breve História da Literatura de Cordel, esta tem uma origem a se considerar:

Advinda da Península Ibérica, cuja exposição em cordas nas feiras deu origem ao seu nome atual, a Literatura de Cordel chegou ao nosso país trazida pelas caravelas portuguesas, contudo, foi somente no final do século XIX que, de fato, surgiu a Literatura de Cordel Brasileira, fruto da confluência para a cidade do Recife, de quatro poetas nascidos na Paraíba. Silvino Pirauá de Lima, Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde.

Deste modo, a literatura de cordel configura-se como uma poesia escrita pelo povo para o povo e que, por muito tempo, serviu para disseminar a informação que algumas vezes era mais rápida que o jornal. Originado de relatos orais e depois evoluindo para folhetos impressos, eram pendurados em barbantes (cordéis), com o intuito também de apresentar o dia a dia das pessoas.

Os folhetos de oito páginas são destinados ao tratamento de assuntos do cotidiano, de fatos jornalísticos e a reprodução de desafios e pelepas. Já as histórias de valentia e de esperteza, assim como as narrativas amorosas, devem ocupar os folhetos maiores, com 16 ou mais páginas. Essa relação entre tema e número de páginas serve também para dar nome às produções: chama-se de romance as narrativas em verso com 16 páginas ou mais e de folheto as brochuras de oito páginas em que se reproduzem desafios e ou se relatam fatos do cotidiano (ABREU, 2010, p. 64).

De acordo com Luyten (2007), foi na Europa Medieval, nos três famosos pontos de peregrinação: Roma, Santa Sé e Jerusalém, a Terra Santa, que começa a literatura popular, onde se concentravam poetas nômades, agindo como jornalistas, ao contar novidades, aventuras e bravuras por meio de seus poemas; textos onde se confundiam as marcas do oral e do escrito. “Esses núcleos vão se tornar fontes de produção de cultura regional, transportada para o resto da Europa por intermédio dos menestréis, trovadores e jograis, três categorias de poetas andarilhos” (LUYTEN, 2005, p. 21).

No Brasil, a literatura de cordel foi muito bem aceita, embora no Nordeste floresceu de forma extraordinária, onde encontrou o homem simples, do povo que produzia, imprimia e vendia suas próprias produções.

Vale dizer que estes poetas, por tratarem de assuntos do seu meio, por sinal, desprestigiado por uma elite dominante, nem sempre tiveram sua autoria reconhecida oficialmente. Resultando, hoje em uma grande preocupação nos estudiosos da literatura popular porque algumas pessoas e “até institutos dividem os cordéis por temas e não por autor, o que, ao meu ver, é um verdadeiro atentado ao poeta popular” (LUYTEN, 2005, p. 46).

O cordel é uma literatura que encanta, emociona com seus versos e rimas, além de funcionar como divulgadora da arte do cotidiano, das tradições populares e dos autores locais. Destacando-se como reveladora das identidades locais e das tradições literárias regionais, e por trazer marcas da oralidade faz com que haja uma aproximação com a fala dos estudantes da escola pública.

Tornando-se, assim, o cordel um importante operador simbólico para os estudantes da escola pública, por trazer uma linguagem com marcas fortes da oralidade próximo da linguagem falada das pessoas do convívio social dos educandos. Dessa forma, os educadores devem primar “por ensino que uma, de maneira objetiva e dinâmica, os conteúdos culturais valiosos, que a escola tem que incentivar, com o mundo vivido pelos estudantes” (SILVA, 2009, p. 45).

Conseqüentemente, o ensino de literatura deve pautar-se na horizontalização dos textos escolhidos para serem trabalhados em sala de aula, sejam os clássicos sejam os populares. O que deve ser priorizado é como deve ser feita a leitura desses textos.

O ENSINO DE LITERATURA ATRAVÉS DA LEITURA CRÍTICA DOS CORDÉIS

A partir da revolução industrial aconteceram profundas mudanças tecnológicas e científicas na sociedade de um modo geral, desembocando também na participação popular na luta por igualdade, que desdobra-se em uma revolução cultural apoiada pela reprodução mecânica. Como já preconizava Walter Benjamin(1983), em seu livro *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, há uma corrida desenfreada pela difusão em série de bens culturais para satisfazer os anseios de um público leitor cada vez mais ávidos por novidades, que por sua vez aciona uma nova indústria: a da cultura. A escola por sua vez contribuiu bastante para essa nova indústria, pois como é sabido a leitura propiciou muitos ganhos ao mercado da tipografia, ou seja, a leitura de livros tornou-se o meio mais aceito de adquirir a cultura. Como pontua Regina Zilberman:

“verifica-se por que a instituição converte-se no intermediário entre a criança e a cultura, usando como ponte entre os dois a leitura. Por sua vez, transparecem as razões pelas quais essa vem ocupar o primeiro plano, em detrimento de outras modalidades de percepção e representação da realidade, passando a funcionar como a porta de entrada do jovem ao universo do conhecimento:

- a) dar acesso à leitura significou estimular uma indústria nascente --a da tipografia—que vinha se desenvolvendo bastante no período e descobria formas específicas de impressão, tais como o livro, o jornal, o folhetim;
- b) a tradição do saber, no Ocidente, tinha optado desde a Antiguidade, pelo livro como receptáculo privilegiado dos produtos intelectuais e da tradição, em detrimento de outras possibilidades de expressão, como, por exemplo, as de ordem visual;
- c) o caráter econômico do código escrito facilitou a difusão deste, já que detém grande capacidade de condensação, ao utilizar o alfabeto, que se caracteriza pela transcrição dos fonemas, e não das sílabas ou palavras inteiras, sendo este o fator que lhe garante a funcionalidade (ZILBERMAN, 1986, p. 12).

A habilidade de ler trouxe como consequência a eficácia da escola, que por sua vez gerou uma verdadeira democratização do saber, dando início, assim a cultura massificada, cada vez mais ávida por livros. Conseqüentemente, o Iluminismo gera uma visão errônea da função da cultura ao colocar no topo o seu elemento imediatista: O livro.

É necessário fazermos esses esclarecimentos concernentes a leitura, deixando claro, que não é a prática de ler enquanto tal, mas a política que envolve sua expansão, que deve ser questionada quando se fala em leitura. Pois, temos duas questões a serem levantadas: Uma são os interesses econômicos e ideológicos que envolvem o mercado cultural e, a outra questão é de como essa democratização do saber foi feita pela escola, principalmente nos países de terceiro mundo. “Com efeito, os povos emergentes, em virtude de sua urgência de emancipação nacional desencadeiam programas de alfabetização em massa, através de campanhas patrocinadas pelo Estado, sobretudo quando este se proclama de extração popular” (ZILBERMAN, 1986, p. 15).

Nesta medida, o indivíduo ao alfabetizar-se, o mesmo ingressa na cultura dominante, através dos livros que são produzidos de forma que atenda os interesses da burguesia. Segundo Zilberman (1986), quando criança, a mesma depende muito do adulto para ajudá-la a decodificar o mundo a sua volta e, quando adulto, este não tem instrumentos intelectuais o suficiente para questionar a ideologia do colonizador que está no livro didático, e este por sua vez tende a incorporar pacificamente a cultura do dominador.

Por isto, num caso e no outro, a conquista da habilidade de ler é o primeiro passo para a assimilação dos valores da sociedade. No transcurso deste processo, novas contradições emergem. De um lado, porque, na eventualidade de um entrelaço de diferentes civilizações, isto é, de povos em distintos estágios culturais, a introdução da escrita pode determinar uma violentação profunda das formas originais de expressão, como ocorreu ao longo da ocupação da América pelos colonizadores europeus (ZILBERMAN, 1986, p. 16)

O que acontece com esse indivíduo depois que adquirir a habilidade de ler, tornando-se alfabetizado traduz muitas vezes o fracasso da escola, pois pode ser explicado porque muitos estudantes fiquem no meio do caminho, ou seja, afasta-se de qualquer leitura, principalmente dos livros. Ou porque foi mal alfabetizado ou porque a mensagem que foi veiculada no livro o traumatizou de forma muito significativa.

Segundo Ezequiel Theodoro da Silva (2009), depois da revolução de 1964 é que os livros aqui no Brasil vão se tornando cada vez mais imprescindíveis na escola e, por isso mesmo, “vão sendo editados maciçamente a fim de responder a uma demanda altamente previsível, a um mercado altamente rendoso, lucrativo e certo” (SILVA, 2009, p. 40).

Sem dúvida, também não podemos deixar de abordar que em meio a essa difusão do livro didático pós ditadura, inicia-se também uma total desvalorização do professor, com perdas salariais, além de falta de infraestrutura nas escolas públicas. Com a queda do salário, os professores acabam aumentando sua carga horária, ficando sem tempo de cursos de atualização. Além da pedagogia tecnicista que é a exaltação dos métodos e das técnicas de ensino, “bem como dos veículos e dos

instrumentos que fazem circular o ‘conhecimento’ ou então, melhor dizendo, *um conjunto formatado de informações que se fazem passar por conhecimento* próximo ao professorado e alunado” (SILVA, 2009, p. 40).

Com um olhar mais apurado percebemos a manobra do governo de restringir, acabar com todo pensamento crítico nas escolas. Temos assim, duas vítimas do sistema: O professor e o aluno. O professor por ganhar pouco viu-se obrigado a aumentar sua carga horária para ganhar um pouco mais. E aí surge o cerne da questão: sem tempo para preparar aulas, acaba aceitando livros e manuais que lhe chegam prontamente. A consequência dessa ação resulta no estudante que não se sente envolvido com a leitura do livro didático, nem sabe fazer uma reflexão crítica para essa situação.

Constata-se, assim que a “leitura de Literatura tem-se se tornado cada vez mais rarefeita no âmbito escolar”, como percebeu Regina Zilberman (apud, Orientações Curriculares Nacionais, 2006, p. 55), pois, na aula de Literatura, as leituras vão se tornando simulacros: apenas resumos, compilações, algumas informações sobre os autores, ou seja, conhecimento mínimo para fazer as avaliações e o ENEM.

É fato, a escola precisa parar com essa cultura de ter apenas como sua única fonte o livro didático, é preciso unir os conteúdos selecionados pela escola com o mundo vivido do estudante. “Somente assim as aprendizagens escolares poderão ganhar o estatuto de significativas, equilibrando, em termos de programas, os elementos da cultura elaborada com a história dos grupos de estudantes” (SILVA, 2009, p. 45).

Por conta desse quadro que se instaurou na escola brasileira, em especial na pública, onde presenciamos um maior distanciamento do que é preconizado nos livros didáticos e a realidade do estudante, que na sua grande maioria trata-se de pessoas de classes sociais desfavorecidas com uma cultura oral muito forte, e com pouco ou nenhum contato com livros de qualquer espécie. É com esse público, em especial, que precisamos incentivar a leitura crítica como uma forma de empoderamento ao levar o “cidadão a compreender as raízes históricas das contradições e a buscar, pela ação concreta, uma sociedade em que os benefícios do trabalho produtivo e, portanto, da riqueza nacional não sejam privilégios de uma minoria” (SILVA, 2009, p. 24).

Pela força que a oralidade tem entre os estudantes, sugerimos aos educadores em iniciar a leitura crítica através da Literatura de Cordel por configurar como uma potência discursiva entre o oral e o escrito, sendo assim, uma das ferramentas pedagógicas importantes por se aproximar mais do educando com uma linguagem simples, que revelaria acontecimentos presenciados e perpetuados através dos versos, levando-o também a fazer uma leitura crítica.

Faz-se importante frisar que seria um contrassenso reivindicar uma leitura crítica restringindo-a aos livros. Isso implica alijar da experiência de leitura os milhares de jovens que não costumam ter na escrita sua referência cotidiana.

Ampliar a noção de leitura pressupõe transformações na visão de mundo em geral e na de cultura em particular. Isso porque estamos presos a um conceito de cultura muito ligado à produção escrita, geralmente provinda do trabalho de letrados. A realidade, entretanto, nos apresenta inúmeras manifestações culturais originárias das camadas mais ignorantes do povo e cuja força significativa as tem feito perdurar por séculos. Daí a necessidade de se compreender tanto a questão da leitura quanto a da cultura para além dos limites que as instituições impuseram (MARTINS, 2006, p. 30).

Constatamos que o grande entrave da educação é justamente considerar que o aluno não tem saber algum fora da escola, e se tem é visto como inferior, e que um dos obstáculos na educação é o próprio professor, pois “não tem o senso do fracasso justamente porque se acha um mestre. Quem ensina manda” (BACHELARD, 1996, p. 24).

A escola é, portanto, um espaço que acolhe diferentes sujeitos pertencentes a grupos identitários diferentes, sejam funcionários, alunos, professores, diretores, os quais representam um cenário múltiplo, onde diversos “eus” dialogam. Por outro lado, sabe-se que há uma parcela de culpa do professor, na medida em que estereotipa o aluno como um sujeito vazio de conhecimentos, quando se sabe que os educandos carregam consigo uma carga de conhecimentos acumulada durante sua vida extraclasse, “não se trata, de adquirir uma cultura experimental, mas sim de mudar de cultura experimental, de derrubar obstáculos já sedimentados pela vida cotidiana” (BACHELARD, 1996, p. 23). O pensamento de Bachelard (1996) pode lançar luz para um outro olhar acerca desta realidade:

Logo, toda cultura científica deve começar, como será longamente explicado, por uma catarse intelectual e afetiva. Resta então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir (BACHELARD, 1996, p. 24).

Neste contexto, e por compreendermos a sala de aula como um espaço aberto, percebemos a importância em se trabalhar textos variados, sejam eruditos ou oriundos do povo, como a Literatura de Cordel, um gênero marginalizado pela hegemonia da Cultura científica do conhecimento. Assim, é mister questionar o porquê da ausência do cordel no ambiente escolar, sobretudo no contexto nordestino, onde ele surgiu e se legitimou.

Nesse contexto, trazemos um estudo sobre Antonio Barreto, cordelista, que é professor a mais de vinte anos em escola pública de Salvador, desenvolvendo um trabalho voltado para educação.

Antonio Carlos de Oliveira Barreto, cinquenta e quatro anos, nasceu em Santa Bárbara, na Bahia. Chegou a Salvador em 1975, onde começou a comprar livros do gênero. Em seu curso de Licenciatura em Letras, pela Universidade Católica de Salvador recebeu a orientação da professora Edilene Matos, que nos idos da década de 80 já incentiva a fazer pesquisa sobre o cordel.

Esse gosto por essa Literatura popular foi ficando cada vez mais apurado, tornando-se um leitor exímio dessa arte, e posteriormente fazendo cordel de forma muito atuante, despontando hoje como um grande cordelista na Bahia, por seus poemas voltados para a educação e cotidiano.

Ao ingressar no ensino público na cidade de Salvador fez da sua arte de cordelista uma experiência pautada no ensino, utilizando-se do cordel como um instrumento pedagógico eficaz para tecer suas aulas. Esse fazer pedagógico foi sendo divulgado pelos próprios alunos, levando-o a ser conhecido fora da escola onde atua, a ponto de ser hoje convidado para fazer oficinas, palestras etc. A educação está tão arraigada na vida deste cordelista, que apresentamos a seguir algumas estrofes do Cordel feito em homenagem a Paulo Freire:

No ano de vinte e um (1921)
Em recife, a cidade
Dezenove de setembro
Nasce a grande majestade
Paulo Reglus Neves Freire:
Exemplo de Humanidade.
Sempre atento à educação
Com visão inovadora,
Estimulando o aprendiz
De maneira promissora
Libertando os excluídos
Da classe dominadora.
Seu esforço sempre fora
De revolucionar
Os rumos da educação
E poder nos ensinar
Que o futuro de um país
Vem da força popular.
Paulo Freire nos alerta
À defesa do oprimido
Mostrando aos educadores
Que o povo excluído
Precisa de nosso apoio
Nesse Brasil tão sofrido.
Esteve sempre imbuído
No ideal de liberdade
Criticando as injustiças
Da nossa sociedade
Pregando que a educação
É feita com liberdade.
Visando o conhecimento
E a realidade local
As palavras geradoras

Servem de base central
Inserindo o educando
No contexto cultural (BARRETO, 2011).

Constatamos a beleza da sua poesia ao trazer a figura de Paulo Freire de forma lúdica e despretensiosa sem grandes formalidades como o próprio homenageado sempre elucidou: a educação deve ser problematizada a partir da realidade local, “inserindo o educando no contexto cultural” (Barreto, 2011, p.5). Por saber que a leitura das obras de Paulo Freire deve ser o primeiro caminho que todo educador brasileiro deve trilhar primeiro, para sempre trazer consigo o foco na mudança social, que contrarie qualquer tipo de dominação ou opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a partir do momento que as diversas culturas começam adentrar os meios universitários, começam a serem discutidas, é o momento então de levar para o ensino básico também. Cevasco (2008) afirma que “nesse momento, a Cultura, com letra maiúscula é substituída por culturas no plural”. O surgimento dos Estudos Culturais possibilitou a reformulação do conceito de cultura, posicionando-se contra o elitismo e conservadorismo da direita, assim como contra o dogmatismo e, contra o logocentrismo, passando a valorizar as práticas culturais da subalternidade.

Diante de todos os fatos elencados chegamos a conclusão que o Cordel foi muito negligenciado ao longo dos anos por trazer marcas muito fortes da oralidade, e por ser uma literatura feita pelo povo para o povo. Assim, o Cordel e as narrativas orais precisam serem ouvidas agora na contemporaneidade, a fim de entendermos melhor a história do povo. Alguns professores revelam que trabalham em sala de aula com textos da Literatura de Cordel, embora o façam com o olhar de folclorização da figura do sertanejo nordestino. Percebe-se que, além desta ação, encontram-se poucos estudos sobre a importância do Cordel, do ponto de vista crítico-cultural.

Acredita-se que este seja um dos motivos pelos quais a Literatura de Cordel sofra preconceito: é um fazer poético produzido pelo povo, destacando a divergência entre “cultura intelectual” e “cultura do povo”, uma vez que, conforme Gonçalves (2007, p.02): “O Cordel encarna um ‘estilo nordestino’ de reflexão sobre o mundo, ou mesmo de criação de um mundo que quer ser ‘essencialmente’ nordestino”.

Diante disto, cabe pensar se o trabalho do Professor de Língua Portuguesa em sala reproduz (ou não) o discurso hegemônico ao utilizar apenas aqueles que se destacam por

Diante disto, cabe pensar se o trabalho do Professor de Língua Portuguesa em sala reproduz (ou não) o discurso hegemônico ao utilizar apenas aqueles que se destacam por apresentar uma

escrita dominante, do ponto de vista eurocêntrico. Assim, será possível pensar uma outra prática pedagógica para além dos ditames e dos encarceramentos impostos por quem ainda acredita que uma cultura se sobrepõe a outra e não considera que antes, porém, elas se circularizam, inter-relacionam-se e se conectam entre si.

Um estudo como este porá em reflexão a prática crítico- pedagógica do Professor de Língua Portuguesa e a potência da Literatura de Cordel como reveladora de outros atores sociais que, em todos os âmbitos e, principalmente, em sala de aula, por ser um espaço de discussão e aprendizado, precisam ser visibilizados.

Nesse contexto, trazemos um estudo sobre Antonio Barreto, cordelista, que é professor a mais de vinte anos em escola pública de Salvador, desenvolvendo um trabalho voltado para educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Cultura Letrada: Literatura e leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BARRETO, Antônio. *Paulo Freire: O mestre dos mestres*. Salvador: Edições Akadicadikum, 2007.

GONÇALVES, Marco Antônio. *Cordel híbrido, contemporâneo e cosmopolita. Textos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-38, 2007. Disponível em: <<http://www.tecap.uerj.br/pdf/v4/goncalves.pdf>>. Acesso: 02 de Ago. 2012.

HAURÉLIO, Marco. *Breve História da Literatura de Cordel*. São Paulo: Claridade, 2010.

LUYTEN, Joseph Maria. *O que é Literatura de Cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROENÇA, Ivan Cavalcante. *A Ideologia do Cordel*. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1977.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *Criticidade e Leitura: Ensaios*. São Paulo: Global, 2009 (Coleção Leitura e Formação).

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: As alternativas do professor*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

TEKOÁ: A LITERATURA NATIVA E SUAS LINHAS DE FUGA

Francis Mary S. C. da Rosa

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a reestruturação do projeto de pesquisa da dissertação do mestrado em Crítica Cultural, apontado a proposta de mapeamento e experimentação do trabalho a ser construído. Buscou-se por meio da divisão dos capítulos um plano de obra que possibilite uma leitura e um modo de produção inserido no próprio esforço da filosofia deleuziana de encarar a atividade conceitual como um problema. Desta forma, há uma tentativa de rompimento com a linearidade e a busca por uma experimentação no campo filosófico de forma a compreender os deslocamentos, dobras e polissemias que uma leitura do ativo e reativo no campo histórico, literário e filosófico podem produzir no bojo das estruturas e dispositivos de poder.

Palavras-chave: Literatura. Devir Menor. Subalternidade. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

A competência do fazer filosófico não é somente um ato reprodutivo e, sim, antes de tudo, criativo para Deleuze. Com esse emblema, a filosofia deleuziana leva o ato criativo à categoria do próprio fazer filosófico. Segundo Machado (1990, p.5) a filosofia deleuzeana é um entrecruzamento de “conceitos oriundos da própria filosofia” e de sua leitura de filósofos consagrados por ele e a utilização de imagens conceituais de outros domínios, como da botânica, literatura, artes. É um eterno diálogo entre o filosófico e o não – filosófico, e o que não é propriamente filosófico, sua filosofia propõe uma abordagem semiótica (VASCONCELOS, 2005, p. 1218).

Simplesmente chegou a hora, para nós, de perguntar o que é a filosofia. Nunca havíamos deixado de fazê-lo, e já tínhamos a resposta que não variou: a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos. Mas não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão (DELEUZE, 2000, p. 131).

Se filosofar é criar conceitos a partir de uma necessidade e o conceito é a ferramenta de “experimentação” do filósofo (ROCHA, 2008, p. 41) esta experimentação é a própria natureza do acontecimento. A proposta de compreender a experimentação como algo criativo envolve a própria alternativa deleuzeana para oferecer uma nova forma de pensar, pois ainda: “Pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar, e a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer.” (DELEUZE, 2000, p. 132). Neste sentido, experimentar está no limite entre o dado e o novo, pois para Deleuze o pensar não está desassociado da experiência (ou exclusivamente depende dela), antes mesmo, é por meio desta que é possível superar o dado ou hábito e de criar algo novo, retirar o pensamento da zona familiar e impor-lhe uma violência criadora, “e o que se há de pensar é do mesmo modo o impensável ou o não-pensado” (DELEUZE, 2006, p. 143).

Em *Mil Platôs* (2009) Deleuze afirma que a literatura é um tipo de agenciamento e que determinados tipos de literatura são potencialmente rizomáticas. No *Diálogos* (1998, p. 22) Deleuze explana que o universo literário, tal como a arte, por muito tempo se constituiu como um decalque do modelo de representação do pensamento: os estilos, normas, escolas só funcionavam como maneiras de neutralizar devires e linhas de fuga. Contudo, há determinadas literaturas que produzem rupturas, linhas de fuga, que estão ávidas por experimentação. Desta forma, uma literatura rizomática produz multiplicidades, provoca algum efeito, se conecta para usos, adquire funções, movimentando-se no seu devir, é uma toca¹, cheia de entradas. Seus personagens são sempre imagens de desterritorialização, desfazendo significações.

Ao longo de uma grande história, o Estado foi o modelo do livro e do pensamento: o *logos*, o filósofo-rei, a transcendência da Idéia, a interioridade do conceito, a república dos espíritos, o tribunal da razão, os funcionários do pensamento, o homem legislador e sujeito. É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem. Mas a relação de uma máquina de guerra com o fora não é um outro "modelo", é um agenciamento que torna o próprio pensamento nômade, que torna o livro uma peça para todas as máquinas móveis, uma haste para um rizoma (DELEUZE, 2009, p. 36).

Percebe-se que a literatura pode efetuar linhas de fuga e promover novos devires também do campo político e social, desde a reprodução de um estado de coisas até a recriação da subjetividade: o texto literário absorve e é absorvido, representa e é representado, ele é território (sedentário) e linha de fuga (nômade). Na liberdade de tudo dizer, o texto literário ultrapassa estratos cronológicos e geográficos e, faz rizomas... Florescendo no meio.

LITERATURA MENOR: DEVIR REVOLUCIONÁRIO

Por meio do conceito da literatura menor e maior, a dupla Deleuze e Guattari (2003) impulsiona uma visão da criação literária como algo capaz de transformar e transvalorar o viés hegemônico, por meio de um movimento dialético derivado no seio do próprio modelo canônico.

Tal percepção rizomática nos propõe uma concepção de literatura menor como um texto aberto, em movimento e não uma composição enrijecida e hierárquica. Neste contexto o texto literário surge como uma escolha que pluraliza esses dinamismos e nos oferece saídas para a percepção de um grupo, de uma sociedade, pois o escritor ou ensaísta não fala somente por si mesmo, ele é o porta-voz habilitado por outras vozes.

¹ Deleuze e Guattari usam o termo "toca" em *Kafka-por uma literatura menor*, para exemplificar as múltiplas entradas em uma obra literária rizomática.

Para tornar esta ruptura com a imagem do pensamento tradicional uma experiência teórica de fato e possibilitar um sistema de pensamento, Deleuze sempre elegeu a literatura como uma imagem capaz de possibilitar e guardar toda a efervescência do rizoma. Cada conceito da filosofia deleuziana é descrito em relação com um personagem literário, um evento fictício, uma declaração. Em suma, cada camada do trabalho teórico de Deleuze - a camada das demonstrações pragmática ou o sistema rizomático – se evidencia no mundo da experiência literária.

Rizoma é literatura e esta literatura cria uma rede de questões convergentes, que projetam luz sobre um texto multifacetado. A literatura rizomática recusa interpretações, busca experimentações. Opõem-se ao dado e ao identitário com outras modalidades, vai além dos seus limites: não há fórmulas ou hierarquias pré-estabelecidas. Assim, a literatura é um agenciamento com potencial de conectividade com outros agenciamentos, se associando a linhas de fuga, rompendo com a lógica binária hierárquica e instalando desterritorializações.

Ao instaurar linhas de fuga, a escrita literária possibilita rupturas no esquema radicular e promove frestas no discurso do poder. A menoridade surge mediante a existência dos desvios, como diferença e anomalia em devir cuja tarefa é a experimentação da escrita com o objetivo de violentar o pensamento dogmático.

É diante desta perspectiva que pensar a paridade minoritário/majoritário nos convida para além de uma relação numérica, tal como os filósofos Deleuze e Guattari explicitam em *Mil Platôs* (2011):

A noção de minoria, com suas remissões musicais, literárias, lingüísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. (p. 55)

Segundo Deleuze e Guattari (2003, p.38) uma literatura menor diz respeito ao deslocamento proposto por uma minoria em uma língua hegemônica e dominante diante da impossibilidade de “escrever de outra maneira”. É o indicio de que as normas sociais e políticas deslocam-se em meio a um modelo raizificante ou canônico e possibilitam linhas de fuga. Instaurar linhas de fuga, segundo Deleuze e Guattari (1998) deve ser compreendido como uma literatura que não se limita em reconhecer territórios e saberes, mas, pelo contrário, questiona os modelos e se propõe a novos encontros nas relações em que foi produzida, instaurando novas linhas de fuga: é fuga diante de fuga.

Como destaca Moreira (2002) o campo literário e a arte em geral é geradora de uma miríade de acontecimentos com capacidade de transvalorar a realidade, produzindo formas de resistências e de polissemias de desejos. Por isso mesmo, o potencial revolucionário reside na menoridade como

local de diferenciação e com uma experiência do fora, possibilitando não somente novas formas de vida e subjetividades, como também afirmar o devir, o que ainda pode acontecer, enfim- o por vir.

A literatura é rizomática, mas esta deve ser constituída por fluxos e linhas de fuga, por isso a literatura pode aparecer conectada a multiplicidades sem perder sua organicidade, totalidade e sua autonomia. O caminho das multiplicidades nos convida a buscar estratégias de inteligibilidade das múltiplas formas de vida até mesmo dentro da arte. Sua natureza incerta nos mostra que toda forma é um estado variável de algo que sempre estar por vir. Mas, enquanto o rizoma não precede de início e nem fim, a literatura faz um corte (um mapa). Ela bloqueia os caminhos múltiplos discursivos para inserir sua voz ou vozes, operando novos desvios, novos significados, mesmo no que ainda é interdito. Em seguida, ela esboça uma linha que corre em direção ao futuro, o que desestabiliza (decalca) o presente.

A LITERATURA NATIVA COMO LITERATURA MENOR

A literatura indígena textual contemporânea não é um fenômeno recente, desde a década de 80 existem produções de autoria indígena, mas, sobretudo no final da década de 90 e nos primeiros anos do século XXI é que se torna uma questão urgente discutir e pôr em relevo este processo de empoderamento que repercute em questões tão pontuais como alteridade, a escrita de si, mito, história, encontros, desencontros, resistência e tantas outras formas e textualidades que a literatura pode nos revelar.

O outro, o índio sempre teve sua visibilidade e sua identidade transpassada pela produção discursiva do não-índio: a literatura indianista buscava informar (ou deformar?) uma visão e uma escrita sobre o índio de forma homogeneadora e etnocêntrica, sempre sobre o prisma ocidental, compartimentado na ideia de uma forma maior do fazer literário, que exclui e condiciona para a marginalidade as textualidades dissonantes. Segundo Alice Martha (1999):

Vistas, desde a Carta de Caminha, como elementos exóticos da terra, as figuras indígenas foram forjadas a partir de identidades europeias criadas por autores brancos, e mostravam-se incapazes de relatar, com voz própria, sua realidade e seus costumes. (p. 324)

Para Olívio Jekupé (2009) é de vital importância que o lugar e o não lugar do índio dentro da sociedade sejam de uma busca por uma construção identitária própria que não expurgue elementos indissociáveis da cultura e modo de vida nativo, como por exemplo, as marcas da oralidade, a valorização das imagens e textualidades, a forma e estrutura de contar histórias, sua ligação com a cultura e todo um imaginário de um povo.

Essa especificidade no fazer literário nativo nos coloca em frente a importantes questões de pesquisa no campo linguístico-literário e da crítica cultural, pois procura por em destaque de que modo uma dada hegemonia literária de natureza eurocêntrica se relaciona com as formas diferenciadas e subalternas do fazer literário, mais precisamente da marginalização da literatura indígena que é uma realidade ainda menosprezada e descaracterizada dentro deste modelo hegemônico.

Na recente literatura nativa se percebe uma proposta de revisão histórica que transfere a visão da identidade indígena historicamente baseada no equívoco e preconceito pelos não índios, para uma proposta de autodenominação que se insinua ou pode se experimentar como uma literatura afirmativa e imprime em sua obra um caráter menor.

Segundo Deleuze e Guattari (2003, p. 41): “As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, agenciamento coletivo de enunciação”.

O movimento de se apoderar do português na literatura nativa, segundo Graça Graúna (2013) é um recurso para efetuar um outro projeto de representação que subverte a lógica lusocêntrica e instaura um outro modelo discursivo dentro da própria língua que busca uma “desobediência aos paradigmas”.

Se de uma certa forma a literatura propicia uma representação de nacionalidade, tal como ocorreu no movimento indianista literário no início do século XIX, tal “contraliteratura”, nas palavras de Graúna, pode possibilitar a ampliação do olhar sobre as diferenças culturais e expandir a conquista do poder para as minorias na esfera da produção intelectual (p. 66).

Tornando o subalterno uma potência criativa, a literatura nativa se configura em um agenciamento coletivo, um refundamento e um discurso de pertencimento que coloca uma língua maior num processo de fluxo e fuga.

Essa percepção de deslocamento e fuga em meio a um processo de movimentação política da língua, à saber, o português do não-indio sendo operado pelos grupos indígenas potencializa a literatura nativa como fortalecedora dos grupos étnicos envolvidos e produtora de subjetividades, como destaca Barzotto (2012):

A emergência da literatura pós-colonial acontece pela negação e anulação dos ditames normativos eurocêntricos de padronização universal que pregam a linguagem da metrópole como norma e marginalizam as variantes como ‘impuras’, surgindo a ab-rogação. Esta escrita se desenvolve com a apropriação da linguagem e da escrita dominante com vistas a novos e específicos usos, pois se a língua tem condições de perpetuar a estrutura hierárquica do poder também as tem para

subverter o discurso opressor e deixar emergir a eficácia da voz pós-colonial. Desta forma, a língua inglesa usada na Guiana jamais será e nem pretende ser como o 'inglês da rainha', usado na Inglaterra, e o mesmo processo acontece entre a língua portuguesa do Brasil e de Portugal (p. 84).

Tal percepção nos coloca diante de um fazer literário que combina ao mesmo tempo uma especificidade política e étnica que se relaciona diretamente a sua condição de pronunciar uma tradição, uma voz coletiva que vai além das simples identidades enquanto indivíduos.

Os escritores indígenas mobilizam em seus textos as tradições orais, o caráter performático de tais tradições e incorporam a etnicidade de sua nação indígena de pertencimento ao "traduzir" para a escrita uma voz coletiva, recuperando-a e experienciando-a em um pronunciamento político que diz respeito a um povo inteiro, sua sensibilidade e sua história.

Por meio desta ramificação do individual no plano coletivo os escritores nativos através de sua menoridade literária pronunciam um agenciamento coletivo de enunciação, onde a aparente subjetividade isolada do escritor transporta o devir revolucionário politizado do desejo de várias vozes.

UM POVO POR VIR...

A partir de um processo de construção de uma identidade indígena por meio da composição étnico literária se pode perceber que a literatura se constitui como um devir revolucionário. Para além de qualquer representação a literatura mobiliza a linguagem para um estado de devir e a mergulha em um conjunto de forças e embates para a construção de uma menoridade política.

Com a literatura nativa contemporânea desempenhado um importante papel no fortalecimento ético da cultura das nações indígenas, não somente em frente ao cânone, mas também na própria conjuntura do "estado-nação maior", os escritores nativos contemporâneos se apegam ao elemento da tradição e ancestralidade para tecer os rumos de uma velha e, ao mesmo tempo nova história que busca recompor os elementos da oralidade, de sua indianidade e de se contrapor a modelos interpretativos de caráter universal.

Em um texto intitulado "A literatura e a vida" Deleuze (1993) afirma que a literatura está em íntima relação com aquilo que está inacabado, como o que está por vir. Segundo o autor, não há componente de fuga e de devir-potência naquilo que é preponderante, que é dominante. Segundo Deleuze (1993):

O devir não vai noutro sentido: não devimos Homem, mesmo que o homem se apresente como uma forma de expressão dominante que pretenda impor-se a toda

a matéria; ao passo que mulher, animal ou molécula têm uma componente de fuga que se descarta à sua própria formalização (p. 11).

Neste sentido a tarefa da literatura nativa contemporânea não é de compor um caminho em busca de se afiliar ao cânone ou de se tornar parte dele, se adequando até ceifar sua diferença em um jogo de “mais do mesmo”. É compor uma máquina de guerra capaz de desestabilizar territórios e levar seu processo de desterritorialização ao infinito.

A escrita nativa é uma desmontagem do modelo de cidadania proposto pela visão unívoca de uma razão nacional (RAMOS, 1991) e se estabelece como um convite a repensar o parâmetro lusocêntrico com que determinadas categorias ou subcategorias que são instituídas mediante ao cânone adquirem um caráter subalterno: é literatura, mas é nativa ou indígena, porque de forma oculta está o pressuposto que a única literatura de verdade é a escrita em português. O guarani, o mundurucú, tupinikim, tupinambá entre uma miríade de outras línguas devem ser “traduzidas” para o português.

A literatura indígena é estranhamente considerada exógena (quando no seu idioma original) pela mesma tradição lusocêntrica que no apogeu do movimento indianista romântico defendeu o nativo ou indígena como o elemento originário e simbólico do Brasil, enquanto estado nação independente.

Se, por um lado, a construção de uma identidade nacional por meio do parâmetro universalista não atende aos anseios e necessidades transculturais dos povos indígenas (Ramos, 1991), por outro, o desejo de uma noção de cidadania que legitime a diferenciação pela equivalência pode ser alcançada por meio da literatura nativa.

Sendo a porta-voz autorizada de um conjunto de nações étnicas e suas especificidades, assim como defende Deleuze (1993) a literatura é iminentemente política, colocando-se ao lado dos desejos e anseios das minorias. Ela nos permite pensar em um mecanismo de desmontagem da ideia de uma razão nacional pautada na semelhança. De acordo com Deleuze (1993):

Precisamente, não é um povo chamado a dominar o mundo. É um povo menor, eternamente menor, absorvido num devir-revolucionário. Talvez ele não exista senão nos átomos do escritor, povo bastardo, inferior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado. Bastardo não designa já um estado familiar, mas o processo ou a deriva das raças. Eu sou uma besta, um negro de raça inferior para toda a eternidade. É o devir do escritor. Kafka para a Europa central, Melville para a América, apresentam a literatura como enunciação colectiva de um povo menor, ou de todos os povos menores, que, por intermédio do escritor e nele próprio, encontram a sua expressão. (p. 5-6)

Esse povo por vir, esse povo cuja vida permanece na fronteira (BHABHA, 1998) é a chave para a instrumentalização de um diálogo transnacional. É o ecoar de uma voz fugidia, posta em devir-

indígena, que não atende mais pela visão idílica do indígena, que no lugar do “eu” e do “tu” desloca sua escrita para o “nós” diante das normas e do cânone estabelecido, “a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos retira o poder de dizer Eu” (DELEUZE, 1993, p.3).

Mediante Deleuze (1993) é somente no desejo de permanecer de fora que uma literatura pode ser considerada menor, revolucionária e fronteira. É só por meio disto que a literatura se efetua enquanto afirmação da vida e saúde.

Somente como anunciadora de uma potência que ainda não existe, mas é real, pode estabelecer um modo de criar e resistir.

PROJETO DE SUMÁRIO:

CAPITULO 1:

Sumário

Introdução

Capítulo 1: Contextualização histórica ou *o Jogo de uma outridade no tempo*

O romantismo brasileiro

Representações de indianidades na literatura brasileira

Animais literários, animais políticos: formação da identidade nacional na literatura indianista

Outridade perdida: a construção da representação do indígena no imaginário nacional

A ideologia e o cânone na literatura

Oralidade: a palavra sagrada

Comunidades poéticas e seus deslocamentos ou *Meu destino é ser onça*

Nação Guarani: um povo como tantos outros

Os contrapontos da cidadania indígena no Brasil

Fortalecimento étnico pela literatura ou *A escrita do impossível*

A identidade cultural indígena no pós-indianismo

Modernidades indígenas: escrita, deslocamento, antropofagias

Contrapontos da literatura indígena contemporânea

Com esta primeira proposta para o primeiro capítulo pretende-se fazer uma releitura da imagem sacralizada dos indígenas na historiografia literária tradicional, assim como buscar contraporla aos nomes da crítica cultural evidenciando deslocamentos, pontos de fuga e agenciamentos coletivos. As obras literárias do autor Olívio Jekupé serão conclamadas a estabelecer ligações nos capítulos propiciando uma organização estética e estilística no texto, ao mesmo tempo dialogando com a fortuna crítica e conceitual do referencial teórico. O ideal é transformar as próprias obras do autor como agenciamentos maquínicos e dispositivos de enunciação.



REFERÊNCIAS

- BARZOTTO, Leoné Astride. A construção da identidade cultural por meio do texto literário pós-colonial: Brasil e Guiana. In: Alexandra Santos Pinheiro; Paulo Bungart Neto (Org.). *Estudos Culturais e Contemporaneidade: Literatura, História e Memória Dourados*. Ed. UFGD, 2012. p. 81-107.
- BHABHA, H. Locais da Cultura. In: *O local da Cultura*. Trad. Myrian Ávila, E. Lourenço e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *La Littérature et la Vie, Critique et Clinique*, Minuit, Paris, 1993. p. 11-17.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. v I. Trad. Aurélio Guerra Neto; Celia Pinto Costa. São Paulo: editora 34, 2009.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. v. II. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka - Para uma Literatura Menor*. Ed. 0789, Lisboa: Editions Minuit, 2003.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUZMÁN, Tracy Devine. *Native and National in Brazil: Indigeneity after Independence*, Carolina do Norte: A project of First Peoples: New Directions in Indigenous Studies, 2013.

MACHADO, Roberto. *Deleuze e a filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MUNDURUKU, Daniel. *O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

MOREIRA, Osmar. *Folhas Venenosas do Discurso: Um Diálogo entre Oswald de Andrade e João Ubaldo Ribeiro*. Salvador: Uneb/ Quarteto, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. *Os Direitos do índio no Brasil: Na encruzilhada da cidadania*. Brasília: UNB, 1991.

ROCHA, Jorge A. C. *Gilles Deleuze: As aventuras do conceito*. UEFS. Núcleo de Estudos e pesquisas em Filosofia. Feira de Santana, 2008.

SEGATO, Rita Laura. *Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje*. Crítica y Emancipación, (3): 11-44, primer semestre 2010.

A POÉTICA DE LUAR DO CONSELHEIRO: NO TEMPO NA VOZ E NO MOVIMENTO-PERFORMANCE

Gabriela Santos Barbosa¹

Andrea do Nascimento Mascarenhas Silva²

Resumo: Este artigo teve como objetivo perceber, na poesia escrita de Luar do Conselheiro, marcas performativas. A busca perceptiva passou pela experiência leitora, que (re)elabora a performance quando o leitor se depara frente ao texto poético para executar a leitura. Nesse instante, as palavras inscritas ali perpassam o corpo do leitor e anunciam a retomada de um tempo passado/memória que pode ser tangido para o presente/futuro. Com isso, o corpo torna-se palco. Foram levantadas algumas considerações sobre performance, atreladas ao debate em torno da presença da oralidade na poesia escrita. Utilizamos, aqui, o método da pesquisa bibliográfica para investigar o material teórico de autores como: Paul Zumthor (1993; 2000), Le Goff (2009), Massaud Moisés (1968), Maurice Hawlbachs (1990), Jorge Glusberg (2008), Alfredo Bosi (2004), Otávio Paz (2005), entre outros. O trabalho possibilitou perceber como poesia e corpo se relacionam e juntos elaboram o que chamamos de performance.

Palavras-chave: Luar do Conselheiro. Performance. Poesia escrita. Corpo. Leitura.

INTRODUÇÃO

O desdobramento do tema “A poética de Luar do Conselheiro: no tempo, na voz e no movimento-performance” surgiu a partir de estudos sobre performance, entendida aqui como um elemento que abarca corpo/voz, sempre estiveram presentes em minhas pesquisas. O norte motivador desse artigo oportuniza verificar como o trabalho de Luar do Conselheiro, em pleno séc. XXI abre espaço para compreender a presença da voz/corpo na poesia escrita.

Diante do tema, surgiu uma pergunta intrigante: em que medida a poesia escrita de Luar do Conselheiro mantém contato com a performance? No recorte aqui analisado, essa possibilidade inovadora encontra-se mais evidenciada em poesias que retratam a figura do sertanejo, sujeito sempre presente na poética estudada.

Nesse sentido, ao considerar o corpo como memória e lugar concreto da propagação da performance, pode-se afirmar que a poesia de Luar do Conselheiro estabelece contato com essa arte, à medida que pressente um corpo criador de tal arte.

Deste modo, objetiva-se neste artigo empreender como a performance aparece na poesia escrita do poeta Luar do Conselheiro. Assim, pretende-se dar maior ênfase à presença de traços orais

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus III – Juazeiro. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E-mail: gabrielabarbosa.23@hotmail.com.

² Professora de Teoria Literária da UNEB – Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP. Pesquisadora e Líder do Grupo de Pesquisa intitulado ‘Literatura e Diversidade Cultural: imaginário, linguagens e imagens’ (V Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq). E-mail: <marenhas@hotmail.com>.

na poesia estudada e que vem, de algum modo, como que difundir a consciência em torno da necessidade de preservar a poesia no corpo-memória, significando aqui poeta/texto como um dos elementos constituintes da identidade cultural de um povo.

Para trilhar esse caminho, faz-se necessário recorrer à parte da história dos trovadores medievais, já que estes empreendiam em seus próprios corpos a arte performática. Entretanto, cabe ressaltar que falar de Idade Média se justifica neste trabalho por conta do recorte que se propõe a fazer, ou seja, estudar a atualização da poesia performática com fortes traços de tradição oral nos escritos de Luar do Conselheiro, espécie de trovador contemporâneo.

O presente artigo é resultado de pesquisa bibliográfica que, segundo Severino (2002), serve como procedimento básico para o estudo monográfico, pelos quais se busca o domínio do “estado da arte” sobre determinado tema para, assim, tentar explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

Portanto, será traçado, ao longo do trabalho, o perfil do *corpus* literário de LC, buscando realçar em sua escrita, a presença da performance, da oralidade, da memória, como suportes criadores de uma poética “sertânica”.

O POETA

Luar do Conselheiro é assim, como chuva no sertão
e cheia no São Francisco... Vem sem Aviso!
(YRI MAIA, 2012)

Aidner Mendez Neves, o Luar do Conselheiro³ nasceu em 21 de julho de 1983, no Rio de Janeiro. Aos dois anos veio para a Bahia, mais especificamente para Salvador, lugar onde ainda vive. Lá ele atua como presidente da *Casa de Memória Boca do Rio Cultural*, “associação composta por vários amigos na defesa da fauna e da flora do espaço Boca do Rio” (CONSELHEIRO, 2012, s/p).

No início de sua adolescência, através de seu tio e padrinho, Luiz do Berro, conhecedor de cultura popular nordestina como poucos pode ter acesso à literatura de cordel e ao trabalho de cantadores e violeiros, como Ivanildo Vilanova, Zé de Laurentino, Xangai, Elomar, Fernando Guimarães, Vital Farias, Wilson Aragão entre muitos outros. O tio, Luiz do Berro, veterinário e chamado por criadores de “O Apóstolo da Caprinocultura” repassou para LC forte ideologia camponesa, tornando seu sobrinho cantador e mais um divulgador das questões nordestinas.

³ A partir desse momento utilizarei a sigla LC quando falar do poeta Luar do Conselheiro

A poesia é presença constante em sua vida. Compôs verso e prosa desde criança, inspirado em sua paixão pelos sertões, ícone direcionador de seu trabalho. As idas e vindas ao árido sertão nordestino deram lugar a pousos em Canudos, Uauá, Monte Santo, Região Sisaleira (Bahia), Alto Sertão Moxotó (Pernambuco), e tantas outras localidades. O conhecimento dessas culturas definiu um estilo mais voltado para traços regionais. LC afirma que ao conhecer a região conselheirista “o sentimento foi de reencontro com o (seu) povo, por haver nascido no Rio de Janeiro, ter ido a São Paulo e depois ter vindo para a Bahia, sentia falta de (suas) raízes, e só (encontrou) estas raízes no nordeste, precisamente em Uauá” (CONSELHEIRO, 2012, s/p – grifos nossos).

Militante socialista, LC traz, em sua escrita, marcas de um guerreiro impaciente e que tem como principais precursores as figuras de Luiz Gonzaga, Xangai, Elomar, Wilson Aragão, Cordel do Fogo Encantado, Mestre Ambrósio, Jessier Quirino, Chico Science, entre outras tantas personalidades. LC se define como um defensor da causa conselheirista, incluindo-se no rol de cantadores como Fábio Paes, Pingo de Fortaleza, Gereba, Cláudio Barris, Marcos Canudos, Gildemar Sena entre outros guerreiros do Bom Jesus Conselheiro⁴.

Segundo Yri Maia (2012), LC pode ser considerado um poeta popular nordestino. Sua obra cresce em relação à crítica e ocupa uma posição entre os poetas populares da atualidade, embora não seja conhecido no meio acadêmico. Por outro lado, vale ressaltar que o poeta não pode ser considerado um típico poeta/artista popular, apesar de assumir quase que completamente a estética sertaneja em suas criações, em seus ideais e na própria imagem pessoal que apresenta. Mas, o é por afiliação, por escolha deliberada.

Há que se frisar aqui a qualidade e o nível de linguagem empregada pelo trovador contemporâneo, elementos que colocam em evidência um trabalho de composição rebuscado nas palavras. Tomando outro viés, LC pode ser considerado um interprete das tradições orais sertanejas, pois seu trabalho consiste em manter uma base ancestral em suas composições, que são complementadas com engenho e arte, ou seja, com o desenvolvimento da atividade criadora que mantém em sua memória fatos primitivos que são (re)contados em seus escritos.

APROXIMAÇÃO: PERFORMANCE/CORPO/ESCRITA

Os estudos sobre performance ganharam relevância acadêmica a partir da década de 60 (século XX), com o trabalho de Yves Klein, artista francês, que fotografou sua própria queda no momento que saltava de um edifício. Ele era o protagonista de sua obra, e, nesse sentido a obra em

⁴ Fonte eletrônica: <http://versosdoluar.blogspot.com.br/>

si: *Salto no Vazio*. Esse ato foi considerado o início da arte da performance no mundo (GLUSBERG, 2008).

Não é pretensão aqui definir o termo performance, haja vista a complexidade dessa tarefa, seja porque ela (a performance) comumente apresenta características “emprestadas” de diversas linguagens artísticas e é por natureza, multifacetada, fato que a configura como arte de fronteira, podendo também ser entendida como uma arte híbrida. Assim, o que se propõe neste tópico é situar o leitor no espaço onde ela se propaga.

Para Glusberg (2008), a performance é caracterizada pela direta referência ao corpo do artista. Assim, este corpo é o suporte, o lugar onde os eventos acontecem no exato instante do espetáculo. Desse modo, são inúmeras as fontes de performances na história, remontando a tempos antigos, em que o corpo humano era usado para a proclamação ritualística.

A arte performática perpassa pelo corpo não só pela interação do artista com o público em dado momento de encenação, mas existe também um ato performancial velado, solitário, que se dá no momento em que o espectador, ao ter acesso a determinado material performático (uma fotografia, por exemplo), elabora uma performance. Desta maneira, há dois momentos performativos: quando o artista é fotografado (como fez Yves Klein – GLUSBERG, 2008) e quando o “espectador” se depara com o retrato. Assim, essa performance é (re)encenada pelos olhos que capturam a cena anterior e, por meio de uma criação imaginativa, projetam esse momento para o presente.

De acordo com Gusmão e Teixeira (2000), conceituar o que vem a ser performance não é uma tarefa simplória, haja vista sua interatividade com diversos campos de estudos. A partir do pensamento de Gofmann, os autores esclarecem que performance é qualquer atividade realizada pelo homem em dado momento, diante de alguns observadores, exercendo sobre estes alguma influência. Sendo assim, um sujeito pode está envolvido em uma performance sem perceber.

Performance pressupõe corpo, lugar onde ela acontece. Nesse sentido, Zumthor esclarece que a “performance aparece como ação oral-auditiva complexa, pela qual uma mensagem poética é simultaneamente transmitida e percebida, aqui e agora” (2000, p. 222). Em síntese, a performance é entendida como o instante em que o artista, por meio de seu texto oral ou escrito, se comunica com seu interlocutor. Como diria Zumthor, “é o modo vivo de comunicação poética”. Com isso, não é difícil perceber a relação entre performance e corpo, pois neste espaço performático o corpo constitui a própria obra de arte.

No caso da leitura, a imaginação performatiza o texto que traz o corpo em si, e faz com que esse habite e se (re)posicione no espaço de diálogo entre o eu-lírico e o interlocutor. A performance constitui-se em um passeio pelo texto e pelos elementos que o compõe, no caso de LC: caatinga, vaqueiros, cangaço, seca, desigualdades sociais etc. Assim, sua poesia é repleta de cenas que podem ser tangidas do papel para uma dimensão real/corpórea, como descrito em *O pranto de Acauã*:

Ao ver a tristeza dos retirantes,
A Acauã chora seu canto melancólico [...]
Ao lembrar-se de Canudos e seus mistérios,
Ao ver a boiada sucumbindo lentamente[...]
A Acauã chora seu canto de lamento,
E lembra-se dos tempos de chuva, alegria da gente [...]
Ao ver a face sofrida do catingueiro,
A Acauã chora até que seque seu pranto,
Vendo a força de guerreiro e a paciência de santo,
Ao ver o cantador em seu repente,
A Acauã chora liricamente, ao ver o poder que tem essa gente,
De tornar a dor... Dormente (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

Nesta poesia tais elementos bailam na imaginação do leitor e suscita a presença corpórea, em que cada palavra remete a uma imagem concreta do sertão. Nesse sentido, o corpo que lê, por sua vez, faz com que tais imagens se propaguem no tempo presente constituindo, assim, o instante performático.

A partir dessa perspectiva, a poesia demanda uma leitura silenciosa que vai se(re)construindo na presença do corpo do leitor por meio de sua imaginação criadora. Com isso, deve-se considerar que o leitor não é somente parte da recepção (função passiva) do texto poético, uma vez que também faz parte da performance (função ativa), pois (re)atualiza a cena lida quando traz o texto do passado e o coloca em seu espaço presente, espaço do “aqui e agora” (1993, p. 33), por meio das ações leitora e imaginativa. Assim, para Zumthor (2000):

Na situação performancial, a presença corporal do ouvinte e do intérprete é presença plena, carregada de poderes sensoriais, simultaneamente, em vigília. Na leitura, essa presença é, por assim dizer, colocada entre parênteses; mas subsiste uma presença invisível, que é manifestação de um outro, muito forte para que minha adesão a essa voz, a mim assim dirigida por intermédio do escrito, comprometa o conjunto de minhas energias corporais (ZUMTHOR, 2000, p. 68-69).

O ato de leitura pressente o ato criador do artista, então há uma comunhão de pensamentos, sentimentos, uma vez que exploram os órgãos, os sentidos até que cheguem de forma individual ou coletiva ao leitor, que toma para si o texto e, em um ato silencioso, percebe elementos performativos (corpo/voz) ali presentes.

A voz que lê silenciosamente age com determinadas limitações, mas dá lugar a uma performance, a qual traz à tona nervos, músculos, respiração. Com ela “o poema se desdobra, existe

de modo dinâmico, transforma-se, alia-se, engendra-se no bojo de um espaço/tempo cujas dimensões não são mais mensuráveis” (ZUMTHOR, 1993, p. 148). Isso implica dizer que no corpo do leitor reside o instante único de performance, pois na leitura que este empreende “mal conceberíamos que, lendo em seu quarto, você se ponha a dançar, e, no entanto, a dança é o resultado normal da audição poética” (ZUNTHOR, 2000, p. 33) do texto que se mostra capaz de (re)criar a presença ancestral do “criador” em seu próprio corpo e, assim, a poesia torna-se espetáculo e faz do corpo do leitor um palco de encenação.

Nesse contexto, a escritura poética esculpe-se no olho do leitor. Texto e leitor interagem em ato encenado, que ganha movimento a partir de uma voz que transporta o texto poético para o ouvido, o tato, o olfato, e, por meio do pensamento imaginativo/criativo, projeta a performance (movimento). O corpo do leitor em leitura silenciosa, arremessa, via imaginação criadora, uma presença que atravessa as fronteiras do texto escrito e se lança como obra performática, no espaço de uma presença orgânica que passa a se movimentar e movimentar o texto.

VOZ: NO TEMPO E NO CORPO-MOVIMENTO

Antes mesmo da difusão da escrita, poesia e performance já estabeleciam contato. No passado ancestral da poesia encontramos o poema primitivo ou arcaico, que já apresentava um canto acompanhado por instrumentos musicais, que era declamado e tinha o corpo/voz como suporte (LEORNADINELLI, 2009). Assim, a oralidade manteve-se presente entre os trovadores durante a Idade Média. Nas canções medievais a poesia nascia para ser cantada, por meio da arte de trovar dos menestréis, jograis e segréis. Na contemporaneidade pode-se perceber em LC uma renovação desse cenário, quando ele traz em suas *Missivas Eternas* traços de oralidade.

Eugênia Infante na minha imponente armadura: Meu coração...
Trago a minha impossibilidade de amar-te como me amas.
Tentando sempre possuir-me, ter-me p'ra teus absurdos.
Nest'hora parto violentamente na busca da minha liberdade perdida.
Perdôo pelo seu jeito visceral de me amar e temo pela tua sorte.
Já que me sinto tão triste por não ser aquela que ensinou p'ra todo o sempre.
Jamais meu coração amará outro da mesma forma que te amo.
P'ra mim teus versos estão acima do bem e do mal.
E pelo amor a tua arte, a tua alma, ao teu corpo e até mesmo ao teu sexo... Afasto-me (CONSELHEIRO, 2010, s/p).

A leitura de *Missivas Eternas* faz inferir que há forte presença oral dado ao fato da aglutinação das palavras como em “nest'hora” e “p'ra”, a qual serve para intensificar a velocidade da fala no ato da declamação. Assim, é como que se a poesia reclamasse para si um canto, elemento típico da poesia medieval.

De acordo com Moisés (1968), ao retornar na História e adentrar a Idade Média, vê-se que as cantigas de amor tem origem provençal e brotam a partir da temática do “amor cortês”, em que o trovador declara seu amor a uma mulher considerada inatingível. Esse amor configura-se em uma “servidão amorosa”, algo idealizado pelos poetas das mais diferentes classes. Entre eles existiram reis, burgueses e até mesmo camponeses muitos faziam da arte de trovar uma profissão. Outros trovavam “por inclinação ou interesse político” (1968, p 29).

Os que tomavam o “trovadorismo” como arte mantinha-se em uma condição econômica estável. À medida que se relacionava com a corte, iam estabelecendo uma relação de funcionário com a mesma. Os trovadores com inclinações políticas lançavam mão dessa arte por estarem vinculados a um posicionamento social: seja por necessidade de expor ideias ou, simplesmente, por puro deleite.

Superada tal distinção, o intérprete da poesia trovadoresca (o jogral) expunha o texto poético acompanhado de uma melodia, sem grandes elaborações e com a liberdade de improvisação. É o que nos mostra Moisés (1968), ao afirmar que:

[...] as cantigas implicavam uma aliança estreita entre a poesia, a música, o canto e a dança. Para tanto, faziam-se acompanhar de instrumentos de sopro, corda e percussão (a flauta, a guitarra, o alaúde, o saltério, a viola, a harpa, o arrabil, a bandura, a doçaiba, a exabeba, o anafil, a trompa, a gaita, o tambor, o adufe, o pandeiro). O próprio trovador tangia o instrumento, especialmente quando de corda, enquanto cantava, ou reservava-se para interpretação da cantiga, deixando a parte instrumental a um acompanhante, jogral ou menestrel (MOISÉS, 1968, p. 28).

Sendo assim, os jograis eram ajudantes imprescindíveis dos trovadores porque asseguravam a perenidade da poesia. Segundo Moisés (2004), no *Dicionário de termos literários*, *Jogral* vem do “provç. Joglar, do lat. Jocularis, gracioso, zombeteiro”, mais especificamente:

[...] Os jograis começaram a surgir na França, desde o século V. Todavia, o vocábulo data do século VIII. Primitivamente, designava todos quantos desempenhavam o ofício ou mister de divertir, com jogos, burlas, momices, etc. A partir do século X, passou a referir os cantores ou executantes musicais que divulgavam a poesia provençal. [...] Os jograis eram todos os que ganhavam a vida atuando ante um público, para entreter com a música, ou com a literatura, ou com os ditos engraçados (MOISÉS, 2004, p. 251).

Para complementar a informação do que veio a ser o jogral e seu papel na sociedade medieval, Le Goff (2009), traz considerações relevantes sobre o assunto, ao afirmar, que o jogral era tido como um “herói ambíguo”, uma espécie de “sucessor dos mímicos da Antiguidade” que herdara alguns traços dos animadores pagãos. O próprio Le Goff assevera que “o jogral ilustra de certa forma a dupla natureza do homem, que foi criado por Deus, mas que sucumbiu ao pecado original” (2009, p.

157). A representação do jogral cabe, devido ao fato de que o texto apresentado não era dele, apenas se apropriava para apresentá-lo. Nas palavras de Le Goff (2009):

O jogral é o animador itinerante que vai fazer seus malabarismos nos lugares onde eles são admirados e remunerados [...]. Trata-se de um animador que faz de tudo. Ele recita versos e conta histórias. É o malabarista da “boca”, mas não é o autor destes textos, que são produzidos pelos menestréis e trovadores. Ele é apenas um executante (LE GOFF, 2009, p. 156).

Sendo intérpretes de tradições antigas e atuais, geralmente acompanhados por algum instrumento musical, os jograis tomavam para si certa liberdade de (re)arranjar o texto e trazer a ele novos sentidos.

Os menestréis, por sua vez, surgiram no fim da Idade Média, com a queda do jogral, pois, este vocábulo soava mal aos ouvidos e foi desdenhado pelo músico cortesão, que desde o “século XIV preferiu uma nova denominação, *menestrel* ou *ministril*, vinda do francês [...]. O menestrel exercia, predominantemente, as funções de músico e cantor. Podia ficar vinculado a uma corte ou viajar de cidade em cidade, ora exercendo seu mister junto aos fidalgos, ora em meio ao povo rude” (MOISÉS, 2004, p. 280).

Falar destes “animadores”: jograis, os quais tiveram o vocábulo do nome substituído por menestrel, guardando a ressalva que este já compunha seus versos, implica também falar dos trovadores. Estes poetas surgiram na Idade Média e:

[...] compunha a letra e a melodia das cantigas e também as executava, acompanhado de instrumento musical. Pertencia, as mais das vezes, à aristocracia ou era fidalgo decaído: é precisamente a condição de nobre que lhe explica a múltipla capacidade, pois ao talento individual acrescentava o estudo das regras da Retórica*, da Poética* e da Música (MOISÉS, 2004, p. 454 – marcações do autor).

Não é pretensão, aqui, descrever as relações sociais da Idade Média e sim ressaltar a importância da arte que os jograis, os menestréis e os trovadores empreendiam naquela época, pois se constitui um ponto referencial para o entendimento acerca do estudo que aqui se faz. Sendo assim, a atuação dos jograis, menestréis e trovadores podia ser traduzida na presença do corpo/voz em movimento, em meio ao processo de recitar o texto poético. Desta maneira, o intérprete (jograis, recitadores e leitores) e o compositor (menestrel e trovador) são valorizados, pois suas vozes carregavam as tradições de um povo, como o faz LC em *Pensamento Sertânico*, poesia que ao ser declamada requisita a instrumentalização da voz e o movimento do corpo.

Eu mantenho com meus versos
Os castelos sertanejos
Vagalumes nos lampejos
Trazem dos céus os anúncios
Minhas hostes de jagunços
Armam-se de dialética

E psicotomimética
É minha crença violeira
A festa da cabroeira
Mitiga a fome de luz
Dos cabras das cabras azúis
Dos carís de correnteza
O mastro de baraúna
De mais de um lustro de história
Carrega estandarte em memória
Dos crentes na redenção
São filhos de Dom Sebastião
Envolvidos na história
Ou são filhos da história
Do rei Dom Sebastião (CONSELHEIRO, 2010, s/p).

Deste modo, havia nas apresentações dos trovadores e há em LC, um jogo de corporeidade, de movimento que realça, portanto, os acentos da linguagem oral. Bosi (2004), a esse respeito, vem dizer que “tudo indica que recitados ou cantados, os passos da poesia arcaica deviam ser escandidos com energia ritual. O que resultava em dar ênfase às sílabas já fortes e em alargar a diferença entre estas e as fracas” (2004, p. 83). Tal ato proporcionava à leitura e/ou declamação da poesia algo próximo ao canto, fato comum durante a Idade Média.

CONFRONTOS E PERSPECTIVAS: POESIA E CORPO/PERFORMANCE

Ao longo do tempo e com o advento da escrita em suas múltiplas formas, a poesia foi perdendo seu caráter oral e se fixando em suportes de escrita. O ritual de declamação foi quase que completamente esquecido. Entretanto, na contemporaneidade, a poesia vem ganhando força e (re)tomando para si essa configuração oral e performática, antes tão forte.

No Brasil, o Nordeste tornou-se território fértil para a disseminação da poesia dita popular que imprime marcas performanciais na obra de diversos artistas. De acordo com Leonardelli (2009), “muitos pesquisadores, que se dedicam a literatura oral, recorrem a essa região. A sociedade nordestina ainda conserva, mesmo que com algumas modificações, muitos dos rituais, crenças e valores pertencentes à cultura medieval” (2009, p. 38).

Ao observar os poetas da voz no Nordeste, notam-se fatos singulares que dialogam com elementos típicos da Idade Média. O cantador contemporâneo pode ser comparado ao trovador medieval, já que “canta, declama, toca rabeca, viola ou pandeiro, compõe os versos, imprime o folheto e vende suas produções na feira” (LEONARDELLI, 2009, p. 40). Além disso, percebe-se que muitos destes cantadores trazem em suas produções emblemas de “narrativas da Idade Média”, os quais foram atualizados em nosso tempo: os cavaleiros tornaram-se os cangaceiros do sertão, e LC,

busca em parte de sua obra a (re)atualização de alguns elementos medievais, como pode ser percebido em *Terras sem dono*, onde há:

Indelével perfume de aurora sertaneja
E meus olhos se perdem contemplando meus reinados
Não sou dono de terras, mas sou terras sem dono
E meus castelos são de muros cactáceos [...]
Meu brasão possui a insígnia dos cantadores
Pois sou bardo de meu povo e crente nas coisas mágicas [...] (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

LC enfatiza, nos versos, a relação que mantém com os elementos medievais como, “reinado”, “castelo” e “brasão” e passa a aproximá-los do sertão, onde os “castelos são de muros cactáceos”. Assim, percebe-se que o medieval se faz presente na memória do sertanejo por meio de símbolos que se ligam ao cotidiano deste povo.

Ao ser perguntado sobre a presença de “Conselheiro” em seu nome e pelo motivo de trazer à sua poética o medieval, ele afirma ter se apaixonado completamente pelos contextos nordestinos e, desde então se alistou “na tropa imperial de defesa do Conselheirismo e da imagem dos guerreiros e guerreiras do Belo Monte. Sou Cabra do aprisco do Santo Antonio Conselheiro” (CONSELHEIRO, 2012, s/p).

Nesse contexto, a poesia escrita de LC encontra-se articulada à vida social que, ao ser “textualizada” se torna “sonora, melodia, gesto, ritmo” (LEONARDELLI, 2009, p. 41). Sendo assim, as palavras do poeta em *Cavalo Crioulo e Cabra Nativa* vêm como que explicar sua paixão pelo “Sertão do Conselheiro”:

A História é a ciência mais completa, mas precisa ser contada direito, e um povo que merece respeito deve, pois ser tratado com respeito;
Falo claro do povo nordestino, um amante fiel de sua terra, forte e disposto à guerra, labutando sua sina infeliz, salve o velho Conselheiro e a Confederação dos Cariris! (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

Percebe-se que, mesmo escrita, a poesia de LC mantém traços da oralidade, no modo como ele transmite os elementos da vida cotidiana e, principalmente, do povo que representa. O poeta empreende em seus versos, por meio da captação do passado no corpo presente do texto poético, a memória de povo sertanejo, assim, projeta a tradição para o presente e, diante do público a projeta para o futuro. Tem-se aqui um movimento de renovação e atualização da tradição medieval no ato de transportar para o leitor uma voz/memória que ecoa no presente com direção sempre voltada para o futuro.

LC promove uma espécie de visualização de um tempo passado em sua poesia, valendo-se do que vamos chamar de memória coletiva (cf. HALBWACHS, 2006). Ativa, com isso, um movimento que já não existe enquanto tempo real, (pois que é tempo passado), mas que, por meio da leitura de seus

interlocutores, atualiza-se no espaço da imaginação, onde a performance ancestral pode ser (re)encenada/materializada nas vozes presentes do texto poético/escrito. Note-se que, no espaço do texto de LC a oralidade e escrita se interligam, o que se pode perceber no seguinte trecho:

O beato Zé Lourenço, já sabia os caminhos da redenção, junto ao povo do Caldeirão mostrou o convívio com a seca;
Essa era a mesma certeza que tinha o nosso Padre João Ribeiro, pois foi ele o pioneiro na idéia do nordeste independente, salve, salve o Padim Ciço e salve cada nordestino resistente! (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

A voz do eu-lírico aflora nesta escritura poética de LC por meio de sentenças simples que beiram um estado conversacional. Além disso, percebe-se uma “outra” voz, do “beato Zé Lourenço e do Padre João Ribeiro” que lutam pela independência do nordeste constituindo, assim, uma movedade do texto que pode ser passado de “boca” em “boca” e tangido através dos tempos até chegar à memória individual do poeta.

Nessa perspectiva, poesia e performance mantém um elemento comum: a voz. Nela se percebe o poder de “mutação” ou “movedade”, conceito exaustivamente definido por Zumthor (1993). A “movência” pode ser entendida como o que se consegue captar dos textos escritos em um determinado tempo e, por não ter uma fixitude material, perpassa por séculos, sendo atualizados pela boca do intérprete. Assim, para o teórico: “os textos retêm ecos fragmentados, sem fixá-los jamais, impelidos como se ao acaso pelos turbilhões da intervocalidade” (1993, p. 146).

Sendo assim, de acordo com Zumthor, a “movência” pode ser considerada como uma criação contínua. Na maior parte da Idade Média a poesia precisava ser a todo tempo (re)memorada e (re)laborada pela voz, mesmo estando o intérprete de posse de um texto escrito, assim:

Uma voz o atualiza, mas não tem origem nem destino, não evolui nem decai, não reivindicava nenhuma filiação; é formalizada pelos movimentos físicos do corpo, ainda mais do que pelas palavras pronunciadas. Tudo o que tende a esse ato de performance é como se estivesse previamente demarcado; orienta-se em todas as suas partes e de todo o modo para este fim; a quem ouve, ele faz referência a um campo poético concreto, extrínseco, que se identifica com quem o percebe aqui e agora (ZUMTHOR, 1993, p. 149).

Além disso, o texto poético tem um jogo de repetição que, “sendo a poesia uma espécie de jogo de palavras valorizadas em suas qualidades expressivas, ela desperta uma reação complexa e múltipla por meio das repetições, mormente rítmicas” (DAGHLIAN, 1985, p. 163). Isso significa que a poesia toma para si certa liberdade e/ou autonomia, uma vez que possui esse esquema que possibilita a reiterabilidade. A repetição em LC possibilita a revelação de um campo de significados que foram apagados e/ou esquecidos, mas que na escrita, na recitação e/ou na leitura são atualizados. Assim, ele reconstrói poeticamente a história do sertanejo se utilizando da memória coletiva trazida do passado e, se valendo de elementos de repetição, bem como do emprego da

rítmica traz à luz, em sua poesia, uma nova performance, como pode ser percebido no seguinte trecho de *Sebastianicé*:

Meu pai me deu vinho santo de jurema, e eu pude ver... Derradeira miração! Meu pai me deu vinho santo de jurema, e eu pude ver... Derradeira miração! Um cavaleiro com olhos de nobre pássaro, montado austero em seu cavalo português; vinte mil homens conduziam o cavaleiro, pra corrigir as injustiças que se fez, trazia manto e coroa de brilhantes, e o brasão da dinastia de Avís, o sangue mouro na espada cintilante, lembranças feias lá de alquácer-Kibir⁵ (CONSELHEIRO, 2012, s/p).

Nesta estrofe o poeta se utiliza do eu-lírico que, sob o efeito do “vinho santo de jurema”, consegue mirar o mítico D. Sebastião e seus cavaleiros que como reza a lenda, um dia viria salvar o povo sofrido do sertão. Portanto, o poeta evoca essa personagem para contar a história do sertanejo e o faz lançando mão de sua memória individual, pois reúne em si fatos históricos, mitos sobre a volta do “salvador” (Rei de Portugal).

Bosi (2004), ao comentar sobre o ritmo, traz grande contribuição para o estudo da poesia. Para ele “na composição poética, o uso da alternância faz supor a aplicação inconsciente de um princípio cicloide, orgânico da energia vocal” (2004, p. 111). Essa energia, mencionada por Bosi, há que ser considerada como o próprio corpo do artista em situação de performance, em que a alternância vem ser a repetição dos elementos poéticos. Embora cíclico, está a todo momento sendo atualizado na voz e no corpo do intérprete. Na poesia de LC, esse ciclo pode ser percebido ao tomar como princípio a repetição da estrofe a seguir:

Meu pai me deu vinho santo de jurema, e eu pude ver... Derradeira miração!
Meu pai me deu vinho santo de jurema, e eu pude ver... Derradeira miração!
Vi Conselheiro montando um cavalo mouro, Mestre Silvestre num Crioulo pardo manso, eu vi os símbolos de compassos maçônicos, no peitoral do cavaleiro português; eu vi as pedras encantadas se movendo, para a chegada do reinado em comunhão, foi quando Cristo, encourado foi dizendo, que o cavaleiro era o Rei Dom Sebastião (CONSELHEIRO, 2012, s/p - grifos nossos).

A repetição rítmica que pode ser percebida em parte das poesias de LC aqui estudadas vem como que reforçar a oralidade hora mencionada. Quando o poeta reitera o primeiro verso, pretende enfatizar a “miração” causada pelo efeito do “vinho santo de jurema”. Outra repetição que vem reforçar a presença do corpo no instante performancial mostra-se no uso do verbo “ver”, quando o eu-lírico afirma: “vi Conselheiro [...], vi os símbolos de compassos maçônicos [...], vi as pedras encantadas” (CONSELHEIRO, 2012). Deste modo, o poema gira em torno de seu próprio eixo, se (re)construindo e (re)criando a cada verso findado, girando, sempre em movimento. Os elementos

⁵ Essa poesia de LC foi musicada

da repetição presentes na poética de LC facilitam a visualização/concretização da performance no texto escrito.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a poesia *Sebastianicé*, não se encerra em seu próprio espaço de escrita. A “recorrência” se faz presente para permitir a atualização dos fatos: a presença de Antônio Conselheiro que anunciava a chegada do Rei D. Sebastião. Além disso, permite também estabelecer uma proximidade com os elementos orais, característicos da poesia medieval.

Para corroborar com o pensamento de Bosi e perceber mais enfaticamente a recorrência do elemento da repetição na poesia de LC, Otávio Paz entende o poema como uma construção em que apresenta:

[...] um círculo ou uma esfera: algo que se fecha sobre si mesmo, universo auto-suficiente e no qual o fim é também um princípio que volta se repete e se recria. E esta constante repetição e recriação não é senão o ritmo, maré que vai e que vem, que cai e se levanta (PAZ, 2005, p. 12-13).

A simultaneidade entre poesia e voz percebidas em LC, pode ser entendida como um marcador corporal, ao considerar, portanto, que a poesia deve ser tomada não só como texto, mas também como performance; incluindo a esse rol, ritmo, entonação, gesto. Sendo assim, corpo/poesia/performance estão entrelaçados, pois artista e leitor interagem, mesmo que este seja extensão daquele.

PERFORMANCE E MEMÓRIA COLETIVA

Segundo elementos percebidos na própria poética de LC o modo como ele foi criado, suas viagens ao sertão, com seu tio e padrinho, Luiz do Berro, foram fundamentais para a formação da sua poesia. Yri Maia (2012) ressalta, ainda, que o desenvolvimento da personalidade se deu através do contato que, desde menino, o poeta teve com vaqueiros e cantadores do sertão de Uauá e Canudos. Conversas com os mais velhos e a observação dos valores e tradições da região se fez muito presentes em sua poética.

De acordo com Le Goff (1990), o contato que um indivíduo mantém com os contextos sociais de uma comunidade ajuda a preservar a memória coletiva da mesma. Assim, percebe-se que a memória é um fenômeno construído em sociedade e que uma memória individual pode assimilar tais experiências. Em consonância com esse pensamento Pollak (1992), vem dizer que “a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (1992, p. 203-204).

Sendo assim, pode-se estabelecer uma relação entre o fazer poético e os contextos cultural e linguístico que LC se insere. A ideia de memória coletiva em Halbwachs (1990) aproxima-se muito desse pensamento, pois “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com a linguagem; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (1990, p. 47). Para o autor, tais elementos formam os “quadros sociais da memória”. No caso de LC, nosso poeta perpassou e registrou nos contextos visitados vivências para construir seus próprios “quadros” em sua poesia, a qual traz marcas e histórias da vida, da lida e da luta do povo sertanejo que:

Ao som dos tambores de couro de cabra e da voz do repentista, os sertanejos de alicate, facão e foice derrubam as cercas criminosas.
De repente surgem no meio da caatinga cercada, homens com mais arma que a polícia! (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

Nas derribas da cerca, parece transportar uma memória do passado ao presente/futuro. O poeta se vale de eventos coletivos como, “a guerra”, e reconstrói a história sertaneja adaptando-a ao contexto atual, em que a luta pelo “quinhão de terra” ainda permanece. Assim, o poeta traz a tona imagens vivenciadas pelo sertanejo ao longo do tempo. Ele se empenha em preservar a memória deste povo ao evocar direitos sociais, quando diz que “o cabra velho cai pra dentro dos homens, disposto a matar e morrer pelo pedaço de chão” (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

As imagens que L.C. apresenta em sua poesia, sobre o meio social e o cotidiano das pessoas do sertão, são próximas dos “quadros” sociais vividos pelo poeta. Entretanto, “as percepções apresentadas pela sua poesia sobre as relações entre o signo linguístico e a natureza, entre o trabalho e o homem, entre a fé e a reivindicação social são pessoais” (HALBWACHS, 1990, p. 49). Ele (re)labora a cena já vivenciada pelo sertanejo, como pode ser visto na seguinte estrofe:

Os cantadores versam as coisas lindas do nordeste, ajudando moralmente os catigueiros na ação... E eu digo vixe! Danou-se! Os homens fugiram do pau de sebo! Correram mesmo com medo do povo do meu sertão!
Nas derribadas de cerca é assim mesmo Cabra velho! Tem que ser na tora! No braço! Que nem os guerreiros e guerreiras de canudos que enfrentaram os canhonaços! (CONSELHEIRO, 2011, s/p).

A partir das lembranças trazidas pela memória coletiva da guerra de Canudos, o poeta refaz a história e atualiza de modo poético a luta do sertanejo que enfrentou a artilharia do exército com “foice” e “facão”. É fato corrente que a matéria da memória presente na poesia de LC é fruto de lembranças que parecem emprestar à sua memória individual substância para a composição poética. Para certificar-se disso, Halbwachs (1990) vem afirmar:

Que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. Da mesma

maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma, dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças (1990, p. 28).

Tudo isso recai na relação que L.C. manteve/mantém com o povo retratado em sua poesia, pois que a memória individual (poeta) relaciona-se com a memória coletiva (povo) através de lembranças transmitidas e assimiladas por este grupo social. Assim, os comportamentos, os sentimentos, as ações vivenciadas na poesia *Nas derribadas da seca*, são atribuições aparentemente individuais, mas, são na verdade, inspiradas pelo saber coletivo, como afirma o próprio poeta em relação às suas composições. LC enxerga sua poética como “um Grito, um brado... Penso que minha obra é autenticamente catingueira, posto que minhas poesias e minhas músicas nascem prontas... apenas canalizo o que vejo... Com os olhos do corpo físico e com os outros olhos” (CONSELHEIRO, 2012, s/p).

Desta maneira, pode-se inferir que a poesia de LC (re)encena as experiências vividas pelos antepassados sertanejos, pois muito do que é retratado em sua poética traz como sujeitos enunciativos a realidade “sertânica”. O poeta empresta a voz a eles para que sua memória se constitua em presente.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A partir do estudo realizado pode-se confirmar que a performance como um gênero artístico multifacetado, híbrido, manifesta-se na poesia escrita dando-lhe forma por meio da presença do corpo do leitor. Assim, a presença de um corpo que lê movimenta o poema no tempo e no espaço. A performance conferida a poesia de LC possibilita não só a presença da linguagem poética, como também a reiteração de histórias já vividas, quando o poeta as captura e insere em sua escrita e agora ganha projeção por meio da leitura ambientada no silêncio do corpo.

Ao cenário urbano, líquido, em que as relações sociais são fragmentadas e os jovens elegem prioridades outras para suas vidas, surge LC, 29 anos. Destes, muitos dedicados a poesia, a qual busca preservar na escrita a memória coletiva do sertanejo. Ao nosso entender ele possui um olhar voltado para as histórias do sertão, muitas se tornaram lendas, e de modo particular ele re(encena) em sua poesia tal memória e lança para o presente/futuro.

Os enunciados poéticos de LC excedem os limites que tantas vezes são impostos nesses ambientes. São, antes, formas de reação do que de imposição. Sua palavra não se envolve com o discurso dominante, pelo contrário, esse discurso serve de matéria à sua poesia que reelabora e

ressignifica fatos. Por isso, LC pode ser considerado como um trovador contemporâneo, pois em sua escrita ele (re)conta as memórias do sertão, atualizando-as em nosso tempo.

Assim, o poeta defende em sua poesia o povo sertanejo e a causa conselheirista e “acreditando no mundo [suscita] novos acontecimentos”, conforme palavras de Orlandi (1987 –grifos nossos). Acontecimentos estes que serão levados as “bocas” leitoras, passando pelo ouvido até chegar no corpo palco da performance.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Manoel. *O livro sobre o nada*. 3 ed. São Paulo: Record, 1996.
- BOSI, Alfredo. *O Ser e o Tempo da Poesia*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- CONSELHEIRO, Luar do. Nas derribadas de cerca. In: *Versos do Luar*. Postado em: 07/03/2011. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CONSELHEIRO, Luar do. O pranto de Acauã. In: *Versos do Luar*. Postado em: 07/03/2011. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CONSELHEIRO, Luar do. Terras sem dono. In: *Versos do Luar*. Postado em: 07/03/2011. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CONSELHEIRO, Luar do. Cavalo crioulo e cabra nativa. In: *Versos do Luar*. Postado em: 07/03/2011. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CONSELHEIRO, Luar do. Sebastianicé. In: *Versos do Luar*. Postado em: 21/02/2012. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CONSELHEIRO, Luar do. *Pensamento Sertânico*. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CONSELHEIRO, Luar do. Missivas Eternas. In: *Versos do Luar*. Postado em: 27/06/2010. Disponível em: <<http://versosdoluar.blogspot.com.br/>> - Acesso em 2 de agosto de 2012.
- DAGHLIAN, Carlos (org.). *Poesia e Música*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- FONSECA, Aleilton. *Memorial dos corpos sutis: série a Bahia de Eros*. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2012.
- GLUSBERG, Jorge. *A Arte da performance*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GUSMÃO Rita; TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (Org.). *Performance, cultura e espetacularidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009b.
- LEONARDELLI, Poliana Barnabé. *Patativa do Assaré e a imortalidade do canto: oralidade, memória e religião*. Vitória, 2009. 111f.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1968a.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 2009b.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1987.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 2, n. 3, 1989.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Educ, 2000b.

AS MULHERES ÁRBITRAS DE FUTEBOL: UM ESTUDO SOBRE PODER, DIFERENÇAS FÍSICAS ENTRE OS SEXOS E AS INFLUÊNCIAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Ineildes Calheiro dos Santos¹

Orientadora: Suely Messeder²

Resumo: Este estudo se centra na pesquisa de mestrado estimulada pelas questões de gênero no futebol, mais especificamente nos critérios para se tornar árbitra, em cujo regulamento se exige a igualdade na aptidão física entre os sexos. Pretende-se discutir as influências socioeducativas e culturais pautadas no corpo/sexo/gênero e poder e os impactos sociais, tendo em vista a divisão sexual do trabalho. Diante do desenvolvimento do futebol e dos megaeventos desta modalidade ocorrendo no Brasil, muito embora já existam mulheres neste campo em vários seguimentos, analisando especificamente a arbitragem, nota-se tanto a presença de mulheres nesta função quanto uma desacerbada desigualdade quantitativa, o que nos levou à investigação. Fundamentando-se nas teorias feministas e pós-estruturalistas, versando sobre as construções sociais dos corpos e refletindo sobre os efeitos das tecnologias de gênero no corpo/sexo, o objetivo é compreender e identificar as influências socioeducativas e culturais nas diferenças físicas entre os sexos, diante dos impactos nos critérios para a formação de árbitras de futebol. Será utilizado o método qualitativo e a análise do discurso na reconstrução das histórias de vida das árbitras. Nos resultados esperados, serão apresentados os critérios de seleção e dos testes físicos avaliativos regulamentados pela FIFA e suas consequências, sendo identificadas as influências das tecnologias de gênero nos corpos sexuados, sobretudo da educação e da Educação Física e os impactos sociais e de gênero.

Palavras chave: Árbitras de futebol. Corpo/sexo/gênero. Divisão do Trabalho. Educação. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretende-se esclarecer sobre os caminhos do desenvolvimento da pesquisa de mestrado, discutindo as influências socioeducativas e culturais pautadas nas diferenças físicas entre os sexos, tentando desvelar os impactos sociais, tendo em vista a divisão sexual do trabalho na liderança futebolística. Destacado como problema os critérios para se tornar árbitra, que perpassa pelas questões físicas, em cujo regulamento é exigida a igualdade física entre os sexos, desconsiderando as construções desiguais dos corpos sexuados. Assim sendo, esta pesquisa tem como objeto as mulheres árbitras de futebol.

No texto, discorreremos sobre as influências socioeducativas e culturais, retratando as práticas educacionais e vivências que produzem as diferenças nos corpos sexuados. Por conseguinte,

¹ Mestranda em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2014 / E-mail: ildafrica@yahoo.com.br / Licenciada em Educação Física e Pós-graduada em Condicionamento físico. Bolsista da FAPESB. Membro do grupo de pesquisa em sexualidades, Gênero e Direitos Humanos (Enlace) - UNEB

² Orientadora. Dra. em Antropologia. Professora do Mestrado em Crítica Cultural e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Coordenadora do grupo de pesquisa Enlace – UNEB. E-mail: suelymesseder@gmail.com.

discutiremos sobre os testes físicos avaliativos nos padrões exigidos pela Confederação Brasileira, apresentando suas consequências.

Tendo como objetivo compreender e identificar as influências socioeducativas e culturais nas diferenças físicas entre os sexos, diante dos impactos nos critérios para a formação de árbitras de futebol, desvelamos três questões a serem desvendadas: 1) Quais são os critérios de avaliação do perfil físico para alcançar as características e qualidades ideais para se tornar um juiz de futebol? 2) Quais as influências socioeducativas e culturais no corpo sexuado? 3) Como funciona a divisão sexual do trabalho neste campo?

Desta maneira, delimitamos um referencial teórico pautado nas teorias feministas e pós-estruturalistas que versam sobre as desconstruções e desestabilizações da lógica naturalizante relacionados a corpo/sexo/gênero.

JUSTIFICATIVA

O estudo sobre as mulheres árbitras se origina da minha vivência, ultrapassando uma década no esporte, bem como da minha trajetória acadêmica no campo da Educação Física. Por um lado, como ex-atleta e árbitra de futebol (atuante no período da pesquisa), com passagem pelas instituições estadual – Federação Baiana de Futebol e nacional - Confederação Brasileira de Futebol (FBF E CBF), vivenciei a divisão sexual no trabalho dessa modalidade esportiva, os preconceitos de gênero, questões de classe, região, raça/cor e as relações de poder e submissão feminina. Por outro lado, na academia, no curso de graduação, percebi a ausência do debate relacionado às diferenças físicas entre os sexos fora do contexto biológico e sobre a divisão sexual do trabalho nos esportes vinculados a poder e hegemonia masculina, isto é, fora das naturalizações. Envolvendo-me em um grupo de pesquisa e estudos de gênero e sexualidades, passei a interpelar sobre a divisão sexual do trabalho desportivo como algo vinculado não somente ao modelo biológico. Diante do desenvolvimento do futebol, sua agenda de megaeventos e ampliação do trabalho no âmbito desportivo, muito embora já existam mulheres neste campo em vários seguimentos, analisando especificamente a arbitragem, nota-se tanto a presença de mulheres nesta função quanto uma desacerbada desigualdade quantitativa, o que nos impulsionou a investigar os motivos dessa desigualdade uma vez que a modalidade foi recentemente incluída no mercado de trabalho formal (Lei 12.867, sancionada em 10 de outubro de 2013 pela presidenta da República). Foi nesse sentido que demarcamos como problema a exigência da igualdade física entre os sexos nos critérios para se tornar árbitras. A relevância desta pesquisa adentra ao contexto social e científico, cuja eficácia concerne aos estudos feministas, de gênero e pós-estruturalistas, utilizando as árbitras de futebol

como objeto de estudo vinculado a corpo/sexo/gênero/poder, considerando que, nos debates atuais, versa-se sobre os corpos desvinculados da lógica biologizante e se teoriza sobre os corpos socialmente construídos. Espera-se nos resultados da pesquisa serem apresentados os critérios de seleção e dos testes físicos avaliativos regulamentados pela FIFA e suas consequências; identificados as influências das tecnologias de gênero nos corpos sexuados, sobretudo, da Educação e da Educação Física, e os impactos sociais e de gênero, relacionando com os avanços de gênero e as políticas públicas para esta igualdade nos esportes, focando as desigualdades na divisão sexual do trabalho no mundo futebolístico. Por acreditarmos numa Educação como fenômeno transformador de consciências, conceitos, paradigmas e condutas, pretende-se sugerir um diálogo com mais afinco entre políticas de governo, educação e Educação Física, no que tange às ações e políticas voltadas para os avanços de gênero. Este estudo tem, sobretudo, o intuito de contribuir para reduzir a escassez de dados sobre as mulheres no trabalho de liderança nos esportes e refletir sobre estratégias e incremento de políticas públicas para as mulheres no futebol.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Essa pesquisa é de cunho qualitativo e de análise do discurso com entrevistas semiestruturadas, reconstruindo as histórias de vida das mulheres árbitras de futebol (que desempenham ou desempenharam esta função), identificando no discurso das árbitras como funciona a relação de gênero e poder na função de arbitragem, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse trabalho masculinizado e a influência da Educação Física nas suas escolhas, considerando suas opiniões sobre os critérios físicos para atuar neste campo.

Será incluso material empírico, onde serão analisados os documentos do acervo de arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol: manuais, ofícios circulares e relações nacionais dos árbitros; além de incluir consultas cibernéticas - reportagens e dados do sitio da internet, Facebook , blogs e outros meios de comunicação.

DESENVOLVIMENTO

O futebol não somente é um jogo de chute na bola contra o outro, com o objetivo de ganhar. Também retrata o liame das relações de gênero e, a depender da forma com a qual olhamos este esporte, podemos ter uma visão panorâmica do androcentrismo, da hegemonia masculina e refletir sobre estratégias que contribuam para os avanços de gênero. Desta forma, ao compreendermos esse

esporte em termos sociopolítico, podemos ampliar nossos horizontes, refletindo nas possíveis consequências em todas as instâncias da sociedade geridas majoritariamente pelo sexo masculino.

O futebol no Brasil vem crescendo, englobando as questões socioeconômicas, poder, política e trabalho, extrapolando os assuntos de cunho culturais e de lazer. Neste campo, o “olhar” político para as mulheres começa a ganhar expressão e, nas pesquisas, já se discute sobre as desigualdades nos benefícios dos/as atletas: as mulheres ainda não são profissionalmente reconhecidas, os salários e o número de competições que existem não se comparam aos dos homens - revelado no periódico³ que imprime vários artigos (vários autores/as) sobre as mulheres nos esportes, historiciza alguns acontecimentos das mulheres no setor futebolístico no território brasileiro, proibições, exclusões e também aponta as atuações de política de Estado. Desta forma, o governo se manifesta através da SPM/PR⁴, iniciando com políticas públicas para tais melhorias.

Na arbitragem, conta-se como conquista o seu enquadramento no mercado de trabalho formal (para ambos os sexos) - Lei recentemente sancionada pela Presidenta da República. Inquieta-nos saber: as mulheres desfrutam dessa conquista?⁵

CEVA (2014) menciona a desigualdade de gênero nos vários segmentos do futebol, a citar: treinadoras, técnicas e árbitras. Sobre a inserção das árbitras no Brasil, afirma-se a ocorrência a partir do ano de 1970 e assegura que em 1986 foi a vez do surgimento das treinadoras profissionais de futebol no país. Porém, não aprofunda a discussão. Sendo estas funções tidas como trabalho e liderança, para nós, precisa-se incluir as mulheres. Vejamos, então, os critérios para ingressar na arbitragem em competições masculinas:

Ofício Circular nº 033/CA-CBF/08, da Confederação Brasileira de Futebol – CBF⁶, item 6.1: “em consonância com a circular 1104/FIFA/15.08.07, a árbitra e a árbitra assistente, para atuar em competições masculinas deverão alcançar os índices estabelecidos, respectivamente, para o quadro masculino”.

A problemática da divisão sexual no esporte é sujeitada no poder e no androcentrismo, por vezes, baseadas no biológico e por outras, nas construções sociais dos corpos, sem considerar as tecnologias de gênero que resultam no detrimento das mulheres e no benefício dos homens.

³ BRASIL. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Mulheres no Esporte. Brasília, ano IV, nº 6, dezembro de 2014.

⁴ Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

⁵ Questão explorada nesse estudo.

⁶ Extraído do site da internet - www.cbf.org.br

No âmbito do trabalho, vejamos o conceito de divisão sexual de forma crítica, versão que concordamos com Hirata, que diz:

Contudo, esse balanço, por mais positivo que seja, não deve ser confundido com o grito de vitória. Pois, simultaneamente a esse trabalho de construção teórica, entrou em declínio a força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho [...] De maneira geral, é desprovido de qualquer conotação conceitual, e remete apenas a uma abordagem que descreve os fatos, constata as desigualdades, mas não organiza esses dados de forma coerente (HIRATA 2007, p. 598-599, *apud*, MESSEDER, 2012, p. 1).

Por isso, a relevância em compreender as noções de natureza/cultura, sexo/gênero, pensadas para além do corpo/sexo, indo de encontro ao político-social-econômico.

As teorias feministas e pós-estruturalistas, versando sobre as construções sociais dos corpos e refletindo sobre os efeitos das tecnologias de gênero no corpo/sexo, embasa para compreender o que, aqui, nos interessa: as compreensões sobre vivências e hábitos das pessoas; das hierarquias humanas, corporais e sociais; da divisão sexual no trabalho; a cultura e educação no contexto das desigualdades de gênero; e por fim, as posições e ações de políticas para as mulheres que vão de encontro a igualdade social de gênero e, no sentido radical, à destruição da hegemonia masculina e submissão feminina.

Interpreta-se na versão de Saffiot (2011) que a teoria feminista prova que o patriarcado não é natural, nem anterior à cultura, portanto, originado nela. Assim, a autora tenta confirmar outras formas de relações de gênero anterior a este fenômeno. Debruçando-se em pesquisas antropológicas, cria-se a hipótese da igualdade entre mulheres e homens, além de desvelar que o patriarcado é conceituado de dominação masculina – perpassando pelas questões de sexo/gênero, é a forma de relação que construiu os homens hegemônicos e as mulheres subalternas.

Dentre as principais autoras, utilizaremos os estudos de Simone de Beauvoir (1967), que iniciou a discussão com a frase “Ninguém nasce mulher, torna-se”; Gayle Rubin (1975)⁷, com a teoria de Sexo/gênero; Joan Scott (1995), versando sobre a categoria gênero; Judith Butler (2013) teoriza sobre o que está fora das normas sociais, os corpos culturalmente representados, versando sobre os binarismos homem/mulher, sujeito/outro, além de identidade e corpos performáticos – o que se pode compreender como teoria queer.

Trazemos Foucault (2004, 2013)⁸ para tentar compreender a lógica da biopolítica, das tecnologias do poder genealogicamente e através dos corpos. A partir desse entendimento, nos

⁷ O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do sexo (1975).

⁸ Microfísica do poder (2004); Vigiar e Punir (2013).

apropriamos dos estudos de Teresa de Lauretis (1998) sobre a tecnologia de gênero. Assim, observamos que as diferenças sexuais são socialmente construídas.

Guacira Louro, autora que se apropria da teoria queer⁹ para discuti-la na educação, também adverte sobre as construções dos corpos:

[...] De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres. Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação [...] (idem, 2007, p.15).

Portanto, para compreender as influências socioeducativas e culturais nas construções dos corpos sexuais, nos fundamentamos em autores que retratam as práticas educacionais e vivências, além de fazermos uma passagem pelos estudos culturais.

Na fronteira cultural, Stuart Hall (2003) estimula para as desconstruções e reconstruções com o re/contar a história. Desta forma, evidencia-se a análise de estudos que materializa o simbólico, bem como o oculto dos discursos e das linguagens, tornando-se eficaz. Os conceitos, noções de gênero e feminismo são fatores incitados pelos estudos culturais na década de 60. Sobre esta discussão, informa que a intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais, introduziu uma ruptura e reorganizou o campo de maneira concreta.

Assim, pode-se abordar os avanços culturais para as percepções e questionamentos sobre as noções de natureza/cultura. Vimos que em meados do século 20 já havia olhares que distorciam a lógica naturalizante.

[...] não há atividade humana, combinada ou individual, que possamos considerar como puramente fisiológica, ou seja, “natural” ou não disciplinada. Mesmo atividades como respirar [...] Os processos fisiológicos dentro do corpo humano são afetados pela ventilação pela rotina [...] pelas condições de segurança [...] Há uma constante interação entre o organismo e o meio secundário em que ele existe, ou seja, a cultura. Em suma, os seres humanos vivem por normas, costumes, tradições e regras, que são resultado de uma interação [...] (MALINOWSKI, 1975, p. 70).

Evidenciando como se deram as diferenças físicas entre os sexos, torna-se eficaz a elaboração de uma retrospectiva histórica, retornando ao século 18 com o pensamento evolucionista. Nesse contexto, nos apropriamos de Schwarcz (2008) descrevendo sobre tais teorias, afirmando que foram introduzidas no cenário brasileiro de 1870 a 1930 e originaram diferenças, racismo e desigualdades sociais.

⁹ o corpo estranho.

Destacando exclusivamente as diferenças físicas, imprimindo olhar feminista, Joan Scott afirma que:

No final do século XVIII havia psicólogos, médicos e filósofos que defendiam que as diferenças físicas de pele ou de órgãos corporais qualificavam alguns indivíduos e outros não. [...] O anatomista Jacques-Louis Moreau ofereceu como seu o comentário de Rousseau de que a localização dos órgãos genitais, “para dentro” nas mulheres e “para fora” nos homens, determinava o alcance de sua influencia [...] (Scott, 2005, p. 16).

A Eugenia, outro fenômeno que merece destaque dentre tais pensamentos, conforme Schwarcz, foi a prática avançada do darwinismo social, tentando provar que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. Fazendo uma crítica sobre este fenômeno, para Mattos (2010, p. 35) a eugenia não foi tão somente uma teoria biológica, visando a segregação racial. Entre os fenômenos alcançados, era uma prática e estratégia de dominação das elites.

Aprofundando-nos sobre os binarismos sexo/gênero, por ser o ponto maior de nossa discussão, conforme Donna Haraway “Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença”. Apreciemos suas palavras:

A diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras [...]. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos modernos. Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo [...] (idem, 2004, p. 209-210).

Podemos ver com Lino Castellani Filho¹⁰, a história da educação física no Brasil, explorando as influências Militares, médicas e educativas pela via política e institucional na formação do povo brasileiro, consequentemente nas construções dos corpos sexuados. Este autor, ousadamente reescreve a história, com “A história que não se conta”, usando autores como Foucault, historicizando o papel do higienismo neste processo.

As tecnologias de gênero pautadas na educação parecem ter um papel influenciador nas desigualdades físicas entre os sexos.

[...] em verdade, a influência da educação e do ambiente é aqui imensa. [...] Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem [...] êle apreende seu corpo como um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta [...] através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 21).

¹⁰ Lino Castellani Filho. *Educação física no Brasil: A história que não se conta*, 2004.

Priscila Dornelles (2007) nos permite perceber como a tecnologia de gênero entra no cenário, revelando-nos os reforços da Educação Física na produção dos corpos generificados.

Essencializar as marcas corporais atribuindo-lhes a determinação de como viver e ser masculino e feminino é significar que os destinos de meninos e meninas não são culturais, sociais e históricos, e sim definições naturais que se vinculam, em grande parte, aos modos pelos quais a Educação Física escolar produz corpos generificados. (idem, p. 140).

Refletindo sobre o papel social dos brinquedos, onde não há escolhas, há imposições, para Suely Messeder “[...] A tecnologia de gênero presente nos brinquedos funciona de maneira bastante severa, para as meninas e meninos que não concordam com esta divisão sexual dos brinquedos [...]” (idem, 2012, p. 98).

Neste estudo, percebe-se que há na sociedade uma rede de conexão tecnológica que se materializa nos corpos, nas condutas, nas relações de gênero, na estrutura social e desvela-se tanto nos papéis sexuais quanto nas hierarquias sociais e humanas: a hegemonia masculina versus submissão feminina estão naturalizadas, assim, convém refletir sobre as destabilizações.

CONSIDERAÇÕES

A priori, esse estudo norteou para a organização da dissertação de mestrado, cujas temáticas são pensadas no contexto das perguntas de partida, as quais visam compreender as influências socioeducativas e culturais nos corpos sexuais, para em seguida, identificar os motivos que levaram a implantação das exigências físicas entre os sexos para as mulheres participarem da arbitragem e suas consequências, sem ao menos considerar as tecnologias de gênero que funcionam em detrimento das mulheres. A partir daí, tendo como subsídio os discursos das árbitras, detectar como funciona a divisão sexual do trabalho neste campo.

Para nós, as teorias evolucionistas foi uma arquitetura ideológica que se materializou na fase da eugenia: por um lado, dividiu os povos racialmente; por outro, alocou o dimorfismo, quando hierarquizou fisicamente os sujeitos sexuais. Em outro sentido, introduziu a hegemonia masculina e submissão feminina, pautadas no sexo biológico. Destarte, são notórias as influências culturais e da educação nas construções físicas diferenciadas entre os sexos, possivelmente, surtindo efeito nos fenômenos socioafetivos, socioculturais, socioeconômicos e nas subjetividades.

Torna-se relevante, refletir sobre ações que visem reduzir as disparidades físico-corporais entre os sexos, pautadas na força física, cujas diferenças, marcadas pela feminilidade e masculinidade, perpassam as questões de estéticas e têm fortes consequências sociais.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo II. Experiência vivida*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.
- CEVA, Antonia. et al. Mulheres em Campo Driblando Preconceitos. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Mulheres no Esporte. Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República, Brasília, ano IV, n. 6, p. 19-24, dezembro de 2014.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Normas para classificação dos integrantes da RENAF. Relação nacional dos árbitros 2011/2012. p. 51-54: (01/05/11 a 30/04/12). Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/201211/>>
- Donna Haraway. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22) 2004; p. 201-246.
- DORNELLES, Priscila Gomes. *Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física Escolar na perspectiva de Gênero*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. (Org). Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOURO, Guacira. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*: Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Trad. José Auto. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.
- MATTOS, Ivanildes Guedes. *Estética Afirmativa: corpo negro e educação física*. Salvador: EDUNEB, 2010.
- MESSEDER, S. A. Precisa isso?!: Desconstruindo o fio das masculinidades nas vivências de mulheres masculinizadas na escola e no mundo do trabalho. In: Tereza Rodrigues Vieira (Org.). *Minorias sexuais direitos e preconceitos*. Brasília: Consulex, 2012.
- MESSEDER, S. A. *O mundo do trabalho das mulheres masculinizadas: um estudo sobre as masculinidades em corpos femininos*. XVIII ABEP – Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de Lindóia/SP – Brasil, novembro/ 2012.
- SAFFIOTI, Helieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espectáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Cia das letras, 2008.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (1): 11 – 30, janeiro-abril/2005.

PÁGINAS DO SERTÃO: LEITURA E IMAGINAÇÃO NO UNIVERSO DE SERTANEJAS¹

Ivânia Nunes Machado Rocha²

Resumo: Pesquisa em andamento sobre leituras de mulheres sertanejas de Irecê-BA. Há a intenção de analisar o que donas-de casa sertanejas leem e como realizam essas leituras, considerando outros possíveis modos de ler. Para tanto, a base metodológica para alcançar os objetivos é a pesquisa de campo e a revisão da literatura. Observando a realidade gráfica, na qual há a predominância de textos escritos e imagéticos, é importante perguntarmos em qual lugar donas-de-casa sertanejas encontram-se em relação a esse universo letrado, quais as contribuições deste para essas mulheres e como as mesmas acessam, apropriam-se e rasuram tais textos. Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, aponto, inicialmente, os caminhos já percorridos e, em seguida, indico a direção que pretendo seguir na investigação: discutir as diferenças envolvendo o termo cultura; buscar aproximação entre cultura e os meus sujeitos de pesquisa (sertanejas donas-de-casa de Irecê) – para tanto, levanto os sertões na literatura, e imediatamente trago um pouco de informação sobre a cidade de Irecê, que será o *lócus* da investigação em curso. Há ênfase nos processos de inclusão de diferentes sujeitos no centro das discussões envolvendo cultura e dos sertões na literatura e cultura.

Palavras-chave: Leituras. Literaturas. Cultura. Gênero. Subjetividades.

INTRODUÇÃO

O meu interesse em pesquisar mulheres sertanejas, donas-de-casa de Irecê e que sejam leitoras, não aconteceu por acaso: a minha identificação com a temática vai além do fato de ser mulher, sertaneja, dona-de-casa ireceense e leitora. A minha relação com a leitura surgiu quando ainda era uma garotinha magricela e perebenta.³

Fui praticamente autodidata nos rudimentos da leitura e escrita e, após começar a ler, não parei mais: li tudo o que passou pelas minhas mãos – desde livros de história antiga, bulas de remédio, *bang bang*; enfim, literaturas de todos os tipos - e sempre fui fascinada pelo universo das letras, dos livros e das leituras. A leitura é a seiva que me alimenta, literalmente, porque ela me proporcionou casa e comida, já que sou professora de língua portuguesa.

Assim, a investigação em curso aproxima-se bastante das minhas próprias experiências, o que implica uma maior responsabilidade: a opção por realizar uma investigação em uma localidade da qual faço parte me encanta e me assusta porque, se por um lado sou também uma leitora sertaneja, uma dona-de-casa (as donas-de-casa serão meus sujeitos de pesquisa) e é esse um motivo óbvio de identificação com o objeto; por outro lado, é assustador ver-se revelado no outro, desnudar a alma

¹ Paper sobre projeto de pesquisa homônimo, em andamento, tendo como orientadora a Professora Doutora Jailma Pedreira dos Santos Moreira (Uneb/BA)

² Mestranda em Crítica Cultural – UNEB/BA - Campus II, e-mail: ivanianunes@hotmail.com.

³ Quando era ainda uma menininha, costumava ter muitas feridas no corpo: tanto as que surgiam espontaneamente; quanto outras tantas provocadas pelos arranhões e acidentes de percurso de uma garota levada do interior. Perebenta = cheia de feridas, de machucados.

diante do espelho, abrir-se para enfrentar, através das verdades e reflexões que emergirem dos semelhantes, meus próprios medos, os fantasmas que estão adormecidos, a poeira dos sonhos há tanto deixados em um canto escuro de minha mente... Enfim, haverá riscos, mas é preciso que haja o enfrentamento.

Há também o perigo de se falar de um objeto do qual estamos muito ligados, pelo qual nutrimos sentimentos, com o qual estabelecemos ora um caso de amor; ora uma rixa assassina, pois reconhecemos as paixões que nos movem, como a alegria de fazer parte de um povo expressivo; o orgulho de integrar um elenco de mulheres trabalhadoras; a cumplicidade no compartilhamento de leituras, de vivências, de sonhos e frustrações. Assim sendo, o fato agora é de que não será possível ser imparcial, quando pesquisador e objeto estão de tal modo imbricados, que não se sabe quando termina um e começa o outro, visto que eu também estou me colocando enquanto mulher sertaneja da cidade de Irecê/BA, que lê muito, que vem lendo por toda a vida, cujas leituras confundem-se com o meu viver. Bem, se outras pessoas que não vivenciaram o sertão puderam pesquisar e escrever as suas impressões sobre esse lugar e sobre as pessoas que nele habitam, eu também posso; e, se não vou fazer um trabalho de excelência por conta do meu envolvimento, com certeza também não será um trabalho medíocre, mal feito, justamente porque sou parte dele. Sobre isso, ressalto o pensamento de Ari Lima (2013. p. 19-20).

A Antropologia que faço, a metodologia que aplico são, portanto, posicionadas pela minha condição racial negra assim como por minha orientação sexual homossexual, quase sempre ausentes, não nomeados ou não vislumbrados, ao contrário da condição racial branca e sexual heterossexual nos estudos sobre o negro e as relações raciais. De fato, ao posicionar-me não acredito que necessariamente facilite minha inserção no campo de pesquisa, a interlocução com os informantes ou, posicionado, obrigatoriamente esteja capacitado a elevar o grau de profundidade etnográfica do meu trabalho. Por outro lado, não acredito que isto prejudique minha inserção etnográfica ou a torne mais parcial que todas aquelas que tradicionalmente têm sido realizadas nos estudos sobre o negro e as relações raciais no Brasil.

Assim, o fazer parte do objeto em estudo incorre em alguns riscos, de modo que a atenção deve ser permanente, para que o trabalho não seja prejudicado e para que os resultados sejam confiáveis.

Há uma teoria corrente sobre o nível de leitura do brasileiro: acredita-se que os tupiniquins leem pouco e mal. Dados do PISA apontam, outrossim, para os baixos índices em relação ao tópico leitura dos alunos da educação básica, conforme dados do MEC (Brasil, 2013):

NOTAS DO BRASIL EM LEITURA – PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)

Ano	2000	2003	2006	2009
Nota	396	403	396	412

É possível perceber que as notas são cíclicas, girando em torno de 400; porém, em 2009, há um aumento de 16 pontos em relação à nota anterior e de 09 pontos em relação à nota mais alta das últimas avaliações. Ora, percebe-se um crescimento do mercado de livros: algumas livrarias passaram a aderir ao novo conceito do comércio bibliográfico, as *mega stores*, que são grandes lojas nas quais é possível encontrar inúmeros volumes de diversos títulos, nacionais e estrangeiros, além de outros itens de papelaria, informática e entretenimento. Tais estabelecimentos encontram-se sempre cheios. Portanto, isso pode ser considerado como um sinal de mudança de hábitos de leitura das pessoas no Brasil.

Além das grandes livrarias, há também um imenso crescimento do comércio eletrônico, que facilitou bastante a aquisição de livros novos ou usados, para os consumidores que têm acesso à informática e à internet; esse é outro sinal de mudança.

O terceiro e grande sinal que aponta para os novos hábitos dos leitores é a *internet*, que proporciona uma variedade inestimável de textos, em muitos gêneros e formatos: alguns são disponibilizados para leitura *on line*: outros podem ser baixados gratuitamente para serem lidos no modo *of line*, ou seja, o leitor não necessita estar conectado a uma rede para poder realizar a sua leitura. Nesse tocante, é importante mencionar o site www.dominiopublico.org.br, que disponibiliza inúmeras obras que já são de domínio público, como o próprio título sugere, para que o público geral possa realizar suas leituras.

Diante de tantos avanços tecnológicos e da modernização do comércio de livros, sem mencionar a facilidade de compra e pagamento, é perfeitamente válido questionar se a circulação do conhecimento por meio da cultura letrada avançou também em cidades do interior, incluindo-se as zonas urbanas e rurais.

É de conhecimento público a existência da difusão da cultura oral em locais mais afastados dos centros urbanos, por conta da ausência de uma cultura letrada abrangente e democrática. Ademais, desde o final dos anos 1990, quando houve a universalização do acesso à energia elétrica, através do programa de eletrificação rural, denominado Luz no Campo, começado no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve também o aumento da presença de aparelhos de TV, que passaram a ocupar lugar de destaque nos lares sertanejos, substituindo, assim, o antigo rádio a

pillas. Essa universalização dos televisores pode ter influenciado na troca dos textos escritos pelas leituras audiovisuais, aparentemente muito mais sedutoras.

Prega-se a inclusão digital, mas basta que se solicite um trabalho para ser realizado no computador, através do uso da *internet*, em uma sala de aula de escola pública, para se ter uma ideia de que o que vigora mesmo é a exclusão digital entre as camadas mais pobres da sociedade, que geralmente são as que moram nos locais mais ermos ou de difícil acesso. Assim, é possível supor que nas periferias urbanas e na zona rural ainda há muita gente sem acesso à internet ou até mesmo a computadores, o que poderia inviabilizar as leituras por meios eletrônicos.

Desse modo, levando em consideração a posição geográfica da microrregião de Irecê e a situação socioeconômica de seus moradores, é interessante questionar como as pessoas, mais especificamente as mulheres donas-de-casa que vivem no sertão de Irecê, que dista 480 km da capital baiana, fazem para realizar leituras de material gráfico diverso.

Leia-se sertaneja (de Irecê) – a mulher que vive e convive com o semiárido, participando, direta ou indiretamente das alegrias e dificuldades de habitar essa região inóspita, enfrentando secas prolongadas, falta de água, encolhimento da economia, sendo esta sustentada basicamente pela agricultura; mas não necessariamente a mulher agricultora, ou moradora da zona rural. Dentre o conjunto das sertanejas ireceenses, pensamos naquelas mais comuns: donas-de-casa, trabalhadoras informais e que não tiveram acesso ao nível superior, uma vez que seria custoso dar conta das sertanejas na sua totalidade.

É uma temática importante, visto que vem sendo negligenciada, por conta da visão machista ainda dominante na sociedade vigente. As pessoas buscam em suas pesquisas os leitores mais óbvios: como os alunos desta ou daquela instituição; profissionais da educação; trabalhadores de determinadas áreas; universitários ou adolescentes, por exemplo.

Saber o que as donas-de-casa de Irecê estão lendo, se têm tempo para isso e, em caso afirmativo, como administram esse tempo; e que influências as suas leituras trazem para suas vidas é promover um encontro com pensamentos ainda incógnitos, visto que são desconhecidos do grande público, principalmente se tratando das mulheres do sertão, que estão ainda mais invisíveis que a maioria do público feminino.

Com certeza, outros já estão pensando nessa parcela de leitores, pois existem inúmeras publicações que são destinadas ao público feminino, como revistas, livros de culinária, manuais para mães e donas-de-casa e, também, uma literatura toda especial, conhecida no meio acadêmico como “literatura cor-de-rosa”. Mas o nosso interesse vai além disso: o que se quer saber abrange tudo o

que a sertaneja lê; como se processa essas leituras; e como ela interage com o mundo a partir do que foi lido. Será que as mulheres gostam do tipo de literatura que é direcionado a elas? O que elas pensam disso? Essas e outras questões poderão ser respondidas através de uma investigação séria, que possa contemplar a dona-de-casa sertaneja, através de suas leituras.

É importante perguntar, a partir do exposto anteriormente, se donas-de-casa sertanejas leem; em caso afirmativo, quanto, o que e como se realizam essas leituras e o que as motiva a ler.

Partindo do pressuposto de que a mulher do semiárido, sendo uma trabalhadora incansável, dentro e fora de casa, assim como a maioria das mulheres desse país, ela ainda encontra tempo para o exercício da cultura letrada? Qual o papel da leitura em suas vidas?

Apesar do discurso da promoção da igualdade entre os gêneros, ainda falta muito para que mulheres e homens gozem de direitos iguais: sabe-se, por exemplo, que mulheres ainda recebem um salário inferior ao de homens em funções semelhantes e que também costumam ocupar cargos considerados “femininos” ou “fáceis”, como os serviços domésticos e educacionais. Portanto, inúmeras mulheres ainda vivem à margem da sociedade, sem acesso aos bens materiais e culturais necessários a seu bem estar e ao seu desenvolvimento pleno como pessoa e cidadã. Dessa forma, é salutar que se questione se essas mulheres dispõem de tempo e/ou dinheiro para desfrutar de momentos de leitura e se essas leituras são para fruição ou somente por necessidade.

Seria interessante conhecer e estimar em termos qualitativos e quantitativos o envolvimento da mulher sertaneja de Irecê/BA com a leitura, bem como observar o seu nível de letramento e as relações que estabelecem entre a leitura do mundo e a leitura da escrita, levando-se em consideração a importância do ato de ler e os seus desdobramentos na sociedade.

A leitura é capaz de abrir portas e ampliar os horizontes dos leitores, estimulando a imaginação, a criatividade e favorecendo o exercício da liberdade de pensamento. Existem inúmeras formas de ler e infinitas possibilidades de leitura que se materializam em nosso cotidiano através dos diversos gêneros textuais.

Muitas pessoas procuram adquirir novos conhecimentos, manter-se informadas sobre os fatos do dia-a-dia e ampliar o vocabulário através de suas leituras. Para além de um sentido meramente pragmático, a leitura também pode ser realizada por prazer, para a fruição de quem lê.

ANDAMENTO DA PESQUISA

Uma vez esclarecida a situação da pesquisa, ponto importante para situar os leitores quanto ao que se pretende, com vistas ao êxito da investigação, seguiremos com a exposição sobre o sumário provisório, que representa a estrutura do trabalho (também provisória), assim dividido:

1. Para início de prosa (introdução);
2. Leituras na literatura e na cultura (primeiro capítulo);
 - 2.1. O sertão na literatura e na cultura;
 - 2.2. Rachel de Queiroz: um caso à parte;
 - 2.3. Leitura e imaginação;
 - 2.4. Literatura: os caminhos da invenção;
3. Existe gênero na leitura/literatura? (segundo capítulo);
 - 3.1. Por que as mulheres ainda são as donas-de-casa?
 - 3.2. Leituras de sertanejas donas-de-casa de Irecê/BA;
4. (Re)construção de subjetividades de sertanejas de Irecê nas/pelas leituras (terceiro capítulo);
 - 4.1. Literatura e vida;
 - 4.2. Ao pé da letra: a mudança bate à porta;
5. Fim de papo? (Conclusões e inconclusões das discussões)

Inicialmente, faremos uma ligeira retomada do conceito de cultura, situando-a diacronicamente, observando as ocorrências de leituras consideradas literárias e culturalmente determinadas; em seguida, pretende-se fazer uma visita à cultura sertaneja propriamente dita, com suas alegrias e dores; nesse ponto, procurarei captar relações do sertão na e com a leitura literária, bem como buscarei situar a mulher sertaneja em seu lugar, tentando um estreitamento com meus sujeitos de pesquisa; mais adiante, destino um subtítulo desse primeiro capítulo ao tratamento dado à mulher sertaneja pela escritora cearense Rachel de Queiroz.

O conceito de cultura será levantado a partir das ideias e estudos de Malinowski, Boas, passando por Lévi-Strauss e chegando aos antropólogos atuais, que estão situados no âmbito dos estudos culturais, como Joan Scott e James Clifford, dentre outros. As abordagens antropológicas mais atuais questionam todas as anteriores, visto que pensadores como James Clifford, por exemplo, consideram impossível haver imparcialidade nos estudos culturais, uma vez que estes sempre estarão permeados pelas impressões e ideologias do pesquisador. Não que isto invalide a investigação ou a desmereça; antes, o comprometimento ético agrega um componente de validação às pesquisas de campo, em cujas descrições das culturas há o envolvimento do etnógrafo.

A respeito da afirmação anterior, ressalta Clifford (1986, p. 7):

Ethnographic truths are thus inherently partial- committed and incomplete. This point is now widely asserted – and resisted at strategic points by those who fear the collapse of clear standards of verification. But once accepted and built into

ethnographic art, a rigorous sense of partiality can be a source of a representational tact. [...]

Verdades etnográficas são, portanto, inerentemente parciais, comprometidas e incompletas. Este ponto é agora amplamente afirmado e tem resistido em pontos estratégicos por parte daqueles que temem o colapso de padrões claros de verificação. Mas, uma vez aceito e incorporado pela arte etnográfica, um sentido rigoroso de parcialidade pode ser uma fonte de tato representacional. [...] (tradução nossa)

Na introdução do livro *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, cujo título é *Introduction: Partial Truths – Verdades parciais*, em português (tradução nossa), Clifford enfatiza o papel da escrita no trabalho de campo do antropólogo, salientando que a descrição objetiva pode ser entremeada por trechos literários e, não raro, pelas impressões do etnógrafo, o qual não consegue desvincular o pesquisador do homem, uma vez que ambos são indissociáveis.

Seguindo a mesma perspectiva surge o movimento, no âmbito dos estudos culturais, de etnografias produzidas por um membro da comunidade pesquisada. Sobre isso, Clifford ressalta que há tanto ônus quanto bônus: por um lado, o pesquisador integrante de determinada sociedade ou grupo conhece muito bem a realidade daquela cultura; por outro lado, esse mesmo conhecimento traz riscos, que podem influenciar no resultado da pesquisa: fatores como preconceitos, panfletarismo, fanatismos e radicalismos de todas as espécies tendem a mascarar a realidade, deixando transparecer apenas as “verdades” que são convenientes ao etnógrafo ou as que ele consegue enxergar. Assim, é importante que o pesquisador fique atento ao seu objeto, de modo que se afaste de vez em quando e se pergunte até que ponto o seu envolvimento com o objeto poderá chegar, sem comprometer os resultados da investigação. Outro ponto crucial é não tentar aparentar neutralidade: é muito mais honesto e ético assumir o envolvimento e descrever os passos que levaram ao interesse em pesquisar este ou aquele objeto, em vez de outro.

Surgem as meta-etnografias, que consistem na análise antropológica da produção etnográfica. Os países, como o Brasil, que eram colônias, passam a ter seus próprios estudiosos, deixando de ser apenas analisados pelos grandes centros antropológicos. Seguindo esse caminho, há muitos estudiosos, pesquisando, escrevendo e questionando a partir de seu lugar de fala enquanto mulher; enquanto negro; enquanto homossexual. Enfim, está cada vez mais comum, no âmbito dos estudos culturais, um determinado membro de uma comunidade se debruçar sobre sua comunidade e sobre si mesmo, procurando analisar determinadas questões inquietantes e que necessitam maior atenção. E é a partir dessas inquietações que passo a lançar um olhar mais demorado sobre algumas sertanejas de Irecê, tentando captar o seu universo mediante suas leituras literárias.

Há ainda mais dois subtítulos no capítulo inicial: no primeiro – *Leitura e imaginação* – pretendo explorar as relações entre as leituras de sertanejas e a construção de seu imaginário, envolvendo

seus sonhos e fantasias, sempre relacionando com os dados da pesquisa de campo. No segundo – Literatura: os caminhos da invenção – gostaria de adentrar no universo das leituras literárias realizadas pelas donas de casa de Irecê, participantes da pesquisa, levando em consideração seus modos de ler.

O segundo capítulo será destinado a discutir a possível relação entre leitura/literatura e gênero, se há uma escrita feminina; se existe um tipo de literatura específico para mulheres, sempre ponderando com os resultados da pesquisa. Nesse sentido, será observado o que Márcia Rios da Silva (2006. p. 90) traz sobre a leitura de mulheres, a partir da crítica feminista, citando Jonathan Culler (1997, p. 73 e 77, respectivamente). Ela afirma que

Em determinado momento, a crítica feminista se encarrega de, através do postulado de uma mulher leitora, “trazer uma nova experiência de leitura e de fazer leitores – homens e mulheres – questionarem as suposições literárias e políticas nas quais sua leitura tem se baseado”. Torna-se imperativa a necessidade de se ler como uma mulher lê. “Uma mulher ler como uma mulher não significa repetir uma identidade ou experiência que é dada, mas assumir um papel que ela constrói com referência à sua identidade como mulher, que é também uma construção, [...]”

Assim, pode-se perceber que há estudiosos que estão de acordo com a perspectiva de uma leitura feminina, própria de mulheres. Estas, por sua vez, leem a partir de identidades forjadas no seio de uma sociedade machista, consumista e permeada por relações de poder, o que suscita muitas outras reflexões. Paralelamente a esse pensamento, ocorre um outro, que versa sobre a existência de uma escrita feminina, ou “feminização da escrita”, como assume Nelly Richard (2002. p. 133), esclarecendo que

Mais do que da escrita feminina, conviria então, falar – qualquer que seja o gênero sexual do sujeito biográfico que assina o texto – de uma *feminização da escrita*: feminização que se produz a cada vez que uma poética, ou uma erótica do signo, extravasa o marco de retenção/contenção da significação masculina com seus excedentes rebeldes (corpo, libido, gozo, heterogeneidade, multiplicidade), para desregular a tese do discurso majoritário. Qualquer literatura que se pratique como *dissidência da identidade*, a respeito do formato regulamentar da cultura masculino-paterna, assim como qualquer escrita que se faça cúmplice da ritmicidade transgressora do feminino-pulsátil, levaria o coeficiente minoritário e subversivo (contradominante) do “feminino”. Qualquer escrita, pronta para alterar as pautas da discursividade masculina/hegemônica, compartilharia o “devir minoritário” (Deleuze-Guattari) de um feminino que opera como paradigma de desterritorialização dos regimes de poder e captura da identidade, normatizada e centralizada pela cultura oficial.

Ora, se há um modo específico de as mulheres realizarem suas leituras, obviamente também existe um jeito único delas escreverem, ou de alguém escrever como elas, ou seja, a partir do ponto de vista feminino, como demonstra Richard no exposto acima. O que já aponta para a formação diferenciada desses sujeitos, havendo vários fatores envolvidos na construção dessas subjetividades.

Além do exposto, o segundo capítulo contemplará uma discussão a respeito dos motivos sociais, históricos e culturais que influenciam na prevalência das mulheres como donas-de-casa, desde tempos passados até o presente (século XXI), se elas trabalham fora de casa por opção ou necessidade. Enfim, que escolhas pesam mais, na hora de tomar decisões que envolvam família e trabalho?

No terceiro capítulo – (Re)construção de subjetividades de sertanejas de Irecê nas/pelas leituras – procurarei analisar as interferências, interconexões, rasuras, releituras dos textos diversos feitas pelas mulheres leitoras com relação direta ou indireta com seus modos de vida e na construção e reconstrução de suas subjetividades. Ainda nesse capítulo, observarei como as leituras são ressignificadas nas/pelas vidas das sertanejas, evidenciadas através das linguagens analisadas durante as etapas da investigação: aplicação de questionário, entrevista semiestruturada e observações. Nesse ponto, será dada ênfase à recepção que as donas de casa fazem das textualidades que as envolvem, levando-se em consideração os imbricamentos entre ficção e realidade.

Por fim, serão feitas as considerações sobre o que foi discutido no decorrer do texto: o que valeu a pena, o que ainda será necessário um olhar mais acurado, o que deve ser evitado nesse processo, enfim, é necessário discutir tais questões que vinham permanecendo nas brumas dos estudos culturais ou quando apareciam, muitas vezes as personagens eram estereotipadas. Outrossim, os ditos estudos culturais têm promovido, nos últimos tempos, uma abertura maior para temas antes marginalizados, abrindo espaço para as minorias, tais como negros, homossexuais, sertanejos e, obviamente, mulheres.

Pensando no desenvolvimento do projeto de pesquisa, foram elaborados instrumentos, de modo que estes possam dar conta das questões de pesquisa e dos objetivos aos quais me propus inicialmente. Em primeiro lugar, perguntei nas redes sociais, aos meus contatos do *Facebook*, *e-mail* e do *Whats APP*, se eles conheciam mulheres leitoras, com o seguinte perfil: a) que não possuíssem nível superior; b) que não fossem ou tivessem sido professoras; c) que, mesmo tendo algum trabalho fora de casa, ainda sejam elas as que tomam conta de seu lar; seja executando as tarefas domésticas, seja orientando outros a fazê-las; d) que fossem moradoras da cidade de Irecê ou de uma outra cidade do território de identidade. Para tanto, criei e compartilhei uma enquete no *Facebook*, além de ter socializado com as pessoas por correio eletrônico e pelo *Whats APP*. A enquete não funcionou, porque as pessoas queixavam-se de dificuldades para acessá-la; e quando conseguiam, havia o risco de marcar a opção errada, sem querer; e depois não havia como voltar atrás, pois a pesquisa era instantânea (o usuário do aplicativo vota e, imediatamente, já aparece o seu voto computado e o

resultado parcial). Assim, meus amigos acabavam por entrar em contato comigo *in box*, para explicar o seu voto e dizer se conheciam ou não alguma sertaneja com o perfil desejado; bem como usavam o serviço de *e-mail* e de mensagens instantâneas. Dessa forma, recebi uma lista de mais de trinta mulheres aptas a participarem do projeto.

O próximo passo seria conseguir o contato das sertanejas em questão e partir para o segundo instrumento – o questionário. Por conta da logística complicada, não foi possível passar de uma etapa para outra imediatamente; isso gerou complicações, as quais tiveram de ser encaradas em janeiro de 2015, quando finalmente foi aplicado o questionário, no qual listo uma série de questões abertas e fechadas sobre as mulheres que fazem parte desse estudo: procuro saber, por exemplo, a idade, a escolaridade e em que mais as donas de casa ocupam o seu tempo. Também levanto questões sobre leituras: quais gêneros textuais as sertanejas leem? Como essas leituras são feitas? Quanto tempo é destinado para ler? De que forma elas têm acesso aos livros/textos? No tocante à literatura – quais autores fazem parte de suas leituras – homens, mulheres; obras canônicas, marginais; escritoras baianas, *best sellers*, literatura cor-de-rosa? Quantos livros são lidos por ano, em média? Quais livros/autores elas mais gostam e por que?

Dessa forma, os questionários darão conta de algumas demandas da pesquisa, tais como: o que, quanto e como as donas de casa de Irecê leem e também já é possível vislumbrar o perfil dessas leitoras. A partir das respostas e após a análise desses dados, foi realizada entrevista com aquelas que se mostraram mais abertas e que também são consideradas realmente leitoras profícuas (não foi possível agir assim em relação a todas as entrevistadas). A partir daí, um roteiro foi elaborado, de forma que seja possível um aprofundamento das questões propostas inicialmente, de modo que as sertanejas pudessem falar sobre suas relações com as leituras; de que modo as leituras influenciaram em suas vidas e vice-versa; quais mudanças foram causadas pelas leituras etc. Como não foi entrevista fechada, houve a oportunidade de deixar que as mulheres falassem mais de si, de seus sonhos, da vida que gostariam de ter tido (se esse fosse o caso), bem como outras perguntas que surgiram no decorrer do processo.

Estava prevista, ainda para a segunda semana de dezembro de 2014 (de 14 a 20/12/2014), o início da aplicação dos questionários, de modo que, até o final de janeiro, a pesquisa de campo foi concluída. Foram aplicados dezessete questionários entre mulheres sertanejas, com idade que varia de 31 a 80 anos. A maioria da própria cidade de Irecê (sede ou povoado); as demais de cidades da microrregião. O propósito inicial seria aplicar o questionário, analisar as respostas e comparar aos outros e depois realizar as entrevistas. Alguns foram feitos dessa forma; porém, por conta do tempo apertado e das grandes distâncias entre algumas localidades, foi preciso repensar essa forma, de

modo que algumas entrevistas foram feitas logo após a aplicação do questionário, o que resultou em algo positivo, já que algumas mulheres que tinham respondido ao questionário, acabaram por não concordar com a entrevista; ou até mesmo concordaram, mas nunca estiveram disponíveis. As justificativas foram as mais variadas para a não realização da entrevista, inclusive houve 100% de negativas quanto à possibilidade das entrevistas serem filmadas.

O primeiro capítulo da dissertação já está em andamento. Para concluí-lo, pretendo utilizar parte dos artigos das disciplinas do primeiro período do mestrado, nos quais levanto discussões sobre cultura, o aparecimento ou não do sertão na literatura, dando ênfase a Graciliano Ramos, Euclides da Cunha e Rachel de Queiroz. Concomitante à escrita, também estão sendo realizadas leituras de autores que possam dialogar, de alguma forma, com a temática explorada por mim.

Além de autores empregados anteriormente, outros estão sendo acrescentados, de modo que o formato do trabalho já possa ser visualizado, embora esse seja apenas um esboço inicial, que certamente será revisto muitas outras vezes.

LEITURAS NA LITERATURA E NA CULTURA

Para desenvolver uma pesquisa na linha de margens da literatura, deve-se passar, obrigatoriamente, pela discussão dos temas cultura, literatura, leitura, identidade e subjetividade. Sabe-se que a leitura é um hábito culturalmente construído; assim como os conceitos de literatura e da própria cultura têm sua maior ou menor aceitabilidade de acordo com a cultura corrente em determinado lugar e época. Para Perrone-Moisés (1998. p. 59) “[...] Na história literária, a leitura é *constitutiva* do fato, já que os fatos literários (obras) só encontram sua realização plena na leitura; eles são programados para (re)acontecer na leitura, criando sentidos que renascem e variam a cada época.”

Normalmente, costuma-se dividir os textos de caráter mais prático como não-literários; e os de caráter mais lúdico como literários. Porém, na atualidade, há uma crescente relativização entre os gêneros que podem ser considerados literários ou não. Isso depende de uma série de fatores, tais como: contexto de circulação, objetivo, público-alvo, portadores textuais etc.

Na realidade, não é fácil definir literatura, pois é um conceito que vem sendo construído ao longo dos tempos, e que não é descomprometido de juízos de valor, embora admita-se que críticos, escritores e estudiosos adotem certos critérios para estabelecer o que, de fato, pode ser considerado como literatura.

Se não é possível ver a literatura como uma categoria “objetiva”, descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o Empire State. [...] (EAGLETON, 2006, p. 24)

É evidente que há o exercício do jogo do poder implícito ao conceito de literatura: quem pode mais, quem sabe mais, quem estudou mais – esses são autoridades para definir o que é e o que não é literatura. Consequentemente, as produções orais, os registros literários de pessoas que moram no campo, as vozes dos favelados, das mulheres, dos negros, das pessoas mais carentes quase não aparecem nas classificações literárias, pois os seus autores não detêm o poder de decisão.

Nesse ínterim, entra em jogo as subjetividades das sertanejas, forjadas a partir do centro ocidental-europeu-branco-homem, como toda a sociedade brasileira; e isso é muito importante no processo de formação das leitoras, das sertanejas, das mulheres, pois definirá que tipo de leitora, de sertaneja, de mulher se apresentará para o mundo: será alguém que apenas reproduz os modelos instituídos ao longo dos séculos pelos dominantes ou será uma pessoa capaz de subverter a ordem reinante, seja expressando seu ponto de vista, seja realizando leituras outras, não-canônicas ou participando dos movimentos sociais?

Para a construção da subjetividade consciente, é fundamental que haja clareza quanto à identidade; faz-se necessário que o indivíduo conheça-se a si mesmo, sendo capaz de situar-se historicamente no mundo, problematizando a sua trajetória e as influências que foram importantes na edificação do seu eu – e isso só será possível através da linguagem. É na e pela linguagem que os sujeitos fazem a crítica de sua condição e isso leva à hipótese de que as leituras realizadas podem influenciar na construção e reconstrução e até mesmo na desmontagem do conjunto de ideias, crenças e valores que caracterizam o pensamento humano.

Retomando à relatividade de alguns temas, e como o processo de subjetivação é uma construção, pode-se observar que o conceito de literariedade de um texto muda, de acordo com a época, o local e outras variáveis, as quais estão sujeitas os escritos ao longo do tempo. A respeito disso, a autora Márcia Abreu esclarece

Estamos tão habituados a pensar na literariedade intrínseca de um texto que temos dificuldade em aceitar a ideia de que não é o valor interno à obra que a consagra. O modo de organizar o texto, o emprego de certa linguagem, a adesão a uma convenção contribuem para que algo seja considerado literário. Mas esses elementos não bastam. A literariedade vem também de elementos externos ao texto, como nome do autor, mercado editorial, grupo cultural, critérios críticos em vigor. (ABREU, 2006, p. 41)

A respeito da afirmação anterior, é possível endossar o que Márcia Abreu traz, observando as dificuldades pelas quais um autor iniciante passa para publicar seus textos. Ao contrário, um nome conhecido pode até publicar absurdos, e será aceito, pois se trata de uma suposta autoridade.

O próprio conceito de leitura tem sido modificado e ampliado com o passar dos anos e com os avanços do estudo na área de alfabetização, letramento, literatura e leitura. De acordo com Perrone-Moisés (*Id.* p. 60) “Ler é dar sentido, sincronizar, vivificar, escolher e apontar valores. A leitura ativa é construtiva porque ela pretende orientar os rumos do futuro; e é destrutiva, porque ultrapassa e invalida as regras de medida vigentes. [...]”

Durante muito tempo, confundiu-se o ato de ler com a mera decodificação do código linguístico; no entanto, após novas investigações, aceita-se, no presente, um conceito mais amplo e complexo da leitura, que vai muito além do ato de decodificar os signos escritos: ler abrange também atribuir significados e estabelecer relações entre textos, com a possibilidade de operar mudanças no mundo mental e material do leitor, pois

[...] Neste caso, o ato de aprender a ler e escrever é um ato criativo que implica uma compreensão crítica da realidade. O conhecimento de um conhecimento anterior, obtidos pelos educandos como resultado da análise da práxis em seu contexto social, abre para eles a possibilidade de um novo conhecimento. O novo conhecimento revela a razão de ser que se encontra por detrás dos fatos, desmitologizando, assim, as falsas interpretações desses mesmos fatos. Desse modo, deixa de existir qualquer separação entre pensamento-linguagem e realidade objetiva. A leitura de um texto exige agora uma leitura dentro de um contexto social a que ele se refere. (FREIRE & MACEDO, 1990, p. 105)

Empregamos, portanto, a definição mais ampla de leitura, aquela que abrange, pensamento, linguagens e ação, pois a leitura deve funcionar como motivadora de mudanças, que devem ser operadas pelas pessoas, de modo consciente e crítico. De acordo com Freire (2005. p. 41) “A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso.” Para ele, “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.”

O conceito de letramento, por outro lado, não pressupõe necessariamente a leitura da escrita, mas, obrigatoriamente requer do leitor a capacidade de ler o mundo a sua volta. Portanto, um sujeito não alfabetizado pode ser bastante letrado; e uma pessoa alfabetizada pode ser pouco letrada, pode analisar os fatos de sua realidade apenas de forma superficial e descomprometida. A bagagem que o leitor carrega consigo, oriunda de experiências anteriores, conta muito no processo de leitura, já que

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de

conhecimentos, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (KLEIMAN, 2007, p. 13)

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Soares (2012, p. 19) separa alfabetizado de letrado. De acordo com ela, “alfabetizado nomeia apenas aquele que aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam.” Ora, este último é o letrado; aquele que vai além de decodificar a língua, fazendo uso dela em situações do cotidiano.

Pesquisas apontam que as mulheres possuem mais anos de escolaridade que os homens; que elas estudam mais, por uma série de motivos sócio-históricos, culturais e econômicos; entre estes, o fato de elas terem ficado por muito tempo sem o direito de frequentar a escola, sem acesso à educação formal e, mesmo quando puderam finalmente usufruir desse direito, as escolas para mulheres eram diferenciadas, sendo direcionadas para as artes do lar, ou seja, a escola reproduzia a ideologia reinante na sociedade.

Hoje, se as mulheres estudam mais, pressupõe-se que também leem mais. O que não significa, necessariamente, um maior grau de letramento, embora desse fato resultem muitas outras implicações, como as diferenças entre os gêneros, a predominância do machismo que insiste ainda em dividir o trabalho em atividades masculinas e femininas, direcionando, assim, as escolhas das mulheres por ocupações que privilegiem o uso do cérebro, em vez dos músculos.

É evidente que o que se aplica a uma mulher jovem não será aplicável a uma idosa, por exemplo. E há também muitas outras variáveis socioculturais, econômicas e inclusive geográficas que podem influenciar no grau de letramento e nível de leitura das mulheres brasileiras. No entanto, não é possível afirmar que as mulheres do sertão de Irecê tenham hábitos de leitura totalmente diferentes daqueles das demais brasileiras. Possivelmente as suas leituras devem convergir em alguns pontos e divergir em outros, já que estamos tratando de pessoas que têm muitas coisas em comum, a começar pelo gênero.

Diante de um universo de possibilidades de leituras, é interessante tentar conhecer as leituras das sertanejas, observando a interação entre estas e o ambiente em que vivem; se essas leituras influenciam para a ação ou a inércia, para a crítica ou para a aceitação dos modelos sociais vigentes; se a mulher sertaneja tem também a sua subjetividade influenciada pela literatura, através das infinitas possibilidades de interação entre texto e leitor; e em como são as visões de mundo de pessoas que convivem com uma realidade de seca, em meio da vegetação escassa da caatinga e de

clima definido por duas estações: a seca e o verde. É possível romper com essa crença cristalizada e muitas vezes difundida pela mídia, de um sertão pobre, sofredor, marcado pelas manifestações culturais tradicionais e preso a um ciclo de esperança/descrença, que pode ser traduzido como verde/seca?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término do primeiro ano do mestrado em Crítica Cultural, algumas mudanças foram feitas no projeto original e também alguns avanços: muitas leituras, delimitação do tema, recortes, alteração do título. Enfim, a pesquisa de campo já foi realizada, a partir de questionários e, posteriormente, de entrevistas semiestruturadas com donas-de-casa leitoras de Irecê. As leitoras foram encontradas previamente; inicialmente foi utilizada uma enquete pela rede social *Facebook*, que foi compartilhada com meus contatos, mas pouca gente respondeu, já que o processo de acessar as questões da enquete foi considerado complexo pelos usuários.

Os resultados estão sendo analisados a respeito das dezessete donas-de-casa leitoras, incluindo uma senhora idosa, que, de acordo com a própria, nunca foi à escola e que lê bastante literatura e que, inclusive, escreve poesia; a merendeira de uma escola pública que é leitora literária voraz e que adora Gabriel Garcia Marques; amigas e conhecidas que compartilham livros e leituras em Irecê e outras localidades próximas. Resumindo: a partir da enquete, encontrei os sujeitos de pesquisa, depois busquei meios de contatá-los, apliquei os questionários e, em seguida, foram realizadas algumas entrevistas.

A partir das leituras feitas e das que estão em andamento, e levando-se em consideração a temática abordada, penso em desenvolver, além da introdução e conclusão, os tópicos descritos no sumário, dialogando com outros autores/textos, inclusive com os textos literários, muitos dos quais já foram lidos pelas sertanejas donas-de-casa de Irecê. Assim, almejo desenvolver o estudo das relações entre as donas-de-casa e suas leituras, as influências destas para aquelas e as implicações de ordem subjetiva; bem como discorrer acerca dos processos de construção de tais subjetividades, incluindo aí também outras possibilidades de se pensar o Nordeste, o sertão e Irecê, que vão além dos estereótipos, da seca, das peculiaridades.

Para tanto, penso empregar outros teóricos, além dos já mencionados: Guattari e Rolnik, Sylvia Paixão, Agamben, Durval Muniz, Virgínia Woolf, Joan Scott, Felipe Lindoso, entre outros; que serão importantes norteadores nesse processo dialógico que pretendo travar com o universo de leituras e imaginação da sertaneja dona-de-casa de Irecê.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALVES, Arivaldo de Lima. O método é heterodoxo. O sujeito é posicionado. A pesquisa é possível? In: DUCCINI, Luciana; BARRETO, Luzania Rodrigues (Org.). Número temático: Metodologias de pesquisa em ciências sociais e humanas. *A Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana*. n. 1 (1997) Feira de Santana: UEFS, n. 14, 2013.

BRASIL, MEC/INPE. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA 2009: Resultados Nacionais PISA 2009. Brasília: O Instituto, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa> - busca em 20/09/2013.

CLIFFORD, James. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (ed.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1986.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 10 ed. Campinas: Pontes, 2007.

MURANO, Edgard. Fraude automática: textos gerados por computador enganam publicações acadêmicas mesmo quando desprovidos de sentido. In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano 9. n. 103, maio de 2014. (p. 16-19).

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SILVA, Márcia Rios da. *O rumor das cartas: um estudo da recepção de Jorge Amado*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos; EDUFBA, 2006.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LUIZ GAMA: ENTRELACES POÉTICOS E EGALITÉ

Jair Cardoso dos Santos¹

Resumo: A presente pesquisa se propõe estudar a produção poética e jurídica de Luiz Gama, a partir da análise do livro de sua autoria, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, e das petições de cinco ações de liberdade propositadas por ele em foros da Província de São Paulo, na segunda metade do século XIX, nos quais ele desmonta os conceitos aristocrático-burgueses de igualdade e propriedade privada, ressignificando-os. Ao pensar e construir a sua luta pela igualdade racial de direitos, Luiz Gama se destaca como um pensador de vanguarda no Brasil, fato que revela a sua importância histórico-social, dentro do contexto de implementação da história e cultura afro-brasileira na Educação Básica e do Estatuto da Igualdade Racial. No trilhar desses estudos, realiza-se a pesquisa qualitativa nos seus aspectos documentais (em processos judiciais de arquivos públicos de São Paulo) e bibliográficos; no que tange à fundamentação crítica e teórica, a pesquisa em tela respalda-se nos campos da literatura, crítica cultural e direito.

Palavras-chave: Luiz Gama. Igualdade racial. Desconstrução. Ressignificação.

Quem adentra o Cemitério da Consolação, na cosmopolita cidade de São Paulo, talvez não tenha a exata ideia do número de mortais pouco comuns cujos restos estão ali depositados. Nas suas quadras a profusão de túmulos com nomes famosos salta aos olhos dos visitantes, assim como a inscrição de sobrenomes portugueses, italianos, libaneses, japoneses e de diversas outras nacionalidades nos mausoléus, expondo todos a um teatral espetáculo da igualdade que só a morte permite. Um dos seus endereços mais visitados, sobretudo por integrantes do Movimento Negro, fica logo na primeira entrada à direita: é o Terreno 17, da Rua 12. Lá tem um modesto túmulo, em cuja parte frontal da lápide está insculpido:

“Abolicionista Luiz Gama
Luiz Gonzaga Pinto da Gama
* 21.06.1830
+ 24.08.1882”

O motivo da visita a este palmo medido da Rua 12, como se pode perceber logo à primeira visita, não são as esculturas de Luigi Brizzolara e Brecheret ou a arte gótica, românica e neoclássica que abundam em imponentes túmulos do cemitério inaugurado no ano de 1858. Ainda que tenham de passar pela vizinha Maria Domitila de Castro Canto e Melo, também não é o túmulo da Marquesa de Santos que atrai a visita dessas pessoas que se declaram negros e afrodescendentes em São Paulo. Trata-se da visita ao túmulo de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, o filho da revolucionária negra Luíza Mahin, nascido na Rua do Bângala, na Mouraria, na cidade de Salvador.

¹ Mestrando em Crítica Cultural (UNEB), licenciado em História e bacharel em Direito (UFBA), especialista em Educação (PUC/RJ), advogado e professor da Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias e do Ensino Médio na SEC/BA.

Depois de ser vendido pelo próprio pai – um português que ele fez questão de ocultar o nome –, o menino de 10 anos de idade partiu escravizado a bordo do patacho Saraiva para o Rio de Janeiro, indo parar depois na cidade de São Paulo, rejeitado pela maioria dos compradores de escravos, por ser baiano – fato que se tornou sinônimo de insubordinado e revolucionário àquela época logo após a Revolta dos Malês. Tendo nascido livre e passado pela dura experiência de ser escravo por oito anos, quase perto do fim dos seus dias Luiz Gama faz uma sinopse de sua vida, em carta escrita a pedido do amigo Lúcio de Mendonça, Ele informa:

Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido arditosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antonio Pereira Cardoso (FERREIRA, 2011, p. 202).

Apesar de jamais ter frequentado escolas, Luiz Gama construiu uma trajetória que começou pela profissão de amanuense (escriturário) e militar de baixa patente, passando pelo campo da poesia e jornalismo; ficou conhecido como líder abolicionista e ganhou fama no direito, como advogado provisionado. Impressiona a sua habilidade no trato com a palavra, pois jamais freqüentou escolas ou academias. Apesar desse fato, possuía o domínio da palavra falada e escrita, permitindo-lhe desconstruir conceitos, desmontar discursos e inverter a hierarquia na sociedade escravocrata do Brasil oitocentista.

Observe-se, por exemplo, a eloquente e inflamada defesa da imediata abolição da escravidão que Gama fizera por ocasião do Primeiro Congresso Republicano, quando, por maioria, os congressistas votavam que cada província do império deveria abolir o trabalho servil de acordo com seus interesses econômicos, preservando o direito de propriedade e a devida indenização aos senhores. No seu discurso,

Protestou contra as ideias do manifesto, contra as concessões que ele fazia à opressão e ao crime, propugnava ousadamente pela abolição completa, imediata e incondicional do elemento servil.

Crescia na tribuna o vulto do orador: o gesto, a princípio frouxo, alargava-se, acentuava-se, enérgico e inspirado: estava quebrada a calma serenidade da sessão. Os representantes, quase todos de pé, mas dominados e mudos, ouviam a palavra altiva, vingadora e formidável do tribuno negro. Não era já um homem que falava, era um princípio que falava... digo mal, não era um princípio, era uma paixão absoluta, era a paixão da igualdade que rugia! (MENNUCCI, 1938, p.160).

Antes mesmo de ingressar no seara do direito para enfrentar os “salteadores da liberdade” e de liderar a campanha abolicionista em São Paulo, Luiz Gama foi poeta, publicando em 1859 o livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, na capital paulista e lançando a sua segunda edição dois anos depois, na capital do império.

No campo da literatura brasileira, ele apresentar-se-á como o “Orfeu de Carapinha”, introduzindo pioneiramente o eu lírico negro nas nossas letras, razão pela qual essa obra representa um divisor de águas na literatura brasileira (BERN, 1988):

Quero que o mundo me encarando veja
Um retumbante Orfeu da carapinha,
Que a Lira desprezando, por mesquinha,
Ao som da Marimba Augusta (GAMA, 2011, p. 15).

Segundo CUTI (2004, p. 66), a poesia de Luiz Gama se constitui em um marco na História da literatura brasileira, sendo ele o primeiro precursor da Literatura Negro-Brasileira: o divisor de águas na dicção negra teria se dado ainda em um momento anterior à poesia abolicionista que fez eclodir a obra de Castro Alves.

No poema “Quem sou eu?”, também conhecido como Bodarrada, mais uma vez o poeta baiano afirma a sua identidade etnicorracial e o sarcasmo dirigido às elites supostamente brancas:

Se negro sou, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muito vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baios, pampas e malhados,
Bodes negros, bodes brancos,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes...
Aqui n’esta boa terra,
Marram todos, tudo berra
(GAMA, 2011, p. 118).

Interessante observar o pensamento igualitário de Luiz Gama neste poema: ao usar a retórica de metáforas que confundiam negro por bode em jargões da época, e afirmar que “Bodes há em toda casta/Pois que a espécie é muito vasta”, Gama coloca todos os que se consideravam brancos como bodes, na mais absoluta condição de igualdade com os negros, desconstruindo o estereótipo racista.

Vale ressaltar que o Orfeu de Carapinha desenvolveu o seu pensamento igualitário na segunda metade do século XIX, de forma pioneira. Com ele, trouxe ao país a literatura marginal contada sob a ótica do negro brasileiro, desafiando as regras estabelecidas pelo grupo hegemonicamente centralizador, dominante. Nessa vertente literária o negro, de objeto do discurso passou a ser autor da sua própria história, da sua própria epopeia. Luiz Gama teria se antecipado aos movimentos de tomada de consciência de ser negro em países avançados do Ocidente, como os Estados Unidos, por exemplo.

Na poesia “No Álbum...”, Gama revela o desconforto de viver em uma sociedade racista, que ignorava, repudiava e fazia chacota do talento e do conhecimento do negro livre:

Ciências e Letras
Não são para ti[;]
Pretinho da Cost[a]
Não é gente aqui (GAMA, 2011).

A lógica dominante da subalternização dizia que atividades intelectuais não estariam ao alcance do negro, por suposta absoluta falta de competência técnica! Caberiam ao negro livre as piores tarefas, as de menor recompensa salarial, as mais desprestigiadas pela sociedade capitalista aristocrático-burguesa. Era a mesma visão eurocêntrica do velho colonialismo presente no país “novo”, reproduzindo a racialização das relações de poder entre as novas identidades.

Era com o seu próprio exemplo e trajetória de intelectual que o Orfeu de Carapinha mostrava que os diferentes, por serem diferentes, não deviam ser desiguais. Através da sua poética, ele insurge-se contra os estereótipos sustentando que o negro poderia desempenhar qualquer atividade de cunho intelectual: poeta, advogado, jornalista, tribuno ou qualquer outra atividade não-braçal.

Na poesia “No álbum...”, com o seu sarcasmo habitual, Luiz Gama faz a denúncia da forma elitista e preconceituosa como o negro livre era visto pela sociedade brasileira e o papel das instituições imperiais na formulação do racismo contra este; neste poema, particularmente, o seu autor desconstrói a ideia de que o negro era inapto para o trabalho intelectual, como se observa da leitura dos versos abaixo:

Vai lá para a tenda
Pegar na sovela,
Coser teus sapatos
Com linha amarela
Mordendo na sola,
Empunha o martelo,
Não queiras, com brancos,
Meter-te a tarelo
Que branco é mordaz
Tem sangue azulado:
Se boles com ele,
Estás embirado
Não borres um livro,
Tão belo e tão fin[o;]
Não sejas pateta,
Sandeu e mofino
Não quero que digam
Que sou atrevido;
E que na ciência
Sou intrometido
Desculpa, meu caro amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco,

Nos privam té de pensar!...
Ao peso do cativo
Perdemos razão e tino,
Sofrendo barbaridades,
Em nome do Ser Divino!! (GAMA, 2011)

No verso “Não quero que digam/Que sou atrevido/E que na ciência/Sou intrometido”, observa-se uma exigência de igualdade para si, enquanto pensador, homem de letras, que passeia pelo mundo da palavra com a mesma desenvoltura dos poetas brancos estatuídos pelo cânone. Há também um atrevimento, uma ousadia que desafia a violência racista, invertendo a lógica e a hierarquia dominantes. Segundo DERRIDA (1987):

Em uma oposição filosófica clássica, nós não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um face a face, mas com uma hierarquia violenta. Um dos termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto. Desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia (DERRIDA, 2001).

Assim fazia o poeta baiano na arena racista, como se estivessem lutando rochedo e mar: denunciando sarcasticamente o terror racial e desmontando as representações que a sociedade brasileira fazia de uma suposta superioridade branca.

Todos os conceitos são culturalmente construídos e Luiz Gama atua na sociedade brasileira para inverter essa lógica, desconstruindo os estereótipos. Trata-se da paralógica, que exigirá um novo conceito, conforme se observa da lição de Jacques Derrida:

Dito isso, ater-se, por outro lado, a essa fase significa ainda operar no terreno e no interior do sistema desconstruído. É preciso também, por essa escrita dupla, justamente estratificada, deslocada e deslocante, marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante ou idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo “conceito”, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior (DERRIDA, 2001).

A poesia engajada de Luiz Gama pouco ou nada sensibilizava os “salteadores da liberdade”; a função pública que havia ocupado também pouco ajudou a tirar pessoas das “garras do crime”, razão pela qual, para combater esses criminosos, Luiz Gama partiu para a arena judicial: em fins do ano de 1869, requereu a sua provisão para advogar. A caixa 322 do Arquivo Público do Estado de São Paulo guarda o sucinto processo autuado sob o nº 28/1869, de apenas três folhas, no qual se lê:

Luiz Gonzaga Pinto da Gama, desejando solicitar no foro d’esta cidade, interinamente, vem requerer a V. Exa. que, satisfeitos os requisitos legais, mande passar-lhe a provisão respectiva; e P. [pede] a V. benigno deferimento.
São Paulo, 20 de dezembro de 1869.

Assim, na semana seguinte, no dia 27, o seu petiçãoário já podia ser chamado de advogado. O pedido foi deferido, dando ao ex-escravo a condição de construtor da sua própria história, de

personagem absolutamente ressignificada. Mais do que isso: ele, que, sendo vítima do racismo, fora enxotado da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (MENNUCCI, 1938, p. 140), agora, na condição de advogado, igual aos seus algozes, passou a ressignificar a vida de tantos outros que estavam na condição de escravizado:

O ofício que mais rendeu mérito e demérito, admiração e repulsa ao militante negro foi a advocacia. Tendo sentido na própria pele o que era ser escravizado e sendo possuidor de uma nítida identidade negra, publicava em anúncios de jornais os seus serviços jurídicos gratuitos para a realização do sonho da liberdade. Luiz Gama conseguiu a proeza da libertação de mais de 500 escravizados em São Paulo (SANTOS, 2014).

Dessa forma, do ano de 1870 até o seu último dia de vida, em 24 de agosto de 1882, Gama militou na advocacia em favor da causa negra e fez dessa militância a grande causa da sua vida. No Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo e no Arquivo do Estado de São Paulo encontramos diversos processos nos quais ele atuou como advogado ou curador de escravos. São folhas e mais folhas onde se lê argumentos de defesas de escravos supostamente fugidos, alforriados vítimas de enganadores que os reconduziram à escravidão, de homens e mulheres vindos ilegalmente d'África depois da lei de 7 de novembro de 1831. Mas também encontramos processos judiciais onde ele defende imigrantes italianos (no meio dos quais ele nutria visível simpatia e admiração), espanhóis e brasileiros de tez branca.

Entretanto, sem sombra de dúvidas, o maior número de causas do novel advogado era proveniente da legião de pessoas negras reduzidas à condição de escravizados que, identificando-se racialmente com Luiz Gama, através dele acionavam o poder judiciário para obter a liberdade, construindo história. Diuturnamente ele era procurado por negros africanos e brasileiros em busca da liberdade. Vale salientar que as discussões jurídicas que ocorriam nas varas judiciais acabavam repercutindo nas ruas, na imprensa, nos parlamentos e, assim, a ação dessas pessoas escravizadas em muito contribuiu para a eclosão da campanha abolicionista que, aos poucos, tomava conta das principais cidades do país. Esse fato, aliás, derruba teses que veem o processo abolicionista brasileiro como um movimento apenas de setores da classe média, sem a participação das legiões de subalternizados.

Um dos primeiros processos do advogado negro está no Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, localizado na Rua dos Sorocabanos, 680, no bairro do Ipiranga, na capital paulistana: trata-se dos Autos de Indagações, em virtude de denúncia, processo tombado sob o nº 71/1870, cujo original encontra-se na caixa 7 do referido arquivo. Curioso é que este processo movido pela africana Luiza contra a viúva de José Pedro, a Sra. Joaquina Felicidade da Silva Bueno, moradora da Freguesia do Braz, tem o próprio advogado Luiz Gonzaga Pinto da Gama como autor. Sendo o escravizado

considerado um bem semovente pelo direito brasileiro, a africana Luiza não poderia figurar como autora, por não ter personalidade jurídica? Neste processo, propositado em 15 de fevereiro de 1870 na 2ª Vara Cível do Juízo Municipal da Imperial Cidade de São Paulo, Luiz Gama estreia com sérias dificuldades causadas por toda uma estrutura política e judicial preparada para dizer não a toda e qualquer tentativa libertária. O burocrático aparato judicial, por exemplo, raramente possuía um curador de escravos, impedindo o processo ter andamento regular. Não à toa, o rábula baiano, no dia 14 de março de 1871 – mais de um ano depois da propositura da ação –, em petição colacionada aos autos às fls. 21 e 22 e sem perder o espírito sarcástico do poeta, se refere ao “mitológico curador dos africanos livres”, requerendo, inclusive, a sua dispensa em juízo. Por outro lado, diversos magistrados substitutos dão despachos apenas para protelar o feito. As últimas páginas desse processo foram subtraídas, não sabemos qual teria sido o seu desfecho, mas certamente que ele serviu para que o novo advogado soubesse dos caminhos árduos que teria a percorrer em busca do sonho da liberdade e da igualdade...

Assim como no processo da africana Luiza, o advogado Luiz Gama usou a lei regencial de 7 de novembro de 1831 como fundamento jurídico da grande maioria dos pedidos nas ações de liberdade. Esse dispositivo legal fora criado por pressão inglesa, para acabar com o tráfico de pessoas, que sangrava o continente africano. Movida por razões de ordem econômica ditada pela nova fase do sistema capitalista, a industrializada Inglaterra – no século XIX já considerada como “a oficina do mundo” – exigia que o Brasil extinguisse o tráfico de humanos. Entretanto, apesar de o país ter criado o dispositivo jurídico, este se tratava apenas de uma *mise-en-scène*, “lei para inglês ver”, de mais uma “lei que não pega”, como tantas outras que foram e são criadas ao arroubo da desfaçatez das elites. Assim diziam os dois primeiros artigos dessa lei:

A Regência, em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º. – Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se:

Parágrafo 1º. Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes ao país onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

Parágrafo 2º. Os que fugirem do território ou embarcações estrangeiras, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil.

Artigo 2º. Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil-réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas de reexportação para qualquer parte da África; reexportação que o Governo fará efetiva com a maior brevidade possível, contactando com as autoridades africanas para darem asilo. Os infratores responderão por si e por todos (BENEDITO, 2006, p. 42-43).

Como foi dito anteriormente, o processo da africana Luiza é apenas um exemplo de ação de liberdade em que o advogado baiano usou a lei de 1831 como base jurídica. Observe que às fls. 02, a petição inicial dessa ação começa da seguinte forma a sua fundamentação, até chegar ao seu *petitum*:

Entre os annos de 1843 a 1846 foi importada n'esta cidade a preta Luiza, africana de nação, sendo notoriamente boçal; e n'esse tempo foi vendida por Fuan Pinho, negociante de escravos residente na cidade de Santos ou na Côrte, a José Pedro mercador de carne de porco, já fallecido, que morou á rua de Sancta Thereza, canto da rua da Esperança.

Com a suplae [suplicante?] foram também vendidos outros africanos boçaes, qui ainda se-acham n'esta cidade, soffrendo captiveiro indebitto; e ela está hoje em poder da viuva do mencionado José Pedro, moradora na Freguezia do Bras. A suplae tem filhos que, como ella, acham-se em captiveiro indevido e illegal, em poder da mesma senhora.

Em vista do quanto exposto fica, e do que dispoem a Lei de 7 de Novembro de 1831, artigo 1º, e Decreto de 12 de Abril de 1832, artigo 10º, requer a suplae á V. A. que, com a [ilegível] audiência do Dr. Promotor publico, curador dos Africanos livres, se-digne proceder nos termos das disposições em vigor, declarando-a a final, bem como seus filhos, isentos de captiveiro.

Além de usar a lei de 1831 para convencer o juízo de primeira instância, note-se que Gama também fundamentou o seu pedido no decreto de 1832, sendo este o dispositivo legal que regulamentou a lei de 1831. A fundamentação jurídica possui embasamento suficiente para a libertação da sua cliente. Os argumentos fáticos, por sua vez, trazem aos autos as informações imprescindíveis para o deslinde da ação: a africana entrou no país na década de 1840, depois, portanto, da lei proibitiva do tráfico de humanos para o Brasil e bastava essa prova para a ação ter um desfecho vitorioso; por outro lado, Luiza, sendo “notadamente boçal”, não conhecia a língua nem os costumes daqui (BENEDITO, 2006, p. 44), sendo essa uma prova ou no mínimo uma presunção de que ela entrara no Brasil depois da citada lei. Isso porque se ela tivesse entrado no país antes de 7 de novembro de 1831, até 1870, ano da propositura da ação, teriam se passado 39 anos, tempo suficiente para Luiza aprender a língua e os costumes do Brasil. Em alguns casos, a idade presumível da pessoa escravizada já era suficiente para o juízo perceber que esta entrara no Brasil depois da lei que extinguiu o tráfico.

Luiz Gama foi advogado em diversas ações de liberdade, cujos autores eram homens negros considerados escravos fugidos pela polícia, fato este que ocorria corriqueiramente (CHALHOUB, 2009, p. 55). Bastava o simples fato de ser negro e estar nas ruas para a polícia exigir a carta de alforria e, não sendo tal documento apresentado de imediato, a prisão era realizada:

Ainda que alegassem liberdade, permaneciam escravos até que conseguissem provar a sua condição de livres. Eram corriqueiros os leilões dessas pessoas, para que fossem arrematadas por quem se interessasse em tê-las como propriedade (CHALHOUB, 2012, p. 227).

É óbvio que durante todo o período da escravidão – que vai do século XVI ao último quartel do século XIX – centenas de milhares de pessoas reduzidas à escravidão fugiam em busca de um direito natural seu, que era a liberdade. No Recôncavo da Bahia, por exemplo, nas freguesias de Matoim e Passé, localidades atualmente integrantes do município de Candeias, fugia-se a nado para atingir o sonho da liberdade na Ilha de Maré, situada meia légua à frente do Engenho Freguesia e também defronte do bairro soteropolitano de São Tomé de Paripe e de Caboto e Passé, distritos de Candeias. O proprietário desse engenho fez publicar no Jornal Tolerância, em 27 de junho de 1849: “Escravo fugido do Engenho Matoim, do Barão de Passé. [Quem encontrar] entregar a Paulo Pereira Monteiro ou Inácio José Jacobeiro” (SANTOS, 2008, p. 19).

Uma dessas ações de negros supostamente fugidos, defendida pelo causídico baiano teve como autores Phylippe e João Ricardo. Os autos deste processo de *habeas corpus* tombado sob o nº 29/1877 estão no lote 2010.0700.0616 do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São juntadas pelo advogado dos pacientes as certidões imprescindíveis ao deslinde da ação e às fls. 11 o juiz pede informações aos delegados. Apesar do trabalho Árduo e meticuloso do advogado de defesa de Phylippe e João Ricardo, eles foram derrotados em sua pretensão libertária e tiveram de recorrer da sentença do juiz *a quo*. Os representantes da toga – todos nomeados pelo imperador, de acordo com o inciso II do artigo 102 da Constituição de 1824 (CAMPANHOLE, 1989, p. 760) e boa parte deles constituída por senhores de escravos, muitas vezes firmavam o seu convencimento antes, por uma questão pessoal de defesa da instituição da propriedade escrava. No caso em tela o acórdão do Tribunal da Relação da província decidiu de forma favorável aos clientes do advogado, “a fim de conceder a soltura requerida por não haver justa causa para continuarem os pacientes na prisão”.

Outra ação de liberdade defendida pelo rábula negro foi o do menor Luiz, em um processo de *habeas corpus* cujos autos encontram-se na caixa 252 do Arquivo Público do Estado de São Paulo, autuado em 30 de julho de 1880. Juntando petição e documentos, ele começou a explicar o drama do menino negro Luiz que, depois de ter a sua carta de alforria passada pelo seu senhor, foi penhorado por um credor deste, para garantir o pagamento da dívida. Ao ser penhorado, a título de depósito o menor foi posto na cadeia para garantir a execução, o pagamento da dívida. Na fase de arrematação o menino negro apresentou a sua carta manumissória, que fora aceita pelo juízo que, logo em seguida, a pedido do seu advogado, passou a ser considerado terceiro embargante contra o exequente, dando-se a ele curador idôneo. Depois das discussões dos embargos, estes foram aceitos, havendo, dessa forma, o implícito reconhecimento de personalidade jurídica ao embargante menor Luiz. Observe-se que ao dar o primeiro despacho, o juiz recebe o processo considerando a hipótese de o paciente Luiz ser um cidadão; e, ao declará-lo terceiro embargante, tacitamente o reconheceu

como uma pessoa portadora de direitos, tributando-lhe uma condição de igualdade somente atribuída às pessoas livres. Entretanto, contraditoriamente o manteve em depósito na cadeia, razão pela qual o recurso impetrado junto ao Tribunal da Relação da Província de São Paulo reformou a decisão *a quo*, concedendo-lhe soltura e considerando-o em depósito particular até que a causa principal fosse julgada.

Salientar-se-á que os escravizados, por não serem considerados cidadãos, não possuíam legitimidade *ad causam*, ou seja, não podiam postular em juízo:

Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma coisa, sujeita ao poder e à propriedade de outrem, e, como tal, “havido por morto, privado de todos os direitos” e sem representação alguma (CHALHOUN, 2009, p. 37).

O advogado baiano ignorava essa premissa e desafiava a justiça, instigando-a a dar respostas aos clamores maiores de liberdade e igualdade dessas pessoas. Ao entrar com processos judiciais cujos autores eram escravizados, o advogado baiano reclama para eles uma forma de igualdade jurídica – a de mobilizar o poder judiciário para garantir o direito de postular em juízo, como todas as pessoas livres faziam por direito.

No seu desejo de ver a igualdade entre as pessoas no Brasil oitocentista, o jurista baiano formulou uma nova interpretação jurídica para o instituto da legítima defesa, causando alvoroço e atraindo para si o ódio das elites brancas – a de que o escravizado que mata o seu algoz não pode ser punido, pois ele agiu em defesa da sua própria liberdade:

Causou grande polêmica a frase dita pelo advogado abolicionista, o ex-escravo Luiz Gama, durante o julgamento de um escravo que matara seu senhor: “O escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata sempre em legítima defesa”. Também ao denunciar o linchamento de escravos, Gama defendeu estes últimos sem hesitar: “[...] assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural, e o povo indignado que assassina heróis jamais se confundirão” (AZEVEDO, 1987, p. 192-193).

O raciocínio do advogado permite-nos a seguinte exegese: a legítima defesa é uma excludente da ilicitude, assim, quando ela se configura, não há crime na cena de sangue; e, sendo a liberdade, assim como a vida, também um direito natural, ao matar o seu senhor para garantir esse direito a pessoa escravizada não cometeria crime.

Esse raciocínio jurídico é absolutamente novo no campo do direito brasileiro, podendo o causídico negro ser considerado o pai das ideias de igualdade entre negros e brancos em terras tupiniquins. Essa formulação inédita rendeu diversas ameaças de morte a Luiz Gama, causando indignação, alvoroço e desconforto entre os setores escravocratas que, aliás, eram muitos: fazendeiros, padres, deputados, comerciantes, professores, advogados, médicos eram compradores

de pessoas, salteadores da liberdade, criminosos, na concepção do jurista baiano (MENNUCCI, 1938, p. 170/171). Esse fato explica o conluio que havia na sociedade brasileira com relação à defesa da instituição servil e as reações adversas às idéias esboçadas por Gama no raciocínio jurídico acima.

Sabe-se que é na memória da escravidão moderna, na experiência do racismo e do terror racial que se funda politicamente a identidade cultural dos negros no Ocidente. As idéias igualitárias inculpidas na produção poética e jurídica de Luiz Gama, denunciando e desconstruindo os estereótipos racistas que desigualavam negros e brancos, além de criar laços identitários, possui o condão de colocar o negro como agente, como pessoa com capacidade cognitiva e mesmo com uma história intelectual – atributos negados pelo racismo moderno (GILROY, 2001, p. 40). Escolhendo as arenas da literatura e do direito como algumas das suas estratégias de luta, o poeta e jurista Luiz Gama impõe o seu pensamento como contracultura à modernidade e insculpe o seu nome como mais uma personagem do Atlântico Negro. Sendo filho da diáspora africana, que teve a sua voz recusada ou desqualificada pelo cânone cultural hegemônico, com as leis 10.639/03 e 11.645/08, abriu-se a possibilidade (por decreto!) de reconhecer a figura do pensador e militante negro Luiz Gonzaga Pinto da Gama como uma personalidade nacional, a figurar nos livros escolares como construtor das lutas do povo brasileiro. Em sintonia com essas leis, alterou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (de nº 9.394/96), que estatuiu a obrigatoriedade de dar visibilidade às lutas dos negros e às lideranças negras silenciadas pelo cânone cultural, o que tornou imperiosa a edição, pelo Ministério da Educação, das *“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”*. Esse documento faz menção às vozes propositalmente subalternizadas e silenciadas pelo racismo, exigindo a visibilidade das mesmas. E entre essas vozes está a de Luiz Gama, conforme se observa na sua página 22.

Reconhece-se, enfim, que não apenas os donos dos “latifúndios” do Cemitério da Consolação, como Campos Salles, Washington Luís, Barão de Antonina, Matarazzo (família dona do maior mausoléu da América Latina, cuja altura equivale a um prédio de três andares) ajudaram a construir a história do povo brasileiro. A alma gigante que habitou por 52 anos o disfarce carnal que fora sepultado no palmo medido do Terreno 17 da Rua 12 – praticamente parando a imperial cidade de São Paulo no dia da sua despedida – viveu (e vive!) na memória de tantos que, inspirados nos seus exemplos e ideais, buscam a tão sonhada igualdade.

REFERÊNCIAS:

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- BENEDITO, Mouzar. *Luiz Gama: o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- CUTI. *Literatura Negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
- GILROY, Paul. “Uma história para não se levar adiante”: a memória viva e o sublime escravo. In: *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (Org.). Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardiã Resende (Et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MEC – Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP3/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, MEC. 2004.
- SANTOS, Jair Cardoso. *Candeias: História da Terra do Petróleo*. Salvador: Gráfica Salesiano, 2008.
- SANTOS, Jair Cardoso. *Luiz Gama e a consciência negra*. Salvador: Jornal A Tarde, edição de 29/11/2014, p. A2.

O ATO DE ESCREVER E DE SE REESCREVER: ESCRITA FEMININA - MULHER ESCRITORA

Luane Tamires dos Santos Martins (Pós- Crítica/Uneb-Campus II)

Orientadora: Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira

Resumo: O seguinte trabalho visa apresentar o andamento do projeto de pesquisa previamente intitulado “O ATO DE ESCREVER E DE SE REESCREVER: EM FOCO RACHEL DE QUEIROZ E CONCEIÇÃO EVARISTO.” Desta forma, para este dado momento, nos deteremos na reflexão e discussão dos conceitos de escrita feminina, autobiografia, biografia e gênero que atravessam o projeto de pesquisa em questão. Para tanto nos valeremos da abordagem teórica de alguns autores, a saber, Zilda Freitas (2002), Nelly Richard (1999), Eneida Maria de Souza (2012), Kelen B. Paiva (2013), e Guacira L. Louro (1997), entre outros. Sendo assim, esperamos refletir sobre a escrita feminina considerando os impactos dos estudos de gênero, as estratégias de inversão, as marcas de um feminino construído, a repetição e o deslocamento presentes nas textualidades. Observaremos também, através dos estudos autobiográficos, os lapsos da memória, a ficionalização de si, no processo de criar-se e recriar-se enquanto mulher escritora.

Palavras-chave: Escrita feminina. Ato de escrever. Autobiografia. Biografia.

O presente trabalho visa apresentar um recorte do projeto de pesquisa previamente intitulado “O ato de escrever e de se reescrever: em foco Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo”. Para a discussão que se segue, nos deteremos na reflexão de conceitos que servirão como base para o desenvolvimento da pesquisa, a saber: escrita feminina, autobiografia, biografia e gênero. O intuito não é simplesmente apresentar as concepções dos termos, e, sim, refletir sobre as potencialidades dos mesmos no que cerne a temática da pesquisa.

Para iniciarmos nossas reflexões, faz-se interessante discutirmos sobre gênero, tomando por base a perspectiva dos estudos feministas. Sendo assim, compreende-se que gênero, não designa apenas as discussões relacionadas ao universo feminino, não é uma definição baseada no sexo, biologicamente falando, dos indivíduos. A categoria questiona, portanto, o universo “naturalizado” dos sexos, as imposições sociais que são costumeiramente tidas como natas ao indivíduo, seja este masculino ou feminino. Desta forma:

[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas [...]. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, ou, então como são ‘trazidas para a prática e tornadas parte do processo histórico. (LOURO, 1997, p. 22)

Dessa forma, uma vez que, em tempos mais remotos, diríamos que discutir sobre mulher seria, para muitos, algo socialmente descartável, até mesmo devido ao fato desta discussão partir diretamente de uma mulher. Esta conquista nos é permitida atualmente devido ao advento da

discussão sobre gênero na perspectiva dos estudos feministas em correlação com os estudos culturais.

Assim sendo, o lugar e o papel da mulher na sociedade foram categoricamente frisados como inferiores ao do homem. Os estudos teóricos sobre mulher ascenderam no espaço acadêmico a partir de 1968, como nos afirma Guacira Lopes Louro (1997). A mesma autora ressalta que:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como conseqüência a sua ampla **invisibilidade** como sujeito da Ciência. (LOURO, 1997, p. 17, grifo meu).

Desta maneira, compreende-se que os primeiros estudos de e sobre mulheres baseavam-se na tentativa de dar visibilidade aquela outrora subjulgada, oprimida e invisibilizada socialmente. Consideravam-se também as lutas políticas das feministas pelos direitos antes negados a nós, como o direito ao voto, por exemplo.

Diante de tais discussões, podemos compreender que para mulher não foi “destinado” o espaço literário. A mulher não era vista como um ser que pensa, capaz de defender seus objetivos, capaz de fazer Ciência, de ser racional, como nos sugere a autora Julia Hissa (1999, p. 505, grifo meu):

Resignação, obediência e passividade, são qualidades apreendidas como próprias da natureza da mulher, por força da ideologia, que, valendo-se desses rótulos, passou a encará-la pelo lado da insensatez. **Confundida com a criança, em razão de uma suposta fragilidade, a mulher congelou a voz e os sentimentos ao longo dos anos**, atraindo para si o estigma da diferença.

[...] Pela lógica masculina, a mulher é apreendida como um “**ser – a – menos**”, tão próxima que se encontra da **irracionalidade** e da infantilidade.

Não recebendo o reconhecimento como sujeito da Ciência, pessoa racional, conseqüentemente, a mulher também não poderia ser vista como sujeito leitor, crítico, reflexivo, ou até mesmo como sujeito capaz de escrever. Nessa perspectiva, tornava-se invisível também a escrita da mulher. Mas é pertinente destacar que apesar da escrita feminina ter sido invisibilizada e silenciada desde os séculos passados, isso não quer dizer que as mulheres não tenham escrito literatura ou que não escreveram ou escrevem. Para Cristina Ramalho (2011, p. 25):

Obras como de Escritoras brasileiras do século XIX, Tirando do fundo do baú: antologia de poetas brasileiras do século XIX e desafiando o cânone (1 e 2), entre outras, ostentam a importância do século XIX para o reconhecimento da inegável inserção da mulher no âmbito da historiografia literária brasileira. São tantos os registros de existência de escritoras e publicações de obras que não há espaço para se negar a incoerência entre o que se pensava (as mulheres pouco escreviam e o que escreviam era de pouca importância) e o que, de fato, se encontrou, depois de incansáveis e exaustivas pesquisas e buscas por publicações.

Hoje, obras de escritoras como Rachel de Queiroz e Clarice Lispector, por exemplo, estão sendo sugeridas até em alguns vestibulares de universidades do Estado brasileiro. No entanto, não podemos nos esquecer que ações específicas sobre determinadas escritoras não podem nos impedir de questionarmos o porquê de, muitas vezes, nas aulas de literatura, ouvirmos mais os nomes dos autores que das autoras, principalmente quando se trata dos considerados canônicos. E esta regra ainda se estende se adicionarmos a problemática a questão da raça. Podemos, desta forma, nos perguntar: quantas autoras negras nós conhecemos no período em que cursamos a Escola Básica? Acredito que poucos (ou nenhum) nomes iremos nos lembrar. Pois como afirma Catiz-Montoro (1999) temos que tomar cuidado com o uso de exemplos isolados para provar que todas as mulheres (neste caso, todas as escritoras) possuem oportunidades iguais em nossos sistemas social e econômico atuais.

A luta para adentrar o espaço literário e principalmente o cânone tem sido constante para nossas escritoras. Segundo Maria Inês de Moraes Marreco (2010) a década de 1850 é considerada como marco oficial da maturidade literária no que cerne às produções masculinas, abrindo espaço, porém, para algumas produções de autoras. Entretanto, “como as publicações estavam sob o controle de editores homens, as mulheres tinham que batalhar para serem aceitas enquanto escritoras, e também acatar os padrões estéticos estabelecidos.” (MARRECO, 2010, p. 236).

Além disso, essa postura também foi reforçada pelos primeiros estudos feministas no nosso país, entretanto, a mesma é rebatida atualmente por diversas teóricas feministas, como por exemplo, Zilda Freitas (2002). Para esta, o maior equívoco das feministas foi a desvalorização do universo feminino, aceitando a proposição de que para tornar o mundo mais igualitário precisariam apenas adotar alguns valores masculinos.

Entretanto, valendo-nos dos estudos feministas contemporâneos, podemos considerar que as autoras que ousaram tentar publicar no século XIX assumiram uma posição “aceitável” frente à sociedade e a “cultura” da época, pois sem o aval do homem lhes dizendo o modelo que deveriam escrever, elas provavelmente não seriam aceitas, uma vez que, socialmente e simbolicamente, nesse período, a mulher era “propriedade” do marido ou do pai, o representante do capital econômico. Com isso vale ressaltar que o reconhecimento dirigido à mulher, na sociedade do século XIX, estava atrelado a posição social de seu pai ou de seu esposo.

Nessa perspectiva, Freitas (2002) ressalta, por sua vez, que os primeiros traços da libertação feminina na escrita deu-se apenas no começo do século XX, com uma escrita pautada na fantasia insubmissa, procurando a descrição precisa do seu papel no mundo e sua reinvenção. Segundo a autora:

A literatura não é para as mulheres uma simples transgressão das leis que lhes proibiam o acesso à criação artística. Foi, muito mais do que isso, um território liberado, clandestino. Saída secreta da clausura da linguagem e de um pensamento masculino que as pensava e descrevia [...]. Apenas desabafo? Não, a literatura feminina é mais um registro de inconformismo da mulher àquelas leis. (FREITAS, 2002, p. 119).

Desta forma, a mulher passa a buscar a diferença como identidade. A desconstrução do supracitado modelo masculino, na prática de sua escrita, assume, de fato, a sua “inexperiência” e “imperfeição”, encontrando, conseqüentemente, o seu jeito singular de escrever. Ainda consoante a autora referida, pode-se afirmar que durante séculos a mulher é desconhecida para si e uma estrangeira na sociedade de valores masculinos. Freitas ressalta que a escrita feminina é justamente este livre expressar-se do universo feminino, lado a lado com o masculino, sem imitá-lo, mas também sem desconhecê-lo.

A própria concepção da terminologia “escrita feminina” tem ganhado outros contornos na nossa contemporaneidade. Alguns estudiosos da área estão se empenhando em algo que ousou aqui a denominar de ressignificação da escrita de autoria feminina. Busca-se hoje uma fuga da polaridade e naturalização dos sexos e diante disto, muitas estudiosas femininas contemporâneas estão sugerindo a substituição do termo “escrita feminina” por “escrita de autoria feminina”, com o intuito exatamente de evitar o essencialismo nos termos em questão.

Doravante, no que se refere à autobiografia e biografia, também não pretendemos traçar definições dos termos, e, sim, refletir sobre os mesmos. Entretanto, faz-se necessário evocar previamente Lúcia Castelo Branco (1991) quando a mesma relaciona mulher e memória, chegando a considerar que em diversos textos de autoria feminina aparece esse gênero textual memorialista, que aqui, sugerimos, está estritamente ligado à escrita autobiográfica. Não queremos afirmar, no entanto, que a escrita de autoras é memorialista (cairíamos, neste caso, na armadilha frisada acima), mas alguns textos de autoras trazem o gênero memorialista/autobiográfico com finalidades múltiplas, inclusive de (re)construção e (des)construção discursiva.

Sendo assim, para Eneida de Souza no artigo intitulado “Autoficção e sobrevivência” “o relato autobiográfico comporta, inevitavelmente, sua parte de ficção [...]. Os acontecimentos recebem caráter inventivo quando se submentem a rememoração, entendendo serem as lembranças relatos contados para si próprio, por meio da narrativa em primeira ou terceira pessoa[...]” Ou seja, a partir do momento que o exercício de lembrar é empregado, lacunas surgem, lapsos de esquecimentos intencionais ou não, e precisam ser preenchidos nesse percurso da redação textual autobiográfica. Pois, conforme Eneida Souza:

No exercício de reelaboração, reconhecem-se os ganhos e as perdas que passam a ser avaliados mediante as condições teóricas de sua produção. Exige-se, para tal, a articulação da memória e do esquecimento, da presença e da ausência de dados que configurem o material cinzento e contraditório do passado. (SOUZA, 2012, p. 28)

Dessa maneira, podemos inferir que a autobiografia é a escrita que paradoxalmente, relaciona vida e a ficção em um processo memorialístico de lapsos, ou seja, ausências, uma vez que, ao narrar-nos nos tornamos também personagens da nossa própria história, sujeito que os ‘eus’ que o habitam.” A mesma autora supracitada ressalta que o ato de biografar é revisitar arquivos, e, conseqüentemente, retomar memória.

Nessa perspectiva, para Kelen Benfanatti Paiva (2013, p. 211) “se todos somos personagens para nós mesmos ou para os outros, nenhum seria mais fascinante para o sujeito que os ‘eus’ que o habitam”.

Nessa perspectiva, para Kelen Benfanatti Paiva (2013, p. 211) “se todos somos personagens para nós mesmos ou para os outros, nenhum seria mais fascinante para o s A mesma autora supracitada ressalta que o ato de biografar é revisitar arquivos, e, conseqüentemente, retomar memória. Nessa linha, não necessariamente a memória de quem o faz, mas a memória do outro, daquele que está sendo biografado, especialmente em suas obras e na escrita de si. Sendo assim, podemos inferir que o ato de biografar também passa pelo campo minado da memória. Pois, que seria a memória senão um lugar de construção e desconstrução onde a linha entre o real e o ficcional torna-se, a cada instante, mais tênue? E é exatamente desse processo que surge aquilo que chamamos de Literatura.

CONSIDERAÇÕES EM ANDAMENTO

Com base no exposto, compreende-se que a discussão, reflexão e politização dos conceitos aqui abordados potencializam o trabalho de dissertação em curso, na medida em que nos embasa para abordar a construção do perfil de escritoras, considerando suas trajetórias literárias e de vida. Discutir sobre a própria desconstrução da expressão “escrita feminina” abre espaço para novas propostas de trabalhos e outros encaminhamentos para posteriormente, quem sabe, chegarmos a uma terminologia que de fato designe a escrita de autoria feminina. Nessa perspectiva, discutir sobre autobiografia e memória, por sua vez, também é pertinente por nos levar a perceber a relação desses traços com a escrita de autoras.

Destarte, vale salientar que o projeto previamente voltado para duas escritoras, neste caso, Rachel de Queiroz e Conceição Evaristo, passou por algumas reformulações, e tudo indica que iremos

trabalhar, considerando nosso tempo de leitura, somente com a autora modernista Rachel de Queiroz. Destarte, esperamos contribuir, através do viés da Crítica Cultural, com os estudos de autoria feminina no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, Camila Castelo. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CATIZ-MONTORO, Carmem. Feminismo radical e o lugar da nova mestiça. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de; CAPELATO, Helena Rolim (Org.). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999.
- FREITAS, Zilda de Oliveira. A literatura de autoria feminina. In: FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.
- HISSA, Julia. Breve reflexão sobre a condição feminina ao longo dos anos. In: REIS, Livia de Freitas; VIANNA, Luciana Helena; PORTO, Maria Bernadette. *Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARRECO, Maria Inês de Moraes. Investigando a história das mulheres. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.). *Falas do outro: literatura, gênero e etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.
- PAIVA, Kelen Benfenatti. A escrita íntima de arquivo: por uma construção estética de si. In: SOUZA, Eneida Maria de; LAGUARDIA, Adelaine; MARTINS, Anderson Bastos. (Org.). *Figurações do íntimo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e políticas*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SOUZA, Eneida Maria de. Lapsos da memória. In: *Tempo de pós-crítica*. 2 ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.

VIOLÊNCIA RACIAL, VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Manoela dos Santos Barbosa¹

Resumo: Esta pesquisa investiga as peculiaridades do projeto estético-literário da escritora Conceição Evaristo, que questiona as diferentes formas de violências a que estão submetidas às mulheres negras. Como recorte, exploraremos as representações étnico-raciais e de gênero na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011). Neste estudo, observarei as contribuições da autora para perceber as dinâmicas das opressões de gênero e raça, buscando elucidar o lugar sócio-cultural que a autora se insere para a produção da sua textualidade, visando compreender de que maneira evidenciam-se, a partir da sua obra ficcional as questões que dizem respeito às violências - de gênero, física e racial - e de que modo estas opressões culminam nas expressões de violência doméstica e familiar contra mulheres negras, bem como compreender de que forma a literatura pode configurar-se como espaço discursivo para problematizar/politizar questões provenientes do cotidiano. Metodologicamente, usaremos as perspectivas feministas de bell hooks, Sueli Carneiro e Ângela Davis, dos documentos legislativos no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher, e ainda, conceitos de violência doméstica de Constância Lima Duarte, Heleieth Saffioti, Lia Zanotta Machado e Eva Blay, que ressaltam o quanto este tipo de violência deve ser combatido por meio de políticas públicas.

Palavras-chave: Gênero. Violências. Literatura. Crítica cultural.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, com título provisório: “Violência de gênero, violência racial na obra de Conceição Evaristo”, parte primeiramente das minhas inquietações enquanto ser social ao observar, por exemplo, as questões relativas à violência contra a mulher, mas, sobretudo, da minha percepção e vivência enquanto mulher e negra consciente das especificidades que marcam a minha trajetória e das minhas iguais a partir de uma sociedade marcadamente discriminatória, sexista e misógina.

Levada, inicialmente, pelas motivações pessoais busquei enveredar minhas escolhas profissionais/acadêmicas por caminhos que me conduzissem a refletir sobre tais questões, a saber, a violência contra a mulher e mais precisamente as mulheres negras.

Somam-se a estas indagações o contato com projeto literário, da escritora Conceição Evaristo presente nos *Cadernos Negros*¹, sendo surpreendida pela sua maneira de escrever as mulheres negras, rompendo com estereótipos, homogeneidades, invisibilidades, sensualidade acentuada comumente destinadas às mulheres afro-brasileiras, no que tange a boa parte da produção literária brasileira e posteriormente, o interesse em aprofundar/mergulhar nos estudos provenientes, pela ficção realista impressa em sua prosa contemporânea e ainda, pela forma de escrever da autora em questão descrita pela mesma como uma escrevivência - escrever a existência. Segundo Evaristo: “Foi daí, talvez, que eu descobri a função, urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É

¹ Mestranda em Crítica Cultural – UNEB/Campus II. E-mail: manoellasbarbosa@hotmail.com.

preciso comprometer a vida com a existência ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida? ” (Evaristo, 2007).

Desse modo, esta pesquisa visa investigar a proposta literária da escritora, e para tal investida, nos apoiaremos na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (Nandyala, 2011), onde reúne treze contos, todos protagonizados por mulheres negras e costurados pela voz narradora-ouvinte da autora atentando para as marcas da violência doméstica e familiar.

Esta pesquisa apresenta-se relevante na medida em que vem havendo investidas do Estado, através de políticas específicas com o intuito de minimizar os efeitos do sexismo, do racismo e das discriminações, as quais ainda marcam as trajetórias das mulheres neste país.

Assim sendo, os interesses e objetivos dessa pesquisa relacionam-se com a abordagem da crítica cultural, à medida que interroga o cânone literário, propondo uma discussão que visa averiguar qual o compromisso que a literatura deve ter com os discursos reais? De que maneira a literatura pode colaborar e\ou contribuir para mediar conflitos, estabelecer novos conceitos ou até mesmo fortalecer “velhos” e surrados estereótipos? De que modo a produção literária pode contribuir para denunciar violência contra a mulher introjetada no convívio social? De que modo a literatura pode corroborar para politizar estas feridas?

CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA

A violência contra a mulher é um problema mundial e antigo. Entende-se como violência, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.” (Protegendo as mulheres contra a violência doméstica, 2006, p. 1).

Ao longo dos anos temos observado inúmeros casos de agressões, brutalidades e extremismos protagonizados pela herança do patriarcado². Tem sido cada vez mais comum ouvirmos, presenciarmos ou termos notícias sobre violências, principalmente, no que diz respeito à mulher. O fato é que muitas são violentadas apenas por ser mulher, o que nos leva a observar que essas severidades estão ligadas ao machismo e seus desdobramentos.

Os valores machistas ainda predominam padronizando comportamentos, reforçando estereótipos, que se configuram como o sexismo, a misoginia, contribuindo para a exploração, subordinação, dependência que se desdobram nas mais variadas formas de violência contra a mulher.

A violência contra a mulher pode se manifestar de várias formas - violência de gênero, violência familiar, violência sexual, violência psicológica, violência doméstica, violência física, violência econômica, ou ainda, violência institucional - e com os mais distintos graus de perversidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual o feminicídio³ vem a ser a manifestação mais extrema.

Segato (2006) sinaliza:

Desmascarar o patriarcado como uma instituição que se baseia no controle do corpo e capacidade punitiva às mulheres, e mostrar a dimensão política dos assassinatos de mulheres são de tal controle e capacidade punitiva, sem exceção. A relevância estratégica da politização de todos os assassinatos de mulheres a este respeito é clara, uma vez que salienta que resultam de um sistema em que o poder e o masculino são sinônimos e permeiam a atmosfera social de misoginia: ódio e desprezo para o corpo feminino e os atributos associados com a feminilidade.

Assim sendo, discutir sobre a construção de discursos que conferem às mulheres lugares subalternizados, e de que maneira nossa sociedade culturalmente institui as esferas de poder, destinando a determinados corpos a legitimação das práticas de violência.

Apesar de determinados avanços, a exemplo da Lei 11.340/2006⁴ como explicar as injustiças, o aumento de agressões e nos casos mais extremos, as mortes de tantas mulheres? Parece que há uma rotinização destas violências no nosso convívio. É curioso quando nos perguntamos, por exemplo, onde estão os talhos, as rasuras, as dores, a solidão, as brutalidades dessas ocorrências no contexto social? Como evidenciar, romper, contribuir para que tais marcas introjetadas na vida dessas mulheres, a fim de contribuir para que “os gritos” dessas vozes sejam escutadas?

Tomada a dimensão da violência contra a mulher, e atribuindo um olhar direcionado a interseccionalidade entre gênero e raça, percebe-se que aumenta ainda mais o fosso e as desigualdades ficam mais latentes.

Refletir sobre esta ponderação é permitir através do processo histórico e sócio-cultural entender, por exemplo, como as divisões sexuais, fortaleceram/fortalecem estigmas, ideia de superioridade e dominações dos homens em relação às mulheres. De que maneira estas interações combinam-se nas mais distintas formas de opressões sobre as mulheres? E, adentrando, a perspectiva etnicorracial podemos ajuizar sobre as explorações vivenciadas pelas mulheres negras, desde o período escravagista, à medida que passavam por todas as formas de violações (sexuais, financeiras, educacionais, simbólicas, existenciais...), e a atribuição destas a aptidão “inata” ao trabalho servil e/ou doméstico.

Bell hooks observa que:

A abolição da escravidão teve pouco impacto positivo sobre as relações entre mulheres brancas e negras. Sem a estrutura escravocrata que institucionalizavam de modo fundamental as diferenças entre brancas e negras, as brancas passaram a querer ainda mais que os tabus sociais promovessem sua superioridade racial e proibissem as relações legalizadas entre as raças. A participação delas foi essencial para perpetuar os estereótipos degradantes sobre a feminilidade negra. Muitos desses estereótipos reforçavam a noção de que as negras eram lascivas, imorais, sexualmente licenciosas e carentes de inteligência. (HOOKS, 2013, p. 132)

Desse modo, percebemos um “novo” arranjo social em um contexto completamente desumanizador e quando avaliamos os dias atuais percebemos que estas aniquilações reverberam ainda hoje, estabelecidas a partir das diferenças observadas entre os binômios, homens/mulheres, negras/brancas através das práticas de privilégios e exclusões, a exemplo da objetificação e coisificação dos seus corpos e nas mais distintas formas de abusos subtraindo-as de direitos enquanto pessoas, e, comumente ganham reforços institucionais e midiático.

Segundo, sinaliza Hanchard (2001, p. 153), “a posição da mulher afro-brasileira na sociedade brasileira, tal como a situação das mulheres de origem africana noutros lugares, é basicamente pautada na relação tridimensional entre raça, classe e sexo”.

Embora, no que diz respeito às tensões provocadas pelo machismo, por exemplo, “as afro-brasileiras depararam com dificuldades semelhantes junto às feministas brancas” (Hanchard, 2001, p. 154), semelhanças estas, que logo se dissiparam a medida que “se confrontaram e examinaram suas respectivas questões” tomando assim, consciência de que existiam especificidades do ser mulher negra que a pauta feminista, de modo geral, não dão conta.

Nesse período, surgiram instituições com preocupações que demonstravam atenção as causas e direitos das mulheres negras, na sociedade brasileira. Primeiramente surgiram na década de 80 e começo de 90, no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo do Gelédes⁶ e do Criola, respectivamente. Estes institutos contribuíram também para que outros semelhantes surgissem em outras cidades do Brasil. Ainda hoje, servem de referência, por contribuírem de modo significativo, agenciando e pautando demandas pertinentes às mulheres afro-brasileiras na sociedade civil.

Entender, as especificidades da violência contra as mulheres negras, é também

questionar o Estado entendendo-o como aquele que contribui para que as discriminações, os preconceitos e o sexismo, se perpetuem quando se observa, por exemplo, a demora em garantir um olhar atento a estas demandas, que assegurassem através de políticas públicas específicas, a reversão do quadro atual de desigualdades.

Assim, os movimentos feministas e de mulheres negras vem ao longo dos anos questionando e cobrando do Estado atenção devida no que tange a estas questões, no intuito de suprir esta lacuna,

possibilitando através de reflexões, estudos e dados que contribuam para compreender estes fenômenos e erradicá-los do nosso convívio, com a finalidade de proporcionar uma sociedade menos injusta e desigual para todas as pessoas.

COMPROMETIMENTO ETNICORRACIAL E DE GÊNERO NA TEXTUALIDADE DE CONCEIÇÃO EVARISTO

É sabido que, ao longo da história, as mulheres sempre foram subjugadas, oprimidas, excluídas e, quando somamos a estas opressões as questões referentes a gênero e raça observa-se que as mulheres negras passam por múltiplas segregações.

A estas mulheres há muito tempo destinam-se comumente estereótipos que vão desde a sexualizada, sensualizada, marginalizada, entre outros atribuídos através de um olhar homogeneizante e brutal sobre seus corpos e identidade. Este tipo de “olhar” é um dos caminhos pelos quais nega-se a estas mulheres suas identidades, suas particularidades e, principalmente, seus direitos enquanto cidadãs.

Estas noções de estereótipos permanecem estigmatizando e marcando esta parcela significativa da população brasileira e corrobora para fortalecimento dos preconceitos, direcionando a estas mulheres a validade das práticas de violências – institucionais simbólicas⁸ e físicas.

Conforme nos alerta Castro e Rocha (2006, p. 12):

ampliar a atenção às mulheres negras em situação de violência é romper com uma visão estreita de que as outras formas de violência não influem na qualidade de vida, na auto-estima e na redução dos danos causados à mulher e multiplicar as estratégias vitoriosas das mulheres no combate a violência contra a mulher, em especial as mulheres negras, atuando também nas outras causas que violam os seus direitos e que reproduzem com maior ênfase a violência contra elas.

As políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil é em certa medida um avanço. O reconhecimento deste tipo de violência traz à tona e de certo modo ao centro da agenda pública as demandas dos mais distintos grupos de mulheres e dos feminismos. A demarcação de gênero e raça, como fator importante vem à tona exatamente pelos questionamentos dos mais distintos grupos e movimentos de mulheres negras.

Reivindicando desse modo ações efetivas que combinam para sua inserção na promoção de políticas mais eficazes, e capazes de abarcar as demandas dos feminismos. Considerar o termo *feminismos* é compreender que embora as questões pertinentes as mulheres estejam na pauta pública, reconhecemos que a universalidade da problemática deixa à margem e/ou silenciadas tantas outras formas de se experienciar as multideterminações da categoria gênero, haja vista a diversidade

em que estamos inseridos. Isto se dá não por exclusividade, mas por inserção e devida atenção as peculiaridades.

Sueli Carneiro (2001, p. 2) nos convoca a enegrecer nossos feminismos, conforme discorre:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

As contribuições de Sueli Carneiro são primordiais para empreender através da história as dinâmicas das relações de gênero. Este posicionamento contribui teoricamente para viabilizar ampliação das reflexões e empoderamento das mulheres negras, encorajando-as a contribuir para que mudanças efetivas possam reverter à lógica vigente.

Sueli Carneiro (2001, p. 2) faz alusão ainda à ideia de democracia racial vigente, que podem ser percebidas ainda hoje. Sobre isto ela afirma:

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde.

O alerta de Sueli Carneiro (2001), bem como de outras feministas – como Lélia Gonzales, Angela Davis, Luiza Bairros, bell hooks e outras, que abarcam, além das questões de gênero, também a identidade racial como caminho para uma perspectiva que combata não apenas as opressões de gênero, mas também de raça. Para esta autora, “essa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antiracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.” (Carneiro, 2001, p. 2).

É nessa perspectiva que Conceição Evaristo consciente das opressões tanto de raça, quanto de gênero possibilitando a partir da sua produção ficcionista pautada em discussões relevantes sobre a realidade, sinalizando que a literatura também pode cooperar para intervir, problematizar e, sobretudo, agenciar novas reflexões.

É desse modo que Conceição Evaristo se apresenta através do seu projeto literário, investindo em discursos que extrapolam o campo hegemônico, eurocêntrico e patriarcal, em que marca(m) e, em certa medida, ainda marca(m) o cânone literário brasileiro⁸, contribuindo de maneira significativa através da sua produção literária à medida que vem pautando discussões que permeiam nosso cotidiano opressivo.

Assim, a autora propõe inserções respaldadas na diversidade, na pluralidade dos discursos e, principalmente, na inscrição de personagens negras que aparecem-nos sob novas perspectivas de representação.

A autora, em um dos seus ensaios, afirma a sua proposta literária:

Se há uma literatura que nos invisibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. (EVARISTO, 2007, p. 54)

A voz da autora compartilha com as personagens sob uma nova perspectiva, tanto na sua prosa, quanto nos romances e poesias, as personagens são emancipadas e conscientes de suas escolhas pessoais, intelectuais, escolarizadas, bem sucedidas nas suas escolhas profissionais, apresentando, desse modo, um novo panorama do ponto de vista da representação, através de uma literatura cujo caráter é eminentemente político.

A autora afirma a esse respeito:

[...] na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenho de novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como no da autoria. Uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sócio-cultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas.” (EVARISTO, 2007, p. 54)

O posicionamento da autora sinaliza o seu empenho em manifestar uma escrita que configura o lugar sócio-cultural em que se insere para apresentar-nos novas representações literárias que configura o lugar sócio-cultural e, assim, posicionando-se enquanto mulher negra na sua textualidade. Conforme:

Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida. Nesse sentido, vários textos se tornam exemplares, como os de: Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves, Lia Vieira, Celinha, Roseli Nascimento, Ana Cruz, Mãe Beata de Iemonjá dentre outras. Há ainda que se recordar da primeira romancista abolicionista brasileira, Maria

Firmina dos Reis, com a publicação de *Úrsula*, em 1859. Não se pode esquecer, jamais, o movimento executado pelas mãos catadoras de papel, as de Carolina Maria de Jesus que, audaciosamente reciclando a miséria de seu cotidiano, inventaram para si um desconcertante papel de escritora. (Evaristo, 2007, p. 54)

Conceição Evaristo escritora de voz coletiva, consciente e atenta as dimensões da interseccionalidade das opressões de gênero e raça se propõe, desse modo, a discutir e problematizar como apresentar uma literatura comprometida com o universo feminino negro, e, sobretudo, busca questionar o dever e comprometimento que a literatura deve ter com a realidade e a inclusão.

Corroborando com este posicionamento, Norma Telles (1992) salienta que “as imagens literárias não são neutras; são, ao contrário, um guia, um mapa para a realidade que nos ajuda a perceber “o mundo real”. É, nesse sentido, que reitero as contribuições significativas de Evaristo e a devida atenção que a mesma dá a realidades que até então estavam fora dos discursos literários de alguma maneira.

Nessa linha, é válido salientar a importância de pensar criticamente a visão homogeneizante, ressaltando a necessidade de questionar os padrões canônicos e pré-estabelecidos a partir de um único padrão cultural e a inserção de especificidades, a exemplo, das questões sociais de gênero e do feminismo. Assim, “[...] o objetivo dos discursos pós-coloniais e do feminismo é a integração da mulher marginalizada à sociedade” (BONNICI, 2012, p. 25).

Em conformidade as ponderações de Thomas Bonnici, Nelly Richard em *A escrita tem sexo* (2002) diz que é preciso pensar sobre a importância “de perguntas e de reflexões, em torno dos temas mulher, escrita e poder”, “[...], pensar a partir de uma margem, a partir de um limite de infração que assumiu a marca do gênero sexual como local de desafio e questionamento das hegemonias discursivas” (RICHARD, 2002, p. 127).

Faz-se necessário trazer a escrita como uma estratégia para reescrita, releituras, possibilitando trazer a baila questões que permeiam o universo feminino, atribuindo um olhar crítico e denunciador, a fim de corroborar para que os anseios, discursos e demandas do feminino e dos feminismos sejam agenciados também através da literatura.

Em relação a isto, Bonnici acrescenta:

Além disso, teóricos brasileiros começaram a (re)debruçar sobre os problemas indigenistas e da construção nacional, da escravidão e das raízes africanas, da etnicidade e do racismo, da (in)dependência literária, do cânone literário, da nacionalidade e cidadania, do binômio exclusão-inclusão, do feminismo branco e negro, da miscigenação, do hibridismo, da identidade brasileira e da resistência (BONNICI, 2002, p. 321).

Nesse momento, é válido voltar-se para questões oportunas sobre identidade, e entender como esses assuntos se tornam relevantes, inclusive, para repensar os lugares e falas direcionadas a

determinados grupos e/ou pessoas. A possibilidade da reescrita, a inserção de novos paradigmas, de novas abordagens, sobretudo, aos grupos até então silenciados, excluídos e escamoteados por uma visão canônica e singularizada que não traduz a diversidade identificada no Brasil.

É nessa ruptura com o discurso homogêneo e unilateral que os estudos sobre a literatura ganham “cor e sexo”. E nessa direção é que a obra de Conceição Evaristo, se coloca como um rasgo no cânone literário brasileiro, propondo novas leituras literárias, novas possibilidades de diálogos com o social e modos de vida, sobre os quais os textos ficcionais vem conquistando um foco de discurso.

É importante que as mais distintas linguagens, a exemplo da narrativa produzida por Conceição Evaristo, quando traz à tona personagens cujas representações situam questões cotidianas contribuindo, desse modo, para politizar identidades femininas e negras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não são apenas as mulheres negras que sofrem com a violência, mas em grande maioria são as mais atingidas por estas brutalidades. Atribuindo um olhar preciso a dimensão racial, pode-se traçar de maneira efetiva o retrato da violência doméstica e familiar e faculta o entendimento de como essas formas de violências agridem de maneira diferenciada as mulheres negras e, assim favorecer medidas capazes de converter as iniquidades em dignidade e reconhecimento das injustiças sociais a que são acometidas.

Há de ser observada ainda, a violência contra a mulher diluída a partir do gênero, que ao incorporar a questão racial, tornam-se incipientes para traçar um diagnóstico preciso do quadro da violência contra as mulheres negras, especificamente.

Assim, observar estas questões é possibilitar o entendimento entre as formas de dominações e subordinações as quais determinados grupos são submetidos e evidenciar as formas desiguais de exercício de poder, que por vezes, se revelam assimétricos.

Deste modo, os movimentos feministas e de mulheres negras vem ao longo dos anos questionando e cobrando do Estado atenção devida no que tange a essas questões, no intuito de suprir esta lacuna, possibilitando através de reflexões, estudos e dados que contribuam para compreender estes fenômenos e erradicá-los do nosso convívio, com a finalidade de proporcionar uma sociedade menos injusta e desigual para todas as pessoas.

Embora existam alguns avanços, ressaltamos que muitas perspectivas de mudanças são tomadas a partir do referencial de gênero direcionado ao “feminismo universal” e definidas sem levar em conta as particularidades e pluralidade do ser mulher. Dessa forma, adotada as representações raciais que identificamos no país, as lacunas ficam aparentes e a limitação de dados que possibilitem compreender este fenômeno a partir da leitura racial ficam dificultadas e muitas vezes, invisibilizadas.

As opressões apresentam-se de maneiras distintas e, vale o entendimento de Constância Lima Duarte sobre a questão da violência quando reflete sobre a *dominação simbólica*, de Pierre Bourdieu conforme:

Nunca concordei inteiramente com a afirmação de Bourdieu, de que a violência simbólica se ‘constrói através de um poder não nomeado’, que ‘dissimula as relações de força’. Ora, tal poder tem nome, e ele é machismo. E as relações de poder, do macho sobre a fêmea, estão bem visíveis nas relações sociais de gênero. Também questiono sua explicação simplista de que a dominação masculina se perpetua porque as mulheres naturalmente a aceitam. Ao invés de buscar a explicação da conduta agressiva no próprio agressor, e o porquê das categorias sociais estarem tão assimiladas ao masculino, parece mais fácil vitimizar, mais uma vez, a vítima. (DUARTE, 2010, p. 1).

Assim, a textualidade de Conceição Evaristo, traz a violência como um tema recorrente tanto na prosa quanto na poesia; podemos observar o quanto esta temática se faz presente ao nos debruçarmos sobre outros contos presentes na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres*, a exemplo de “Rose dos Reis”, “Nalatina Soledad”, “Lia Gabriel” (e demais), quanto em suas produções nos Cadernos Negros como: “Duzu-Querença” (1993), “Zaita esqueceu de guardar os brinquedos” (2007), dentre outros. “Ana Davenga” (1998) presente na edição melhores contos, por exemplo, é onde as expressões de violência chegam ao ápice com a assassinato/morte da protagonista.

Observa-se, sensivelmente, também na sua lírica a presença dessas dores, adversidades e brutalidades, como no poema em homenagem a memória de Maria Beatriz do Nascimento⁹:

A noite não adormece nos olhos das mulheres

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginias aberta

retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.
A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.
(EVARISTO, 2008, p. 21)

Evaristo é uma escritora de voz coletiva, que propõe releituras do cotidiano a partir das suas obras ficcionais, poemas, romances, evidenciando, o caráter político e o comprometimento etnicorracial e de gênero em seus escritos.

No que concerne à prosa, Constância Lima Duarte (2010, p. 6) acena:

Assim, as narrativas de Conceição Evaristo parecem conter a expressão de um novo paradigma.[...] Escrita de dentro (e fora) do espaço marginalizado, a obra é contaminada da angústia coletiva, testemunha a banalização do mal, da morte, a opressão de classe, gênero e etnia. E ainda se faz de porta-voz da esperança de novos tempos.[...] Nesta tríade – gênero, classe e etnia.

É através dessa tríade que os discurso das produções literárias possibilitam a inserção de novas representações identitárias, que antes se configurava como um espaço de privilégios e exclusividades de grupos hegemônicos e dominantes passando a colaborar com novas possibilidades de diálogos suscitando reflexões sobre o convívio social, o cotidiano. É desse modo que assume também força política e representatividade que nutre fortemente a representação da mulher como aspecto fundamental em sua obra.

Somam-se ao extrato da obra literária de Conceição Evaristo e as inquietações que a mesma suscita os dados expressivos de pesquisa nacional, bem como as dimensões e efeitos das discriminações de gênero e raça, estabelecendo diálogos entre os documentos como os Mapas da Violência 2012 - Homicídios de mulheres no Brasil, Progresso de mulheres no Brasil – 2003 -2010, Lei 11.340/2006, Dossiê Mulheres Negras – 2012, Convenção de Belém do Pará, os quais chamamos aqui de arquivos público, recorrendo, para sua elucidação, a suportes da crítica literária, da crítica cultural e a aspectos fundamentais da escrita literária feminina e negra.

Ao longo dos dois primeiros semestres os questionamentos ampliaram-se e deram vazão aos desalinhos, as dúvidas, mas, também a novos horizontes os quais corroboram para ampliação das discussões e do referencial bibliográfico, a fim de fazer avançar nas leituras, possibilitar o

desenvolvimento do texto dissertativo buscando compreender como a literatura pode se constituir como um campo de debates.

REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BONNICI, Thomas. Aspectos da teoria pós-colonial/ Temas avançados da teoria pós-colonial/ A literatura brasileira é pós-colonial? In: *O pós-colonialismo e a literatura. Estratégias de leitura*. Maringá: EDUEM, 2012, p. 17-53; p. 55-77; p. 319-335.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: EDUEM, 2007.

BRASIL (2006). *Lei 11.340 de 07/08/2006 – Lei Maria da Penha*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 10 de Julho, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero - Anais*. Durban, Ago/ 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Cartilha: Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos– FNEDH, Brasília, 2006.

CASTRO, Regina de e ROCHA, Luciane O. A questão da violência doméstica e as mulheres negras. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Cartilha Violência Doméstica - Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica*. Brasília: Brasília: Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2006. p. 12 e 13.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 2 e 4. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo por Conceição Evaristo*. Disponível em: <http://nossaescrivencia.blogspot.com.br/search/label/apresentacao> Acesso em 12 de Outubro, 2014.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe; um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. *Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em 12 de Outubro, 2014.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

HANCHARD, Michael George. Negação e Contestação. In: *Orfeu e o Poder: Movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 97-165.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras. Estudos Feministas*. Ano 3, n 2. Rio de Janeiro, 1995.

RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: *Intervenções críticas. Arte, Cultura, Gênero e Política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SEGATO, Rita. *Que és un feminicídio. Notas para un debate emergente*. Série Antropologia, 401. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2006.

A FOTOGRAFIA DA CIDADE DE INHAMBUPE E SUAS MUTAÇÕES NA CONTEMPORÂNEIDADE

Maria Aparecida Ramos de Lima (UNEB)

Orientador: Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond

Resumo: Este estudo pretende coletar, identificar e classificar um conjunto de imagens reproduzíveis da cidade para uma posterior análise. As leituras que serão construídas a partir das imagens fotográficas de lugares e ruas de Inhambupe serão variáveis quantas forem as possibilidades de coleta e análise do objeto de estudo. Dessa maneira se pretende desenvolver uma historiografia cultural, a fim de identificar em que medida a percepção e interpretação da imagem fotográfica de situações e ações ocorridas nos lugares e ruas da cidade de Inhambupe traduzem experiências do cotidiano. Para subsidiar esta investigação, foram necessárias reflexões teórico-críticas a partir de estudos sobre “literatura e fotografia de rua” desenvolvidos por Benjamin (1955), Breton, (1924), Verger (1990), Drummond (2013) e Fer (1998). A pesquisa, de âmbito qualitativo, será desenvolvida através de minucioso trabalho de análise e interpretação de fotografias. A coleta de dados se dará a partir do contato direto da pesquisadora com as pessoas que fornecerão as fotografias, objeto de nossa análise.

Palavras-chaves: Fotografia. Historiografia. Cidade. Contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa pretende inserir-se nos estudos da linha 3, que trata de narrativas, testemunhos e modos de vida, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Pretende-se desenvolver uma historiografia cultural utilizando-se imagens reproduzíveis, especificamente a fotografia, de situações ocorridas na contemporaneidade da cidade de Inhambupe.

A motivação deste estudo nasce a partir dos registros fotográficos observados desde a infância, o que aguçou a curiosidade pelas imagens reproduzíveis. A escolha por desenvolver este estudo se justifica também em parte à relação com a experiência profissional da pesquisadora, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais e Especialista em Educação e Tecnologias da Comunicação e Informação, e como professora de Sociologia no ensino médio e “professora de tecnologia” no ensino fundamental.

O envolvimento permanente com diversas tecnologias me faz refletir sobre a importância da fotografia para a sociedade e como a construção de conhecimento pode contribuir para o compromisso da universidade de intervir de forma viva e dinâmica nas comunidades vizinhas à qual a UNEB, está inserida.

A pesquisadora faz parte da história que pretende estudar, primeiro porque nasceu e viveu na cidade de Inhambupe até início da fase adulta, quando o deixou para ir continuar os estudos e morar em outra cidade, depois porque seu pai teve influência direta na vida de muitas pessoas que residiram ou ainda residem na cidade, como fotógrafo profissional da década de 60 à década de 90.

Oficialmente Inhambupe teve sua emancipação política em 06 de agosto de 1896, pela Lei Estadual nº 134. "Inhambupê" é uma palavra proveniente da língua tupi, significando "no rio dos inhambus", através da junção de inã'bu, "inhambu", 'y , "água, rio" e pe, "em". "Bupe" eram assim chamados os nativos.

O município de Inhambupe localiza-se na zona fisiográfica do litoral norte do Estado da Bahia, localizado no Brasil. Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Inhambupe possui área territorial de 1.222,578 km², encontra-se a 153 km de Salvador. A Estimativas do IBGE de população de Inhambupe para 2014, foi publicadas no D.O.U em 28 de agosto de 2014, que correspondia a 40.441 hab.

Neste estudo pretende-se desenvolver uma historiografia cultural a partir de imagens fotográficas reproduzíveis em suas mutações contemporâneas. A questão que perpassa por essa pesquisa é a seguinte: em que medida a percepção e interpretação da imagem fotográfica de situações e ações ocorridas nos lugares e ruas da cidade de Inhambupe traduzem experiências do cotidiano.

Os propósitos para o desenvolvimento deste estudo em linhas gerais é analisar a luz das fotografias coletadas o cotidiano da cidade de Inhambupe revelados na contemporaneidade. Em um contexto mais específico o pesquisador pretende interpretar imagens fotográficas que retratem situações vividas nos lugares e ruas da cidade de Inhambupe que retratem as mutações contemporâneas da cidade. Neste estudo a fotografia é considerada em sua totalidade como um instrumento revelador de informações preservadas através da imagem reproduzível.

METODOLOGIA

A pesquisa, de âmbito qualitativo, vem sendo desenvolvida através de minucioso trabalho de campo que dá base à metodologia voltada ao crítico cultural. Neste sentido, já foi iniciado a coleta de fotografias com quatro moradores, na biblioteca, e na prefeitura da cidade de Inhambupe. Para a análise do objeto de estudo serão seguidos outros procedimentos metodológicos como identificar e classificar um conjunto de imagens reproduzíveis que represente experiências de situações e ações ocorridas nos lugares e ruas da cidade.

As fotografias coletadas mostram experiências ocorridas em ruas e praças da cidade pesquisada em sua multiplicidade. Também serão coletados mapas e documentos relacionados à história da cidade de Inhambupe.

No primeiro momento, o pesquisador fez uma seleção bibliográfica, com abordagens teóricas sobre surrealismo, fotografia e cidade, o que possibilitou o início de seus estudos. O pesquisador entrou em contato com famílias que construíram uma trajetória de vida na cidade de Inhambupe e guardam fotos do cotidiano em lugares diversos. Antes de iniciar propriamente a coleta dos dados era necessário que o representante familiar assinasse um documento para autorização de imagem, uma cópia ficou com a pessoa que forneceu a fotografia e a outra ficou com o pesquisador. Concomitantemente foi feita uma pesquisa na biblioteca da cidade em que buscou informações, que permitam delinear a história da cidade a ser pesquisada. A proposta foi coletar aproximadamente 1.000 (mil) fotos.

No segundo momento, o pesquisador irá identificar na fotografia o que existe de recorrente, em determinados aspectos da vida cotidiana, que seja capaz de impactar o olhar crítico tanto do pesquisador como da sociedade. Na próxima etapa, após esta identificação as fotografias serão selecionadas para a análise e interpretação deste objeto de pesquisa, o estudioso irá recorrer aos conhecimentos apropriados e construídos a partir das contribuições de autores como Benjamin (1955), Breton, (1924), Verger (1990), Drummond (2013) e Fer (1998), entre outros. O resultado alcançado será socializado através da escrita da dissertação.

HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DA FOTOGRAFIA

A inclusão da fotografia como instrumento de pesquisa, em diversas áreas do conhecimento, tem contribuído para revelar singularidades culturais importantes de determinada comunidade ou grupo, antes difícil de ser mostrado somente através da escrita. A fotografia apresenta concepções de mundo, mostra aspectos do real e da vida em sociedade.

Para entender como a fotografia hoje ganhou infinitos adeptos tanto no cotidiano como nas academias, torna-se necessário saber como a fotografia foi sendo construída durante séculos.

A fotografia foi inventada, pelos franceses Joseph Nicéphore Niépce¹ e Louis Jacques Mandé Daguerre². Oficializada em 1839, se destacou a partir da primeira metade do século XX. É considerada na contemporaneidade como um achado importante para os estudos culturais historiográficos, acerca de experiências e situações da vida cotidiana.

¹ O francês Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) é o autor da imagem fotográfica mais antiga que conhecemos, feita em 1826 ou 1827 sobre uma placa de estanho sensibilizada com sais de prata.

² Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851), foi um pintor, cenógrafo, físico e inventor francês. Divulgou o primeiro processo fotográfico a ser anunciado e comercializado ao grande público em 1839.

A produção da imagem fotográfica se deve às descobertas feitas no campo da química. Para a realização de uma fotografia, era preciso não apenas dominar o processo de transformações físico-químicas, mas também fixá-las em uma superfície.

O surgimento da fotografia é marcado por uma grande diferença em relação aos meios visuais existentes anteriormente como o desenho, a escultura, a pintura e a gravura. O fotógrafo consegue a forma das coisas e pessoas sem precisar fazê-las com as mãos o que acontecia com os artistas, com a imagem fotográfica.

A influência crescente da fotografia na sociedade modifica as ciências humanas, as artes, assim como a literatura. Esta influência se dará seja pela apropriação e divulgação desta nova técnica, sejam pela oposição de alguns artistas e estudiosos da literatura. Ainda que inicialmente não se acreditasse que esta técnica precisava de sensibilidade do artista, aos poucos os críticos de arte e literatura percebe que para captar uma imagem, o fotógrafo precisa conhecer a técnica e ter sensibilidade.

A fotografia, como uma técnica reprodutível, dava continuidade ao que outras artes vinham desenvolvendo, como as xilogravuras e as litografias. Em um dos seus textos Benjamim³ faz uma análise sobre as artes reprodutíveis e escreve que por princípio a obra de arte sempre foi reprodutível. O que os homens tinham feito sempre pôde ser imitado por homens.

A xilogravura é uma técnica de produção artística feita a partir de matrizes de madeira. Nelas a imagem é gravada e reproduzida várias vezes, de forma a compor uma tiragem ou edição. Esta reprodutibilidade técnica passou longo tempo, no decorrer da idade média, até que também a escrita começasse a ser reproduzida e provocasse enormes alterações na literatura.

Com a invenção da litografia, no final do século XVIII, a técnica de reprodução avança, de forma a permitir que as artes gráficas coloquem no mercado produtos não apenas produzidos em massa, como acontecia anteriormente, mas de uma forma diferente a cada tiragem. Neste processo a litografia permitia ao artista gráfico ilustrar o cotidiano. Poucas décadas após o surgimento da litografia, as artes gráficas foram ultrapassadas pela fotografia. O cotidiano passa a ser mostrado com mais detalhes do que visto até o momento.

Os estudos sobre as cidades ganha importância significativa para estudiosos contemporâneos, porque a compreensão e interpretação do cotidiano dependem também da apropriação de ideias que foram sendo construídas a partir das experiências vividas. Torna-se essencial compreender quais

³ A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Segunda versão do texto, iniciada por Walter Benjamin em 1936. Publicada em 1955.

são os avanços e as limitações do uso da linguagem fotográfica no desvendar dos movimentos das ruas.

Conhecer as cidades sob a perspectiva da linguagem fotográfica continua sendo um desafio na contemporaneidade. Paris foi a primeira cidade fotografada sem cessar por uma legião de fotógrafos vindo de todas as partes do mundo na virada do século, sobretudo os que se engajaram ou foram simpatizantes aos movimentos estéticos das vanguardas (DRUMMOND, 2013, p. 41).

A fotografia, assim como as outras artes visuais já existentes, era utilizada para registros de paisagens, documentos, objetos e pessoas. Logo caiu no gosto popular e não demora muito para seduzir os cientistas e pesquisadores. Aos poucos a fotografia começa a ser utilizada no mundo acadêmico como uma técnica que possibilita apresentar concepções de mundo, mostrar aspectos do real e da vida em sociedade.

Inicialmente a maioria dos trabalhos de pesquisa na etnografia, história, arte e linguagem, trazia a fotografia com um papel secundário em suas pesquisas. Entretanto na contemporaneidade a fotografia tem contribuído para revelar singularidades culturais importantes de determinada comunidade ou grupo, antes difícil de ser mostrado somente através da escrita.

A inclusão da fotografia como instrumento de pesquisa nas ciências humanas, mais precisamente na Antropologia acontece a partir dos estudos de Bronislaw Malinowski (1884-1942). Este antropólogo, pioneiro no uso da fotografia em trabalhos etnográfico, mesmo não gostando de fotografar percebeu a contribuição que as imagens dariam para seus estudos, por isso usou de forma crescente a imagem fotográfica ao desenvolver um estudo entre os nativos das ilhas Trobriand. Malinowski passou a conviver com navegadores, artesãos e comerciantes, para estudar a cultura destes nativos. Seu objetivo era observar a cultura do Kula, um sistema comercial praticado entre as tribos, que influenciava a vida no geral das aldeias e das pessoas.

Apesar de utilizar-se de imagens fotográficas em seus estudos, o pesquisador tinha certa inquietude em relação ao uso da fotografia, provavelmente por causa da sua inabilidade como fotógrafo e das técnicas limitadas das câmeras da época, conforme ele mesmo escreve em sua obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” publicado em 1922: “ontem e hoje tive dificuldades para tirar fotografias; uma falta de jeito é um dos principais obstáculos ao meu trabalho” (MALINOWSKI, 1985, p. 180, *apud* AGUIAR, 2013, p. 2). Esta dificuldade demonstrada por Malinowski se devia ao fato de aparelhos pesados e conhecimento técnico insatisfatório para o manuseio da câmera.

Não foi somente este antropólogo que colocou a fotografia de forma secundária na pesquisa. Na contemporaneidade, poucos são os cientistas que tratam a linguagem fotográfica como

indispensável para a narração de sua pesquisa. Isto se deve a forte tradição da linguagem escrita nas ciências em geral.

Na pesquisa de campo desenvolvida entre 1914 e 1918 sobre o kula, sistema de trocas circular entre nativos das Ilhas Trobriand, Malinowski, abre possibilidades investigativas para se utilizar a fotografia como um potencial narrativo, capaz de expressar aspectos culturais de um povo. Portanto, a etnografia ganha uma nova forma de estudar a cultura do “outro”.

A fotografia se mostra tanto para a etnografia como para a literatura como um método capaz de registrar aspectos da cultura que o texto escrito não é capaz de descrever. Na nossa interpretação Malinowski estava ciente disso, tudo indica que ele sabia que o antropólogo devia observar cada detalhe da cultura estudada, por mais simples que parecesse ser a fim de identificar de forma precisa a lógica da cultura.

A fotografia e a Antropologia⁴ nasceram praticamente quase na mesma época, e tinham o mesmo objetivo, ampliar o universo do discurso humano. Mesmo antes de Malinowski a fotografia já vinha sendo usada como um meio técnico, os fotógrafos já iam a campo para registrar dados, que eram utilizados como fonte de informação.

Um dos precursores do funcionalismo cultural o antropólogo polaco, Bronislaw Malinowski, chegou a conclusão que toda cultura precisa ter uma função, pois cada instituição social tem uma funcionalidade. Para o autor, função é a satisfação de uma necessidade por uma atividade na qual os seres humanos cooperam, usam artefatos e consomem bens. Portanto, era importante registrar as atividades sociais, religiosas e as ações comerciais desenvolvidas entre os nativos. O uso da fotografia em suas pesquisas servia para produzir uma análise concreta da cultura através das instituições e do cotidiano das pessoas.

Compreender a cultura a partir da imagem fotográfica já é realidade em várias ciências. Um pesquisador pode utilizar a fotografia para tornar presente um momento acontecido e mostrar situações ou momentos que foram perdidos do olhar do observador, que pode ser analisada e interpretada posteriormente.

A partir da perspectiva funcionalista, Malinowski nos faz compreender que mesmo o cientista envolvido em uma pesquisa participante é necessário para o aprofundamento nos estudos da cultura, utilizar-se da imagem fotográfica para conhecer cada detalhe da cultura estudada. Hoje os cientistas possuem câmeras fotográficas portáteis sem as limitações técnicas encontradas no início

⁴ A Antropologia é uma ciência social surgida no século XVIII. Porém, foi somente no século XIX que se organizou como disciplina científica. A palavra tem o seguinte significado: antropo=homem e logia=estudo.

do século XX, o que facilita o manuseio desta técnica. No entanto por mais simples que possa parecer é importante a apropriação da metodologia, escolhida pelo observador, de forma correta a fim de aperfeiçoar o trabalho de campo com o intuito de apreender toda a complexidade da cultura.

Claude Lévi-Strauss⁵ (1908-2009), outro estudioso da cultura, entre 1935 e 1939, assim como Malinowski, também utiliza em seu trabalho de campo no Brasil a fotografia. Ele publicou em 1955 em seu livro “Tristes Trópicos”, 64 fotografias dentre as três mil fotografadas. Assim como Malinowski, Lévi-Strauss conforme descrito em seu estudo não se considerava um fotógrafo profissional, apesar de ter mais habilidade com a câmera fotográfica do que seu antecessor. A dificuldade que o autor encontrava na fotografia era a subjetividade que esta trazia, por isso sua recusa em colocar fotografias em todos seus trabalhos científicos.

Este estudioso utiliza a fotografias como um documento que mostra o que não poderia ser visto posteriormente, sem a presença da imagem. Em diversos momentos o cientista Belgo Lévi-Strauss (1957, p.111) utiliza a fotografia para ilustrar o texto escrito, como no caso da figa, um antigo talismã que se tratava de uma figura simbólica do coito. A imagem fotográfica em sua obra só tinha sentido se estivesse associada à narrativa escrita do diário de viagem. Neste contexto constatamos a superioridade que a linguagem escrita possui em relação a linguagem fotográfica na abordagens dos estudos desenvolvidos até a atualidade pelos mais diversos cientistas.

Durante sua pesquisa aqui no Brasil, apesar de Lévi-Strauss (1957, p. 98) considerar a fotografia como um simples documento, que serve para registrar singularidades culturais, ele compreende a fotografia não somente como instrumento de pesquisa, mas também deixa transparecer que a fotografia registra uma memória que pode ser guardada. Esta constatação ocorre a partir de diversos momentos vivenciados por ele, como por exemplo, quando constata o crescimento acelerado de construções na cidade de São Paulo em 1935. Neste momento o autor recorre às fotografias antigas para confrontá-las com os acontecimentos do momento, deixando transparecer a importância da fotografia antiga como a memória de acontecimentos, lugares e culturas.

Acreditamos que neste momento a Antropologia lança os primeiros olhares, através de Lévi-Strauss para compreender as experiências vividas nas ruas de uma cidade que se modernizava como São Paulo.

⁵ Mestre da Antropologia contemporânea, na qual introduziu uma nova metodologia – a análise estrutural – divulgou o livro Tristes Trópicos com 38 ilustrações e um mapa, e, em extratexto, 68 fotografias tiradas pelo autor - 1955.

A Antropologia que anteriormente estudava as sociedades tradicionais, na atualidade, por ser uma ciência dinâmica, ela se propõe a estudar o movimento das pessoas nas cidades, inclusive dos grandes centros urbanos.

Fazendo o caminho inverso, o pesquisador Pierre Verger começa como fotógrafo para depois de anos trabalho ser reconhecidos no meio acadêmico como cientistas. Depois de percorrer a China, as Filipinas, o Laos e o Vietnã como repórter fotográfico, Pierre Verger, chega ao Brasil em 1946 para aqui se especializar no candomblé. Achutti (2004 p.107), explica que somente após Verger acumular entre 1932 e 1962 mais de sessenta e três mil fotografias de trabalho de campo e tornar-se grande conhecedor da cultura afro-brasileira é que defende sua tese e obtém seu título de doutor em Antropologia pela Sorbonne aos sessenta e dois anos de idade.

A produção de Pierre Verger⁶ “Retratos da Bahia”, desvenda as experiências na cidade de Salvador entre as décadas de 1940 e 1950. Neste livro encontram-se várias situações da vida urbana que foram fotografados por Verger desde a sua chegada ao Brasil até a sua morte.

Pierre Verger se encanta com as ruas de Salvador e utiliza-se da fotografia estética para produzir um acervo fotográfico em que documenta uma época da cidade de Salvador.

O cientista social Martins salienta que,

Na estética fotográfica, a fotografia propõe a simplicidade das coisas e pessoas fotografadas, das situações sociais que são objeto do ato fotográfico, como imagens que têm sentido, o sentido do belo, do dramático, do trágico, do poético que efetivamente há no que parece banal, repetitivo e cotidiano (MARTINS, 2013, p. 61).

As fotografias de nos remetem a pensar sobre os cenários cotidianos que são captados por sua câmera fotográfica. As imagens das ruas mostram muitas vezes o contraste entre o crescimento urbano da cidade e a situação vivida por seus habitantes. Ao fotografar as ruas Verger conta com o inusitado, a cenas não são criadas, elas chamam a atenção do fotógrafo que precisa ter a sensibilidade de captar as imagens que mostra uma estética impecável e negue a pobreza visual.

Ao tentar documentar a cidade percebe-se que Verger inclui na composição diversos elementos que um observador não pode passar despercebido, como por exemplo, na fotografia “Festa da Conceição da Praia⁷” em que o fotografo mostra a cidade ocupada por pessoas que tinha

⁶ A produção de Pierre Verger pertence atualmente a uma fundação que leva o seu nome, sediada em Salvador, Bahia.

⁷ Esta fotografia, Festa da Conceição da Praia, Salvador, Brasil, 1946-1948, faz parte do acervo da Fundação Pierre Verger, disponível em: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/portfolios/retratos-da-bahia.html>. Acesso em: 30 de mar. de 2015.

objetivos comuns, ou não, inclui ruas e construções para moradias e comércio, igreja e sistemas de iluminação da cidade. Tudo isto é observado dentro do contexto de uma festa religiosa.

Verger faz da fotografia não só um documento de corpo, mas constrói uma mentalidade de mundo, em que são expostos na imagem fotográfica diversos fenômenos sociais que podem ser analisadas por profissionais de artes, literatura e ciências humanas.

A FOTOGRAFIA DE RUA

A intuição de que na rua acontecem às experiências mais diversas é o que guiou os escritores e fotógrafos de rua. Analisaremos aqui as ideias de alguns destes fotógrafos e escritores que participaram do movimento surrealista.

O surrealismo foi um movimento artístico e literário iniciado em Paris na década de 1920. Este movimento foi fortemente influenciado pelas teorias psicanalíticas de Sigmund Freud (1856-1939), que mostram a importância do inconsciente na criatividade do ser humano. O poeta e crítico André Breton (1896-1966) que foi o principal mentor deste movimento outros representantes também se destacaram, os mais conhecidos foram Antonin Artaud no teatro, Luis Buñuel no cinema e Salvador Dalí no campo das artes plásticas. É importante citar também a contribuição de Eugene Atget na fotografia e Bataille, na literatura, que tornou-se opositor de Breton por causa de algumas divergências nas concepções e abordagens surrealista.

No surrealismo o que era comum podia-se entender como o efeito de desorientar as expectativas habituais. As características deste movimento era a combinação representativa, do abstrato, com o inconsciente, com os sonhos a partir do irreal. Desejava-se libertar-se das normas pré-estabelecidas da lógica e da razão, o que se visava era ir além da consciência do cotidiano.

No surrealismo nunca houve uma unidade de estilo, mesmo entre os pintores eles tinham estilos muito diferentes como acontecia com Joan Miró e Salvador Dalí. A obra "Carnaval de Arlequim", retratada pictoricamente por Joan Miró, aparecem características do surrealismo, mesmo sua obra se diferenciando dos pintores de sua época. O pintor utiliza formas curvas, linhas fluidas, mostra inquietações, difíceis de ser interpretadas e sentimentos de docilidade e ternura acompanhada com a cor azul. Miró recebe também influências de outras tendências como o dadaísmo, fauvismo e o cubismo.

Para analisar a imagem pintada por Miró o observador precisa se analisar de uma forma minuciosa porque suas obras vêm com muitos símbolos, figuras e personagens diversos, provocando confusões naqueles que ainda possuíam um "olhar viciado" (grifo nosso). As pinturas de Miró nos

remetem, na contemporaneidade, a pensar sobre como podemos compreender e analisar as imagens. Quanto mais informação a imagem trás mais complexa fica sua análise, por isto o observador precisa usar a imaginação para entender o que o artista deseja transmitir ou criar sua própria interpretação.

Salvador Dalí, diferente do pintor citado acima, usava a distorção e justaposição de imagens. Entre suas obras, a mais conhecida é “A Persistência da Memória” em que aparecem relógios desenhados de tal forma que parecem estar derretendo. Dalí desafia a compreensão do mundo físico mostrando a decomposição de um objeto que representa o tempo, concomitantemente expressa a continuidade da vida representada pela mosca e pela paisagem natural.

Interpretar as obras de Dalí é também interpretar a história de vida deste pintor, que mostra com a linguagem pictórica uma realidade distorcida e ilógica. A beleza de sua obra está no inesperado, porque foge as expectativas do padrão de perfeição no início do século XX.

No mesmo ano em que se juntou ao movimento surrealista, em 1929, Dalí divulgou “O jogo lúgubre”, uma obra surpreendente e arbitraria, construída com materiais diversos. É uma imagem criada a partir da imagem do inconsciente, em que se encontravam cabeças dilaceradas ou com chapéu, conchas, gafanhotos, pessoas, monumentos que não tinham nenhuma relação entre si. Na obra de arte de autoria de Dali, se tem uma visão na praça de um monumento, em que pessoas frequentam. Outros autores surrealistas também retratam a vida nas ruas das cidades.

No manifesto surrealista de 1924, marco do surrealismo, Breton deixa em aberto o modo como o automatismo psíquico puro propõe que a expressão artística e literária possa ser verbalmente, por escrito, pictórica, fotográfica ou por qualquer outra forma de linguagem.

Paris é a primeira cidade a ser mais fotografada no séc. XIX. É lá que a fotografia toma os espaços da rua e se espalha pelo mundo. Breton o mentor do surrealismo é um poeta e crítico que se interessou pelo movimento das ruas. Em sua obra literária mais conhecida, “Nadja” (1928), André Breton descreve claramente as ruas por onde ele havia passado com Nadja, sua companheira de passeios pelas ruas particulares, bairros e marcos da cidade de Paris. Para tornar a fantasia do romance o mais real possível “o fotógrafo surrealista Jacques-André Boiffard foi contratado para fotografar alguns destes lugares, e suas fotos deliberadamente não memoráveis, discretas são espalhadas pelo texto” (FER, 1998, p.183).

Breton transforma Paris em outra cidade dos sonhos, procura na cidade o que é rejeitado pela sociedade, como a pobreza e a miséria. Ele divide Paris em duas cidades, a cidade burguesa e a escória da cidade, desafiando a lógica burguesa imposta no início do séc. XX. Este surrealista divulga

lugares, vielas, ruas ou monumentos, que já estão em decadência, quase desaparecendo, seja através do texto literário ou da fotografia.

Breton utiliza a fotografia e as imagens em geral como recursos literários, em alguns momentos servem como ilustração para reforçar o texto e em outros tem um cunho crítico porque estimula o leitor a interpretar e dar significado a imagem, como por exemplo, as luvas de Nadja, que nos remete a pensar sobre o significado íntimo que esta imagem nos proporciona. Fer (1998) resalta que para Breton, a intimidade é sempre mediada pelo deslocamento dos objetos de desejo – sejam eles as luvas de Nadja, suas roupas ou a própria cidade – nos quais ele centra sua atenção (p. 183).

Ao relatar no romance as experiências vividas na rua com sua musa, o crítico literário nos fortalece a concepção de que estes encontros são também encontros com a própria cidade. É o encontro com a parte escondida da cidade que os burgueses não queriam mostrar ao mundo. Os surrealistas tornam visível esta parte da cidade através das diversas linguagens artísticas, literárias ou fotográficas.

Os fotógrafos do séc. XX sofreram grandes influências do surrealismo, entre estes está Eugene Atget (1857-1927). Ele fotografou inúmeras vitrines as quais lançou algumas de suas fotografias na revista “*La Révolution Surréaliste*” em 1926. A seu pedido o nome do autor das fotografias não foi divulgado, acredita-se que ele não queria ver seu nome associado ao grupo surrealista.

A fotografia de Atget (1912)⁸, que mostra uma sequência de manequins com espalhões em uma vitrine no Boulevard de Strasbourg, atrai o interesse dos surrealistas, principalmente Breton que faz referência aos manequins, quando escreve no primeiro manifesto surrealistas que “o maravilhoso não é o mesmo em cada época da história; ele participa de algum modo, de uma espécie de revelação geral, da qual apenas fragmentos chegam até nós: são as ruínas românticas, o manequim moderno”, símbolos que provocam um sorriso mas que também retratam “a incurável inquietação humana”. (BRETON, 1926, p. 16, apud FER, 1998, p. 191).

Breton nos faz pensar que o manequim é a expressão do maravilhoso, seguindo a linha de pensamento do surrealismo que retratam a mulher como um objeto de desejo ou de sadismo. A comparação do manequim com a imagem da mulher dava a entender que os objetos da vitrine serviam como influência para interpretar a vida na cidade, era importante acompanhar a decadência da tradição para se compreender a formação da cidade moderna.

⁸ Imagem disponível em: <http://www.portalraj.com.br/as-transformacoes-da-paris-do-seculo-19/>. Acesso em 03 de abr. de 2015.

Segundo Fer (1998, p. 191), a imagem provoca um estranhamento por mostrar compulsivamente a objetos que se assemelham a mulher, nas esquinas fora de moda e perdidas da cidade.

Atget foi um dos poucos fotógrafos até o início do séc. XXI a conseguir transcender duas abordagens, quando pôs-se a tarefa de compreender e interpretar a realidade a partir da imagem fotográfica. Seu trabalho continua a influenciar a fotografia contemporânea tal foi a sua importância na produção de imagens, em que ele soube explorar as cenas urbanas de Paris de forma não traumática. Os surrealistas acreditavam que a cidade de Paris era uma cidade mágica onde tudo pode se ver, dizer e acontecer.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo fotográfico é considerado em sua totalidade como um instrumento revelador de informações preservadas através da imagem reprodutível. Espera-se que os acontecimentos marcantes identificados nos registros fotográficos sejam material relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Pretende-se com base nos resultados apresentados, contribuir para a leitura crítica de das experiências cotidianas da cidade de Inhambupe.

A invenção da fotografia por volta de 1839 é considerada, na contemporaneidade, como um achado importante para os estudos culturais, historiográficos e literários, acerca das experiências do cotidiano.

Alguns teóricos utilizam a fotografia para mostrar o cotidiano de um povo, seja através da estética como as fotografias de Pierre Verger que nos trouxe grandes contribuições no momento em que divulga seus estudos no campo da Antropologia e fornece seu acervo de fotografias que retratam as cidades para ser analisadas e interpretadas, seja através da pesquisa participativa desenvolvida por Malinowski em que este estudioso contribui com os antropólogos contemporâneos a partir do momento em destacou sua metodologia de trabalho utilizando-se da imagem fotográfica.

Vários estudos contemporâneos que investigam as situações das cidades, são influenciados com as experiências de pintores, fotógrafos e escritores surrealistas, principalmente seu líder André Breton, que produziu literatura sobre a cidade de Paris.

Os preciosos materiais de informação e análise dos pesquisadores citados anteriormente nos permite compreender como as iniciativas relacionadas ao uso da fotografia, em suas pesquisas de campo, facilita o entendimento de como na atualidade a fotografia pode ser utilizada para a análise e

compreensão das situações e experiências vividas nos lugares, vielas e ruas da cidade. A fotografia nos traz uma infinidade de informações e propõe um olhar diferente para cada imagem.

REFERÊNCIA

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. Trad. Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ATGET PHOTOGRAPHY. *Fotografia Atget*. Disponível em: <<http://www.atgetphotography.com/The-Photographers/Eugene-Atget.html>>. Acesso em 28 de mar. de 2015.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Segunda versão do texto, iniciada por Walter Benjamin em 1936. Publicada em 1955.

BRETON, André. *Manifesto do Surrealismo*. <<http://www.culturabrasil.org/zip/breton.pdf>>. Acesso em 28 de mar. de 2015.

CIDADES DO MEU BRASIL: Inhambupe - Bahia. Disponível em: <<http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/inhambupe>>. Acesso em 28 de jul. de 2013.

FER, Briony. Surrealismo, mito e psicanálise. In: BATCHELOR, David; WOOD, Paul. *Realismo, racionalismo, surrealismo: a arte no entre-guerras*. Trad. Cristina Fino. São Paulo: Cosac & Naify, 1998. p. 170-249.

DRUMMOND, Washington Luis Lima. *Pierre Verger: Retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952) – uma cidade surrealista nos trópicos*. 2009. 160f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009.

DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *A cidade e seu duplo*. Salvador: Eduneb, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. Trad. Wilsom Martins. São Paulo: Anhembi, 1957.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 52-75.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Disponível em: <<https://extensaoantropologia.files.wordpress.com/2013/02/malinowski-argonautas-introducao-objeto-metodo-e-alcance-desta-investigacao.pdf>>. Acesso em 28 de mar. de 2015.

A POÉTICA DOS CADERNOS NEGROS: VOZES IDENTITÁRIAS RESSONANTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOINHA-BA

Maria Gabriela Batista Neiva¹

Orientador: Prof. Osmar Moreira dos Santos

Resumo: A Literatura Negra/marginal configura-se como um espaço importante de afirmações identitárias, deslocamentos, engajamento político e, sobretudo, como projeto de emancipação humana, em que o negro deixa de ser objeto para ser sujeito do seu discurso. Assim, a pesquisa se propõe a captar tais discursos, outrora silenciados, porém mobilizadores, presentes especialmente nas coletâneas Cadernos Negros, a fim de oferecer visibilidades; fomentar reflexões sobre as representações do negro na sociedade brasileira, bem como analisar de que modo, tais poemas – contradiscursivos, subvertem as estruturas de poder e operam no modelo de representação e/ou de autorrepresentação do negro na comunidade remanescente de Lagoinha, situada no município de São Gabriel-Ba. Desse modo, analisar-se-á a recepção dessas produções literárias na comunidade, através de um grupo focal, para se perceber como desenvolvem e constroem suas subjetividades, modos de vida, valores políticos, estéticos e identitários a partir de oficinas político-pedagógicas. Para tanto, nesse primeiro capítulo, será feita uma análise sobre o racismo, cultura, literatura, identidade, além de uma breve contextualização a respeito do surgimento da literatura negra brasileira, entendendo-a enquanto dispositivo de combate às práticas discriminatórias. Portanto, espera-se que esta pesquisa contribua para construção de um modelo de autoidentificação consciente de ser negro quilombola na sociedade contemporânea.

Palavras chaves: Literatura Negra. Identidades. Comunidade quilombola

INTRODUÇÃO

O Brasil possui a segunda maior população negra do mundo e como se sabe, isso se deve a um passado histórico marcado pelo crime da escravidão que perdurou durante séculos, por esta razão, a sociedade brasileira se constitui de uma base cultural, fundamentalmente africana, em que os valores étnicos, socioeconômicos, artísticos, religiosos estão intrínsecos no cotidiano do povo brasileiro. No entanto, houve historicamente um processo de desvalorização e depreciação dos elementos culturais de matriz africana, de modo que, práticas de racismo, discriminação e preconceitos foram se estabelecendo socialmente e se difundindo culturalmente, gerando imagens negativas do negro/a, além de austeras práticas de exclusão étnico-raciais, em que os padrões de uma cultura branca europeia têm sido vislumbrados e assimilados como superiores.

Como reflexo dessa sociedade que foi formada a partir de um sistema ideológico racista, baseada numa visão monoculturalista, a Literatura nacional durante muito tempo vinculou uma estética que silenciava a voz negra, ou quando trazia para cena literária era de forma estereotipada e depreciadora dos elementos culturais africanos. Assim, salienta Cuti (2002) que a Literatura

¹ Mestranda em Crítica Cultural - UNEB/Campus II. E-mail: gabyneiva@bol.com.br.

Brasileira, desde o período de sua formação, o negro enquanto tema, sempre se fez presente, todavia, numa visão distanciada, reducionista e estigmatizada, em que a cor da pele, atrelada a classe social, serviu de parâmetro para mensurar os arquétipos que a cultura do poder legitima.

Como consequência desse processo de inferiorização e/ou invisibilização da cultura negra, advindos das ideias de uma cultura hegemônica, tanto na Literatura, como em outros espaços, onde o modelo de dominação hierarquizador predomina, os negros vivem ainda patentemente, resquícios de negação de sua cultura. Um exemplo desses espaços de negação, são os quilombos contemporâneos, que têm sido vítimas de exclusão sociocultural, vivendo na subalternidade - reflexo de um sistema colonialista perverso em que o Brasil deixou no esquecimento seus nativos e as comunidades remanescentes, renegando direitos elementares para o exercício de sua cidadania e emancipação.

A ausência de políticas públicas, que assegurassem e assistissem dignamente esses povos, provocou uma fragmentação de suas subjetividades, marginalizando-os socialmente - comumente violentados pelas práticas de racismos, segregação e de discriminação de sua cultura, de modo a impactar diretamente no modelo de suas autorrepresentações e identificações conscientes.

Atualmente, ainda que contemplados, timidamente, com algumas políticas públicas (tardias), os remanescentes de quilombos, provenientes desse processo de subjugação, de um contexto social, político-econômico adverso e desfavorável às construções identitárias positivas, indiscutivelmente, foram afetados pelas representações e formulações culturais negativas, arquitetadas e atribuídas aos negros, forjadas pela elite colonialista brasileira (legitimadas pelas ideias científicistas), que vinculou universal e compulsoriamente um modelo de cultura, de beleza, de religião, de costumes, de vida, vigente no país, como princípio de cultura/civilização soberana.

Para romper com esses paradigmas de exclusão, de eugenia e estereotipação do negro, um trabalho no campo linguístico-literário, fortalecido pela Crítica Cultural, que busca suscitar reflexões acerca da Literatura afro-brasileira e sua relação com a subjetividade e autoestima negra, é de fundamental importância para quebra da hegemonia cultural/literária. Nessa perspectiva, analisar a partir de uma percepção da subalternidade, como a comunidade remanescente de quilombos de Lagoinhas, situada no município de São Gabriel-BA, se percebe, apropria-se e responde aos discursos identitários promovidos pelos Cadernos Negros é o objeto de investigação do projeto intitulado “Poética dos cadernos negros: repercussões identitárias na comunidade quilombola de Lagoinhas”, ainda na sua fase inicial.

Investigar o impacto ou não dessa produção literária no interior de uma comunidade quilombola, situando e confrontando valores tradicionais, estéticos, políticos e identitários, a partir

de um grupo focal e perceber de que modo os Cadernos Negros funcionam como dispositivos de empoderamento do devir negro, por se tratar de uma escrita do “negro” por meio de sua própria autoria, não mais pela visão do outro, esse deslocamento tem sido o grande desafio para promover novas percepções socioculturais negras.

Dessa forma, acredita-se que os Cadernos Negros funcionam como instrumentos contradiscursivos capazes de oferecer uma ampla compreensão acerca das representações identitárias negras positivamente afirmadas na cultura brasileira. Além disso, confia-se que tais obras possam contribuir para um modelo de representação e de autorrepresentação etnicorracial e de sua autoidentificação consciente, a fim de reverter o paradigma cultural estabelecido e consagrado hegemonicamente.

Os *Cadernos Negros* são aparelhos culturais de resistência, importantes referências para as diversas comunidades quilombolas, especialmente pelo importante papel social que este desenvolve, uma vez que os periódicos representam para os escritores negros, a possibilidade de romper com os aparelhos de vigilância, normatização, controle cultural/literário e por à mostra, de forma subversiva, a cultura afro, por meio de campos linguísticos (poemas e contos) divergentes dos padrões estéticos canonizados.

Nesse sentido, tanto a comunidade quilombola, como os Periódicos são agenciamentos de coletividades de resistências, de desterritorializações: tempo-espacial, linguístico-culturais. Por isso, a Literatura Negra, percebida enquanto arte literária marginal, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno estético, inocente, natural, inerte, mas como a coisa mais inquietante, provocante e perigosa. Nas palavras de Agambem (2002) uma arte mobilizadora que possibilita “sair do horizonte neutro da esteticidade, para se reconhecer na esfera do outro”, através da vontade de potência; da capacidade de produzir, de levar uma coisa do não ser ao ser, que desobstrui o campo da evidência habitual.

Ainda de acordo com Agambem (2002), a verdadeira *póiesis*, na acepção grega, está ligada ao princípio de verdade, ao princípio do desvelamento, do fazer existir ou emergir uma nova forma. Agambem, ver a arte (a poesia) como algo extremamente perigoso, não só para quem produz, mas para toda sociedade. Pois, através da experiência criativa do artista, a arte pode conduzir tanto a felicidade, quanto a ruína. Partindo desse pressuposto, a poesia negra é potencializada nesta pesquisa, compreendida enquanto instrumentos de intervenção político-social e de relevância sociocultural que se desloca, em um processo de intercâmbio com outras performances discursivas e culturais, capazes de interferir nas relações de poder.

Por esta razão, considera-se importante captar tais discursos (poéticas negras), outrora marginalizados, silenciados, porém mobilizadores, presentes na coletânea Cadernos Negros; trazê-los ao plano do debate crítico, a fim de oferecer visibilidades e fomentar reflexões sobre as representações do ser negro, especialmente, para comunidade de Lagoinha. Acredita-se que o diálogo entre os Cadernos Negros e a comunidade possa contribuir para reconstrução da vida cultural, social e política do negro quilombola lagoence, por meio de um contradiscurso libertário que concede voz as produções que foram ocultadas e/ou excluídas do cânone literário e que hoje já se reverbera na vida cotidiana provocando mudanças significativas.

LITERATURA NEGRA: CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.

De acordo com Alves (2002), o termo Literatura Negra, utilizado recentemente, foi definido pela coletânea de cadernos negros para nomear o produto literário de toda uma geração de escritores das três últimas décadas do século XX. Estes escritores se definem como *negros produtores de uma estética literária negra*, consagrando assim o termo, que por sua vez, promove o rompimento com a tradição literária, tida como masculina, branca, heterossexual, burguesa, cristã.

Tais rupturas foram possíveis devido à conjuntura da pós-modernidade – concatenada pela iminência dos Estudos Culturais, que propiciou um processo de construção de novos paradigmas e que traz à tona a presença mais efetiva de discursos que contemplem às diferenças de gênero, classe social, sexualidade e principalmente de etnia. Logo, instaura um contradiscurso que concede voz aos segmentos marginalizados, os quais questionam e refugam os modelos dominantes. Corroborando com a ideia, (HALL, 2000, p. 338) diz:

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale também não somente para raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas [...].

Nesse panorama delineado por Hall, do surgimento de novas subjetividades e identidades, a formação da Literatura Negra reverbera como fruto de uma agitação sociopolítica de posicionamento, engajamento ideológico, denúncia, ruptura e de autoafirmação dos valores do povo negro, tanto no panorama mundial, quanto local - Brasil, a fim de combater o racismo explícito e/ou velado e as diversas formas de exclusão.

A Literatura Negra instaura-se contra a perpetuação do negro como categoria mais explorada e contribui para o funcionamento de novas manifestações sociais e culturais que se encontram à

margem da literatura oficial. O texto da Literatura Negra implica percebê-la como parte integrante do amplo e complexo cenário da chamada pós-modernidade. Para (BEZERRA, 2002, p. 119), essa textualidade “[...] se constitui a partir de uma diretriz que privilegia uma fala/perspectiva marginal, ao mesmo tempo em que se insurge contra modelos literários institucionalizados”.

A Literatura Negra integra-se aos movimentos sociais da negritude na década de 70 principalmente, na sua formação inicial, ora de forma conexas ou não, mas que mantém seu sentido político-ideológico, pois, refere-se à enunciação de grupos periféricos, de afirmação dos direitos dos negros e da sua liberdade. Ideias estas, fortalecidas pela luta em prol da emancipação das últimas colônias africanas, que de certo modo, provocou deslocamentos e descentramento dos modelos hierárquicos europeus, já que nos Estados Unidos, França, Antilhas, Brasil (um pouco mais tarde) e a própria África, a busca pela “reafricanização” da identidade cultural negra se fortalecia. Nesse contexto, (IANNI, 1998, p. 214) vai salientar que,

A Literatura Negra não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. É um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo, movimentando-se sobre a influência dos dilemas do negro e das invenções literárias. Como tema e sistema, ela se desloca aos poucos da história social e cultural brasileira, adquirindo fisionomia própria. Desencanta-se da história do povo brasileiro e da história da literatura brasileira. Desloca-se e desencanta-se pela originalidade e força do movimento social do negro.

A Literatura Negra, na sua singularidade artística, abre espaço para discursos de resistência à opressão; evidencia a realidade ofuscada pelos grupos privilegiados e resgata a imagem objetiva do homem negro, sujeito da enunciação no discurso poético. Tal discurso faz-se o lugar de criação do conceito de Literatura Negra que, segundo Cuti (2002, p. 32), o texto literário vai se configurar pela ousadia no tempo. “E a Literatura Brasileira torna-se negra exatamente porque até o presente foi, silenciosamente, de forma abusiva, branca, em seu propósito de invisibilizar e estereotipar o negro e o mestiço”.

Essa Literatura, portadora de uma linguagem própria, que se manifesta contra a cultura hegemônica, contra a discriminação social, econômica e política, busca (re)encontrar com a sua memória africana. Realizada por escritores que se denominam negros (por isso a legitimidade do termo), revalorizam a sua história, a memória individual e coletiva que perpassam pelas suas vivências, como atividade de autorreconhecimento de seu papel na sociedade brasileira. Assumem-se como proprietários do seu discurso, em que deixa de se ver como objeto e passa a ser agente transformador; converte-se em sujeito pelo desejo de transpor da marginalidade.

Segundo (CUTI, 2002, p. 24), a Literatura Negra “[...] recupera a personagem de fundo e ganha o primeiro plano, a libertação da voz silenciada, a revelação de visões de mundo não consideradas”.

Por tudo isso, o negro é o tema basilar da literatura negra, sob diversas vertentes ele é o conjunto cultural, artístico, sociopolítico, sobretudo humano, dessa arte que se revela em um processo de conscientização de ser negro, numa sociedade que consagrou o branco como superior.

Entretanto, a Literatura Negra não se restringe meramente às dimensões epidérmicas, como salienta (BERND, 1988, p. 32), o conceito de Literatura Negra não se atrela nem a cor da pele do autor, nem apenas à temática por ele utilizada, “mas emerge da própria evidência textual cuja consciência é dada pelo surgimento de um eu enunciador que se quer negro”. Para autora, assumir a condição negra e enunciar o discurso em primeira pessoa, parece ser o aporte maior trazido pela Literatura Negra - constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos.

Desse modo, não é somente a cor da pele do escritor que determina a existência de uma Literatura Negra, pois ela é muito mais complexa. Elaborada a partir de um estilo peculiar, e ao mesmo tempo, atrelado à pluralidade estética, de identidades múltiplas que se inserem no conjunto geral da arte brasileira. Por isso, é composta de fissuras, ultrapassa qualquer julgamento essencialistas. É um contínuo devir negro que transcende os conceitos cíclicos.

Todavia, não se deve perder de vista que essa Literatura se caracteriza pela afirmação positiva de assumir-se como negra, que traz em seu bojo uma tessitura negra, logo, seu material poético tratará de questões pertinentes à raça, as experiências de descendentes de escravos, o significado de ser negro em uma sociedade preconceituosa e hierarquizada como a brasileira, bem como, discute os problemas que dizem respeito ao racismo, à sociedade, aos estereótipos, a religiosidade, as inúmeras formas de resistências, enfim, a tudo que concerne à existência do afro-descendente que, por sua vez, emerge na obra pela expressividade da palavra, transgredindo as instâncias legitimadoras do “purismo literário”. Para (PROENCA FILHO, 2004, p. 18),

Considera-se negra uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladores de visões de mundo, de ideologia e de modos de realização que, por forças de condições atávicas, sociais, e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligado ao intuito claro de singularidade cultural.

A Literatura Negra é uma miscelânea de signos que resgata e valoriza a cultura popular/marginal que tem suas raízes nas vivências, nos valores ancestrais, na riqueza e diversidade cultural, na memória e tradição dos diversos povos africanos. Daí sua peculiaridade e autenticidade da adjetivação (Negra) dada à Literatura Brasileira, já que o colonizador europeu classificou o africano numa pessoa negra/preta (pejorativamente), os escritores negros assumem o termo, transformando-o numa conotação diferente, de sentido positivo, de autoafirmação. Portanto, numa categoria sócio-política, que ganhou ressignificado pelos movimentos negros, os quais irão reagir contra o silenciamento, ocultação e invenção do negro pelos mecanismos de exclusão e, dessa

forma, produzir um discurso emancipatório que se propõe ao despertar da consciência crítica, reafirmando a diferença étnica.

Como parte fundamental da literatura Negra e ao mesmo tempo, fundadora e consagradora do termo, a Coletânea Cadernos Negros, configura-se como o *locus* ideal para discutir e interferir positivamente no modelo de representação e autorrepresentação dos afro-descendentes, pois representa “as estratégias empreendidas pelos negros brasileiros para produzir e divulgar um discurso identitário que almeja interferir na estrutura e no exercício do poder político-cultural” (SOUZA, 2005, p. 11). É um espaço em que negros e negras podem refutar modelos de enquadramentos, classificações reguladoras e trasgredir pelas fronteiras, já que o poder não existe; o poder é exercido, de múltiplas formas, por diversos segmentos de uma sociedade, coexistindo micropoderes, como afirma Foucault (2002).

Assim, nesse contexto de mudanças, a poesia engajada ganha expressividade no cenário mundial/nacional e instaura-se como expressão ideológica, funcionando como micropoderes em transito. A poesia que se inspira na tomada de consciência da negritude, conforme (BERND, 1992, p. 14), “[...] está duplamente vinculada à questão da identidade: ela se origina da consciência de sua perda e se desenvolve na busca de sua reconstrução”. Logo, o fundamental destas literaturas é justamente sua força de revalorizar as formas onde subsistem as culturas de resistência, substância essencial da identidade cultural.

É esse sentimento de valorização, de autoinvenção do sujeito negro, de re-apropriar-se de sua história ancestral africana que vai favorecer-lhe o desenvolvimento de identidades baseadas no orgulho de seu pertencimento etnicorracial e, a Literatura Negra vem firmar o papel do negro na formação histórica, socioeconômica e cultural do país, contrapondo a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, os quais ajudam a manter um racismo atroz e ao mesmo tempo aparentemente cordial/ sutil, do “jeitinho brasileiro”, além disso, combatem e inovam as expressões de visões que inferiorizam o negro. Nesse embate, o poeta negro busca livrar-se da imagem estereotipada com que foi comumente apresentado, e o eu lírico,

Em busca de uma identidade negra instaura um novo discurso – uma semântica do protesto ao inventar um esquema onde ele era o outro, aquele de quem se condoíam ou quem criticavam. Passando de outro a eu, o negro assume na poesia sua própria fala e contra a história de seu ponto de vista. (BERND, 1988, p. 49).

Por isso, os/as poetas da Literatura Negra se dedicam à recuperação e ressignificação de discursos identitários da negritude e seu universo simbólico de modo a evidenciar outras formas subjetivas de expressão literária, advindas de posicionamentos de resistências e luta pela afirmação. Assim, a poética aparece como instrumento discursivo de combate e rupturas aos modelos

hegemônicos consagrados pela crítica literária tradicional. Nesse sentido, (MIRIAM, 2002, p. 227) diz que:

A poesia, como um agenciamento de processos de expressão, envolve-se na produção de subjetividade dos negros, que se apropriam dos códigos próprios da escrita para criar um devir negro que diz respeito a todas as engrenagens da sociedade de um mundo marcado pela subjetividade.

A Literatura Negra aparece em oposição aos discursos estabelecidos canônicos de caráter segregacionistas, como forma de mudança, protesto, rebeldia, ruptura, negociação, deslocamento, especialmente, reconhecimento da memória e identidade negra. Portanto, a poética vem representar-se como um instrumento de luta, de resistência à exclusão, em que esta literatura marginal não quer apenas para si a reivindicação de um lugar no panorama literário, “sua realização implica e projeta uma nova subjetividade do país, em cuja tarefa o exercício de estar no lugar do outro consiste, para a nacionalidade, um estar em si mesma” (CUTI, 2002, p. 28).

Para melhor caracterizar a Literatura Negra, uma reflexão sobre identidade se faz necessária, visto que um dos elementos mais importante que dá sustentabilidade as identidades é a própria Literatura. Para muitos autores, a questão identitária é um fator substancial pelo qual forma e transforma o seu fazer poético, ou seja, o projeto de construção identitária é um exercício fundamental da Literatura Negra, que reflete, analisa e registra a consciência social e cultural afro-brasileira.

Nesse sentido, a concepção de identidade perpassa pela aceitação do outro, do respeito às diferenças, isto é, do plano da alteridade, das particularidades de cada sujeito, povo, nação, que é singular e plural ao mesmo tempo, que se configura pelo hibridismo e pela multiplicidade cultural. Dessa forma, a identidade está atrelada à alteridade, já que aquela é um constructo por meio de práticas sociais, que se articula na aceitação e respeito ao diferente. Segundo Bernd (1992) a identidade ganha uma dimensão de exterioridade, tornando impossível conhecer o ser fora das relações que ligam ao outro e excluir o outro leva a visão especular que é redutora.

Assim, abordar sobre Literatura Negra, conceito em construção e reconstrução, é trazer para a cena questões relacionadas a diferenças, biopoder, sexualidade, diversidade cultural, memória, multiculturalismo, alteridade, diáspora, sobretudo, abordar sobre identidades. Pensadas a partir de sujeitos poéticos descentralizados, com marcas fluídas e instáveis de construção identitárias Hall (2000). Nesse sentido, torna-se importante entendê-las (identidades) como um imaginário simbólico, complexo, dinâmico - em constante trânsito que permite ao sujeito, um sentimento de pertença, de autoria, de ser parte integrante de um sistema de referências. “Referência em torno da qual o

indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir de sua relação com o outro” (FERREIRA, 2005, p. 47).

Portanto, pensar em re-construções identitárias positivamente afirmadas na comunidade remanescente de quilombos de Lagoinha, a partir da poética dos Cadernos Negros, torna-se possível, justamente por compreender as identidades, como esse constructo em grande mobilidade, que se constitui nas relações sociais, no processo de alteridade, relacionados com critérios políticos-ideológicos, imbricados nas relações de poder e em processos de (re) negociações contínuas, como afirma Munanga (2006).

Por esta razão, as identidades, no seu sentido plural, podem ser forjadas e manipuladas, já que seus limites são deslizantes e tênues, em que as fronteiras culturais, linguísticas, territoriais não são fixas, unas, centradas, assim como os sujeitos também não são. Nesse sentido é possível pensar identidades pelos princípios rizomáticos de Delleuze e Guatarri (1995), enquanto mapas abertos, conectáveis, desmontável, reversível e suscetível à mudanças contínuas.

Dessa forma, ao afirmar a identidade negra, o sujeito poético demarca fronteiras de afirmação e reafirmação das relações de poder, em que a marcação da diferença pressupõe movimentos de inclusão e de exclusão. Nas palavras de Silva (2000): “O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”. Assim, é necessário pensar a utilização dos Cadernos Negros como micropoderes em processo de agenciamento; pensar como lugar de desmonte de Derrida (2001), a poética como um lugar privilegiado de rupturas, funcionando como linha de fuga para escapar do controle biopolítico, da quebra do contínuo e da série projetada pela elite brasileira.

Faz se necessário refletir sobre os Cadernos Negros como uma ação política identitária; um lugar de reivindicação e desmontagem de uma forma (canônica) para emergir outras formas, outros significantes e significados, não para suplantam um outro modelo legitimado, mas para oportunizar outras poéticas, outras enunciações, outros discursos formais e não formais, ou seja, novas formas de representação. Pois, é no interstício do processo de descentramento do cânone que a poesia negra revela sua importância, oportunizando insurgir um novo lugar de recuperação de sentido de ser negro-quilombola e de construção de um novo consciente, por meio de processos de desmontagens da subjetivação.

Portanto, para romper com o pensamento monoculturalista de mundo e colaborar com o enriquecimento desta temática (Literatura Negra/comunidades remanescentes) que, só recentemente vem emergindo de forma afirmativa e com “certa” visibilidade, é importante caracterizar os projetos literários comprometidos com a valorização dos negros “como sujeito da

enunciação que se afirma e se quer negro” Bernad (1992), numa atitude compromissada; de tomada de consciência e questionamento de conceitos socioculturais estabelecidos: o branqueamento e mito da democracia racial – os quais projetam um país de aparências harmoniosas, escondendo cruéis práticas discriminatórias, pensadas a partir de um único padrão eurocêntricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre comunidades remanescentes e Literatura Negra, vêm se tornando um grande campo de evidência nos trabalhos contemporâneos, em que traz novas abordagens e perspectivas para o processo de se entender o modo de vida dessas comunidades, bem como das produções literárias, ambos considerados temas proeminentes culturalmente e bastantes discutidos entre profissionais e estudiosos das múltiplas áreas do conhecimento, em especial, a Crítica Cultural, a qual suscita grande abertura para os estudos interdisciplinares, além de ocupar um espaço de pesquisa de fundamental relevância histórico-social, obtendo ampliações necessárias no campo linguístico-literário.

Por isso, essa pesquisa, não trata apenas de uma mera reflexão sobre a incidência dos Cadernos Negros na comunidade de Lagoinha, mas uma análise importante para se perceber acontecimentos vividos, construções sociais, modos/experiências de vida, valores estéticos e tradicionais, conceitos/determinações históricas, pensadas e internalizadas por esses sujeitos individual e coletivamente, sobretudo, analisar de que forma os Cadernos Negros podem ou não provocar mudanças no estatuto “negro” e refletir como esse paradigma impacta no sujeito quilombola contemporâneo, dentro de uma esfera social ampla.

É possível pensar que a visibilidade da Literatura Negra na comunidade, possa interferir na realidade, auxiliando no processo de transformação social, uma vez que, estimula a valorização da pluralidade discursiva, o reconhecimento da riqueza e variedade dos textos que circulam, sobretudo os que não circulam nos espaços sociais. Portanto, espera-se que a pesquisa seja capaz de emponderar o negro quilombola lagoence a assumir o seu papel de agente histórico e compreender melhor a partir da linguagem poética, que se exprime pela recomposição de um sistema próprio de representação estética, todo universo simbólico que as palavras e as imagens transcriam: a memória africana.

Dessa forma, para promover a releitura da história do mundo africano, sua cultura e os reflexos sobre a vida dos afrodescendentes em geral, é preciso contemplar outras linguagens; valorizar outros saberes, outras epistemologias. É preciso conceder voz a outras produções

discursivas, de modo que se possa apreciar contribuições de grandes escritores contemporâneos - ativistas dos Cadernos Negros, importantes referências para Literatura afro, para as comunidades remanescente e para a cultura/literatura brasileira em geral

Enfim, espera-se que este projeto seja capaz de aguçar o sentimento de valorização e orgulho do pertencimento etnicorracial, de modo que os sujeitos remanescentes de quilombos, testemunhas dessa pesquisa, possam (re)apropriar-se da sua história ancestral africana, seus processos de resistência, de modo a favorecer a construção de identidades positivamente afirmadas, já que a Literatura Negra vem consolidar o papel do afro-brasileiro na formação histórica, socioeconômica e cultural do país, além de contrapor a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Trad. Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- ALVES, Miriam. Cadernos Negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado. In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Poéticas Afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, 2002. p. 221-240.
- BERND, Zilá. *Introdução a Literatura Negra*. Brasília: Brasiliense, 1988.
- BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1992.
- BEZERRA, Kátia da Costa. A Cor da Ternura: tecendo os fios da memória. In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Poéticas Afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, 2002. p. 117-132.
- CUTI, Luis Silva. O Leitor e o Texto Afro-brasileiro. In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Poéticas Afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, 2002.
- DELLEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra; Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: ed. 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Poéticas Afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, Puc Minas, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grall, 2002.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tonz Tadeu da Silva. 4 ed. Rio de Janeiro: DPBA, 2000.
- IANNI, Otavio. *Literatura e Consciência. Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, 1988. p. 208-217.
- PROENÇA FILHO, Domício. *A trajetória do Negro na Literatura Brasileira*. Estudos Avançados. São Paulo, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: DELGADO, Ignácio et al. (Org.). *Vozes (além) da África*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendente em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: vozes, 2000.

JUBIABÁ EM TRADUÇÕES INTERSEMIÓTICAS

Marinalva Lima dos Santos (FAPESB)

Orientadora: Patrícia Kátia da Costa Pina

Resumo: Esta pesquisa pretende realizar um estudo comparado da adaptação fílmica e quadrinística na condição de Tradução Intersemiótica do romance *Jubiabá* de Jorge Amado, para o filme dirigido por Nelson Pereira dos Santos e para os quadrinhos, produzido por Spacca, com o foco nas questões étnico-raciais, que são centrais na narrativa. Neste trabalho, fundamentado com teóricos da adaptação e da Tradução Intersemiótica, será apresentada a constante relação entre a literatura e as outras artes, discutindo a Tradução Intersemiótica como devir e traçando algumas considerações sobre as características da linguagem cinematográfica e quadrinística para a produção de sentidos.

Palavras-chave: Jubiabá. Tradução Intersemiótica. Linguagens.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “*Jubiabás: Uma Intersemiótica negra com romance, cinema e quadrinhos*”, o objeto desta pesquisa é o romance de Jorge Amado *Jubiabá* e as adaptações homônimas para o cinema, produzida por Nelson Pereira dos Santos e para os quadrinhos, por Spacca. A pretensão é compreender o processo de tradução intersemiótica do livro, para o filme e para os quadrinhos, enfocando de que maneira são produzidas as significações para as temáticas dos negros e suas práticas culturais, que são centrais em *Jubiabá*.

Para tanto será necessário buscar os processos de montagem das obras em questão, verificando se e como, elas privilegiam a aparição da temática negra por meio da abordagem da ancestralidade, se elevam a autoestima afrodescendente, ou denunciam injustiças sociais contra os negos.

São comuns produções artísticas e culturais, sejam elas no teatro, na televisão, no cinema e até mesmo na literatura que foram inspiradas ou baseadas em obras literárias, assim como também, é constante a dedicação de vários pesquisadores, sobretudo da área da Literatura Comparada, aos estudos dessa vertente de criação artística.

A obra do escritor baiano Jorge Amado, foi vastamente utilizada como texto de partida para outras produção, como exemplo, podem ser citados os filmes: *Quincas Berro D’água*, *Dona Flor e seus dois maridos*, *Os pastores da noite*, *Tenda dos Milagres*, *Jubiabá*, *Capitães de Areia*, as novelas: *Porto dos Milagres*, *Tieta*, *Gabriela*, além de peças teatrais, como *O sumiço da santa* e História em Quadrinhos como *Capitães de areia* e *Jubiabá*.

Neste trabalho, fundamentado com teóricos da adaptação e da Tradução Intersemiótica, será apresentado a constante relação entre a literatura e as outras artes, discutindo a Tradução Intersemiótica como devir e traçando algumas considerações sobre as características da linguagem cinematográfica e quadrinística para a produção de sentidos.

A ADAPTAÇÃO COMO TRADUÇÃO

As histórias constantemente passam pelo processo de adaptação. Conforme Linda Hutcheon, hoje em dia as adaptações estão em todos os lugares, o que possibilita que as histórias adaptadas tornem-se disponíveis para um público totalmente distinto. Segundo a autora, os adaptadores ao longo dos séculos, não precisaram de pronunciamentos críticos para compreender o que para eles sempre foi óbvio: “a arte deriva de outra arte; as histórias nascem de outras histórias” (HUTCHEON, 2013, p. 22).

A crítica acadêmica, no entanto, vê as adaptações de textos literários para outros meios como inferiores. De acordo com Hutcheon a lista de palavras com o intuito de desqualificar as produções é extensa: ‘secundárias’, ‘derivativas’, ‘suavização’, ‘interferência’, ‘violação’, ‘traição’, ‘deformação’, ‘perversão’, ‘infidelidade’, ‘profanação’, dentre outros adjetivos. Ela pontua também que o tratamento que a adaptação recebe, depende da forma da arte a ser adaptada, já que, a ópera ou o balé, que são considerados artes “elevadas” tem melhor aceitação, comparando com um filme ou uma novela de TV.

Dessa maneira, a valorização do texto, enquanto expressão artística, está estritamente ligada com a mídia, o veículo e o público consumidor. Sendo então a classificação da adaptação como uma arte inferior, apenas uma maneira de camuflar as pretensas hierarquias, que pretendem afirmar determinadas produções como superiores e restritas à elite, muitas vezes, em decorrência de questões socioeconômicas, as quais impõem limites ao acesso.

Hutcheon aborda também, sobre a fidelidade no processo de adaptação e a impossibilidade de produção essencialmente original.

Todos esses adaptadores contam histórias a seu próprio modo. Eles utilizam as mesmas ferramentas que os contadores de histórias sempre utilizaram, ou seja, eles tornam ideias concretas ou reais, fazem seleções que não apenas simplificam, como também ampliam e vão além, fazem analogias, criticam ou mostram seu respeito, e assim por diante. As histórias que contam, entretanto, são tomadas de outros lugares, e não inteiramente inventadas. Tal como as paródias, as adaptações têm uma relação declarada e definitiva com textos anteriores, geralmente chamados de “fontes”; diferentemente das paródias, todavia, elas costumam anunciar abertamente tal relação (HUTCHEON, 2013, p. 24).

Segundo a autora, para muitos, a literatura, por ser uma arte mais antiga, sempre possuirá superioridade em relação à qualquer adaptação, além disso, essa visão hierárquica, pode ser proveniente das expectativas dos fãs que desejam fidelidade ao texto adaptado. Em contradição com a inferiorização das obras adaptadas, está a constante presença dessas criações, por exemplo, na premiação no Oscar de melhor filme e em premiações de minisséries e filmes para TV. A massificação e o caráter comercial das adaptações, são também apontadas como causas da crítica desqualificadora.

Ao apreciar uma adaptação, a presença do texto anterior será sentida, não é escondida a sua relação com outras obras anteriores. Mas, conforme Hutcheon, isso não significa que as adaptações não sejam trabalhos autônomos, muito menos que não devam ser interpretados como tais. Isso implica, que em sua análise deva ser tratada como obras “duplas ou multilaminadas”, o que não significa que a proximidade ou fidelidade seja o foco da teoria da adaptação, já que adaptar, sugere ajustar, alterar, tornar-se adequado.

As adaptações são definidas duplamente: como produto e como processo e podem ser, portanto, uma “entidade ou produto formal”, produto de uma transposição declarada de uma ou mais obras, podendo envolver mudança de mídia, gênero, contexto; pode ser também um “ato criativo e interpretativo de apropriação/recuperação”, pois envolve sempre tanto uma “(re)-interpretação, quanto uma (re)-criação”; vista sob seu processo de recepção, a adaptação é uma forma de intertextualidade com a obra adaptada, por meio das lembranças de outras obras que ressoam através da “repetição com variação”. Com as adaptações as histórias são, portanto, recontada repetidas vezes, de maneiras diferentes, num constante processo de repetição e mudança.

Conforme Hutcheon, a maioria das teorias da adaptação aponta para a história, como sendo o foco a ser transposto para outras mídias e/ou gêneros, contudo, da história, são considerados os elementos tais como o tema e os personagens, o ritmo, o tempo, focalização ou ponto de vista, ponto de partida, conclusão. Essas apropriações para a adaptação podem, dessa maneira, acarretar mudanças significativas entre o texto adaptado e a adaptação.

Enquanto produto, as adaptações são constantemente comparadas com as traduções, o que também, não evita mudanças seja elas na linguagem ou na mídia, porém, isso não dá espaço para a crítica comparativa com vistas à fidelidade e equivalência. Fundamentada com “A Tarefa do Tradutor” de Benjamim, Hutcheon entende que “a tradução não é uma versão de algum significado não textual fixo que deva ser copiado, parafraseado, ou reproduzido; na realidade, é um

engajamento com um texto original que nos permite vê-lo de diferentes formas” (HUTCHEON, 2013, p. 40).

Dessa maneira, compreendida como um ato de comunicação, esse sentido de tradução se aproxima do sentido de adaptação, pois, “por envolver diferentes mídias, as adaptações são recodificações, ou seja, traduções em forma de transposições intersemióticas de um sistema de signo (palavra, por exemplo) para outro (imagem, por exemplo)” (HUTCHEON, 2013, p. 40).

É nessa vertente que esse trabalho está pautado, pois ao adaptar o romance de Jorge Amado, *Jubiabá*, para o cinema e também para os quadrinhos, foi realizada uma recodificação em um novo sistema de signos, para assim comunicar os sentidos, ou seja, uma Tradução Intersemiótica.

A Tradução Intersemiótica, conforme que conforme Plaza (2003) consiste em interpretar signos verbais por meio de sistema de signos não verbais. Por se tratar de interpretação, envolve também as subjetividades e criatividade.

A operação tradutora como trânsito criativo de linguagens nada tem a ver com a fidelidade, pois ela cria sua própria verdade e uma relação fortemente tramada entre seus diversos momentos, ou seja, entre passado-presente-futuro, lugar-tempo onde se processa o movimento de transformação de estruturas e eventos. (PLAZA, 2003, p. 1)

Fundamentado em Peirce, Plaza concebe o signo como continuidade e devir, pois tem um poder de autogeração. Nessa perspectiva o processo de tradução é infinito, pois um signo gera outro signo no processo de significação, que por sua vez gera outros e outros signos infinitamente. A cadeia semiótica, como explica Plaza, já se institui desde o pensamento, concebido aqui como tradução e qualquer pensamento ou conhecimento pode ser extrojetado por meio da linguagem. Uma significação de uma representação será outra representação, infinitamente.

Nessa perspectiva, no processo de Tradução Intersemiótica do romance *Jubiabá* para o filme e para os quadrinhos, deve-se considerar que o filme e os quadrinhos são construídos por meio da transposição do significados do livro e não há uma correspondência entre eles. É evidente que nesse processo os significados apreendidos pela leitura do tradutor, são traduzidos por meio de outros signos para o novo suporte de linguagem, os quais, por sua vez também são traduzidos pelos novos leitores numa cadeia infinita, por isso a impossibilidade de existir fidelidade entre ambos, tem-se obras independentes que, mesmo dialogando entre si, cada uma delas abre possibilidades para uma nova cadeia de produção de signos.

É nessa perspectiva que aqui é considerada a Tradução Intersemiótica da narrativa amadiana *Jubiabá* para o filme e para os quadrinhos como uma maneira de colocar os sentidos atribuídos aos negros e suas práticas culturais em trânsito, como devir, o que implica rupturas de padrões

hegemônicos, já que essas ideias implicam a não fixação, assim como o trânsito dos sentidos, por meio das linguagens. A cada Tradução é manifestado o poder de vir a ser, podendo colocar, assim, as “normas” em variação contínua.

Dessa forma, é preciso compreender que a sociedade está imersa em diversas formas de linguagem, num constante processo de comunicação. Por isso, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre as características da linguagem cinematográfica e quadrinística para a produção de sentidos.

Entre as linguagens literária e cinematográfica, apesar das diferenças no sistema de signos utilizados, há uma forte ligação. Enquanto para a impressão de realidade, na literatura são utilizados signos linguísticos, no cinema, há utilização de uma variedade de expressão, tais como o movimento os recursos visuais, auditivos, esses elementos são apontados como potencializadores da ideia de realidade.

Marcel Martin (2005) considera o cinema como a arte “mais importante e a mais influente da nossa época” (MARTIN, 2005, p.17). Apesar de seu caráter industrial, por conta dos meios técnicos, financeiros e humanos, não há um impedimento quanto à sua instauração estética, com produções de obras primas e afirmação como arte. Se antes, o objetivo do cinema era de reprodução do real, passou a ser, pouco-a-pouco, uma linguagem, ou meio de conduzir uma narrativa e de veicular ideias. Essa linguagem funciona a partir da reprodução fotográfica da realidade.

O que é projetado nas telas, não existe na realidade, porém, enquanto reprodução de uma realidade, por meio da imagem em movimento, ela ganha vida e cria uma “impressão de realidade”, ou seja, a ilusão de verdade vista na tela, como as brigas e os amores, assim como algumas fantasias não existem na realidade, a imagem cinematográfica dá vida a essas ações. E essa possibilidade de reproduzir a realidade, segundo Bernadet (1983) colocando as imagens em movimento, foi a base do grande sucesso do cinema, o qual, não tem, como se queriam antes, a capacidade de ser a expressão do real, mas sim, enquanto uma máquina, ele sempre irá significar o que o fazem significar.

O cinema, enquanto herdeiro do folhetim do século XIX tinha como objetivo principal, o de contar histórias. Nesse sentido, conforme Bernadet (1983), para a elaboração dessa linguagem cinematográfica capaz de contar história, foram criadas estruturas narrativas e relação com o espaço. É portanto, uma sucessão de escolhas.

À respeito dos quadrinhos, Ramos (2014) considera que eles compõem um campo maior chamado de “Hipergênero”, o qual comporta elementos como a utilização de uma linguagem

própria, com elementos visuais e verbais escritos e a tendência à presença de sequência textuais narrativas, por essas características os quadrinhos suportam vários outros gêneros.

Conforme Ramos (2012), os quadrinhos gozam de uma linguagem autônoma que usa elementos próprios, conectando várias formas de linguagens para representar os elementos narrativos. “O cinema, o teatro, a literatura, os quadrinhos e tantas outras formas de linguagem comporiam ambientes próprios e autônomos. Mas todos compartilham elementos de outras linguagens, cada um à sua maneira” (RAMOS, 2012, p. 18).

Diante disso, entre as características da linguagem dos quadrinhos pode-se citar os recursos por meio da utilização dos balões para representar a fala, pensamento, cochicho, berro, voz com medo, falas vindas de equipamentos eletrônicos, representam também sentimentos, sonhos, dentre outros. O tipo da letra também é um recurso utilizado para demarcar a oralidade nos quadrinhos, indicando volume da fala do personagem, gagueira, risada, sobreposição de vozes, indica também a realização de leitura.

Os quadrinhos são gênero híbrido que desde o nascimento abandonaram seu conceito de *coleção primordial* (CANCLINI, 2000), é um lugar de interseção entre o visual e o literário; o culto e o popular e aproxima o artesanal da produção industrial e da circulação massiva. É um componente central da cultura contemporânea; a literatura mais lida conseqüentemente, o ramo da indústria editorial que produz mais lucro.

As histórias em quadrinhos, ao gerar novas ordens e técnicas narrativas, mediante a combinação original de tempo e imagem em um relato de quadros descontínuos, contribuíram para mostrar a potencialidade visual da escrita e o dinamismo que pode ser condensado em imagens estéticas. [...] a correspondência entre sua síntese de vários gêneros, sua “linguagem heteróclita” e a atração que suscita em públicos de várias classes, em todos os membros da família (CANCLINI, 2000, p. 339).

Dessa forma percebe-se o quanto a produção desse gênero está associado ao valor de mercado e, por atingir a um público tão vasto, é uma forma de impulsionar a movimentação financeira no meio editorial.

Por fim, é de importância evidenciar que, se tratando de adaptação literária, apreendida aqui como um processo de Tradução Intersemiótica não se pode deixar passar despercebido o seu caráter de democratização, no sentido de, por meio de um processo que atualiza uma narrativa, faz com que a mesma chegue à um público diferenciado, não ficando restrita à população letrada, assim como, pode funcionar como um poderoso instrumento para despertar o gosto pela leitura literária, como defende Pina (2012), em relação à literatura em quadrinhos, o que pode-se aplicar também às produções fílmicas.

Ao discutir sobre as adaptações de obras literárias canônicas para os quadrinhos e seu potencial para formação de leitores, Pina (2012) afirma que na contemporaneidade, há uma diversidade de meios tecnológicos e visuais. Nesse contexto, a leitura da literatura canônica pelos jovens e crianças torna-se um problema, já que não faz parte do seu repertório. Por outro lado, formadas pela junção da linguagem visual e verbal, as Histórias em Quadrinhos são uma opção que ganha espaço no repertório do público atual, o que possibilita a realização de leituras, mesmo de obras canônicas, traduzidas para a linguagem quadrinística, alcançando um novo nível de interação e inserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir aspectos relacionados à adaptação de obra literária por meio de Tradução Intersemiótica para o cinema e para os quadrinho, assim como, a presença do povo negro e elementos da cultura afro-brasileira nas três produções *Jubiabá*, é a meta principal desta pesquisa.

É preciso evidenciar que o romance, os quadrinhos e o filme, foram produzidos em contextos diferenciados, com público, objetivos e linguagens específicos. Porém, mesmo com estas singularidades não deixa de estar presente nas produções uma postura política e compromissada com as causas subalternas, já que esses suportes narrativos são também espaço de poder e, a depender do uso que é feito, de empoderamento e desestabilização das hegemonias por meio de construções discursivas que valorizam positivamente sistemas simbólicos marginalizados.

A realização desta pesquisa será de importância para o desenvolvimento tanto dos estudos sobre tradução intersemiótica, quanto para as discussões sobre os negros, afrodescendentes e suas práticas culturais, que apesar de ter ocorrido várias mudanças no tratamento recebido, ainda requer ampliação do debate. Por isso, não se pode estagnar diante da realidade da maneira como nos é apresentada, ou consumir as representações sem um olhar crítico.

Entende-se, portanto, que é preciso pensar uma leitura comparada de adaptações literárias para além da fidelidade, pois tanto o texto amadiano quanto suas adaptações dão margem para estudos que tematizam questões de ímpar relevância para a sociedade atual. *Jubiabá*, dentre outros assuntos, leva a refletir sobre a presença de aspectos da herança cultural africana, sobretudo no que se refere à expressão da religiosidade, fator de grande importância para a construção e valorização da identidade afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Cia das Letras, 2008 [1935].
- BERNARDET, Jan-Claude. *O que é cinema*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Trad. André Cechinel. 2 ed. Florianópolis: Ufsc, 2013.
- MARTIM, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. Lisboa: Dinalivros, 2005.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura em Quadrinho: Arte e Leitura Hoje*. Curitiba: Appris, 2012.
- PLAZA, Júlio. *Tradução Intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- RAMOS, Paulo. *Tiras, gênero e hipergênero: como os três conceitos se processam nas histórias em quadrinhos?* Disponível em:
[http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Paulo%20Ramos%20\(UNIFESP\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Paulo%20Ramos%20(UNIFESP).pdf) Acesso em: 27 de abril de 2014.
- RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SPACCA. *Jubiabá de Jorge Amado: adaptação e desenhos de Spacca*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

DESCONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO EM PONCIÁ VICÊNCIO

Marluce Freitas de Santana

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Gomes

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em Crítica Cultural que tematiza a desconstrução do patriarcado na literatura afro-brasileira. A tradição patriarcal aprisiona a mulher a papéis submissos e fixa a identidade feminina como uma extensão da força masculina. Opondo-se a essa tradição, a crítica literária feminista contemporânea preocupa-se com o questionamento dessas representações para propor o corpo feminino liberado e livre das amarras do sistema patriarcal. Objetiva-se identificar os discursos subversores do paradigma patriarcal no romance *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo, por meio do aprofundamento da análise das estruturas subversivas que a narrativa expõe como crítica ao patriarcado. Sob bases teóricas pós-estruturalistas, dos Estudos Culturais, exploraremos os conceitos de Patriarcado, proposto por Machado Zanota (2000) e Castells (1999), de Literatura Afro-brasileira (Duarte, 2002) de Feminismo Contemporâneo (Nelly Richard, 1996) e Feminismo Negro (Collins, 2013).

Palavras-chave: Patriarcado. Desconstrução. Feminismo. Afro-brasilidade. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

Este *paper* registra o processo de evolução da pesquisa de mestrado que tematiza a *Desconstrução do patriarcado em Ponciá Vicêncio*, cujo objetivo geral busca identificar os elementos estruturais subversivos ao patriarcado presentes na obra *Ponciá Vicêncio* (2003), romance afro-brasileiro da autora Conceição Evaristo. A partir da crítica feminista contemporânea, do feminismo negro e da sociologia de gênero, o estudo aponta a ruptura com o sistema patriarcal por meio da valorização da oralidade e da cultura afro-brasileira.

O estudo insere-se na Linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural, Modos de Vida, linha 1 do programa de pós-graduação pós-crítica, da uneb/Alagoinhas e sinaliza para as peculiaridades estruturais da obra, uma narrativa que desconstrói os papéis femininos tradicionais. Tomar esse romance como *corpus* dessa investigação tem a ver com as incursões por esta vertente literária nacional, a literatura afro-brasileira, leituras que revelaram-me o potencial evaristiano, cuja escrita busca, por meio de um *Eu enunciator* afrodescendente, demarcar posição política a favor dos socialmente excluídos e inscrever-se como sujeito identificado às raízes africanas, conforme bem pontua Eduardo de Assis Duarte (2006).

Vale destacar que, por ter formação em Letras, ter ingressado na Uneb como professora de literatura e ter desenvolvido, desde muito cedo, o gosto pelo texto literário, considerei oportuno suscitar reflexões mediadas pelo diálogo entre o texto literário e outras áreas, buscando articular o potencial interdisciplinar intrínseco à Literatura e, também, destacá-la como importante meio de se

questionar a realidade, produzir realidades outras, transgredir e subverter o status quo, dado às possibilidades de “trapacear” com, na, e pela linguagem, conforme aponta Barthes (1978).

A afinidade com as discussões sobre os grupos subalternizados encontrou estímulo num certo movimento subversivo, mobilizado pelo pensamento pós-crítico contemporâneo, que busca, do campo linguístico-literário, “violentar a violência colonizadora [...] e promover uma desmontagem permanente das formas de representação do ocidente branco, capitalista, logocêntrico, eurocêntrico, falocêntrico e patriarcal” (MOREIRA, 2010, p.139).

Embora existam diversos estudos que partem da obra *Ponciá Vicêncio* e problematizam variadas questões em torno da afrodescendência brasileira, mantivemos o interesse de estudá-la, buscando deslindar o universo simbólico do discurso evaristiano, no sentido de fazer vir a lume estratégias e operações desconstrutoras do paradigma patriarcal, a partir de pistas que apontam para tais percepções.

O avanço das mulheres também no âmbito da expressão literária marca uma importante conquista do feminismo, desde Beauvoir (1949), que identificou o mito da mulher e a sua disseminação como sustentáculo ideológico do patriarcado, nos textos escritos pelos homens sobre as mulheres. Todavia, a mitologia feminina patriarcal se mantém, muitas vezes, na escrita de mulheres, cujas obras estão filiadas aos movimentos de emancipação feminina e dos grupos excluídos, mas que ainda operam com essencialismos e polarizações decorrentes da estrutura hegemônica patriarcal.

Tal problemática instigou o desejo de tomar a mencionada obra como lócus de investigação, partindo da hipótese de que, sendo a autora uma mulher negra que faz da sua arte militância e do seu discurso um contradiscurso de rasura e interposição ao cânone literário, o estudo possibilitará uma crítica no campo linguístico-literário ao paradigma hegemônico etnofalocêntrico.

Importantes estudos sobre *Ponciá Vicêncio* revelaram o seu engajamento ao núcleo de produções literárias de autoria feminina, cuja escrita assume o lugar político e ideológico de pertencimento e autoenunciação da mulher negra, conforme se constata em Assis Duarte (2006). Partem daí, portanto, os questionamentos que orientam a proposição desta pesquisa:

Seria a obra literária *Ponciá Vicêncio* um contradiscurso à estrutura mítica patriarcal?

Há na escrita evaristiana, em *Ponciá*, a influência do feminismo contemporâneo?

É possível operar o esvaziamento do patriarcado para fazer emergir outras formas estruturais subjetivas e transgressivas como a oralidade afro-brasileira?

Dar respostas a tais questões requer a formulação de objetivos, estabelecendo diretrizes para o estudo.

Em termos mais específicos, buscaremos caracterizar as principais marcas da desconstrução do patriarcado no romance em destaque; identificar os elementos da subjetividade e ludicidade da narrativa relacionadas à tradição afro-brasileira e comparar a desconstrução do romance tradicional a partir do paradigma feminista de busca de um novo lugar para a mulher no espaço da casa; e ainda, situar a obra como importante discurso crítico-cultural, do ponto de vista da crítica às representações essencializantes do feminino afrobrasileiro.

Espera-se contribuir com a produção de conhecimento sobre as questões de gênero, na perspectiva da crítica ao paradigma patriarcal, a partir da literatura afro-brasileira e da crítica literária feminista contemporânea e do Feminismo negro, promovendo reflexões sobre o lugar da mulher na literatura e a relação disto com a dominação patriarcal, na perspectiva do empoderamento feminino como estratégia anti-patriarcal.

PONTO DE MUTAÇÃO: O ABALO DO PARADIGMA PATRIARCAL

Muraro e Boff (2010) falam do processo de transição e das transformações provocadas pela aceleração histórica, científica e tecnológica desencadeadas no final do século XX e início do século XXI e como esse ponto de mutação da espécie humana aponta para a emergência de uma nova consciência e de novas formas das relações humanas.

O paradigma civilizatório patriarcal que fundamentou as principais categorias de pensamento e instituições ocidentais instaurou o domínio masculino sobre a natureza, instituindo o exercício do poder como dominação ou hegemonia do mais forte. A racionalidade tecno-científica, que dicotomiza e reduz o complexo ao simples, levou às últimas consequências o projeto androcêntrico, cujas agressões ao planeta pôs em risco de extinção as diversas espécies de vida, condicionou as relações sociais e naturais à lógica do mercado, instituindo a competitividade e autodestruição como princípios prevaletentes, ao invés da preservação e da solidariedade, comprometendo a qualidade de vida na terra. (Op.Cit.p.17-18).

Há previsões catastróficas sobre a impossibilidade de reversão desse processo de violência e destruição, caso a humanidade não se reinvente e se aproprie de uma nova consciência, cujos princípios do cuidado, da solidariedade, do compartilhar vida e bens da natureza sejam a tônica. Preconiza-se, portanto, a união de forças e fontes de inspiração, um pacto entre homens e mulheres de valorização da alteridade que rompa com a lógica de dominação patriarcal e falocêntrica.

Nesse ponto, as discussões de gênero constituem estratégia de desmonte e abalo do status quo, conforme preconizam Muraro e Boff (2010,p.19-20):

[...] o desafio atual consiste em desmontar a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas principalmente as mulheres, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores e religiões, que levam a marca do antifeminismo e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão.

O patriarcalismo enquanto sistema construído pelo pensamento do homem branco e heterossexual, sempre esteve alicerçado no autoritarismo e na subalternização de certos grupos sociais, tais como, as mulheres, os negros, os homossexuais. Nascimento (2003, p. 65-76) enfatiza que a base ideológica fundante do preconceito racial contra os negros também se reproduz nas relações de gênero, pois que origina-se da concepção de existência de um “ser humano universal”, este masculino, branco e europeu, em oposição ao Outro “não homem”, “não-branco” e “não-ocidental”. Essa hierarquia racial tem suas raízes anteriores ao Século das Luzes, mas se fortalece com o cientificismo proliferado nesse período.

As teorias da hereditariedade conjugaram-se aos interesses colonialistas para definir os padrões de Humanidade que serviram de paradigma para classificar esse “Humano” em oposição a um “sub-humano”. Assim, o patriarcalismo, sustentáculo para o desenvolvimento capitalista burguês, classifica a mulher como segundo gênero, do mesmo modo que o etnocentrismo vê as demais raças como sub-raças:

Estabelecido o modelo do universal humano como masculino e branco, à medida que uma identidade se “desvia” desse padrão, distancia-se da condição humana. Desse modo o racismo e o patriarcalismo se cruzam numa dinâmica de interação e dependência mútua na desumanização desses grupos subordinados. [...] a crítica à dominação racial se entrelaça implicitamente com a crítica ao patriarcalismo. (NASCIMENTO, 2003, p. 68-69).

A Literatura enquanto constructo cultural, à luz das teorizações dos Estudos Culturais, Pós-Coloniais, Pós-Estruturalistas, Feministas e da Literatura Comparada vem desempenhando um importante papel político e ideológico, na medida em que esse campo de estudos se abre para o diálogo interdisciplinar, incluindo abordagens críticas revisionistas que interpelam o cânone e questionam as representações totalizantes e hegemônicas. Nesse sentido, Gomes (2013, p. 33) destaca que:

[...] trata-se de um sistema estético-cultural que tem suas particularidades, com conhecimentos diferentes que têm a função de desconcertar, incomodar, desorientar ou desnortear seus leitores, visto que pertence ao campo da subjetividade [...]mas para um ensino atualizado é preciso avançar além dessas características com um projeto de intervenção política nas aulas de literatura.

A crítica literária contemporânea alinha-se à crítica literária feminista e ao feminismo, este compreendido como pensamento social e político da diferença, para deslegitimar os sistemas representacionais hegemônicos da mulher na literatura canônica. Inicialmente, esses estudos denunciam e problematizam as formas tradicionais de representação da mulher, marcadamente estereotipada. Numa outra ótica, o feminismo crítico busca mapear a diversidade expressiva e subjetividades da autoria feminina (DUARTE, 2003).

A produção literária de autoria feminina no Brasil, a partir de 1980, busca desconstruir os esquemas representacionais ocidentais, deslocando a centralidade do sujeito, homem, branco, bem situado socialmente, voltando-se para “a re-escritura de trajetórias, imagens e desejos femininos”. (ZOLIN, 2009, p. 106).

A escrita de Conceição Evaristo insere-se numa vertente da Literatura Nacional caracterizada pelo discurso literário de representação étnica identitária afro-brasileira, que se origina da necessidade de organização política do/as escritores/as negros/as brasileiros/as que buscam dar resposta coletiva à problemática do preconceito e discriminação racial no Brasil, também manifestado no âmbito das Letras. (SOUZA, 2006).

A obra Ponciá Vicêncio (2003) instiga o aprofundamento de questões em torno das identidades afro-brasileiras femininas contemporâneas e das intersecções históricas, políticas e sociais daí decorrentes, pois traz na tessitura do discurso literário abertura para o diálogo interdisciplinar que atualiza o pensamento acadêmico contemporâneo. (HALL, 2000).

Compreendida como um contradiscurso literário e histórico, se apresenta como ação político-ideológica que se interpõe ao cânone e faz emergir um discurso histórico Outro, deslocando a centralidade da construção de uma historiografia hegemônica, masculina, burguesa e eurocêntrica, para atribuir valor aos sujeitos excluídos, dando-lhes voz e autorizando-os sujeitos enunciadorees da própria história, que desafia e desestabiliza a oficial.

Importa destacar as possibilidades de pensar a condição afrodescendente sob o olhar do determinante de gênero, pois, conforme nos alerta Nascimento (2003, p. 71): “O próprio movimento feminista nem sempre se caracterizou por uma consciência dos problemas específicos da mulher negra, conservando por muito tempo a face branca e de classe média da época de Du Bois”.

Eliza Larkin Nascimento afirma que a crítica ao universalismo ocidental hegemônico e a luta antirracista não pode prescindir da crítica às questões de gênero, que são parte integrante de um mesmo sistema de dominação. “[...] A questão racial e a de gênero, no seu inter-relacionamento,

dizem respeito à vivência real dos direitos humanos e da cidadania, e é nesse contexto que a abordagem teórica da identidade ganha sentido” (NASCIMENTO, 2003, p. 77).

A contestação da “Verdade” construída a partir da legitimação dos representantes do Poder encontra em Foucault (1998, p. 19) as bases teóricas para se pensar a escrita feminina afrodescendente de Conceição Evaristo como Outra verdade, que desloca, descentraliza e desconstrói o discurso hegemônico, na medida em que faz surgir do entrelace literário, onde linguagem, ficção, memória vivenciada e ativismo social tecem, em tom poético, a trama protagonizada por diversos personagens afro-brasileiros, um contradiscurso que interroga o absolutismo da narrativa literária e histórica canonizadas.

AVANÇOS DA PESQUISA

O processo de evolução da pesquisa prioriza a produção rumo à Qualificação e vem seguindo um planejamento proposto desde a concepção do projeto inicial. Sob a avaliação e intervenções necessárias do Orientador, prof. Dr. Carlos Magno Gomes, propusemos um sumário que vai aqui comentado. Consideramos pertinente organizar a dissertação em três capítulos, além da Introdução.

Na Introdução apresentamos a problematização do tema, justificando a escolha e delimitando o *corpus* de pesquisa, objetivos, hipóteses. Delineiam-se, também, os caminhos metodológicos adotados e o recorte teórico que fundamentam o trabalho. Insere-se nessa parte do texto o levantamento da fortuna crítica sobre as questões feministas e raciais oriunda dos estudos que tomaram a obra evaristiana por *locus* de investigação. É nesse espaço do trabalho que apresentamos a síntese de como foi concebido, demarcando cada capítulo, tópicos e sub-tópicos, de acordo com a formatação do texto.

No primeiro capítulo, sob o título “*Relações ideológicas do Patriarcado: questões de gênero e de raça*” discutiremos as relações simbióticas entre patriarcado, sexismo e racismo, em suas diversas configurações ideológicas. Para dar conta disso, dividimos esse capítulo em três tópicos, a saber: 1.1 “*O lugar do Pai: da tradição à oralidade*”, onde situaremos concepções, fundamentos históricos e ideológicos do paradigma patriarcal ocidental, a partir das formulações teóricas de Emanuel Castells (1999) e de Lia Zanotta Machado. Nesse tópico, também, apontaremos registros de oralidade como recurso estilístico e estratégia política de ruptura com o paradigma patriarcal, tendo Ong (1998), Zumthor (1993) e Amadou Hampaté Ba (1997) como fundamentação teórica.

Pretendemos situar o patriarcado em suas conexões com o projeto de colonização ocidental que implicaram nas concepções sexistas e racistas que fundamentaram o pensamento hegemônico

das sociedades modernas, buscando o aporte teórico do feminismo negro e do ecofeminismo para tais formulações. O tópico 1.2 – “*A desconstrução feminista*” busca compreender o movimento que, numa perspectiva feminista, vai sedimentando o olhar crítico, apontando novas saídas para a representação da mulher. O tópico 1.3 – “*O Feminismo e a luta pelo fim do preconceito racial*”, terceiro desse capítulo, subdivide-se em outros três sub-tópicos: 1.3.1– “*do essencialismo feminista à mobilização dos subalternizados*”; 1.3.2 – “*A Literatura como espaço de resistência feminista*” e 1.3.3 – “*Por um Feminismo negro*” .

Tratam, em suma, de como e porque o movimento feminista assume várias feições para incorporar questões de outros grupos subalternizados, inclusive da mulher negra, marcando posição diante de uma concepção hegemônica e essencialista de representação da mulher branca burguesa. Incorporam-se referenciais que embasam postulações do Feminismo Negro, quais sejam, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Jurema Wernek, Patrícia Hill Collins, Luiza Barrios , Matilde Ribeiro e Angela Davis.

O segundo capítulo intitulado *A Literatura Afro-brasileira como subversão ao patriarcado contemporâneo* subdivide-se em três tópicos: 2.1 – “*A Literatura Afro-brasileira: um contra-discurso etnofalocêntrico*”; 2.2 – “*Oralidade, Subjetividade e Plurivocidade na escrita literária afro-feminina*” e 2.3 – “*Escritoras negras: poética de resistência e afirmação afro-feminina brasileira*”.

Destaca a Literatura Afro-brasileira e sua potencialidade enquanto discurso crítico desconstrutor da centralidade etnocêntrica, falocêntrica e logocêntrica na cultura ocidental, tomando como exemplo a escrita de Conceição Evaristo, Miriam Alves, Carolina Maria de Jesus e Geni Guimarães. Evidencia-se como a escrita literária de mulheres negras brasileiras faz emergir outro paradigma que abala a estrutura enrijecida do poder patriarcal, também representado na escrita de mulheres e homens que compõem o cânone nacional e afirmam padrões do colonizador.

O terceiro capítulo sob o título *Ponciá Vicêncio: subversão desconstrutora do paradigma patriarcal* desenvolve-se também a partir de três tópicos que representam o ápice da pesquisa, pois trazem as análises dos dados que configuram o corpus e resultados do estudo. No sub-tópico 3.1– *Representações de gênero em Ponciá Vicêncio: inversões, reversões, deslocamentos*, busca-se compreender como o patriarcado assume configurações inusitadas na obra estudada, na medida em que os personagens homens do romance são deslocados e a cultura africana emerge sobrepondo-se ao paradigma hegemônico etnocêntrico. No sub-tópico 3.2 – *O espaço do feminino em Ponciá Vicêncio*, pretende-se investigar como as mulheres personagens do romance reinventam outros lugares e modos de ser, buscando alternativas e saídas para o feminino a partir da experiência racial. Por último, no sub-tópico 3.3 – *Elementos estruturais subversivos ao patriarcado em Ponciá Vicêncio*,

pretende-se perceber, nos meandros da tessitura literária evaristiana, mecanismos, formas discursivas e representações passíveis de interpretações subversoras ao paradigma patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas das mulheres em todo o mundo, contabilizadas a partir dos anos 60 do século passado, marcam uma longa trajetória histórica de lutas em busca de um tratamento igualitário em termos civis, políticos, sociais e culturais. As mulheres desse século veem muitas de suas reivindicações materializadas, graças à resistência contra a desigualdade, à discriminação, organizada pelos movimentos feministas em suas diversas formas de expressão, contribuindo para um posicionamento estratégico da mulher no espaço público, historicamente delimitado pelas redes de dominação patriarcais e falocêntricas.

Nascimento (2003, p.115-120) aponta para a desigualdade de tratamento da sociedade brasileira em relação às mulheres e especificamente para com as afrodescendentes. Verifica-se em dados do IBGE mais recentes a crescente ocupação pelas mulheres de espaços anteriormente reservados aos homens, na área educacional, no setor produtivo, na política, enfim, hoje poderíamos afirmar que não há âmbitos sociais e privados nos quais às mulheres seja impossível estar. No entanto, conforme Strey (2001, p. 10), a realidade das mulheres evidencia que essas conquistas “são mais aparentes do que substanciais.”

A imagem estereotipada da mulher como “o segundo sexo”, apropriando-nos das formulações de Simone de Beauvoir, ainda delimita a condição feminina ao poder determinista de uma sociedade machista, falocêntrica e patriarcal. As desigualdades entre homens e mulheres estão patentes na ocupação dos espaços de poder, para citar alguns exemplos, nos postos de mando da política, do mercado de trabalho, na academia, nos meios intelectuais, na mídia etc.

Além disso, o equívoco de considerar a identidade feminina como uma categoria fixa, generalista, em que o nascer mulher define e determina uma condição inegociável levou a se pensar que os avanços conquistados contemplariam equanimemente a todas as pessoas do sexo feminino.

Munanga (2006, p. 133) ao abordar a realidade feminina afro-descendente no Brasil atual chama a atenção acerca de que o fator étnico-racial acrescenta às mulheres afro-brasileiras impeditivos ao usufruto dessas conquistas, se comparadas às mulheres pertencentes a outros grupos étnicos, ou seja, o condicionante racial num país de racismo velado como o Brasil condena a população feminina de descendência africana ao duplo preconceito: de gênero e de raça.

Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista. (MUNANGA, 2006, p. 133).

Mesmo após quase dois séculos de abolida a escravidão, a representação da mulher negra na sociedade permanece marcada pelos estereótipos construídos ao longo de uma história que determinou aos negros e seus descendentes uma herança de inferiorização, submissão e exclusão. São as mulheres negras, em sua maioria, que ainda desempenham os papéis de menor prestígio na sociedade, alimentando uma concepção de feminino sob as bases do paradigma euro-etno-falocêntrico. A mulher negra do terceiro milênio continua, em sua maioria, desempenhando funções braçais, insalubres e pesadas, cuidando da casa e dos filhos de outras mulheres que ascendem socialmente.

O feminismo enquanto movimento teorizado cientificamente vem conquistando espaço no meio acadêmico ao longo dos últimos anos, todavia há que se intensificar o debate nas questões relacionadas à intersecção entre gênero e raça, com ênfase para a transitividade identitária da afrodescendência feminina, buscando compreender as implicações advindas da condição de ser mulher negra ou afro-brasileira no Brasil contemporâneo, temática pouco assistida pelo movimento feminista tradicional e pelo Movimento Negro, conforme atesta Munanga (2006, p. 133)

Assim, fazer do romance *Ponciá Vicêncio* mola propulsora para a produção de conhecimento acadêmico em torno da Crítica Cultural, sob o ponto de vista do feminismo contemporâneo posiciona o estudo no front por um compromisso intelectual com as transformações sociais necessárias à contemporaneidade e reafirma a visão foucaultiana acerca do papel desse intelectual. (Foucault, 1998, p. 42).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org.). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v. 3 n. 3, 1995, p. 458-463.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 1949. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERND, Zilé. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate)

- CARNEIRO, Sueli Identidade Feminina. *Cadernos Geledés*. São Paulo, n. 4 [Mulher Negra], p. 1-6. 1993.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003. Quadrimestral.
- CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In; *História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. MUNANGA, Kabengele (Org.), v. 1, Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* V. II. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista", Cebrap, 2013.
- COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos negros: uma antología*. España: Traficantes de Sueños, 2012. p. 99 - 134.
- DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil IN: *Estudos Avançados*. v. 17.n. 49, São Paulo, set/dez,2003.Disponível em :< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010
- BONNICI, Thomas. *Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais*. Maringá: Eduem, 2009.
- DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Grã Bretanha: The Women's Press, Ltda, 1982. Trad. Livre. Plataforma Gueto, 2013.
- DUARTE, Eduardo de Assis. O Bildungsroman afrobrasileiro de Conceição Evaristo. *Revista de Estudos Feministas*, v. 14. n. 1, Florianópolis, Jan./Abr. 2006
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Notas sobre a literatura brasileira Afro-descendente*. Belo Horizonte: Cronos Revista de História, 2002.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 15-37.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Ciências Sociais Hoje, 1984, p. 223-244.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In Madel Luz (Org.), *O Lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 146-87-106.
- GOMES, Carlos Magno. Ensino de Literatura: dos estudos de gênero a historiografia. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 22, 2013.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad.Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOOKS, bell. *Feminist Theory: from margin to center*. Boston and Brooklyn: South End Press Classics, 1984.
- MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: *Reunião brasileira para o progresso da ciência.. 52*, 2000. Brasília. Simpósio

- Relações de Gênero ou Patriarcado contemporâneo. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- MOREIRA, Osmar. *Um Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: Quarteto, 2010.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.
- MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino & Masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- RIBEIRO, Matilde. *Tornar-se negra*. Instituto Cajamar, nov /1995.
- SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.) *Poéticas da Diversidade*. Belo Horizonte: UFMG/FALE: Pós-Lit, 2002.
- SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Org). *Literatura Afro-brasileira*. Salvador: Ceao; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- TELES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*. Brasília: Brasiliense, 2003, p. 181.
- STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora B.; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela C. (Org.) *Construção e Perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- XAVIER, Elódia. *Declínio do Patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
- ZOLIN, Ipotesi, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105-116, jul./dez. 2009
- Richard, Nelly. Feminismo, experiencia y representación. *Revista Iberoamericana* 62. 176-177 (1996): 733-44. Print.

A VOZ POÉTICA NAS NARRATIVAS ORAIS: CICLO DO DEMÔNIO LOGRADO

Priscila Cardoso de Oliveira Silva (Pós-Crítica/Capes/UNEB)

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Félix (Pós-Crítica/UNEB)

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo compreender como a Voz Poética se apresenta, transita e transmuta no conto oral intitulado *Toca por pauta*, coletado e transcrito por Câmara Cascudo na coletânea *Contos Tradicionais do Brasil* (2001). Inicialmente, apresenta-se uma discussão acerca da importância da Tradição oral e a Performance poética e como estas reelaboram as experiências, vivências e os modos de vida, a partir dos estudos teóricos de Paul Zumthor (1985), Gyslaine (2005), Hampâté Bâ (1985). Por conseguinte, propõe-se à análise do conto cujas conclusões apontam para o fato de que a palavra poética, em seu processo de recriação, volta-se fundamentalmente para interioridade do ser humano, permitindo que a linguagem adquira novas significações ao expressar a realidade por formas abstratas e simbólicas.

Palavras-Chave: Cultura popular. Poéticas orais. Demônio logrado.

A tradição oral tem se perpetuado há milênios, atravessando todas as fronteiras de tempo e de espaço, asseverando sua potência e dinamicidade por meio de uma miríade de expressões da cultura popular. Via de regra, este processo ocorre principalmente por meio dos contos que, nas mais variadas formas de relatos e narrativas, registram, ao mesmo tempo em que reelaboram, os testemunhos da atividade espiritual e da experiência cotidiana do povo ou de um grupo em particular. Acerca dessa tradição formadora e transformadora da subjetividade humana, Jerusa Pires Ferreira considera que a tradição oral opera como “uma espécie de reserva conceitual, icônica, metafórica, lexical e sintática, que carrega a memória dos homens, sempre pronta a se repetir, e a se transformar, num movimento sem fim” (2003, p. 91).

Em certo sentido, pode-se afirmar que foi por meio do ato de relato de histórias, seja em verso, seja em prosa nas feiras, mercados, festas de rua, ou nas casas que se deu a “invenção do humano”. Hodiernamente, mesmo diante das transformações tecnológicas da modernidade, a tradição narrativa mantém-se visto que, nos quatro cantos do planeta, narradores ainda continuam recontando o que ouviram de seus ancestrais seja nas varandas das casas ou nas rodas de conversa. Declamadores passam para as crianças e jovens as diversas expressões da Tradição oral. Nela se perpetuam as experiências, as vivências e os modos de vida de uma comunidade, de um povo. Essas comunidades mantêm, por meio da oralidade, a transmissão da memória e dos saberes ancestrais sempre atualizados, em um círculo em que o passado se presentifica a cada recontagem, em cada recriação. Acerca dessa questão, Zumthor pondera que:

O que se conhece por tradição oral de um grupo social é formado por um conjunto de intercâmbios orais ligados a comportamentos mais ou menos codificados, cuja finalidade básica é manter a continuidade de uma determinada concepção de vida de uma experiência coletiva sem as quais o indivíduo estaria abandonado à sua solidão, talvez ao desespero. [...] nossa própria cultura- racional e tecnológica do fim do século XX está impregnada de tradições orais e sem elas dificilmente subsistiria (ZUMTHOR, 1985, p. 4).

As narrativas orais fazem parte do patrimônio imaterial da humanidade, não há povo sem narrativas, todas as classes sociais, etnias, grupos humanos carrega elementos que traduzem a tradição oral. Nossa sociedade está impregnada das tradições orais, a contemporaneidade cultiva valores socioculturais, religiosos, ideológicos e políticos de a tempos longevos. A essência da voz poética ressoa no cotidiano de cada pessoa, de cada sociedade.

Os mais velhos são os guardiões da memória do povo, e, portanto, cabe a eles a função de conservar e transmitir as próximas gerações essa riqueza imaterial. As histórias são narradas, sejam eles fatos reais ou fictícios, o importante é o ato da criação, a desempenho da ocasião. Ao contar o acontecimento, o narrador revive alguma experiência e assim, de forma envolvente, prende a atenção do ouvinte, pela riqueza de detalhes e o ar de mistério que circula todo o contexto desenvolvido. Esses mestres na arte de narrar, possuem habilidades muito singulares que são acionadas no momento da criação: a harmonia, a entonação da voz, gesticulação, as expressões faciais, tudo é muito particular e preciso, quase um ritual que tem como principal objetivo encantar o ouvinte, transmitindo-lhe um ensinamento.

A performance é a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida. Locutor, destinatário, e circunstâncias. [...] Na performance se redefinem os dois eixos da comunicação social: o que junta o locutor e o autor: e aquele em que se unem a situação e a tradição. Neste nível, a função da linguagem que Malinowski chamou “fática” realiza plenamente o seu jogo: jogo de aproximação, de abordagem e apelo, de provocação do Outro, de pedido, em si mesmo indiferente à produção de um sentido (ZUMTHOR, 1997, p. 33).

A performance aparece em todo momento narrado, ela é singular, é a presença do corpo, “é um texto vivo”. Não há algo pronto, pré-estabelecido, ato instantâneo da performance poética. O corpo se comunica com ação de contar, no momento em que a poesia toma os sentidos do poeta, a voz os gestos ganham amplitudes e tomam um universo de movimentos espontâneos, inéditos. Criando novos sentidos, significados abrindo espaço para uma comunicação fluida, motivada pela incapacidade de reprodução.

Não é qualquer pessoa que possui este dom, os contadores de histórias são protetores de tesouros feitos de palavras, que ensinam a compreender o mundo e a si mesmos. Eles semeiam sonhos e esperanças. São curiosamente chamados de “gente de maravilhas” (MATOS, 2005, p. 19). O

poeta narrador vai se apropriando de vários elementos da cultura para produzir sua poética. Nesse contexto, o indivíduo através da voz, materializa toda história da coletividade. Os textos orais narram relatos fantásticos, histórias com enredos criativos que aparecem todo tipo de animal, fantasma, mito, lenda, neles contêm toda sabedoria e conhecimento popular.

Assim constata-se que a poética oral é característica como uma forma de sobrevivência, (re)emergência de um antes, de um ontem, pois muitas práticas da vida social são explicadas através delas, ao ouvir um conto percebemos suas peculiaridades e influências dentre do cotidiano de toda e qualquer sociedade. A poética oral expressa crenças, valores, saberes preciosos que mantêm viva toda a tradição.

Outro elemento fundamental que compõe a poética oral é a memória, é nela que tudo se registra: os causos, os acontecimentos, as experiências sociais. A cada recontagem ela é acionada. Para Tomás de Aquino (*apud* Fausto Colombo, 1991, p. 90) “a memória é um componente de uma virtude cuja posse é necessária para salvação da alma; nela devem ser cuidadosamente custodiados apenas os conteúdos que permitam a salvação do homem”. Percebe-se a memória como uma concepção potenciadora, pois ela cria critérios seletivos, tais como, o esquecimento preventivo, que estão ligados a uma “sólida matriz de valores” (*ibidem*), assim, explica o autor que, trata-se de uma virtude quase teológica, única do homem, pois ele é capaz de confrontar com ela para retornar às “lembranças, mas também admoestações da tradição”. A riqueza dos detalhes, a temporalidade, tudo que é narrado fica guardado na memória dos narradores.

Nesse sentido, entendo que este tesouro permanente que comporta ancestralidade dos gigantes ocupa outro lugar na história, um lugar fluido, atemporal, onde ele pode assimilar/distanciar os fatos e conservar apenas o que deseja conservar, ele é livre para reconhecer a si mesmo. Isto é, a poética oral oferece atualmente, uma espécie de sabor total, ela é dinâmica, rica, ela é abrangente é absorvente e assim, produtora de um discurso emanado de uma continuidade sem fim.

TOCA POR PAUTA: PERFORMANCE E POESIA

Esse conto foi narrado por Ademar Vidal em João pessoa na Paraíba e registrado na coletânea *Contos Tradicionais do Brasil* por Luís da Câmara Cascudo, grande estudioso da etnografia brasileira. O conto pertence ao ciclo catequístico, assim como todos que fazem referência a figura satânica, no entanto, nesta obra ele se encontra classificado como Ciclo do Demônio Logrado: “Todos os contos ou disputa em que o Demônio intervém, perde a aposta e é derrotado, parece estabelecer o ciclo,

isto é a reunião de contos e lendas derredor de um único motivo: O demônio Logrado” (CASCUDO, 2001, p. 21).

Curioso é anotar a adaptação do Diabo ao canto e sua participação, noutras tradições, nas lutas da poesia de improviso, batendo-se com os mais famosos cantadores para ser inevitavelmente vencido, assim, descreve o pesquisador e folclorista Câmara Cascudo (2001, p. 281). Na sua empreiteira de pesquisas e coletas de narrativas, registrou alguns episódios em que descreve as pelejas entre o homem e o “coisa ruim”¹. Na Argentina, o famoso *payador* Santos Vega² foi derrotado num duelo poético, pelo demônio. O ter *pauta*, contrato com o Diabo para cantar bem ou tocar de maneira fabulosa uma viola, é frequente em narrativas do sertão brasileiro. Ainda, como efeito de comparação, Nuno Pereira³, no Rio de Janeiro, recolheu uma narrativa que conta a história de uma mulher que tocava uma viola e cantava possessa pelo Demônio. São inúmeras as versões que descrevem esses episódios e podem ser encontrados em territórios vastos.

O conto narra a história de um velho chamado Narciso, de mais de oitenta anos de idade, muito dedicado ao trabalho de pescaria. Certo tempo descobre que à noite os resultados são mais propícios e é durante suas tarefas noturnas que o Mestre Narciso começou a dar passagem, em seu pequeno barco, a um “personagem estranho”: um moço loiro de olhos azuis, que tocava um violão com apenas quatro cordas – faltavam as notas ré e dó.

Jamais seu Narciso havia tido coragem de dirigir a palavra ao estranho personagem e se acostumou à ilustre presença, em sua companhia. Certa noite, achou que não haveria mal algum em tentar conversa. Perguntou-lhe então, o porquê das faltas das notas *ré* e *dó* no instrumento. Essa pergunta abre o conflito da narrativa, pois o personagem de doce e amável se enfurece a ponto de sair larvas de fogo dos seus olhos.

Mesmo com a atitude negativa à pergunta, o pescador prosseguiu com seu propósito, o de esclarecer àquele enigma, então resolveu procurar um professor aposentado e ex-pescador, que o aconselhou a desafiar o rapaz misterioso a colocar a letra *C* antes das notas *ré* e *dó* formando a palavra *Credo*, por interseção de Nossa Senhora. Feito o que disse o professor e conselheiro, o fantasma desaparece definitivamente em águas ferventes que se abriram em pleno Oceano Atlântico, causando profundo arrependimento em Seu Narciso, ao perceber a perda do seu companheiro que tocava de forma esplendorosa.

¹ Câmara Cascudo. Vaqueiros e cantadores, págs. 312 e 314, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1930.

² Lehmann Nitsche, Santos Vega, 52-55 etc. Buenos Aires, 1917.

³ Nuno Pereira, Peregrino da América, Ed. Princeps, 1728, I, págs. 216-217, 6ª ed. Rio de Janeiro, 1939.

Ao analisarmos a narrativa, logo em suas primeiras linhas, percebemos traços marcantes que reforçam as marcas da tradição oral, como na seguinte passagem: “exatamente à noite é quando deve empregar maiores esforços e colher resultados positivos. Colher também ensinamentos para os quais se faz indispensável um bocado de sangue frio” (CASCUDO, 2001, p. 278). É com a experiência cotidiana que os ensinamentos são transmitidos. O labor, além de fonte de sustento é também o lugar de aproximação com o sobrenatural, em que o indivíduo se constitui enquanto sujeito seja individual ou coletivamente. Neste conto é a atividade de pescaria que suscita o espaço simbólico de aprendizagem, o mesmo ocorre na tradição Africana, as atividades humanas possuem um caráter sagrado ou oculto, principalmente aquelas que consistem em agir sobre a matéria e transformá-la, uma vez que tudo é considerado vivo. (HAMBÂTÉ BÂ, 1985, p.196).

Com um ar de mistério, o narrador vai conduzindo o leitor a penetrar no texto ao fazer uma descrição num tom de alerta, como se estivesse dando um conselho, e assim, fornecendo as pistas e indicativos do que deve ser de fato analisado: É pela palavra e pelo rito que o africano fecunda e transforma os dados materiais em realidades espirituais.

Pode-se destacar ainda, neste pequeno fragmento, os três elementos fundamentais que compõem toda a poesia oral: primeiro elemento é divertimento, pois a narrativa apresenta uma linguagem bem humorada, simples de fácil compreensão, muito próxima da oralidade, o que permite uma identificação imediata com o interlocutor - plateia; o segundo elemento está como suporte de ensinamento, pois na medida em que se ler (ou ouve) o leitor (ouvinte) vai incorporando ao seu modo de vida valores morais e sociais. Por fim, o terceiro é dito iniciático na medida em que o narrador está engajado na conquista e realização de si mesmo. Todavia, o eixo central da narrativa é a emblemática figura do demônio, embora suas características físicas fujam consideravelmente daquelas disseminadas pelo senso popular: ao invés de chifres, rabo de setas, aparência animalasca, cheiro de enxofre, temos a figura humanizada: moço, alourado, de olho azul, exigente, paciente, alegre, além de uma habilidade musical, pois toca um violão de forma esplêndida. Outro fator preponderante destacado na narrativa é que não faz mal a ninguém, subvertendo a ordem geral do discurso ocidental, neste caso ele faz bem.⁴ Jerusa Pires Ferreira (1994, p. 119) afirma, a partir de Lotman, que o Diabo é uma força cega, uma entropia dirigida objetivamente contra o homem por causa de sua fraqueza. E assim é aquele que contrapõe à cultura hegemônica, melhor dizendo, o Diabo produz novas possibilidades culturais.

⁴ Segundo Robert Muchenbled, existe uma categoria denominada demônios familiares, que são companheiros dos homens e não praticam o mal para aqueles com quem simpatizam, tornando-se uma espécie de espírito protetor. MUCHENBLED, Robert. Uma História do Diabo: séculos XII-XX. Rio de Janeiro: Bom Texto. 2001.

Mário Pontes (1979), em uma pequena obra intitulada *Doce como o Diabo*, discorre que o mal na cultura popular se apresenta de forma pura e esta quase pureza deve ao fato de que a poesia popular, ao explorar o tema, não tem necessidade de recorrer e de expressar o seu poder maléfico. Ao contrário do que se costuma afirmar, o logro do Diabo nos pactos fáusticos da poesia popular nordestina não significa uma vitória da ortodoxa religiosa; tampouco é apenas, como às vezes se propõe alternadamente, uma simples expressão da sagacidade camponesa, aliás, como se sabe, fenômeno universal. Primariamente é um sinal de desligamento com o sacral, que chega à região, ainda que com séculos de atraso.

Tais histórias narradas pela voz poética do contador indicam que o nordestino já não crê em uma figura do Diabo tão feia ou malévola como pintavam os padres da igreja Católica. Entretanto, esta recusa em aceitar a pavorosa imagem medieval do Diabo não é nem nova, nem exclusiva do nordestino; o folclore da Europa tem amplo compartimento ocupado por histórias de camponeses que negociavam com o Demônio e recorrem ao seu auxílio no conflito com outros seguimentos da sociedade.

O pacto neste conto se apresenta no título *toca por pauta*, pois o vocábulo *pauta*, tem significado ambíguo, na cultura ocidental significa tocar música erudita, já na cultura popular *pauta* significa pata, sua etimologia vem do latim: PACTUM, “fincado, fixado”, ou seja, seu Narciso teria tocado na pata do Diabo e, em troca, o pescador deve conduzi-lo, sem nunca questioná-lo, assegurando assim que sua pescaria seja boa, segura e farta. Já Gândara Lourenço (2009, p. 6) salienta que:

O pacto sempre aparece relacionado a Satã ou outro representante das forças do mal ou da suprema ordem cósmica, aparece como elemento deflagrador, é movido sempre por uma carência –de proteção, fortuna, mocidade, felicidade, saber etc,- problemas que não podem ser resolvidos na ordem social comum.

Então, o pobre faz um pacto com o diabo, símbolo maior da rebeldia e da desordem, abrindo um espaço de utopia; só fora da ordem cósmica cristã será possível usufruir o prazer de viver com o mínimo de condição humana. Esse elemento é perceptível em todas as narrativas do ciclo do Demônio Logrado, registradas por Câmara Cascudo.

Importante entender como os símbolos profanos e sacros circulam a narrativa de forma bem expressiva. No conto, a música é bastante significativa, ela encanta e protege quem a ouve: “Era um prazer ouvir-se a extraordinária habilidade do moço na execução de trechos conhecidos, que tomavam, ao contato de seus dedos mágicos, uma tonalidade suave, dulcíssima e que abrandava o gênio de quem estivesse por perto” (CASCUDO, 2001, p. 278). Esse contexto nos leva às antigas narrativas do período medieval, tratado nos contos maravilhosos. Nota-se uma carga poética muito

expressiva do texto, o leitor emerge no texto e extrai deste, um sentimento de prazer, proposto pela descrição do narrador em falar com tanto carisma da música que ouvia. Sobre essa questão, Zumthor explica que é:

Por isso, porque ela é encontro e confronto pessoal, a leitura é diálogo. A 'compreensão' que ela opera é fundamentalmente dialógica: meu corpo reage à materialidade do objeto, minha voz se mistura, virtualmente, à sua. Daí o 'prazer do texto'; desse texto ao qual eu confiro, por um instante, o dom de todos os poderes que chamo *eu*. "O dom, o prazer transcendem necessariamente a ordem informativa do discurso, que eles eliminam depois" (ZUMTHOR, 2014, p. 63).

O que há na passagem analisada é uma restituição da corporização do prazer poético, que exige do texto escrito, novas formas de leituras. No fragmento, há uma enunciação que a escrita faz questão de dissimular, mas na medida do seu prazer, o leitor passa a restituir a poesia que ali se aprisionara em forma de códigos, pois "ora, a leitura do texto poético é escuta de uma voz. O leitor, nessa e por essa escuta, refaz em corpo e em espírito o percurso traçado pela voz do poeta: do silêncio anterior até o objeto que lhe é dado, aqui, sobre a página" (*ibidem* p. 107).

Zumthor (2014) analisa que a voz poética pode ser compreendida hoje como o conjunto de caracteres que relacionam percepção e apreensão do tempo. Assim, a linguagem em sua função comunicativa e representativa insere-se no tempo biológico que ela manifesta e assume, no entanto, ela está sujeita a dissipar-se nele mesmo. O exercício poético se situa na extensão de um esforço pela emancipação da linguagem e conseqüentemente liberta o sujeito e suas emoções das amarras do tempo biológico.

As fórmulas encantatórias "Era uma coisa mesmo", "Era um prazer", "Era uma coisa de luxo", "Era um homem de bem", "Era dia", "era ir até o fim" (CASCUDO, 2001, p. 278-281), encontradas em Toca por pauta, fazem analogia às simples expressões: "Era uma vez", "Há muito tempo", dentre outras que abrem os contos, sejam eles em forma de relatos ou mesmo ao serem apropriados pela forma escrita, essas demonstrações já são suficientes para nos transportar a esse não "lugar", fora de tempo biológico, um espaço de criação poética, de potencialidade. Ao analisarmos o conto, identificamos que é da palavra que conseguimos compreender o mundo fantástico, de maravilhas e imprevistos que sutilmente nos remete para dentro de nós mesmos.

Outra passagem peculiar que nos possibilita vasta interpretação atende-se ao trecho a seguir:

[...] A curiosidade dava nisso. E, por outro lado: por que não se calara com o incidente e dele guardasse segredo? Mas não, nem se demorou, foi rente falar com o amigo professor tornando o caso quase público. Apresentava-se deste modo apenas uma saída que era ir até o fim. Era um homem de bem, não sabia mentir. Teria de aclarar tudo. (CASCUDO, 2001, p. 280)

Aqui, se destaca aquilo que o mestre Hambaté Bâ elabora acerca do compromisso com a verdade e em manter a palavra consigo mesmo em primeiro lugar. Seu Narciso poderia velar o acontecido, pois aparentemente só havia na embarcação ele e o fantasma tocador, mas, ao contrário, ele precisa esclarecer o evento, deve ir até o fim com seu propósito. Respeitar-se é compreender que seu testemunho vale tanto quanto vale ele mesmo.

Como já foi dito anteriormente, as narrativas sempre apresentam algo de utilitário que pode ser aplicado na vida diária, neste caso, o ensinamento proposto na figura do pescador é o do compromisso com a verdade. Em sentido amplo, esta passagem faz referência às antigas tradições em que a fala não pode ser utilizada de forma imprudente, assim, “se o tradicionalista ou “Conhecedor” é tão respeitado na África é porque ele respeita a si próprio. Disciplinado interiormente, uma vez que jamais deve mentir, é um homem “bem equilibrado”, mestre das forças que nele habitam. Ao seu redor as coisas se ordenam e as perturbações se aquietam” (HAMBATÊ BÂ, 1985, p. 190).

O autor remete à obrigação de respeitar a verdade mantida pelos tradicionalistas – doma, pois a tradição africana abomina a mentira: Nota-se que o conto perpetua elementos que compõem as tradições, principalmente aqueles em que há ligação entre o homem e o sagrado. Grande parte das interações situa-se a partir das ações do homem, principal agente da cadeia de transmissão. Nesta passagem percebe-se que seu Narciso retoma para sua concepção de vida, valores que são incorporados às tradições africanas, e evidencia que muitos contos orais revelam os mais altos testemunhos da atividade espiritual do povo.

Mais adiante se destaca o trecho em que a narrativa chega ao seu fastígio:

- Moço, se desse licença eu botava uma letra antes das duas cordas que faltam...
- Qual será?
- O C fica bem.
- Quem foi que te disse?
- Foi Nossa Senhora.

Mestre Narciso viu de repente o rapaz cair na água e esta ferver ao contato de seu corpo. A impressão do aço avermelhado e esverdeado pelo fogo entrando em águas profundas. Teve seu medo diante do temporal que se levantou em roda. As ondas cresceram e um barulho ensurdecido enchia os ouvidos. Perdera finalmente a companhia amável do fantasma só porque fora pela cabeça tona do professor. Acrescentara um *c* antes do *re* e *dó*. A consequência fora aquela desgraça. Chegou a sentir ódio depois que a serenidade voltou a reinar completamente. Amanhecia nas barras do horizonte que se preparava para o nascimento do sol. Rumou ao porto do Moinho e quando era dia cheio foi levar ao amigo o resultado de sua aventura (CASCUDO, 2001, p. 280).

Surpreendente perceber que é pelo movimento da voz que o acontecimento se produz, sobre os lábios se dilui uma ordem, um excesso de existência encontra a história e de maneira dissimulada, progressiva modifica as regras de sua própria língua. A todo instante existe um jogo entre voz e corpo que exteriorizam à própria inscrição do texto. Os eventos sobrenaturais decorrem a partir da enunciação da voz do Senhor Narciso, que se destaca através do diálogo expresso com o travessão: é preciso que se pronuncie a letra *C*, antes das notas *re* e *dó* e em seguida fala-se *Credo e Nossa Senhora* dito essas palavras, uma sucessão de acontecimentos se pronunciam, justamente em decorrência desta força, que emerge de um lugar interior e incerto que, bem ou mal, se materializa por meio da voz. Sobre essa questão, Ricoeur assinala que:

O ato ilocucionário exterioriza-se a si mesmo na frase, cuja estrutura interna pode identificar-se e reidentificar-se como sendo a mesma e que por conseguinte, se pode inscrever e preservar. Na medida que o ato ilocucionário se pode exteriorizar graças aos paradigmas e procedimentos gramaticais expressivos de sua “força”, pode também inscrever-se. Mas, na medida em que no discurso falado a força ilocucionária depende da mímica e dos gestos e dos aspectos não articulados no discurso, a que chamamos prosódia, deve reconhecer-se que a força ilocucionária é menos inscriteável do que o significado proposicional. Por fim, o ato perlocucionário é o aspecto do discurso que menos se pode inscrever [...] Caracteriza a linguagem falada mais do que o faz a linguagem escrita (RICOEUR, 1999, p. 29).

A leitura rasa do relato oral muitas vezes causa equívocos, pois existem forças, coisas e atos que não podem ser inscritos, são as entrelinhas que nos oferecem as interpretações possíveis. Podemos corroborar com o que descreve Paul Ricoeur quando analisamos as evidências descritas no fragmento, pois observa-se que na realidade ocorre um rito que culmina no afastamento definitivo entre pescador e o fantasma companheiro. As palavras, gestos, ações e reações, fizeram com que o diabo amigo fugisse sobre as águas ferventes.

O discurso não é o único meio que se evidencia, ao seu lado o corpo ocupa um lugar privilegiado, o corpo que fala e sente, nota-se nas sequências dos acontecimentos e nas descrições das manifestações das personagens: “A impressão do aço avermelhado e esverdeado pelo fogo entrando em águas profundas. *Teve seu medo* diante do temporal que se levantou em roda. As ondas cresceram e um barulho ensurdecido *enchia os ouvidos*” (CASCUDO, 2001, p. 280) demonstram que o ambiente também está em ação, juntamente com o ato vocal. Do corpo do pescador emerge sensações que acompanham suas palavras, o medo, a ansiedade, o incômodo com o barulho. Ao seu lado existe a presença do Diabo que manifesta sua fragilidade diante da força ilocucionária destinada a ele. Há uma terceira pessoa que é o pesquisador-intérprete, ele cria em seu imaginário seu próprio repertório, enquanto debruça-se sobre o texto é também presença e faz produzir sentidos. Então podemos destacar que temos uma situação de performance poética, já que é possível identificar os três elementos: narrador-interlocutor-circunstância presentes no aqui e

agora por meio do leitor, que ressignifica o texto poético na medida que também é uma de suas partes.

A performance é uma ação complexa, que envolve a linguagem dos corpos. Por meio da fala do velho pescador ou discurso dos corpos (Seu Narciso, O Diabo e o Leitor) o ciclo ritualístico vai se pronunciando, proporcionando um universo de situações em que todos os envolvidos neste jogo de voz e corpo são mobilizados. É preciso que tudo esteja em sintonia e que as palavras ditas sejam pronunciadas pela pessoa certa, no momento e lugar adequados. No caso do conto a palavra foi “*Credo*” - que significa creio, mas também pode ser compreendida popularmente pela expressão: para trás, repúdio- foi proferida como uma ordem, a entonação vocal é que determina a efetividade da situação. Frederico Fernandes (2002) diz que “as palavras atravessam a vida das pessoas e, como furacão, vão reconstruindo outros significantes”. Em seu nível mais profundo trata-se de uma palavra viva capaz de atribuir eficácia ao mundo, configurar a natureza e interligar o homem com as coisas.

A poética popular recria, volta-se para interioridade do ser humano e através da linguagem adquire nova significação ao expressar a realidade por formas abstratas e simbólicas.

REFERÊNCIAS

- CASCUDO, Luis da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 2001.
- COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Introdução: *Rizoma*. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7-37.
- ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*. São Paulo: UNESP, 2002.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é Memória. *Revista UPS*. São Paulo 24: 114-120. Dezembro/fevereiro 1994/95.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- HAMBATÉ BA, A. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Josef. (Org.). *História Geral da África*, v. 1. São Paulo: Ed. Ática, 1985.
- LOURENÇO Marise Gândara. O diabo que encanta. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 92, janeiro de 2009. disponível: <http://www.espacoacademico.com.br/92/92lourenco.pdf>. Acesso: 27 de julho de 2014.
- MATOS, Gislayne Avelar. *A palavra do contador de histórias: sua dimensão educativa na contemporaneidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIMENTEL, Altimar de Alencar. *Estórias do diabo*. Brasília: Thesaurus, 1995, P. 160.
- PONTES, Mário. *Doce como Diabo: o demônio, utopia e liberdade nordestina*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1999.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat, Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: HUCITEC, 2014.

O SABER DOS MICROEMPREENDEDORES(AS): (R)EPENSANDO OS SABERES ESTÉTICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS ACIONADOS PELOS MICROEMPREENDEDORES(AS) PARA MONTAR UM SALÃO DE BELEZA.

Raimundo Washington dos Santos

e-mail: admwashingtonsantos@yahoo.com.br

Orientadora: Suely Aldir Messeder

Resumo: O presente paper tem como proposta apresentar a necessidade de se investigar os saberes e as vivências acionadas pelos microempreendedores (as) para montar um salão de beleza na cidade de Alagoinhas – Bahia. Tomo como ponto de partida para a reflexão teórica os estudos de relações raciais, relações de gênero e o mundo do trabalho desenvolvido por Ângela Davis (2013) e Suely Carneiro (2009). Para entender as práticas econômicas no âmbito cultural, investiremos no conceito alternativo de *homo situs* e na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual (2010) e questões de estéticas corporais de Luciana Maia. O procedimento metodológico será quali-quantitativo com aplicação de questionários e entrevistas aprofundadas sobre a vida dos microempreendedores (as) sob perspectiva cultural. Com esta pesquisa espera-se identificar os saberes estéticos mobilizados por microempreendedoras (es), bem como redefinir um salão de beleza como um modo de produção cultural. Em suma, só uma perspectiva de crítica cultural pode repensar um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

Palavra chaves: Crítica cultural. Salão de beleza. Modos de produção. Relações de gênero.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda a questão do *saber dos microempreendedores/as*, tendo desempenhado papel importante na definição dessa investigação a vivência acadêmica e cotidiana por mim experienciada nesse município, permeada pelo contato com profissionais de salão de beleza, aqui grifo, sujeito empreendedor/a. Essas vivências não se chocam; explicam-se.

A entrada em 2014 como aluno regular do mestrado em crítica cultural pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, possibilitou-me maior compreensão da materialidade histórica, tanto pessoal quanto coletivamente, dos demais homens e mulheres que constituem a realidade na forma como seus saberes são trabalhados em consonância aos seus empreendimentos que não só de caráter econômico mas cultural a exemplo de saberes acionados na constituição de um salão de beleza, sejam eles estéticos, econômicos e de cultura. No ano de 2014 como mestrando da UNEB, inseri-me mais detidamente no cotidiano de homens e mulheres empreendedores e empreendedoras de salão de beleza do município de Alagoinhas, mais especificamente das mulheres negras. Busquei vivenciar e observar seu trabalho, os seus saberes culturais e as relações político-sociais travadas entre homens e mulheres, entre comunidade e poder público.

Nesse sentido buscou-se compreender como os saberes estéticos, econômicos e culturais promovem, acionam, contribuem e, portanto, são os alicerces para que sejam acionados pelos microempreendedores(as) na atividade de montarem o seu salão de beleza.

Esse espaço rico e cheio de itens diversos a serem analisados, pesquisados, compreendidos quando se pensa em crítica cultural, a saber, questões de estéticas, relações de racismo, raça, relações de gênero, mercado de trabalho, práticas econômicas em um ambiente cultural, itens que subsidiam o enriquecimento no desenvolvimento dessa dissertação, assim, percebe-se a necessidade de se repensar um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

Dessa forma, percebe-se dentro das relações de gênero que a participação da mulher negra na condição de empreendedora de salão de beleza à partir dos seus saberes acionados e mobilizados contribuem, também, numa perspectiva de crítica cultural podendo possibilitar o repensar de um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

A dimensão político e institucional é a base para a sustentabilidade, no momento em que as políticas públicas podem interferir em todas as dimensões e fortalecerem os processos de desenvolvimento regional sustentáveis.

De acordo com Zaoual (2010) a importância dessa dimensão para o novo homem (*homo situs*) está em valorizar o local, seu pertencimento e assim seu sítio simbólico, buscando não somente criar ou manter o pertencimento, mas também o de criar condições para este homem permanecer no seu local e onde estão suas raízes.

Informa ainda que os sítios simbólicos de pertencimento são espaços humanos onde as dimensões da sociedade podem se adequar, se adaptar e necessitam da sustentabilidade, por esta ser multidimensional e valorizar o ser humano e a natureza com igual importância para a continuidade da humanidade. O pertencimento do *homo situs* é o elo entre os sítios simbólicos e o desenvolvimento sustentável.

Reflete-se com isso a necessidade de ver a importância da mulher negra no mercado de trabalho como uma figura empreendedora, sujeito situado e de fala. Nesse sentido, pode-se crer que as três grandes revoluções da mulher foram: a chegada dos métodos contraceptivos; sua entrada na Universidade ou até mesmo na escola e seu engajamento no mercado de trabalho, baseado na arte dos seus microempreendimentos.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem moldando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira e sua presença no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Nas últimas décadas o movimento brasileiro de mulheres vem ganhando novas características e se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mentalidades, mostrando seu potencial e principalmente a sua força de trabalho em um cenário considerado machista, racista e sexista.

Este trabalho será apresentado da seguinte forma: na Introdução, buscou-se apresentar o tema O Saber dos Microempreendedores(as) e a perspectiva teórica a partir da qual a pesquisa se realizará. Ainda como parte da Introdução, será apresentada a justificativa do estudo, assim como o problema de pesquisa e seus objetivos geral e específicos.

No capítulo 2, trata-se de falar da Crítica Cultural e os modos de produção, relações e gêneros nos salões de beleza localizados no Bairro de Santa Terezinha na cidade de Alagoinhas. Em seguida, subtópicos falando de um olhar crítico sobre os modos de produção nos salões de beleza do bairro de Santa Terezinha, das relações de gêneros com seus possíveis diálogos.

Em seguida, o capítulo 3 traz a observação sobre os saberes econômicos mobilizados por microempreendedores(as), seguidos de subtópicos que buscam ainda dentro dos saberes econômicos, saber como e onde foram aprendidos tais saberes, e em sequência falar um pouco dos saberes sobre organização e gestão dos microempreendedores.

Em sequência, as conclusões, referências trabalhadas e apêndices que se fez uso.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

De início, é importante sinalizar que esta pesquisa que tem o título “O saber dos microempreendedores(as) a ser desenvolvida do projeto que enfatiza a questão do “(re)pensando os saberes estéticos, econômicos e culturais acionados pelos microempreendedores(as) para montar um salão de beleza”. É importante dizer, também, que observa-se a necessidade e preocupação em fazer um recorte para essa pesquisa do sujeito feminino negro para o entendimento da sua atuação mediante o tema proposto, e que ao mesmo tempo vai de acordo e em consonância aos propósitos do mestrado em crítica cultural na linha de pesquisa 2, a saber 1)Estudo de linguagens, 2)processos de letramento, a partir da perspectiva étnico-racial, de gênero, sexualidades, classe, considerando os sentidos de políticas públicas, deslocamentos e repercussões nas práticas educativas e na sociedade,

ao mesmo tempo, crendo-se ser serviente na articulação com a sociedade, com a ciência, com a tecnologia e trabalho.

Nesse sentido, quer-se compreender como os saberes adquiridos promovem, acionam, contribuem e, portanto, são os alicerces para que sejam acionados pelos microempreendedores(as) na atividade de montarem o seu salão de beleza.

Esse espaço rico e cheio de itens diversos a serem analisados, pesquisados, compreendidos quando se pensa em crítica cultural, a saber, questões de estéticas, relações de racismo, raça, relações de gênero, mercado de trabalho, práticas econômicas em um ambiente cultural, itens que subsidiam o enriquecimento no desenvolvimento desse trabalho, percebe-se a necessidade de se repensar um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

Para um ponto de partida de compreensão do tema é preciso ir ao passado e buscar entender o que é empreendedorismo, condição para a existência do empreendedor. Para empreendedorismo, encontra-se o conceito como algo muito subjetivo, todos parecem conhecer, mas não conseguem definir realmente o que seja. Essa subjetividade pode ser devido as diferentes concepções ainda não consolidadas sobre o assunto ou por se tratar de uma novidade, principalmente no Brasil. A ascensão do empreendedorismo vem paralelamente ao processo de privatização das grandes estatais e abertura do mercado interno para concorrência externa. Daí a grande importância de desenvolver empreendedores que ajudem o país no seu crescimento e gere possibilidade de trabalho, renda e maiores investimentos.

Tomando por referência Dornelas (2001) o autor faz um resgate histórico e identifica que a primeira definição de empreendedorismo é creditada a Marco Polo, sendo o empreendedor aquele que assume os riscos de forma ativa, físicos e emocionais, e o capitalista assume os riscos de forma passiva. Na Idade Média, o empreendedor deixa de assumir riscos e passa a gerenciar grandes projetos de produção principalmente com financiamento governamental. E no século XVII, surge a relação entre assumir riscos e o empreendedorismo. Bem como a criação do próprio termo empreendedorismo que diferencia o fornecedor do capital, capitalista, daquele que assume riscos, empreendedor. Mas somente no século XVIII, que capitalista e empreendedor foram completamente diferenciados, certamente em função do início da industrialização.

Com as mudanças históricas, o empreendedor ganhou novos conceitos, na verdade, são definições sob outros ângulos de visão sobre o mesmo tema, conforme Britto e Wever (2003, p. 17), “uma das primeiras definições da palavra empreendedor, foi elaborada no início do século XIX pelo economista francês J. B. Say, como aquele que “transfere recursos econômicos de um setor de

produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Já no século XX, tem-se a definição do economista moderno, de Joseph Schumpeter que esclarece que:

“o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais” (SCHUMPETER, 1949, *apud* DORNELAS, 2001, p. 37).

Contudo, parece que uma definição de empreendedor mais próxima da atualidade é de Dornelas (2001, p. 37) que informa estar baseada nas diversas definições vistas até então, onde “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”. Caracteriza a ação empreendedora em todas as suas etapas, ou seja, criar algo novo mediante a identificação de uma oportunidade, dedicação e persistência na atividade que se propõe a fazer para alcançar os objetivos pretendidos e ousadia para assumir os riscos que deverão ser calculados.

Baseado nas palavras de Dornelas e quando faz referência a oportunidades e aos riscos a serem calculados de um empreendimento, pode-se pensar nessa linha de raciocínio o mesmo quando se propõe um empreendimento de ordem crítico cultural quando numa relação de gêneros, sujeitos se propõe dar voz, pertencimento e significado a questão de estéticas culturais, econômicas e culturais esperando daí algum tipo de resultado, reação diversa da sociedade, um risco a ser calculado com dimensões diversas.

Davis (2013) coloca a questão da mulher negra na busca por sua história para que possam conhecer o seu papel enquanto mulher e negra e assim destruir a colonização da sua mente e construir de forma autodeterminada seus pensamentos e comportamentos (oportunidades que se constituem), começando por definir como se reconhece como mulher negra, e uma dessas formas é partir de uma ação estética cultural tendo como meio a criação de um salão de beleza como empreendimento, mas ao mesmo tempo, como um espaço estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico, o que provoca reações em uma sociedade como a nossa cheia de todo tipo de pré-conceitos e preconceitos, percebe-se aqui, entender os riscos oriundos dessas reações resultantes desse movimento empreendedor.

Isso leva a entender que toda ação iniciada tem seus riscos a serem percebidos mais adiante, mesmo em se tratando de empreendimento que se insere em contextos envolvendo saberes seja de estética, economia e cultura, esse último (cultura) bem esclarecido por Dolabella (1999): sabe-se que o empreendedorismo é um fenômeno cultural, e, é[...]fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas. Existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões, países. Na verdade aprende-se a ser empreendedor pela convivência com outros empreendedores [...] o

empreendedor aprende em um clima de emoção e é capaz de assimilar a experiência de terceiros. (DOLABELA, 1999, p. 31)

Para Dolabella (1999, p. 12), para se aprender a empreender, faz-se necessário um comportamento pró-ativo do indivíduo, o qual deve desejar “aprender a pensar e agir por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção”.

Baseado no entendimento do que trata o empreendedorismo e que esse proporciona as pessoas base de compreensão para a realização dos seus empreendimentos, nesse caso concreto e foco de estudo, um empreendimento de ordem cultural, nasce uma inquietação para esta pesquisa, a problemática que busca saber: “Qual o saber artístico que há nos conhecimentos dos microempreendedores/as do bairro de Santa Terezinha de Alagoinhas para montar um salão de beleza?”

Analisando o problema identificado e que se busca responder de forma a elucidá-lo, percebe-se com a fala de Hooks (2005) que numa cultura de dominação e antiintimidade, deve existir a arte do lutar diariamente por permanecer em contato consigo mesmo e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são os seus corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os seus corpos, participam de uma luta libertadora que libera a mente e o coração.

Diz ainda que, o cabelo do afrodescendente certamente é parte intrincada do perfil estético que compreende a identidade negra. A relação que cada um tem com seu cabelo é muito particular. O fato de saber ou não lidar com ele determina a forma como é aceito. Além disso, as possibilidades de informação que cada um tem e as experiências vividas desde a infância até a idade adulta fazem com que as pessoas criem diferentes conceitos sobre a forma como encaram seu cabelo e traços, descendentes das populações que vieram do continente africano. Há também que se considerar as noções de alteridade que cada um tem, que em geral causam um "despertar" para o reconhecimento de uma identidade própria, frente ao espelho e à sociedade.

O legado que se pretende entender étnico cultural, leva-se a buscar nas memórias presentes no imaginário do afrodescendente que são muito ricas em histórias, costumes e mitologias, que fazem continuar uma África além-Atlântico e outra reinventada aqui.

De acordo com Raul Lody:

Ao lado das culturas nativas, a cultura africana é especialmente importante na história dos países que foram escravocratas. É preciso considerar a influência africana nos conceitos estéticos dos colonizadores e a participação de sua cultura na formação da identidade dessas civilizações. (LODY, 2004, p.19)

Segundo o autor, na cultura africana, o corpo é um espaço de manifestação artística, especialmente a cabeça, de modo que, segundo LODY, R. "os cabelos e os penteados assumem para o africano e os afrodescendentes a importância de resgatar, pela estética, memórias ancestrais, memórias próximas, familiares e cotidianas." (2004, p. 65).

Como sugere a teoria dos sítios, segundo Zaoual (2010):

o homo situs é um "interpretador" da situação, ele o é no imediato e na dinâmica de sua situação. É o homem social, pensando e agindo em uma dada situação. E ele é tudo isso, veiculando o sentido do momento, aquele de sua situação com todo o peso do passado e da mudança que se impõe. É, portanto, no interior destas múltiplas contingências que ele exerce seu comportamento econômico. Assim, contrariamente ao homo oeconomicus, o homo situs é um homo comunicante com o seu meio. Ele é relacional antes de ser racional no sentido da teoria econômica. Neste sentido, o homo situs reencaixa o homo oeconomicus e liberta o homo sociologicus.

Evidentemente, o Homem permanece um "animal social complexo" (fórmula de Allan Gibbard, 1996, p. 87) e por isso, o homo situs não separa as dimensões de sua existência real que nós compartimentamos pelas nossas ciências acadêmicas. O homo situs é indisciplinado e evolutivo a despeito do habitus (Bourdieu) que seu meio lhe transmite por meio da socialização e das rotinas adquiridas. Esta margem de liberdade funda as especificidades da pessoa e sua capacidade criativa.

Nessa capacidade criativa é que se percebe a necessidade do resgate através dos saberes estéticos culturais a ratificação identitária dos microempreendedores (as) principalmente o sujeito negro feminino.

Considerando-se a visão do Ministério da Cultura, que defende que a cultura popular é a expressão mais legítima e espontânea de um povo. Ao mesmo tempo em que carrega em si elementos fundadores de uma cultura, resulta de um constante processo de transformações, assimilações e misturas. Ao assumir e reconhecer sua fundamental importância para a construção de uma identidade nacional que compreenda toda a diversidade das manifestações culturais, percebe-se um passo importante em direção ao fortalecimento de uma consciência cidadã.

No caso da cultura da arte de empreender um salão de beleza não como fator unicamente econômico, mas estético e cultural, percebe-se ser esta uma arte que além de ressaltar o orgulho étnico, tem um papel de fundamental na configuração social e econômica do local, pois deixa de ser apenas a cultura étnica popular, ensinada em casa e passa a ser profissão e forma de sustento para várias famílias e legitimação identitária.

De acordo com Carneiro (2010) pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

Diz ainda que, o esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão, principalmente no mercado de trabalho.

Dessa forma, percebe-se que a participação da mulher negra na condição de empreendedora de salão de beleza à partir dos seus saberes acionados e mobilizados contribuem, também, numa perspectiva de crítica cultural podendo possibilitar o repensar de um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico. A dimensão político e institucional é a base para a sustentabilidade, no momento em que as políticas públicas podem interferir em todas as dimensões e fortalecerem os processos de desenvolvimento regional sustentáveis.

De acordo com Zaoual (2010) a importância dessa dimensão para o novo homem (*homo situs*) está em valorizar o local, seu pertencimento e assim seu sítio simbólico, buscando não somente criar ou manter o pertencimento, mas também criar condições para este homem permanecer no seu local e onde estão suas raízes.

Informa ainda que os sítios simbólicos de pertencimento são espaços humanos onde as dimensões da sociedade podem se adequar, se adaptar e necessitam da sustentabilidade, por esta ser multidimensional e valorizar o ser humano e a natureza com igual importância para a continuidade da humanidade. O pertencimento do *homo situs* é o elo entre os sítios simbólicos e o desenvolvimento sustentável.

JUSTIFICATIVA

Construir coletiva e dialeticamente possibilidades históricas de mudança nos sistemas educativos considerando a diversidade cultural, os saberes locais e outras formas de desenvolvimento são desafios às sociedades da contemporaneidade. Denise Arnold (2008) apresenta críticas a modelos de desenvolvimento que focalizam apenas aspectos econômicos, e declara apoio à tendência atual denominada descolonização, que se opõe à visão de desenvolvimento imposta pelo modelo hegemônico europeu.

Assim, se outro desenvolvimento é possível, outra educação é igualmente possível, necessária e imprescindível. A busca de alternativas educativas perpassa, irrevogavelmente, por uma fundamentação intercultural à altura das exigências de diálogo e justiça cultural reivindicada por inúmeros sujeitos, principalmente aqueles que vivem nas fronteiras e em territórios em disputa ou contestados.

É compreensível, portanto, que nas últimas décadas tenha ocorrido um significativo aumento de grupos e movimentos que, de forma organizada e articulada, vêm buscando reconhecimento de suas identidades, emancipação e superação das condições marginais em que se encontram. Tais grupos enfrentam e questionam processos de exclusão e desigualdades a que foram submetidos historicamente, através da criação, incorporação e difusão de outras bases epistemológicas, e encontram na Interculturalidade, enquanto um paradigma emergente, a possibilidade de gestação de outras formas de relacionamento entre grupos socioculturais diferentes, abrindo perspectivas para novas concepções e práticas educacionais.

Diante de tantos conflitos, segregações, privações, preconceitos, discriminações, colonialismos e violências que marcaram a história de sujeitos diversos na sua formação, na sua identidade, na sua construção, urge um posicionamento crítico, ético e político empenhado em assegurar a dignidade humana e em propiciar relações alteritárias entre diferentes culturas, possibilitando a cada sujeito/grupo à liberdade de se desenvolverem autonomamente, enfrentando processos que forjam identidades e diferenças a partir de um único modelo padronizado de ser, pensar, falar, agir e viver.

Baseado nessa preocupação busca-se com o tema proposto possibilitar esse entendimento da necessidade de libertação, afirmação, reconstrução, identidade, preservação de hábitos, costumes, crenças, valores, princípios, principalmente o valor ético e moral através dos saberes sejam eles estéticos, econômicos, culturais de que os empreendedores e empreendedoras de salão de beleza acionam, reverberam, para que nesse espaço, em suma, numa perspectiva de crítica cultural possa se repensar um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A participação em leituras enquanto aluno especial no mestrado de crítica cultural e depois regular, participação em algumas atividades interdisciplinar em ambientes externo à instituição, estudo de disciplinas direcionadas ao curso como optativas e obrigatórias e mesmo de ensino

possibilitou a construção de uma base histórico-política para a elaboração do problema que consubstanciou a presente pesquisa, a saber:

“Qual o saber artístico que há nos conhecimentos dos microempreendedores/as do bairro de Santa Terezinha de Alagoinhas para montar um salão de beleza?”

Para o tratamento desse problema, os saberes analisados são considerados sociais por resultarem em conhecimentos que expressam a visão de mundo e de relações sociais, bem como o tipo de sociedade e de desenvolvimento para ela concebido, as formas de organização, a participação e a comunicação elaborados pela classe empreendedora como respostas alternativas às contradições impostas por uma parte considerável da sociedade.

Quanto à categoria hegemonia, compreende-se-la apoiados em Gramsci (2006), como o processo de disputa que as classes sociais travam no cotidiano das relações societárias, objetivando a materialização de seus projetos de homem, de sociedade, para o que mobilizam saberes com o intuito de assegurarem seus posicionamentos como os realmente necessários para o “bem” coletivo, o que pressupõe, a partir da lógica, a criação de um sistema de valores, conhecimentos, atitudes e habilidades voltados para a manutenção do status quo de dominação, no sentido de continuar com as condições adequadas para a obtenção permanente da mais-valia.

Por outro lado, parte-se da compreensão de que os empreendedores/as também constroem e/ou até reconfiguram valores, habilidades, estratégias e conhecimentos no contexto de construção de um projeto societário contra-hegemônico, voltado inicialmente para a resolução de problemas que lhes afetam o cotidiano, mas que tende a se expandir para a materialização de uma sociedade que não tome a extração da mais-valia como princípio e objetivação de sua existência.

É sob a ótica dos empreendedores/as de salão de beleza de Alagoinhas na Bahia, que analisou-se a configuração de saberes sociais de ordem estética, econômica e cultural como objetos de luta de classes e possíveis instauradores de uma consciência de classe em si diante das demandas da sociedade.

Entende-se, assim, que esses saberes, oriundos das relações sociopolíticas vivenciadas por esses sujeitos alfabetos ou analfabetos, letrados ou iletrados, resultam de um processo dialético de significação e/ou ressignificação de habilidades, conhecimentos, valores e atitudes objetivados a partir das contradições decorrentes das lutas travadas.

OBJETIVO GERAL

Compreender os saberes e vivências estético-culturais acionados pelos/as microempreendedores/as do bairro de Santa Terezinha para montar um salão de beleza

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os saberes estéticos, econômicos e culturais mobilizados por microempreendedores/as de Alagoinhas no bairro de Santa Terezinha

Entender como é feita a redefinição de um salão de beleza como um modo de produção cultural.

Construir o perfil dos microempreendedores/as de Alagoinhas no bairro de Santa Terezinha

METODOLOGIA

Para o procedimento metodológico a ser utilizado no desenvolvimento dos trabalhos para esta dissertação de mestrado, será quali-quantitativa com aplicação de questionários e entrevistas aprofundadas sobre a vida dos microempreendedores nos salões a serem pesquisados no bairro de Santa Terezinha (as) sob perspectiva cultural.

Tendo quatro fases, sendo que duas delas são superpostas entre si. Veja-se as descrições das fases:

FASE I

Tendo como objetivo selecionar os microempreendedores(as), onde serão realizadas reuniões com objetivo de apresentar a proposta do trabalho, convocar os/as microempreendedores(as) e realizar as entrevistas. Também, será feito um levantamento estatístico no bairro selecionado, considerando o número de habitantes e o número de estabelecimentos de microempresários registrados na Prefeitura e no Sebrae.

FASE II

Consiste na aplicação dos surveys cujo conteúdo nos revelará o espelho da história do estabelecimento, o funcionamento, a relação com os funcionários e/ou ajudantes e clientes, com

ênfase as relações raciais, de gênero, estética, etc. e o perfil do/a microempresário/a. Neste survey será acrescida a questão aberta sobre a representação da mulher negra nesta área de atuação. Aqui, deverá ser realizada uma consultoria com um estatístico ou um demógrafo para que a amostragem seja calculada como significativa neste bairro. Deverá ser contratado o serviço de digitação dos dados e uso de um software adequado para tabulação de dados que servirá também para a análise do discurso oriundo da FASE III.

FASE III

Neste período far-se-á a seleção do universo microempreendedores(as) a serem entrevistadas, cujos critérios serão amplamente debatidos e dependerá da análise dos dados recorrentes da fase anterior. As entrevistas consistem na biografia destas microempresárias. Cabe esclarecer que no decorrer da fase anterior e nesta fase será realizada a Observação Participante nos estabelecimentos, esta observação servirá também de subsidio para a formação dos critérios da seleção deste universo. Analise do resultado através da sistematização dos dados.

FASE IV

Consiste na divulgação do conhecimento produzido nesta pesquisa, que tem a ver diretamente com a produção da tecnologia social apreendida pelo *modus operandis* dos microempreendedores(as) baianos e em particular empreendedores/as de salão de beleza situados no Bairro de Santa Terezinha e articulada com o saber científico.

REFERENCIAS

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. *Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, n 49.2003.

DAVIS, Angela Yvonne. *Mulher, Raça e Classe*. Trad. Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

HOOKE, Bell. Alisando nosso Cabelo. *Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y Artista de Cuba*, janeiro-fevereiro de 2005. Trad. do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html

LODY, R. G. da M. *Cabelos de Axé: Identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004, p. 136.

Ministério da Cultura, em Seminário Nacional de Culturas Populares de 23 a 26/02/2005; Disponível em: http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/culturas_populares/seminario_naciona Acesso em 21/08/2014

ZAQUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. In: *revista OIKOS*. Rio de Janeiro, Volume 9, n. 1, 2010.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CURRÍCULO PARA ALÉM DA ESCOLA

Selma Maria Batista de Oliveira¹

Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima (Orientadora)²

Resumo: Neste texto apresentamos uma imagem da pesquisa de mestrado em Crítica Cultural que investiga a formação de professores/as de línguas e a educação das relações étnico-raciais. Através da pesquisa colaborativa com perfil etnográfico, ou endoetnografia, proposta por Macedo (2000), o estudo, em desenvolvimento, tem como lócus o CEEP - Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde e Gestão e o Colégio Estadual Luiz Viana Filho, sendo estas as duas principais unidades estaduais de ensino da cidade de Guanambi-Ba. Teoricamente, utilizamos algumas contribuições da linguística aplicada e dos estudos culturais, no intuito de compreender aspectos das relações étnico-raciais relacionados com a formação de professores/as de línguas, quais sejam importância do Continente Africano, participação dos negros/as na história do Brasil, mudanças na legislação educacional brasileira que têm como prerrogativa minar pensamentos e atitudes preconceituosos que circundam as temáticas voltadas à cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais. A imagem escolhida como foco de reflexão no presente texto refere-se à análise preliminar de registros acerca da relação pesquisadora/sujeitos pesquisados em sessões de observação de campo nas referidas escolas. Alguns registros demonstram receptividade e desejo dos educadores/as em relação à pesquisa, enquanto outros apontam para estranhamentos ocasionados, possivelmente, por resistência e desconforto em tratar de relações étnico-raciais, racismo, discriminação no contexto escolar.

Palavras-chave: Raça e Educação. Endoetnografia Escolar. Formação de Professores/as.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta uma imagem do andamento da pesquisa de mestrado em Crítica Cultural que investiga a formação de professores/as de línguas e a educação das relações étnico-raciais, que tem por objetivo geral dimensionar os resultados e as principais barreiras que dificultam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, focalizando a formação de professores/as e os deslocamentos da comunidade escolar frente aos movimentos curriculares necessários para atender ao que estabelece o eixo 2 (Política de formação para gestores e profissionais de educação) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Considerando que as Diretrizes estabelecem 6 eixos para plano de implementação das diretrizes curriculares para as relações étnico-raciais em educação, a saber: eixo 1 - Fortalecimento do marco legal; (2) Política de formação para gestores e profissionais de educação; (3) Política de material didático e paradidático;

¹ Mestranda em Crítica Cultural, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. Bolsista CAPES. E-mail: Selmamboliveira@hotmail.com

² Dra. em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: librianar@gmail.com

(4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; (5) Avaliação e Monitoramento 6) Condições institucionais.

Assim, Tendo em vista tal objetivo, temos as seguintes indagações: Como os/as professores/as de línguas tem se formado para trabalhar com as diretrizes e quais os desafios encontrados? Como estes/as professores/as pensam currículo e quais concepções de currículo são adotadas por eles/as? Houve movimentos curriculares pós lei 10.639/2003 e quais foram estes movimentos? Quais as mudanças ocorridas no Projeto Político Pedagógico – PPP, pós lei 10.639/03?

Buscando respostas para tais indagações, uma possível hipótese é: Seria o currículo em movimento para as relações étnico-raciais em educação um campo de potências capaz de empoderamentos, transvalorizações e de agenciamentos realizados dentro de uma cultura hegemônica?

Através da pesquisa colaborativa com perfil etnográfico, ou endoetnografia, proposta por Macedo (2000), o estudo, em desenvolvimento, tem como lócus o CEEP - Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde e Gestão e o Colégio Estadual Luiz Viana Filho, sendo estas as duas principais unidades estaduais de ensino da cidade de Guanambi-Ba. Teoricamente, utilizamos algumas contribuições da linguística aplicada e dos estudos culturais.

Sendo está uma imagem da pesquisa em andamento, a presente comunicação refere-se à análise preliminar de registros acerca da relação pesquisadora/sujeitos pesquisados em sessões de observação de campo nas referidas escolas, com uma diagnóstico parcial desses dados constantes no diário de bordo, bem como um breve cotejo de como pretende-se organizar o texto dissertativo final.

RESPINGOS HISTÓRICOS E CONTRIBUIÇÃO DOS AFRICANOS PARA HISTÓRIA DO BRASIL

Através de uma visão eurocêntrica que desconhecia o potencial das comunidades africanas, o mundo passou a conhecer a África, por meio dos mais diferentes estereótipos criados e que ainda perduram em nossas sociedades. Na tentativa de confirmar alguns dos estereótipos criados pelos europeus, vários trabalhos que visavam comprovar a incapacidade e inferioridade dos índios e dos negros foram desenvolvidos ao longo dos anos, trabalhos estes que citavam inclusive a bíblia como forma de obter respaldo para o mito de “superioridade das raças”, tais estudos faziam interpretações errôneas de passagens bíblicas, consolidando e perpetuando o racismo ao longo dos tempos.

Sant’Ana in Munanga (2005, p. 44-45), citando alguns trabalhos dos anos de 1510 e 1520 onde estes diziam que: “a própria ordem da natureza explica o fato de que alguns homens sejam livres e outros escravos. Esta distinção deveria existir no interesse mesmo daqueles que estão destinados

originalmente a comandar ou a obedecer”, o autor nos chama a atenção para uma passagem de um trabalho de 1520, no qual “nega que os ameríndios fossem descendentes de Eva e Adão”.

Tais trabalhos desenvolvidos por teólogos e intelectuais ligados à Igreja Católica Romana, desencadearam no século XV diversos debates e discussões a respeito da suposta “superioridade das raças” dentro da própria igreja, sendo necessárias em determinados momentos a intervenção de superiores, para que as falsas interpretações de passagens bíblicas não continuassem a ser perpetuadas, não que a igreja estivesse preocupada com a imagem do negro ou do índio, longe disto. Ainda de acordo com Sant’Ana (2005) “A questão chegou a um tal grau de confusão que o Vaticano emitiu em 1537 a Bula Papal Sublimus Deus, na qual reconhecia o caráter humano dos ameríndios e pedia que a sua liberdade e seus bens fossem respeitados”. Mas isto não foi o suficiente, pois a semente do racismo já havia sido lançada, os negros e índios continuaram sendo tratados como escravos, os conquistadores continuaram a explorar e escravizar cada vez mais, dando continuidade e manutenção ao tráfico de escravos, mantendo assim o que consideravam como supremacia da “raça branca” em detrimento da “raça negra”.

A captura dos negros africanos para o trabalho escravo se dava nas mais diversas formas, desde a captura por membros de comunidades rivais, onde estes entregavam os negros capturados para os traficantes europeus em troca de alguns produtos, até através da captura encomendada pelos conquistadores, porém sempre com o mesmo objetivo, ou seja, os negros capturados seriam usados nos mais diversos tipos de trabalhos em função dos interesses dos colonizadores, consolidando o tráfico negreiro.

Recebendo os mais variados tipos de maus tratos inimagináveis, os negros capturados eram encaminhados de acordo com a necessidade de mão-de-obra nas novas colônias, como o caso dos negros capturados e trazidos para o Brasil como escravos. Como afirma MATTOS:

Com porões superlotados de africanos, que se apertavam para conseguir dormir durante meses sobre o chão duro. Eles passavam quase todo o tempo acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões, costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários (MATTOS, 2007, p. 100).

Em detrimento das péssimas condições a que os negros africanos eram submetidos durante a travessia do Atlântico, muitos não resistiam e morriam na viagem que duravam meses. Devido às diversas perdas ocorridas durante as travessias, era necessário, para atender aos interesses dos colonizadores e fazendeiros, que um número cada vez maior de africanos fosse capturados para o trabalho escravo. Os traficantes abasteciam as cidades da América, com os escravizados como se estes fossem mercadorias, pois assim eram tratados os negros.

Alguns africanos mal chegavam e eram levados em comboio, em barcos ou a pé, em direção às cidades do interior ou comprados por tropeiros de São Paulo e Minas Gerais, configurando-se assim o tráfico interno de escravos. Outras localidades, [...], também eram abastecidas pelos comerciantes de escravos cariocas (MATTOS, 2007, p. 103).

Depois de muitos abusos e crueldades cometidos pelos traficantes, em 1830 foi proibido o tráfico de escravos africanos, o que não foi suficiente para impedir a ação dos traficantes, estes por sua vez, passaram a agir de forma clandestina vendendo os escravos muitas vezes à noite. Somente em 1950 é que o comércio de escravos pelo Atlântico foi proibido em definitivo, o que deu início ao comércio interno de escravos uma vez que os senhores de engenho estavam se desfazendo de parte dos seus escravos, pois a lavoura açucareira estava em crise, no mesmo período em que os cafeicultores necessitavam de mão-de-obra para o trabalho na lavoura de café, agricultura que estava em ascensão, dando assim a continuidade ao comércio de escravos.

Os escravos vendidos no comércio interno, chamados de ladinos – pois já estavam há algum tempo no Brasil e haviam se adaptado ao trabalho, aos costumes e à língua local – eram oferecidos à venda em casas de leilão, estabelecimentos comerciais e por meio de anúncios em jornais (MATTOS, 2007, p. 103).

Com a proibição do tráfico de escravos, estabelecido em tratado assinado por Portugal e Inglaterra, surge uma nova proposta para o negro africano. Onde este para conseguir sua emancipação e serem reexportados, deveria cumprir o período de 14 anos de serviços prestados, mas na maioria das vezes esses africanos “livres” passavam a ser usados/escravizados nos serviços públicos, ou eram alugados por particulares que pagam uma taxa anual ao governo o que não acrescentava nenhuma melhoria nas condições de vida e de trabalho dos negros africanos.

Nesses estabelecimentos públicos, os africanos livres dormiam, em geral, no seu local de trabalho, em quartos coletivos e em condições precárias, não muito diferentes das senzalas. Recebiam apenas uma troca de roupa por ano (MATTOS, 2002, p. 119).

Mesmo com tantos maus tratos os africanos e os afro-descendentes nascidos no Brasil não aceitavam as condições que lhes eram impostas, estavam sempre buscando formas de lutar e resistir ao sistema escravista. Sempre que possível o negro escravo buscava negociar com seus proprietários, mas em um sistema hierarquizado, como o existente no Brasil colonial, a negociação na maioria das vezes não era possível, sendo necessário o confronto entre escravos e senhores, que por vezes resultavam em tragédias. Dentre as mais diversas formas de reivindicar os seus direitos e reclamar diante da violência e das condições desumanas a que eram submetidos, os negros escravizados promoviam constantes rebeliões e fugas, se refugiam na mata fechada, se reuniam em grupos formando diversas aldeias ou quilombos, dentre os mais conhecidos esta o Quilombo de Palmares.

Dentre as diversas rebeliões promovidas pelos escravos no Brasil, podemos citar a Revolta dos Malês que aconteceu na Bahia em 1835, ocorrida a partir de articulações entre escravizados africanos provenientes de diferentes “nações”, mas que se organizaram, através das afinidades culturais, religiosas e dos anseios por melhores condições de vida em busca da tão sonhada liberdade.

Mas é preciso esclarecer que os negros não lutaram apenas em causas próprias ou individuais, prova disto é o fato de muitos negros que lutaram e sonharam com a liberdade, não chegaram a obtê-la, eles também lutaram pela conquista de nossa independência, defendendo as causas de negros e brancos, participando ativamente em lutas tais como a luta pela independência da Bahia, a Guerra do Paraguai, dentro outras, contribuindo e promovendo o desenvolvimento e emancipação política do Brasil. Desse modo, é possível que tenhamos uma pequena noção do quanto devemos aos africanos e seus descendentes.

No entanto, muito foi negado aos africanos e afro-descendentes nascidos nas terras do novo mundo, renegando sua história, explorando sua mão-de-obra, marginalizando-os socialmente, discriminando-os, dando lhes motivos para baixa da auto-estima, enfim não reconhecendo as contribuições da cultura africana na formação não só do Brasil, mas para toda humanidade. Conscientes da importância do papel do negro na nossa história vêm à tona as desmistificações de que não há uma “raça superior” e uma “raça inferior”, na verdade só existe uma única raça que é a “raça humana”, como coloca Appiah (1997). Nesse sentido, o que precisa ser evidenciado e despertado é o sentimento de valorização do negro, reconhecimento da contribuição histórica, em ações que abranja o âmbito social e escolar, desmistificando o sentimento de inferioridade que acompanham muitos dos afro-descendentes.

Após um longo período de lutas do movimento negro e de outras entidades empenhadas em defender os direitos dos afro-descendentes, reconhecendo sua importância na formação cultural do Brasil, algumas medidas foram tomadas, visando atender, ainda que em partes, as reivindicações destes movimentos. Partindo, *a priori*, da educação, por entender que esta é o centro de toda mudança e transformação social de um país que busca um desenvolvimento e ascensão, social política e econômica. Ao que parece as autoridades governamentais brasileiras finalmente parecem começar a entenderem que, não pode haver mudança e igualdade em um país onde impera a desigualdade social, sendo gritantes as diferenças padronizadas pelas classes, um país em que a educação é desigual, elitizadora e excludente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

O Brasil é um país de pluralidade cultural formada ao longo dos seus mais de quinhentos anos de história, em que a chegada maciça de imigrantes de diversas partes do mundo em seu território atribuiu uma riqueza peculiar à formação de sua sociedade. No entanto, nenhum dos povos que aqui chegou exerceu uma influência tão marcante para a consolidação de nossa cultura como os africanos escravizados. Muitos acreditam que as relações interpessoais sejam norteadas pela igualdade e harmonia, porém, outros crêem que pessoas brancas e negras possuem diferenças marcantes e que um sobressai ao outro.

Partindo do pressuposto de que o ser humano não nasce com uma bagagem de valores e sim que esses são aprendidos, fica óbvio concluirmos que o homem não nasce racista. Atitudes racistas são aprendidas através do meio, onde desde pequeno a criança repete o que viu e ouviu. Muitos brasileiros não se vêem como racistas, no entanto muitas vezes, reproduzem um comportamento racista que foi adquirido e repassado através do meio em que vivem. Isso nos mostra que a questão racial permeia em nosso meio e, muitas vezes, está camuflado sob a falsa afirmação da existência de uma democracia racial.

Ao longo da história do Brasil, negros e índios ocupam lugar de destaque no que se refere à discriminação. Sendo assim, é relevante tecer algumas considerações sobre as noções e conceitos de raça/racismo e preconceito. Muito se tem discutido sobre tais ideologias, movimentos sociais e grupos organizados, em parceria com o governo, tentam combatê-los em busca de uma sociedade livre e igualitária. Conceituando o racismo, preconceito e discriminação racial, Munanga (2005) afirma que:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olhos, etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. (p. 179, grifo meu)

O preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio [...] tende a se mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem (p.181, grifo meu).

A palavra “discriminar” significa distinguir, diferenciar, discernir. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito (p. 184, grifo meu).

Observa-se que há pouca diferença entre esses três conceitos, sendo significativa o fato de que a discriminação racial sempre implica a ação de segregação, distinção de outrem. Ela se alimenta do preconceito, sendo perpetuadas silenciosamente entre as pessoas, que vão repassando-as na família, vizinhança, amigos, escolas, igrejas e outros diversos espaços sociais. Além disso, a disseminação do

preconceito racial em nosso país tem revelado que existe um sistema racial que produz desigualdades na sociedade. Munanga (2005) enfatiza que quanto mais a sociedade como um todo negar a existência do racismo em nosso país, maior será sua propagação, que invadirá as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais.

O racismo é muitas vezes perpetuado diariamente em diversos espaços, é um comportamento negativo praticado na sociedade e também nos espaços educacionais. Ao mencionarmos o espaço escolar, nos referimos as atitudes e discursos discriminatórios, racistas adotados pela comunidade escolar e também presentes nos livros didáticos, discursos estes que muitas vezes são propagados em decorrência da herança histórica da nossa formação cultural de influencia eurocêntrica. Diversas pesquisas sobre discriminação étnica e racial na escola foram feitas ao longo da história e revelaram que nos últimas décadas o racismo contra o negro encontrar-se presente em nossa sociedade e está principalmente relacionado à cor da pele (MUNANGA, 2001).

Isso tem reflexos no meio educacional e compromete de forma significativa a educação escolar, sendo necessário um efetivo compromisso de toda a comunidade educacional para que se trabalhe a realidade de forma contextualizada, de modo que o aluno se sinta parte integrante da nossa sociedade e nela possa atuar como verdadeiro cidadão.

A sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relações à sua população. E decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos (LOPES apud MUNANGA, 2001, p. 185).

Combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e social não é uma tarefa fácil, muitos/as professores/as não sabem como proceder. A sociedade deve partir sempre do princípio de que todos somos iguais, independente da cor da pele, da cultura ou situação econômica, é preciso compreender e respeitar as diferenças entre as pessoas e valorizar sua cultura.

ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E OS AVANÇOS A PARTIR DE 2003

O discurso de que a educação é o caminho para mudança e desenvolvimento de uma nação não é recente, mas nunca se falou tanto em educação como meio de promover crescimento e igualdade social como se tem falado nos últimos anos, no Brasil. A crescente valorização de tal temática justifica-se ao passo em que se vislumbra, com maior clareza, a importância do papel das escolas na consolidação dos pensamentos e ideias em um determinado meio social.

No Brasil, o direito à igualdade plena é assistido através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde fica claramente evidenciado no seu Artigo 5º “Todos são iguais

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, mesmo sendo o direito à igualdade garantido por lei, vê-se claramente que tal igualdade não acontece de fato, uma vez que muitos dos direitos sociais também garantidos pela mesma constituição são negligenciados na prática. Ainda na constituição o artigo. 6º diz que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Sabemos que esta igualdade, principalmente no que diz respeito à educação foi e ainda é negada a grande parte da população, já que nem todos têm acesso à educação e quando têm esta, muitas vezes, esta não é de qualidade, o que dificulta a formação do cidadão em potencial, pois não promove o pleno desenvolvimento do senso crítico.

Por muito tempo as escolas foram os principais meios de disseminação da discriminação e preconceito, promovendo o aumento da exclusão, onde as populações marginalizadas sofreram muitas dificuldades de acesso e permanência, principalmente a população negra e afro-descendente, que sofre mais severamente, submetido ao racismo e preconceito que se perpetuou ao longo da história do Brasil e por séculos ocultou a importância e a contribuição do povo africano na formação do país, manchando sua imagem enquanto reproduziam diversos estereótipos a respeito da imagem de seus ancestrais.

Os estereótipos, a representação parcial e minimizada da realidade, conduzem o estereotipado, em grande parte, à auto-rejeição, à construção de uma baixa auto-estima, à rejeição a seu assemelhado, conduzindo-o a procura dos valores representados como universais, na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e inferiorização (MUNANGA. 2000, p. 30).

Em decorrência das lutas de diversos movimentos do povo negro e afro-descendente, finalmente algumas ações são tomadas com o objetivo de reparar e devolver, ao menos um pouco do que tiramos dos povos africanos e afro-descendentes, desde o processo de colonização até os dias atuais. Após tantas negligências e desrespeito à cultura Africana e dos afro-descendentes, pressionado pela comunidade civil e pelos movimentos que lutam em prol dos direitos dos negros, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona e coloca em vigor em 09 de janeiro de 2003, a lei 10.639, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), 9394 de 20 de dezembro de 1996, incluindo nesta os artigos 26-A, 79-A e 79-B, tornando obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo como conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Como objetivos a Lei 10.639/03, propõe um repensar das relações étnico-raciais e sociais,

pautada em uma proposta pedagógica eficaz com melhores condições e procedimentos de ensino que atenda aos objetivos da educação a ser oferecida pela escola.

Dando sequência às Ações Afirmativas, o Governo Federal criou de acordo com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), através da qual o governo federal, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira, instituindo a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotar políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. Como é observável em trechos da fala do próprio Presidente da República

Essa situação injusta e cruel de discriminação é produto da nossa história, da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social, mas também é resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-las (BRASIL, discurso do presidente da república, 2003).

Assim, a Seppir, no cumprimento de sua missão, considera importante estabelecer parcerias para o cumprimento desse desafio, que é, de uma vez por todas, combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira.

Em 18 de maio de 2004, o MEC homologa o parecer 03/2204 do Conselho Pleno do CNE (Conselho Nacional de Educação) de 10 de março de 2004 aprovando o projeto de resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Desencadeando assim, diversos debates sobre o tema e a importância da capacitação e aperfeiçoamento continuado dos profissionais que atuam e que deverão trabalhar o conteúdo programático estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, de acordo com o § 2º, Art. 26A, Lei 9.394/1996, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras.

Neste sentido, muitas críticas são feitas à lei quanto ao veto do artigo 79-A, que limita a atuação do Movimento Negro quanto à participação nos cursos de capacitação para professores, considerando ser os militantes deste os principais responsáveis por este avanço na luta contra a exclusão do negro, a justificativa para o veto do artigo 79-A, esta calcada na própria LDB 9394/96,

uma vez que esta não prevê cursos de capacitação para professores, o que pode ser considerado como matéria estranha à própria lei 9394/96. O que nos chama a atenção para o fato de ser tais cursos contados como carga horária onde o professor não teria prejuízos na sua remuneração, evidenciando uma maior preocupação com o erário do que com a própria formação do docente que será revertido em uma educação de melhor qualidade. E como coloca DIAS (2004) precisamos estar atentos para que esta (Lei) não se torne uma tentativa cessar as constantes cobranças dos ativistas sociais.

A Lei nº 10.639/03 apresentada de imediato teve como função precípua responder a antigas reivindicações do Movimento Negro ou distraí-lo com novas preocupações, principalmente com a implantação da mesma. Com isso o governo consegue o intento de não ser pressionado de imediato por este segmento da sociedade que ao meu ver poderia causar constrangimentos ao início da gestão Lula. Parece que a estratégia foi acertada, mas não impediu que as pressões internas e externas impedissem a criação do prometido órgão responsável por promoção de igualdade racial no país. Cria-se na estrutura de governo a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no dia 21 de março de 2003, data em que se comemora o dia internacional contra a discriminação racial (DIAS in Revista Espaço Acadêmico nº38, 2004).

Mesmo sendo responsabilidade do estado favorecer e estimular políticas públicas de reparação, buscando atender o que esta determinado na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Vemos assim, que bases legais para a inclusão daqueles que estão à margem da sociedade não falta e mais uma vez nos deparamos diante de mais uma oportunidade de consolidar as mudanças necessárias na prática educacional, desta vez a nível nacional o que torna o desafio ainda maior, mas ao mesmo tempo dá-nos a oportunidade de efetivar mudanças sólidas que permitirão o rompimento das desigualdades e injustiças de bases preconceituosas que sempre privilegiou uma pequena parcela da população brasileira.

É necessário que haja uma (re)significação no campo educacional, onde possa ser oferecida uma educação sem discriminação, que promova a igualdade racial não seria uma educação com viés unitário para a promoção da auto-estima a crianças negras. O objetivo não é o negro, apenas, e sim a sociedade brasileira. Em sala de aula o foco volta-se para o tipo de relações que se estabelecem na escola entre crianças negras e não negras. É preciso superar a forma de como se vem representando o negro, porque quando se trabalha história e cultura afro-brasileira não se pode falar da história do negro no Brasil separada da história do Brasil. A história e cultura afro-brasileira é uma história do Brasil com a população negra, em lugar de destaque, já que esta deu significativa contribuição na formação do nosso país.

Mas quando se fala em miscigenação na teoria social do Brasil a linguagem adquire um tom de eufemismo para o embranquecimento, o que acaba por desqualificar a cultura negra.

Assimilação dos valores culturais dos brancos pelos negros [...] produziu dentro da ideologia colonial, o negro instruído na escola do colonizador toma pouco a pouco conhecimento da inferioridade forjada pelo branco. Sua consciência entra em crise. Graças a uma série de mecanismos de pressão psicológica e outras astúcias, sua alienação deixa de ser teórica. Ele se convence de que o único remédio para curar sua inferioridade, a salvação, estaria na assimilação dos valores culturais do branco superpotente. Essa fase de absorção do branco pelo negro é chamada de embraquecimento cultural (MUNANGA, 1988, p. 6).

Assim, precisamos nesta nova perspectiva, de um ensino que se detenha cuidadosamente sobre as questões das relações sociais entre escravizados africanos e brasileiros no século XIX e sobre a situação dos afro-descendentes na atualidade. Neste sentido, caberá ao professor/a adequar-se a estratégias que visem investigar como a história da África veio trazer elementos humanos para a formação da nacionalidade brasileira. Partir de um ponto de vista em que os africanos não foram apenas sobreviventes e sim re-criadores, protagonistas de uma interação profunda e intensa na vida colonial de negros e brancos.

Dentre os entraves encontrados para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, esta a falta de informação e formação do docente especifica quanto à nova proposta de ensino; desconhecimento dos dispositivos legais e falta de incentivo por parte das autoridades governamentais as quais compete viabilizar meios para sua execução. As mudanças propostas contemplam todos os níveis e modalidades de ensino, como reza as próprias Diretrizes Curriculares (2004):

Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar: Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis – estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino – de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana (DIRETRIZES CURRICULARES, 2004, p. 23).

Neste sentido, as unidades de ensino para se adequar às novas necessidades educacionais, terão em primeira instância que adequar o Projeto Político Pedagógico (PPP) que orienta as atividades pedagógicas da escola, conseqüentemente reformulando o currículo escolar, não se trata apenas de mudar o foco da educação, mas ampliar este para que questões relativas à diversidade cultural, racial, social brasileira sejam consideradas no âmbito educacional, para que todos possam

tornar-se cidadãos atuantes numa sociedade multicultural e pluriétnica como a sociedade brasileira, que até então esteve pautada e norteadada por princípios etnocêntricos de raízes europeia.

Desse modo, o compromisso de promover uma sociedade mais justa e igualitária não pode ser uma tarefa apenas dos professores/as, nem tão pouco realizar-se somente no âmbito escolar, este por sua vez, exige um comprometimento solidário das várias instâncias da sociedade, visto que, cada um dos brasileiros tem uma dívida secular para com os descendentes dos negros africanos e demais povos, a exemplo dos índios, que contribuíram para a formação da nação brasileira tão rica em diversidade cultural.

NOÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE LÍNGUA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI-BA

Um dos grandes desafios que o processo educacional brasileiro enfrenta em nossos dias é o de proporcionar um melhor ensino-aprendizagem nas instituições escolares, desafio este que se esbarra nas tendências da globalização neo-liberal, no tradicional modelo positivista de ensino, na falta de investimentos por parte dos governos, dentre outros. Com o objetivo de construir o conhecimento ao invés de simplesmente transmiti-lo, o sistema educacional passa a atribuir novos papéis aos integrantes desse processo, em especial ao professor/a que passa de interlocutor a mediador do conhecimento.

Assim sendo, o compromisso de promover uma sociedade mais justa e igualitária não pode ser uma tarefa apenas dos/as professores/as, nem tão pouco realizar-se somente no âmbito escolar, este por sua vez, exige um comprometimento solidário das várias instâncias da sociedade, visto que, cada um de nós (brasileiros) tem uma dívida secular para com os descendentes dos negros africanos e demais povos que contribuíram para a formação da nação brasileira tão rica em diversidade cultural.

Para Tomaz Tadeu da Silva (1995) “para que se entenda profundamente o dinamismo entre os diversos componentes de uma unidade escolar é necessário que se identifiquem os elementos agentes do seu currículo uma vez que esse está centralmente envolvido na produção do social”. Por essa perspectiva, a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos, preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade, veiculados socialmente.

Considerando que agregados aos currículos escolares existem fundamentais relações entre cultura e poder, e partindo do pressuposto de que as unidades educacionais sirvam como

perpetuadoras da cultura dominante entende-se o por que a cultura das minorias, ou outras não ligadas à da “dominador”, são tratadas como periféricas. A esse respeito, voltamos nossos olhares para a cultura africana trazida pelos escravizados ao Brasil que não encontra, dentro das instituições educacionais, um ambiente fértil para que propague seu conteúdo e valor.

O estudo da temática objetiva um maior aprofundamento das questões que possibilitam pensar uma educação que não empobrece a racionalidade com narrativas da certeza, mas que potencializa a criação, a invenção, a diferença, a variação e outras formas de (co)existir nas relações entre toda comunidade escolar. Eliane Cavalleiro ressalta que “Aos poucos é possível perceber a ausência de questionamentos sobre a diversidade étnica no cotidiano escolar, quer por parte das professoras, quer por parte da coordenação pedagógica e da direção escolar, o que sinaliza o despreparo e o desinteresse da escola para lidar com essa questão” (CAVALLEIRO, 2000, p. 54).

Vivemos em um país no qual as questões raciais e os preconceitos estão presentes em quase todos os meios, principalmente nas escolas que são espaços reprodutores das diferenças (de forma tanto positiva quanto negativa). Neste estudo, o interesse se volta para as unidades educacionais públicas estaduais, objetivando dimensionar os resultados e as principais barreiras que dificultam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, focalizando a formação de professores/as e os deslocamentos da comunidade escolar frente aos movimentos curriculares necessários para contemplar os 6 eixos do plano de implementação das diretrizes curriculares para as relações étnico-raciais em educação.

Tendo em vista tal objetivo, surgem as seguintes indagações, a saber: Como os/as professores/as de línguas tem se formado para trabalhar com as diretrizes e quais os desafios encontrados? Como estes/as professores/as pensam currículo e quais concepções de currículo são adotadas por eles/as? Houve movimentos curriculares pós lei 10.639/2003 e quais foram estes movimentos? Quais as mudanças ocorridas no Projeto Político Pedagógico – PPP? Buscando respostas para tais indagações, apresenta-se como hipótese: Seria o currículo em movimento para as relações étnico-raciais em educação um campo de potências capaz de empoderamentos, transvalorizações e de agenciamentos realizados dentro de uma cultura hegemônica?

Através de pesquisa colaborativa com perfil etnográfico, que tem uma inclinação para o que Roberto Sidnei Macedo (2000) chama de endoetnografia, utilizando questionários, entrevistas semi-estruturadas, diário de bordo e grupos de discussões, o estudo, em desenvolvimento, tem como lócus o CEEP - Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde e Gestão e o Colégio Estadual Luiz Viana Filho, sendo estas as duas principais unidades estaduais de ensino da cidade de Guanambi-Ba.

Ambas as unidades acolhem clientela variada, geralmente oriunda de escolas públicas, compõe o corpus da pesquisa o grupo de professores/as com formação em línguas. Assim, ao delimitar a pesquisa para a formação de professores/as de línguas, estamos direcionado o estudo para o eixo 2 (Política de formação para gestores e profissionais de educação) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A partir da noção de linguística aplicada indisciplinar, concernente à inserção e a constituição dos sujeitos nos espaços sociais e culturais de Moita Lopes (2006), da noção de cultura de Bhabha (1998); passando por Tomaz Tadeu da Silva (1995; 1999; 2007; 2012), com as teorias do currículo, desenvolvendo estudos que registram as preocupações das teorias críticas e pós-críticas com as conexões entre saber, identidade e poder; Stuart Hall (2005; 2003), com os estudos de crítica cultural e a abordagem sobre identidade negra; Gomes e Silva (2006), com as experiências étnico-raciais para formação de professores; Maria Nazaré Lima (2012), com a noção de escola plural e a formação de professores/as para as relações étnico-raciais; Deleuze (1988), a partir da concepção filosófica da diferença; Moore (2007) com as discussões sobre racismo no contexto social.

Desse modo, Teoricamente utilizamos algumas contribuições da linguística aplicada e dos estudos culturais no intuito de compreender aspectos das relações étnico-raciais relacionados com a formação de professores/as de línguas, a importância do Continente Africano, participação dos negros/as na história do Brasil, as mudanças na legislação educacional brasileira que têm como prerrogativa minar pensamentos e atitudes preconceituosos que circundam as temáticas voltadas à cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais (o Marco Legal, com a lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Para o Ensino de História e cultura Afro- brasileira e africana, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes).

Sendo está uma imagem da pesquisa, com análise preliminar de dados acerca da relação pesquisadora/sujeitos pesquisados em sessões de observação de campo nas referidas escolas, alguns registros demonstram receptividade e desejo dos educadores/as em relação à pesquisa, enquanto outros apontam para estranhamentos ocasionados, possivelmente, por resistência e desconforto em tratar de relações étnico-raciais, racismo, discriminação no contexto escolar.

Durante a pesquisa de campo, tenho percebido situações bem curiosas e desconfortáveis, a exemplo do ocorrido no primeiro contato com as escolas, sendo perceptível em um das escolas o interesse e receptividade da pesquisa, enquanto que na outra escola, foi explícito o desconforto com a temática da pesquisa e com a “obrigação” em aceitar que o estudo fosse ali desenvolvido, isso, sobretudo por parte da gestão. Neste primeiro contato foi possível observar que a temática da

pesquisa gerou certos estranhamentos ocasionados, possivelmente, por resistência e desconforto em tratar de relações étnico-raciais, racismo, discriminação no contexto escolar. No entanto, ainda não podemos afirmar ser este o motivo, já que a análise dos dados obtidos em campo ainda não foi concluída, o que poderá ser confirmado ou não ao final da pesquisa e análise dos dados coletados.

A partir dos dados obtidos em campo e dos estudos teórico, pretende-se apresentar o texto dissertativo em quatro capítulos, onde no primeiro capítulo, apresentaremos considerações sobre o Racismo, Preconceito e Discriminação socialmente vinculados, conceitos e posturas que se constituíram em estereótipos que ajudaram a perpetuar os processos de exclusão desencadeados no Brasil e alimentados de diversas formas na atualidade e a entrada do negro no contexto escolar.

No segundo capítulo, discutiremos sobre as concepções de currículo pós-colonial e a formação de professores/as para as relações étnico-raciais considerando a necessidade de efetivação de um currículo que atente e valorize a diversidade cultural brasileira, bem como a importância da integração escola e sociedade.

Já no terceiro capítulo, destacamos as alterações ocorridas na legislação educacional brasileira a partir de 2003, algumas ações resultantes das lutas da comunidade civil e militantes dos movimentos negros, visando reconhecimento e valorização das contribuições dos negros (africanos e afro-descendentes) na formação do Brasil.

No último capítulo, faremos uma análise do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de Guanambi. Abordamos informações coletadas na pesquisa de campo, com o objetivo de expor as impressões e resultados de como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dimensionando os movimentos curriculares pós Lei 10.639/03, com foco na formação de professores de línguas e suas principais contribuições e entraves encontrados na prática dessa nova proposta de ensino.

Cabe, portanto, ressaltar que a proposta de organização do texto dissertativo apresentada no momento poderá sofrer alterações de acordo o andamento da pesquisa e da escrita da dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para qualquer mente que impere um mínimo de racionalidade é inadmissível considerar que características biológicas de um ser humano determinem o grau de seu caráter e intelecto. Do mesmo modo, é indigesta a ideia de que em pleno século XXI existam indivíduos que assumam uma postura de cunho positivista, alimentando a ideia da existência de um Darwinismo Social

principalmente em ambientes educacionais. Como dever primordial dos educadores/as, é incabível que um professor/a se cale diante dos preconceitos e discriminações raciais que se manifestam a suas barbas. Estes devem no cumprimento de seu papel de educador/a construir práticas pedagógicas e estratégias de promoção de igualdade racial no cotidiano da sala de aula.

A complexidade dessa nova necessidade educacional encontra apoio nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, que fornece ao profissional da educação alternativas para que se possa realizar um trabalho satisfatório contornando os problemas pedagógicos. É importante que se ressalte que as Diretrizes em si não proporcionam um modelo estrutural a ser seguido, constituindo ferramentas para que o professor/a desenvolva uma melhor estratégia de abordagem, de acordo com suas reflexões e observações, a serem tomadas em determinados contextos.

Dessa forma, a partir de um modelo educacional para o aluno pluricultural, capaz de reconhecer a diversidade cultural e étnica dos indivíduos que compõem uma escola, é possível trabalhar com uma ótica diferenciada acerca do aluno, vendo-o como pessoa carregada de experiências e particularidades e não somente como mero ouvinte. Associando os saberes sociais adquiridos, a ênfase na realidade na qual esse discente está inserido ganha destaque com a valorização e utilização de suas experiências.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. trad Vera Ribeiro— Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10.01.2003.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*, temas transversais, V. 10. Brasília: SEF, 2000.

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC-SECAD, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana*. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC-SECAD/SEPPIR /INEP, 2004.

- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad. de Luiz B. L. Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (org.) (2011). *Experiências étnico-culturais para formação de professores*, 3 ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MATTOS, Rejane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MACEDO, Roberto Sidnei. *A etnopesquisa crítica e multirreferenciada nas ciências humanas e na educação*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2 ed, Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1998.
- MUNANGA, Kabengele(Org.). *Superando o Racismo na Escola*. 3 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (2007). *Documentos de Identidade: uma introdução às Teorias do Currículo*. 2 ed. 11 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SILVA, Tomas Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

NARRATIVAS DE PROFESSORAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: A CONFIGURAÇÃO DO MÉTODO

Sheila Rodrigues dos Santos (UNEB/Bolsista Capes)¹

Orientador: Prof^a Dr^a. Patrícia Kátia da Costa Pina

Resumo: O método da história oral de vida é um dos desdobramentos de uma pesquisa qualitativa, a qual tem como enfoque a narrativa do conjunto de experiências de vida de três professoras egressas do curso de letras UNEB/Campus II, que narram seus processos formativos na transição de sujeito-leitor a professora-leitora. Este artigo se sustenta por fazer uma reflexão em torno do que venha a ser este percurso metodológico, sistematizado no Brasil pelo historiador José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), com o intuito futuro de interpretar as narrativas dessas professoras egressas, na interface com a história oral e a memória, sendo que a narrativa se constitui/constituíra como um dispositivo investigativo de formação identitária docente. A preocupação de parte significativa dos estudos fundamentados da história oral de vida tem como foco a apreensão dos significados, motivações, emoções e valores para elucidar atitudes, comportamentos, representações e práticas sociais. Um lembrar que se constituiu por imagens formadas a partir do que é oferecido no presente, é contextual, não é apenas retomar ao passado, mas imaginar esse passado a partir do que estamos vivenciando.

Palavras-chave: História Oral. Pesquisa. Memória. Narrativas docentes.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O trabalho que ora é apresentado tem como propósito fazer uma breve discussão em torno da metodologia (até então delimitada) da pesquisa intitulada *Leituras de professoras de Língua Portuguesa*, um estudo do método com o intuito futuro que se desencadeará nas análises e interpretações das narrativas de professoras egressas do curso de Letras da UNEB/Campus II na interface com a história oral e a memória, na qual a narrativa se constituirá como um dispositivo investigativo de formação identitária docente. O mesmo aborda a natureza da pesquisa qualitativa, discorrendo pelo método da história oral, que se defini aqui na modalidade da história oral de vida (a narrativa do conjunto de experiências de vida), permeado pelo método (auto)biográfico, usando como instrumento de coleta de dados as entrevistas narrativas, uma ação na qual permite ao entrevistado narrar a sua trajetória de vida e da sua formação, a partir de diversos fatos e experiências vividas na trajetória de vida do sujeito, como: lembranças, memórias e representações.

A história oral de vida pode revelar a trajetória pessoal e profissional, conseqüentemente processos de formação docente inicial e continuada. Para maior enriquecimento do suporte teórico, a fim de obter resultados coletados através das entrevistas narrativas, os dados analisados servirão de suporte para compreender como as práticas de leituras vivenciadas pelos sujeitos professores formado pelo Campus II têm contribuído para a formação do professor leitor.

¹ Mestranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas- Bahia, Linha de Pesquisa 2: Letramento, identidades e formação de educadores. Endereço eletrônico: sheiladigues@hotmail.com.

De acordo com Meihy (2005) a História Oral se distingue em três modalidades: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Os dois últimos gêneros não serão abordados nesse artigo, mas de modo geral referem-se, respectivamente, a um estudo que pretende compreender uma temática específica, definida como foco central, é um estudo muito próximo da etnografia, que busca detalhar o cotidiano de um grupo, os seus mitos, rituais e visão de mundo, dando ênfase à história e a práticas sociais de comunidades específicas e a sua cadeia de transmissão.

Sendo assim, escolha dessa metodologia se constitui pelo fato da oralidade (a narrativa) ter ganhado espaço nos contextos acadêmico, pois com os Estudos Culturais, a distância entre conhecimento cotidiano e conhecimento escolar/acadêmico, tem-se suas fronteiras desestabilizadas, causando assim algumas fissuras que possibilitou/possibilita o diálogo entre esses dois campos de produção de conhecimento. Assim, a oralidade como fonte de pesquisa vem ganhando força, principalmente, entre os que a aceitam como expressão de realidades vividas por pessoas, ou grupos de pessoas de diferentes culturas e, particularmente pelos grupos que não têm a sua história registrada pelos meios oficiais. É na verdade um lembrar que se constituiu por imagens formadas a partir do que é oferecido no presente, é contextual, não é apenas retomar ao passado, mas imaginar esse passado a partir do que estamos vivenciando.

OS CAMINHOS DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA ENQUANTO PERCURSO METODOLÓGICO

O conceito de história oral com um método em uma pesquisa, só é considerado modernamente, se considerada decorrente de um projeto que reconheça sua intenção e determine os procedimentos. Segundo Meihy (2005) de início a história oral combinou duas funções complementares: a de registrar e divulgar experiências relevantes e a de estabelecer ligações com o meio urbano que consumia as entrevistas, promovendo assim um incentivo para a história local e imediata.

Neste momento, por volta dos anos 70 do sec. XX, as áreas de conhecimentos se fundamentavam na concepção positivista, e é a partir dos 70 do sec. XX que os estudos qualitativos ganham uma dimensão maior no cenário educacional com o intuito de dar respostas aos estudos que até o momento ainda estavam presos à concepção positivista de conhecimento, uma vez que essa concepção analisa sob os mesmos princípios os estudos das ciências humanas e das ciências naturais. Com base nesse pensamento de não mais avaliar os estudos humanos conforme os estudos naturais e físicos novas propostas surgiram e a grande dicotomia entre estudos qualitativos – quantitativos deu espaço para outras possibilidades de pesquisa, como os estudos antropológicos, as questões sociais, apontados por Meihy (2005, p. 14):

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, especialmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes, imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias (MEIHY, 2005, p. 14).

A pesquisa qualitativa/social nesta perspectiva nos possibilita analisar o sujeito por um ângulo etnográfico, antropológico, epistemológico, nos proporciona uma série de caminhos que podem ser percorridos com o intuito de compreender este sujeito que é social, “é um campo em que, independentemente das várias tradições disciplinares, diferentes linhas de trabalho têm encontrado em território para o diálogo sobre maneiras de abordagem entrevistas e espaço de troca de experiências” (MEIHY, 2005, p. 48).

Assim, a história oral tem se constituído como um desafio dos historiadores, sociólogos e antropólogos ao propor a reconstituição de histórias de vida, ou outro testemunho, utilizando a história oral.

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que a privilegiam como atenção central dos estudos. Trata-se de focalizar os depoimentos com o ponto central das análises. Para ser valorizada metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolha das entrevistas, no processamento delas, na passagem do oral para o escrito e nos resultados (MEIHY, 2005, p. 31).

Deste modo, entende-se que a preocupação de parte significativa dos estudos fundamentados da história oral de vida tenha como foco a apreensão dos significados, motivações, emoções e valores para elucidar atitudes, comportamentos e práticas sociais. Se constituindo um dos métodos que compõem o campo mais amplo da pesquisa qualitativa e mais especificamente da história oral.

Em termos gerais uma pesquisa constitui um trabalho em processo que não é totalmente controlável ou previsível no qual se adota uma metodologia, que nada mais é que a escolha de um caminho pelo qual a pesquisa trilhou. Este percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa, deste modo precisamos, então, não somente de regras e sim de criatividade e imaginação.

Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Uma pesquisa científica é, portanto, a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas “consagradas” pela metodologia científica, entendida como um conjunto de etapas ordenadamente dispostas a levar o pesquisador a vencer na investigação de determinado fenômeno.

E dentro deste conjunto metodológico há os seguintes elementos: o tema, o planejamento da investigação, o desenvolvimento metodológico, a coleta e a tabulação de dados, a análise dos

resultados, a elaboração das conclusões e a divulgação de resultado, um estudo que segundo Minayo (2001, p. 59).

[...] caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas.

A pesquisa social é uma atividade da ciência social, na qual as suas proposições e construções da realidade vinculam pensamento com ação em qualquer pesquisa que tenha um aparato teórico para que seja esclarecida levantando algumas questões referentes ao objeto investigado. Metodologicamente Minayo (2001) afirma que são concepções teóricas, conjunto de técnicas que possibilitem a construção de realidade e o potencial criativo do investigador, elaborando novos critérios e aperfeiçoando metodologias direcionadas ao seu objeto que é histórico e específico, levando a um sentido intelectual e investigativo aos grupos sociais e suas ações enfatizando a relação entre sujeito e objeto considerada também uma abordagem qualitativa.

Deste modo, o método da história oral de vida por ser um desdobramento da pesquisa qualitativa, apresenta um conjunto de procedimentos que conforme Meihy (2005) se inicia com a elaboração de um projeto, instrumento norteador que ajuda a planejar o trabalho de pesquisa, o delineamento da proposta a ser desenvolvida, sua fundamentação teórica e justificativa, a entrevista em colaboração e a passagem do código oral para o escrito. De acordo com Meihy (2005), a história oral é um tipo de procedimento premeditado, de produção de conhecimento, que se faz pelo envolvimento de um entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação.

História oral é um conjunto de procedimento que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento (MEIHY, 2005, p. 29).

Nesta abordagem metodológica, o pesquisador colhe dados específicos dos sujeitos envolvidos e analisa de uma maneira totalmente indutiva, pois o seu foco da pesquisa está em interpretar as situações vivenciadas pelos sujeitos colaboradores. A história oral de vida recobre a narrativas e relatos - sobre um fenômeno, um acontecimento ou um período de tempo - colhidos por meio de estudo documental, depoimentos e entrevistas (gravadas em áudio e/ou vídeo) as quais podem ser trabalhadas por meio de diversos procedimentos e técnicas.

Pereira (2013) conceitua este método como uma técnica que promove o registro fidedigno das falas dos colaboradores, que por sua vez traz a tona suas vivências pessoal, familiar e sócio histórica. “As histórias de vida narradas se edificam à medida que trazem à tona lembranças, episódios e cenas guardadas, mas que passam a ser rememoradas no tempo presente” (PEREIRA, 2013, p. 22).

De tal modo, o ato de lembrar é semanticamente um ato de conta uma história – transmissão de experiências do passado, herança dos seus ancestrais, o que faz necessariamente um apelo a sua memória e a trabalhar para dar inteligibilidade à experiência e para ressignificar o vivido, sendo assim partimos da compreensão de que a narrativa ressignifica a história, por meio da memória, contada de forma oral ou escrita. “O “momento da narrativa” é o que presentifica toda a história evocada, essa fase implica o resultado da articulação lógica dos fatos encadeados no “tempo antigo”, no “tempo dos acontecimentos””. (MEIHY 2005, p. 37).

A relação da memória com a história é por si só uma relação imbricada, o ato de rememorar implica refletir e ressignificar a nossa história, o vivido é mais uma vez reconstituído, “a memória reconstrói lembranças de lugares, de pessoas e de práticas sociais como um velho álbum de família, cujos retratos permitem reconstruir o ontem, o antes de ontem e o antes de antes de ontem” (LACERDA, 2003, p. 27).

De acordo com Marina Maluf, o trabalho de rememoração “é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas”. A memorialista organiza o passado – reencontrado pelo desejo de lembrar -, e ‘procura atribuir sentidos aos fragmentos rememorados numa tentativa de “abraçar o passado” ou de “abarcando toda uma vida”. A narradora descreve suas vivências particulares na perspectiva presente e por isso se apóia em “fórmulas verbais para acomodar o passado, tanto para si quanto para o leitor”, num trabalho intenso e marcado pelas limitações e possibilidades no uso da memória. (LACERDA, 2003, p. 59).

Assim, a memória é definida pelos estudiosos como uma arte, construída como um mosaico, os fragmentos e os detalhes que são lembrados, rememorados, esquecidos, ou apenas silenciados. A memória enquanto evocação do passado nos possibilita a transmissão do vivido por meio das narrativas, se constituindo o centro do método da história oral de vida. Vale ressaltar que neste percurso metodológico os silêncios, os esquecimentos, as reiteraões, a linguagem não verbal, devem ser considerados, uma vez que ao narrar, o narrador relata o que considera relevante, já que a memória é seletiva, modificando assim a história, pois a mesma está sendo criada a partir da sua vivência.

[...] a seleção do material. Este é o âmbito do que poderíamos chamar de ativação preventiva do esquecimento (cf. Bottinelli-Colombo, 1983): trata-se, de fato, de decidir, diante de um conjunto de dados, eventos ou informações, quais devem ser privilegiados e quais devem ser abandonados ao possível cancelamento. (COLOMBO, p.89).

A questão da seletividade presente na memória e de como o sujeito se apropria desta característica se fundamenta na maioria das vezes em abortar experiências dolorosas, pouco relevantes, elementos indesejáveis. Por outro lado também, ao possibilita ao colaborador uma nova versão dos relatos.

Por esta noção, as memórias quando particularizadas terá as referências do sujeito colaborador, e a tessituras dos relatos dos diversos colaboradores constituirão a memória coletiva.

Considera-se a história oral de vida como “biografia”, “relato de vida”, “relato biográfico” e até mesmo, o fato de o narrador contar, falar de si. Segundo Meihy (2005, p.147), “a história oral de vida tem sido uma das formas mais cultivadas do gênero”, trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. (SANTOS, 2008, p. 28-29).

É nesta perspectiva que discorro o próximo tópico, o quanto é relevante as narrativas de professores de Língua Portuguesa para uma pesquisa pautada no método da história oral, uma vez que o ato de narrar está em nossa essência assim com a ação de viver, do contar histórias que vivenciamos dia a dia nos mais diversos espaço sociais.

E de acordo com Pereira (2013) a partir da tessitura entre história oral e memória, o/a narrador/a traz para o seu texto oral as lembranças, e a partir desta constituem as imagens que foram vividas outrora de um modo individual e coletivo, imagens essas carregadas de saberes reflexivos, e concomitante ao seu relato transmiti esses ensinamentos experienciados no passado.

AS NARRATIVAS DOCENTE

Os estudos autobiográficos têm sido utilizados no campo educacional com o intuito de se analisar a formação contínua de professores, o processo de constituição identitária de docentes recém-formados, e em formação continuada, no entanto as narrativas de vidas são instrumentos de formação, que podem ou não estar aliados a uma pesquisa.

A partir do momento que se dá o direito à fala dos professores há um reconhecimento da pessoa do professor, e, conseqüentemente, da valorização das suas experiências vividas tanto na sua vida profissional como pessoal. E a partir daí é possível compreender a identidade que esse sujeito construiu e esta constituindo:

Assim, as professoras através de suas vozes autorais e pelo exercício de (re) ver, dizer e narrar suas vidas e suas práticas profissionais, re-significam experiências a partir de outras formas de ler-pensar-teorizar o vivido: ‘traduzir uma experiência em uma história talvez seja o ato mais fundamental da compreensão humana’. (PÉREZ, 2006, p. 180).

O trabalho com narrativas das professoras nos possibilitará analisar as suas histórias por vários vieses, compreender o sujeito que está se narrando como pessoa, professor e sujeito de suas ações, dono de si e profissional. Nas narrativas as professoras colaboradoras narram seus processos formativos que se constituem em histórias vivas, carregadas de emoções, sentimentos e decepções.

Entre saberes misturados com sentimentos, percebemos como as marcas vividas nas suas trajetórias vão construindo identidade como afirma Josso (2007, p. 415):

Trabalhar as questões da identidade, expressões de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das histórias de vida escritas, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida.

As histórias de vidas, ou a narrativa (auto)biográfica de professoras se constitui em um método que nos permite “[...] compreender as histórias de escolarização de professores em processo de formação” (SOUZA, 2006, p. 135).

A narrativa de si nos faz adentrar em territórios existenciais, em representações, em significados construídos sobre várias dimensões da vida, sobre os trajetos, sobre os processos formativos, sobre a docência e, sobre as aprendizagens construídas a partir da experiência. Consequentemente introduz o professor, a professora num processo de investigação/reflexão dos seus registros (OLIVEIRA, 2006, p. 51).

Revelando-nos como ocorreu o processo de constituição desse sujeito, o processo de conhecimento de si, os seus saberes foram construídos durante esses anos através das suas redes de conhecimentos, das experiências vividas que foram tecidas buscando novos significados, os diversos fatores que movimentam a vida pessoal, profissional e social desses sujeitos.

A narrativa (auto)biográfica, conforme Pérez (2006) é um texto “vivo” de um sujeito inserido em um dado contexto histórico e social, que nos revela os seus princípios, a sua forma de agir, criar, transformar, constantemente o mundo, um texto carregado de sentidos concretos e subjetivos.

Uma narrativa na qual o sujeito se (auto)revela, permitindo-o se conscientizar da sua formação acadêmico-profissional, segundo Pérez é uma nova forma de pensar a formação docente, suplantando as práticas tradicionais presente nos curso de formação docente.

Sendo assim, a coleta de dados das pesquisas pautadas em narrativas, que na verdade são “[...] registros traduzidos na oralidade pelo trabalho da memória trazem os processos formativos significativos e as aprendizagens construídas nestes, além disso, trazem movimentos identificatórios, vividos em tempos/espacos como pessoa e profissional” (OLIVEIRA, 2006, p. 51).

Para Josso (2010) a atividade de construção de narrativas permite que o sujeito reflita sua dinâmica, permite que esse sujeito viva e se oriente em cada etapa, o sujeito se encontra no centro do seu processo de formação, uma ação na qual o sujeito é o próprio escultor da sua existência.

Souza (2006) a descreve como a ação que permite ao entrevistado narrar a sua trajetória de vida e da sua formação a partir de diversos aspectos como lembranças, memórias e representações, justamente por ser “[...] considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com característica específica” (BAUER, GASKELL, 2008, p 95). As características ou princípios

associados a esse tipo de coleta de dado superpõem às características gerais da pesquisa qualitativa.

Entre elas destacam-se:

- 1) As narrativas apresentam diversas formas e as encontramos em todo e qualquer lugar. São através destas que a comunicação humana ganha vida através dos relatos entre vizinhos, nas epopeias históricas, nos contos orais, na linguagem simples ou rebuscada, enfim são atos orais que se constitui uma cadeia de conhecimento humano.
- 2) Nas narrativas podemos analisar traços específicos de cada grupo social, cada região, de cada ser humano pertencente a um grupo específico, tudo isso apenas analisando o seu léxico.
- 3) As narrativas se limitam aos termos indexados, que por sua vez 'significa que a referência é feita a acontecimentos concretos em um lugar e em um tempo' (BAUER, GASKELL, 2008, p. 91).
- 4) As narrativas são caracterizadas como indexadas por apresentar elementos relativos á experiência pessoal do entrevistado, pois são detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e nas ações.

As entrevistas narrativas apresentam uma linha de coleta de dados que busca “[...] reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível” (BAUER, GASKELL, 2008, p 95). São falas que, à medida que são relatadas vão dando vida ao objeto de pesquisa, embora seja do ponto de vista do informante:

Os indivíduos desenvolvem significados subjetivos de suas experiências, significados dirigidos para alguns objetos ou coisas. Tais significados são variados e múltiplos, levando o pesquisador a buscar a complexidade dos pontos de vista em vez de estreitá-los em algumas categorias ou ideias (CREWELL, 2010, p. 31).

O foco da pesquisa com o método da história oral de vida, se resume em analisar as narrativas das professoras, que ao falarem de si desvelam a sua trajetória pessoal e profissional, consequentemente o seu processo de formação docente inicial e continuada. E, a partir destas narrativas o pesquisador busca entender o contexto no qual essas professoras estão/estavam inseridas. É uma ação intuitiva, pois à medida que o pesquisador obtém dados passa a interpretá-los gerando significados.

Assim, a perspectiva de trabalhar com narrativas tem o propósito de fazer a pessoa tornar-se visível para ela mesma, compreendendo os modos como se concebe o passado, o presente, um método que permite ao pesquisador observar os acontecimentos passados: “[...] uma memória em que passado, presente e futuro estão imbricados nas significações com que os sujeitos da enunciação operam aos rememorar os fatos por eles vivenciados” (ABRAHÃO, 2006, p. 153).

Uma narrativa de formação, que segundo Josso (2010) prevalece na leitura desses relatos a lógica intelectual de maneira relativamente clássica do processo de conhecimento através de diferentes práticas.

Nesta abordagem as narrativas de vida submetem ao narrador reconstruir conhecimentos durante o processo de reflexão/formação que, de acordo com os princípios de Josso (2010) esses relatos visualizam percebe a formação do sujeito a partir das mais variada sucessão de transformações das suas relações socioculturais, uma ação transformadora da subjetividade do sujeito aprendente e cognoscente, nesta pesquisa tanto o sujeito pesquisador como o sujeito cognoscente estão em formação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo das narrativas de si (também considerada por estudiosos com uma das nomenclaturas da história oral de vida) como enfoque metodológico em uma pesquisa, não apresenta uma finalidade em buscar uma verdade absoluta, por um percurso coeso, mas sim o registro de uma versão particular de sentimentos e acontecimentos históricos narrados por uma determinada pessoa, que por sua vez nos permite enquanto pesquisador adentrar em um mundo subjetivo e real totalmente seu.

Desse modo, a pesquisa baseada nos relatos das histórias de vidas permite compreender o processo de mudanças sociais e culturais ocorrida nas vidas desses sujeitos e a partir disso relacioná-las com a sua vida profissional e social, já que é a partir do ato de lembrar que nos renovamos, e conseqüentemente renovamos os sujeitos que estão a nossa volta, pois “é no ato de criar que buscamos reinventar e reconstruir, no entrelace do passado e do presente, aquilo que já foi vivido” (PEREIRA, 2013, p. 139).

No entanto, é essencial por parte do pesquisador se libertar dos conceitos estabelecidos por um olhar estático, e se mostrar um sujeito com um olhar flexivo, totalmente dinâmico capaz de acompanhar o que está a sua volta. Se despir do que realmente busca nas narrativas para compreender e interpretar o que está sendo narrado diante de seus olhos e ouvidos, pois é fundamental para o pesquisador neste momento de coleta de dados saber ouvir e ver. Vale ressaltar, que as narrativas nos possibilita uma leitura plural, nos direcionando novos caminhos a serem trilhados para uma nova reconstrução dos fatos, um uma nova forma de compreender as marcas, os registros que produziram o que hoje somos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. As narrativas de si resignificadas pelo emprego do método autobiográfico. In. SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria helena Menna Barreto. *Tempos*,

narrativas e ficções: a invenção de si. (Orgs.). Prefácio, Marie-Christine Josso. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. P. 149-169.

COLOMBO, Fausto. Os caminhos do esquecimento. In: *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 87-106.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. Magda Lopes; consultoria, supervisão técnica desta edição Dirceu da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. P. 25 – 47.

JOSSO, M. Christine. *A transformação de si a partir da narração de histórias de vida*. Educação Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741/2088>>. Acessado em 23 Jan. 2012.

JOSSO, Marie-Christine. *Caminhar para si*. Trad. Albino Pozzer. Coor. Maria Helena Menna Barreto Abrahão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memória de vida, histórias de leitores*. Prefácio, Roger Chartier. São Paulo: UNESP, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petropolis, RJ. Vozes. 2001.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Implicar-se... implicando com professores: tentando produzir sentido na investigação/formação. In. SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino*. (Orgs.). Prefácio, Marie-Christine Josso. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. P.47-56.

PEREIRA, Áurea da Silva. *Narrativas de idosos: memórias, tradição oral e letramento*. Salvador: EDUNEB, 2013.

PERÉZ, Carmen Lúcia Vidal. Histórias de escola e narrativas de professores: a experiência do GEP EMC. Memória e cotidiano. In. SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino*. (Orgs.). Prefácio, Marie-Christine Josso. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. P.177-187.

SANTOS, Áurea da Silva Pereira. *Percursos da oralidade e letramento na comunidade de Saquinho, município de Inhambupe, Ba*. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2008/aurea_da_silva_pereira_santos.pdf>. Acessado em: 02 Mai. 2014.

SOUZA, Elizeu Clementino. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In. SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (Orgs.). JOSSO, Marie-Christine, Prefácio. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. P. 135-147.

CORDEL: LEITURA E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sílvia Gomes de Santana Velloso¹

Patrícia Kátia da Costa Pina²

Resumo: A Literatura de Cordel ganhou novos espaços nos contextos acadêmico e escolar a partir do século XX. Entretanto ainda é abordada de forma periférica e complementar. A poética de sua linguagem não é potencializada como instrumento de formação leitora, nem no ensino regular, nem na EJA, modalidade educacional cujo público traz repertórios que demandam interação com gêneros textuais tradicionalmente considerados populares, dentre os quais destaco o cordel. Diante disso, este trabalho discute o cordel, poética oral marginalizada por décadas e ligada a segmentos sociais desprivilegiados socialmente, como instrumento de leitura e letramento na EJA. Parte-se da hipótese de que por dialogar, enquanto linguagem e conteúdo, com as vivências desse grupo de educandos, esse texto pode aproximá-los do impresso e despertar-lhes o gosto pela leitura. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, delineada como estudo de caso, utilizando os métodos bibliográfico, documental e de intervenção no espaço escolar.

Palavras-chave: Leitura. Cordel. EJA. Letramento.

INTRODUÇÃO

A Literatura de Cordel ganhou novos espaços no contexto acadêmico e escolar, a partir do século XX, entretanto ainda é abordada de forma periférica e complementar. A poética de sua linguagem não é potencializada como instrumento de formação leitora, nem no ensino regular, nem na EJA, modalidade educacional cujo público traz especificidades de repertórios, as quais demandam interação com variados gêneros de textos tradicionalmente considerados populares, dentre os quais destaco o cordel.

Assim, este trabalho discute a importância do texto de cordel na Educação de Jovens adultos (EJA) como instrumento de formação leitora, tendo em vista o desenvolvimento de diferentes práticas de letramento. O termo letramento será abordado como sendo o uso da leitura e da escrita para o desenvolvimento de diferentes práticas sociais, conforme proposto por Soares (2009).

A escolha da discussão desse gênero de texto justifica-se por se tratar de um estilo literário produzido, predominantemente, pelas classes populares, trazendo à tona seus modos de vida, cultura, história, enfim, refletindo o cotidiano do “povo”. Considerando-se que a educação de jovens e adultos caracteriza-se por abrigar um público pertencente às classes populares, entende-se que

¹ Graduada em Letras Vernáculas pelo Centro Universitário Jorge Amado- UNIJORGE, Especialista em Estudos Linguísticos e Literários – Universidade Federal da Bahia- UFBA, Mestranda em Crítica Cultural- Universidade do Estado da Bahia- UNEB. Email- gsantana20@yahoo.com.br

² É graduada em Letras pela Universidade Santa Úrsula (1982), é Mestra em Letras/Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995) e Doutora em Letras/Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000). E-: mail: dacostapina@gmail.com

discutir literatura de cordel como instrumento de formação leitora, nesse contexto, pode-se constituir em um modo de potencializar essa prática. Afinal, segundo Cosson (2009, p. 17), na leitura e na escritura de um texto literário encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos.

A ideia apresentada por este autor permite entender que o texto literário ganha significação na vida do leitor, principalmente se houver correspondência com a sua realidade, com o seu universo social, histórico e cultural.

As reflexões aqui apresentadas são partes de uma pesquisa de mestrado, a partir da qual se tem investigado o uso da literatura de cordel na EJA como instrumento de leitura e letramento. A ideia em voga é resultante de diversas inquietações que me acompanharam durante a trajetória docente, na disciplina língua portuguesa, da Educação de Jovens e Adultos, das Redes Estadual e Municipal de Salvador-Bahia.

Durante o desenvolvimento de um dos trabalhos de leitura e produção de textos, na Educação de Jovens e Adultos, do Colégio Estadual Professor José Barreto – localizado num bairro periférico de Salvador- Bahia –, os educandos foram colocados em contato com textos de cordel de vários poetas populares e, concomitantemente, desafiados a produzir textos desse gênero de modo a dialogar com cenas do cotidiano.

Na realização deste trabalho, pode-se perceber o interesse dos discentes por essa literatura. Era interessante observar como aquele texto provocava-os, mobilizando-os no desenvolvimento de uma escrita de si. Os estudantes discorreram sobre suas vidas, suas experiências profissionais, sobre como se sentiam na cidade, no bairro onde vivem, sobre seu papel na comunidade; muitas alunas escreveram sobre suas experiências como mães, tudo isso de maneira prazerosa, autoral e sem os entraves que o não domínio da norma padrão costumava imputar-lhes.

Essa experiência incorreu em alguns questionamentos aos quais esta pesquisa se propõe a responder: Que literatura é essa? O cordel é mesmo literatura? Por que os educandos da EJA demonstraram interesse por esse estilo literário? Será que pelo fato de estabelecer relações com seus modos de vida ou modos culturais? Que modos são esses? Em que medida a escola favorece a interação com esses modos de vida? O cordel é um instrumento de leitura e letramento? Como a escola tem abordado essa literatura?

Assim, a discussão sobre literatura de cordel como produção literária das classes populares será ancorada nas ideias de Curram (1990), Bernd e Migozzi (1995), Eagleton (1997), Ong (1998),

Campos (1977), Zumthor (2000) e Ferreira (2012). Para a abordagem sobre leitura e letramento na EJA serão mobilizadas as ideias de Cosson (2009), Rojo (2005), Soares (2009) e Freire (1996).

A LITERATURA DE CORDEL

A poesia de cordel é considerada uma literatura popular produzida pelo povo e difundida para o próprio povo, funcionando como um dos maiores meios de comunicabilidade popular, que possibilita a todos, numa prática de letramentos, participarem da atuação poética através do código linguístico oral. As pessoas que não sabiam ler tinham apenas a memória como único instrumento para ordenar as mensagens poéticas, sendo necessária toda uma organização e atenção na observação da formação dos versos. Dizer que a literatura de cordel faz parte da literatura popular é o mesmo que afirmar que ela é construída pela cultura das classes economicamente desfavorecidas, já que conforme Burke (2010, p 26, 27), em discussão sobre o que seria a cultura popular:

No final do século XVII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, o “povo” (*o folk*) se converteu num tema de interesse para o intelectuais europeus. Os artesão e camponeses decerto ficaram surpresos ao verem suas casas invadidas por homens e mulheres com roupas e pronúncias de classe média que insistiam para que cantassem canções tradicionais ou contassem velhas histórias .

Burker, além de deixar claro que cultura popular é aquela produzida pelas classes abastardas, ainda mobiliza as ideias de Herder, o qual afirma que a poesia popular se tornou patrimônio comum de toda a humanidade, já que circula oralmente, é acompanhada de música e desempenha funções práticas.

Ferreira (2012), ensaísta e pesquisadora sobre oralidade, conto popular e literatura de cordel, afirma que o cordel é a voz impressa. Voz que traz marcas culturais, de modos de vida, história, linguagem, enfim, de um corpo social, de uma performance.

Em relatos sobre pesquisa realizada no estado de São Paulo, a qual visou observar as cantorias realizadas por cantadores nordestinos nas praças e bares de bairros populares, Ferreira afirma que muitos desses nordestinos, que foram a esse grande centro industrial em busca de emprego, exerciam funções de porteiro de prédio em bairros nobres da cidade, como os cantadores João Quindungues e Sebastião Marinho. Eles trabalhavam o dia inteiro e, no final do expediente, se reuniam nas periferias da cidade para realizar suas cantorias. Era interessante como esses momentos atraíam uma grande quantidade de nordestinos, os quais ouviam as canções, bem como interagem com os cantadores, dando-lhes o mote, nome dado ao assunto do qual partia a cantiga, para que os mestres cantadores desenvolvessem a glosa, com toda criatividade que lhes era peculiar. Diante

dessas observações, a autora considera essas cantorias – que, quando impressas, são chamadas de literatura de cordel – funcionam como modos de manutenção cultural, linguística e identitária de um povo; um modo de assentamento com os seus, isto é, com os que entendem a sua linguagem. (FERREIRA, 2012).

A análise dessas ideias permite entender que essa literatura pode provocar um envolvimento entre os sujeitos aprendizes, sobretudo da EJA, e a leitura literária, justamente por manter um diálogo – marcado pelo envolvimento do corpo, da voz, de uma performance – com os modos de vida destes educandos, que também pertencem às classes populares.

Nesse sentido, Zumthor (2000, p. 28) ratifica que a voz, presente na literatura de cordel, com toda a sua poética, possibilita um envolvimento corporal do leitor de literatura, trazendo a presença de um corpo vivo para a recepção do texto literário. A voz, para este autor, representa o corpo de modo pleno, o que traz realidades e valores envolvidos de forma igual no processo de leitura literária.

Zumthor (2000) continua a defender esta proposição narrando com certo saudosismo momentos de sua infância parisiense. Ele relata que nas idas e vindas entre o subúrbio, onde habitavam seus pais, e o colégio do nono distrito no qual estudava, no começo dos anos 1930, as ruas de Paris eram animadas por cantadores de rua, os quais ele adorava ouvir. Já possuía, inclusive, alguns cantos preferidos, como *A Rua do Faubourg Montmartre e a rua Saint-Denis*, seu bairro de estudante pobre. Conta que aquilo que o atraía, bem como aqueles que o acompanhava, era o espetáculo, o qual o prendia, apesar da hora do trem que avançava e o fazia correr em seguida até a estação do norte.

Havia o homem, camelô, sua parlapaticice, porque ele vendia as canções, apregoava e passava o chapéu; as folhas volantes em bagunça, num guarda-chuva emborcado na beira da calçada. Havia o grupo, o riso das meninas, sobretudo no fim da tarde, na hora em que as vendedoras saíam de suas lojas, a rua em volta, os barulhos do mundo [...]. Mais ou menos tudo isso fazia parte da canção. Era a canção. [...] O que eu tinha então percebido, sem ter a possibilidade intelectual de analisar, era, no sentido pleno da palavra, uma forma: não fixa, nem estável, uma forma força, um dinamismo formalizado [...]. (ZUMTHOR, 2000, p. 29)

As reflexões apresentadas por este autor favorecem a uma resposta, talvez de caráter axiomático, em relação ao porquê de os estudantes da EJA demonstrarem familiaridade com a leitura de cordéis. É esse dinamismo, esta força criativa, aos quais o autor se refere, que fazem do cordel um forte instrumento de leitura e letramento na EJA. A leitura do texto impresso só pode acontecer de modo significativo, se houver correspondência com o universo social, cultural e histórico do educando. Por isso, Zumthor (2000) se propõe a dialogar com diversas áreas das ciências humanas, da linguagem e sociais para tratar das poéticas da voz.

Ainda em discussão sobre essa temática, esse autor afirma que no percurso dos anos 50 vários medievalistas descobriram a existência da poesia oral. Isso causou certo desconforto entre estudiosos daquela época: para a maioria dos germanistas, por exemplo, esta “literatura” destinara-se, em sua plenitude, à transmissão da boca ao ouvido; contudo, para os romanistas, mormente os franceses, tal generalização não era agradável.

Iniciava-se o passo de grandes conflitos, afinal, se se reconhece a poeticidade dos textos orais, as marcas do literário em composições vindas de um lugar de desprestígio, como explicar o sentido do termo literatura defendido até o momento?

Zumthor apresenta ainda que era impossível não reconhecer o papel dos trovadores e outros artistas na difusão da “literatura” medieval. A potencialidade poética de suas produções era inegável.

É a existência dessa ordem o que, nos rastros dos etnógrafos, atravessava por um feliz acaso, constataram, com entusiasmo ou timidez, alguns de nossos pioneiros. Na mesma Época (em 1933), o grande Menéndez Pidal, tão poeta quanto erudito, publicava os dois grandes números de seu romanceiro hispânico traçando a história oral de um gênero poético testemunhado desde o século XIV. As estratégias da poesia apareciam, assim, irredutíveis aos modelos que eram considerados até então os únicos válidos e, como por natureza, intemporais; pensava-se que as condições de seu exercício não tinham medida comum com as retóricas da escritura. (ZUMTHOR, 1993, p. 7).

Um novo espaço se abriu para os estudos das poéticas orais. Um espaço de reivindicação e inversão. É o momento de dissociar poesia de escritura, de questionar a cultura grafocêntrica, de romper com binarismos instituídos (cultura erudita x cultura “popular”; literatura x não literatura) que tendem a negar as produções das classes não abastadas. “Mesmo em 1960-5, ao menos na França, prejudicava gravemente o prestígio de um texto do (suponhamos) sec. XII a possibilidade de provar-se que seu modo de existência havia sido principalmente oral”. (ZUMTHOR, 1993, p. 8)

Destarte, as discussões apresentadas por Ferreira (2012), Zumthor (2000), bem como por outros autores contribuem sobremaneira com uma abordagem afirmativa concernente ao ensino de literatura de cordel, mormente na Educação de Jovens e Adultos. Todavia, apesar de todo esforço dedicado às discussões sobre as poéticas orais, elas continuam a ser abordadas de forma periférica e complementar.

Sobre esse aspecto, Rojo (2005), em *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita* apresenta resultados de análises de 140 livros didáticos do Programa Nacional do livro didático – PNLD/ 2002. Os itens observados na referida pesquisa foram: seleção de gêneros de textos, diversidade de contextos (regionais e culturais) de origem dos textos, bem como a diversidade das variantes linguísticas. Segundo a autora, a qualidade dos textos selecionados pelos autores e editores para compor os livros é bastante relevante: são textos autênticos, diversificados

quanto à esfera de circulação e gêneros, representativos quanto à autoria, quando é o caso; adequados ao alunado. Contudo, a diversidade de contextos (culturais e regionais) de origem dos textos e a diversidade e variedades linguísticas não se encontram tão bem representadas nos textos selecionados, sendo mínima a incidência de textos da tradição oral (25%), o que deixa clara a preferência por textos representativos da variedade padrão, norma culta “que circulam em contextos urbanos.

A autora destaca que uma quantidade reduzida de livros didáticos 11% reconhece os gêneros orais como um objeto a ser ensinado, o que a faz pensar que a linguagem oral como objeto de ensino, como querem os PCN, está longe da realidade dos livros didáticos (23%).

O problema de pesquisa levantado por Rojo é notório no cenário escolar. Na EJA, por exemplo, quase sempre, quando se inicia um trabalho com o texto de cordel é meramente com o propósito de falar de variedades linguísticas de menor prestígio social ou de reforçar estereótipos relacionados aos produtores dessa poética. Ademais, essa literatura quase não faz parte dos planos de curso da disciplina língua portuguesa nas escolas, sendo utilizada apenas em eventos escolares, de modo ocasional, digredindo-se, portanto, de uma abordagem que possibilite ao educando a interação com esse texto. Além disso, não há uma discussão sobre as condições de produção dessa escrita, os modos sociais e culturais envolvidos nela, explorando, assim, as potencialidades poéticas desse texto.

Desse modo, vale salientar que uma escola que abriga estudantes das classes populares, sobretudo da classe trabalhadora, precisa aproximar o ensino das vivências dos alunos, o que pode tornar a aprendizagem significativa. Estabelecer relações entre aprendizagem e experiência de vida dos alunos, nada mais é do que permitir o diálogo com suas culturas, com suas práticas de letramento.

Segundo Soares (2009, p. 40) o indivíduo Letrado, ou seja, que vive em estado de letramento é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, praticando, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

A escolha da discussão do texto literário cordel como instrumento de leitura deu-se por considerá-lo um gênero de texto essencialmente produzido por sujeitos pertencentes às camadas populares com o objetivo de trazer à tona fatos do cotidiano para serem lidos pelo próprio povo. (CAMPOS,1977, p. 10) já observava, na década de 70 que, “levados pelo desejo de ler folhetos, muitos trabalhadores têm se alfabetizado”.

Logo, mesmo considerando que essa proposta de trabalho objetiva a discutir a literatura de cordel como mecanismo de formação de leitores tendo em vista diferentes práticas de letramento, é importante levar em conta a ideia apresentada por Campos, já que se entende que o processo de alfabetização deve envolver essas diferentes práticas, ou seja, diferentes usos sociais da leitura e da escrita.

Conforme (Cosson, 2009, p. 11, 12), em uma sociedade essencialmente letrada como a nossa, mesmo um analfabeto tem participação, ainda que de modo precário, em algum processo de letramento. Por isso, faz-se necessário considerar todas as práticas de letramento desenvolvidas pelos sujeitos.

Vale salientar que grande parte dos escritores de cordel, embora não tenha tido acesso à educação formal, escrevia e refletia de forma autônoma e autoral a partir do ambiente de suas vivências, trazendo para o espaço da escrita marcas identitárias, sociais e culturais, o que pode se constituir em fator mobilizador para os estudantes da EJA numa ruptura com os entraves que a escrita formal lhes impõe.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O TRABALHO COM LITERATURA POPULAR

A EJA pode ser considerada uma proposta educacional cujo maior desafio é reaproximar jovens e adultos do ambiente escolar, de modo que eles desejem pertencer a este espaço. Nesse sentido, nos últimos anos, muitas pesquisas têm se dedicado a discutir estratégias de ensino que garantam a permanência dos educandos dessa modalidade de ensino em sala de aula. Isso se dá, mormente, por se reconhecer que a EJA constitui-se de uma demanda de estudante que traz repertórios cultural, histórico e sociais bastante peculiares, os quais obrigam a escola a pensar em outros modos de ensinar.

Inserido nessa discussão, Arroyo (2006, p. 221) aponta que:

A educação de jovens e adultos – EJA tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos. O tema nos remete à memória das últimas quatro décadas e nos chama para o presente: a realidade dos jovens e adultos excluídos. [...] Minhas análises estão marcadas pela sensação de que não será fácil preservar esse rico legado popular em qualquer tentativa de inserir a EJA no corpo legal e tratá-la como um modo de ser do ensino fundamental e do ensino médio. Ou os ensinamentos se redefinem radicalmente ou esse legado perde sua radicalidade.

A proposição apresentada por Arroyo (2006) torna evidente a necessidade de discussão sobre o ensino de leitura para a Educação de Jovens e Adultos. Se há peculiaridades nesse público, se a

maior parte dele pertence à classe trabalhadora, por exemplo, o ensino de leitura deve atender a essas demandas.

Tratando sobre a importância do ato de ler, numa pedagogia voltada para as classes populares, principalmente as que ocupam o espaço da EJA, Freire (1981) afirma que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele (A palavra que eu digo sai do mundo que estou lendo, mas a palavra que sai do mundo que eu estou lendo vai além dele). [...] Se for capaz de escrever minha palavra estarei, de certa forma transformando o mundo. O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo.³

A ideia apresentada por esse autor propõe entender que o ensino de leitura nas escolas não pode negligenciar que o outro é sujeito do processo de construção da leitura. Essa reflexão, inclusive, é ratificada nas propostas estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), as quais propõem que o ensino de língua portuguesa deve possibilitar ao educando pensar a língua como espaço de diálogo e construção de sentidos. Essa abordagem é pautada na perspectiva bakhtiniana de ensino de língua, bem como das linguísticas textual e aplicada, as quais discutem o texto como espaço de interlocução que envolve os diferentes modos de vida, peculiares a diferentes sujeitos.

É considerando todas essas peculiaridades que marcam o contexto da EJA que se lançou a discussão sobre a relevância do trabalho com literatura de cordel nessa modalidade de ensino. Esse gênero de texto, conforme já apresentado, é caracterizado por ser produzido por sujeitos das classes populares e trabalhadora, que trazem para o texto repertórios culturais, sociais e históricos correspondentes ao universo ao qual eles pertencem.

Essas semelhanças que marcam texto e público leitor podem fazer da poesia popular um excelente potencializador do ensino de leitura nas escolas, mormente no contexto da Educação de jovens e Adultos (EJA). Campos (1977, p. 10) já observava, na década de 1970, que “levados pelo desejo de ler folhetos, muitos trabalhadores foram alfabetizados”.

Por isso, mesmo entendendo que essa proposta de trabalho objetiva discutir a literatura de cordel como mecanismo de formação de leitores tendo em vista diferentes práticas de letramento, é importante levar em conta a ideia apresentada por Campos (1977), já que se entende que o processo de alfabetização deve envolver essas diferentes práticas de letramento, ou seja, diferentes usos sociais da leitura e da escrita.

³ Informação verbal, proferida na Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura – Campinas, novembro de 1981.

METODOLOGIA: CONTEXTUALIZANDO O PERCURSO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se em qualitativa, delineada como estudo de caso, através dos métodos bibliográfico, documental e de intervenção no espaço escolar. Desse modo, nessa fase inicial têm sido realizadas leituras sobre autores que discutem as poéticas da voz, das quais o cordel faz parte, como Zumthor (2000), Ferreira (2012) e outros; também uma pesquisa documental a fim de discutir a Educação de Jovens e Adultos como modalidade educacional que exige outras práticas de ensino de leitura e produção de textos. Além disso, já faz parte deste trabalho o estudo de autores como Cosson (2009) Soares (2009) e Rojo (2009), a fim de discutir o sentido da discussão sobre o letramento e letramento literário no contexto da Educação de jovens e Adultos – EJA.

Para a escrita da dissertação fora esboçado um sumário, o qual está dividido da seguinte forma:

SUMÁRIO
INTRODUÇÃO
1 DISCUSSÕES SOBRE O GÊNERO
1.1 A LITERATURA DE CORDEL: ORIGENS
Trata do surgimento da literatura de cordel
1.2 LITERATURA DE CORDEL E CULTURA POPULAR
Discute as relações entre a literatura de cordel e os modos de vida das classes populares.
1.3 CORDEL: POÉTICA ORAL OU DA VOZ
Discute a literatura de cordel como poética da voz que, impressa, traz à tona os modos de vida e criação das classes populares, funcionando, assim, como um devir.
1.4 O CORDEL COMO TEXTO LITERÁRIO
Tenciona o sentido do termo literatura, propondo um discurso afirmativo sobre a literatura de cordel como texto literário.
2 FORMAÇÃO LEITORA E PRÁTICAS DE LETRAMENTOS: O TRABALHO COM A LITERATURA DE CORDEL
2.1 O ENSINO DE LEITURA LITERÁRIA NAS ESCOLAS
Discute o sentido da palavra leitura, problematizando o ensino desta prática na escola.
2.2 O TRABALHO COM OS GÊNEROS ORAIS EM SALA DE AULA

<p>Discute o trabalho com gêneros orais em sala de aula, a partir de teorias sobre oralidade, de modo a fomentar críticas a uma cultura escolar grafocêntrica que prioriza o ensino de textos da cultura escrita em detrimento daqueles relacionados à oralidade.</p>
<p>2.2 O CORDEL COMO INSTRUMENTO DE LEITURA E LETRAMENTOS</p>
<p>EMENTA: problematiza o ensino de leitura nas escolas, tendo em vista o desenvolvimento de diferentes práticas de letramentos, refletindo sobre se o cordel é, de fato, um instrumento eficiente para o desenvolvimento dessas práticas (essa subseção refletirá sobre o trabalho com cordel, a partir das oficinas desenvolvidas com alunos da EJA).</p>
<p>3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O TRABALHO COM A LITERATURA DE CORDEL</p>
<p>3.1 PERCURSO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL</p>
<p>3.2 BASES LEGAIS</p>
<p>3.1 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA A EJA</p>
<p>Aborda a Educação de Jovens e Adultos como modalidade Educacional que abriga estudantes das classes populares e que, por isso, deve fomentar um trabalho com leitura que dialogue com os modos de vida desse público.</p>
<p>3.2 O TRABALHO COM LEITURA NA EJA</p>
<p>Discute documentos sobre ensino de leitura na EJA, a fim de tratar o cordel como instrumento eficiente de leitura.</p>
<p>3.3 PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA EJA</p>
<p>EMENTA: Discute como a poesia cordelista traduz o desenvolvimento de diferentes práticas de letramentos, ou seja, de usos sociais da leitura, já que esta é produzida predominantemente por sujeitos pertencentes às classes populares, os quais nem sempre tiveram acesso ao letramento escolar.</p>
<p>3.4 CORDEL E ENSINO DE LEITURA NA EJA: UM DIÁLOGO COM DIFERENTES PRÁTICAS DE LETRAMENTOS</p>
<p>Trata da literatura de cordel como instrumento de leitura e letramento na EJA, tendo em vista que esta modalidade educacional abriga estudantes das classes populares.</p>

CONSIDERAÇÕES

Diante das abordagens feitas do decorrer desse trabalho, entende-se que essa pesquisa terá grande relevância no contexto acadêmico e escolar, visto que possibilitará reflexões sobre a importância do trabalho com a literatura popular, sobretudo a literatura de cordel, no contexto da Educação de Jovens e Adultos- EJA, como instrumento de formação leitora. Nessa perspectiva, busca-se mobilizar a escola no sentido de repensar o conceito de literatura, bem como as práticas de ensino de leitura e produção textual que têm sido desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.
- ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO: MEC, RAAAB, 2005.
- BRASIL. *Lei nº 9.394/96, 24 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Brasília, 1998.
- BRASIL. *Secretaria da educação fundamental*. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC: SEF, 1999.
- BURKE, Peter. *A Cultura popular na Idade Moderna :Europa.1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. O problema dos gêneros discursivos. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- CAMPOS, Renato. *Ideologia dos poetas populares do Nordeste*. 2. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.
- COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Memórias de Jerusa Pires Ferreira: a história do cordel em São Paulo*. 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://vimeo.com/54583424>>. Acesso em: 23 nov. 2014. Entrevista disponível no site Vimeo.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (Org.). Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte:UFMG, 2003.
- ONG, Walter J. *Oralidade e cultura escrita*. Trad. Enid Abreu Dobranszky. São Paulo, Papyrus, 1998.
- ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto, org. *Livro didático de língua portuguesa: letramento e cultura escrita*. Campinas: Mercado das letras, 2005.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM FLE: RESIGNIFICAR PARA FORMAR O SUJEITO CRÍTICO

Sílvia Maria Santos Marinho¹

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira

INTRODUÇÃO

A língua é a grande responsável pela formação do sujeito. É através da língua que temos o primeiro contato com o mundo a nossa volta e é na infância que aprendemos as primeiras palavras em língua materna, que passam a ter uma significação própria para cada criança. Nesse do contato, da aprendizagem da língua materna é que será possível ter acesso a uma segunda língua, nesse caso uma língua estrangeira, uma língua inicialmente estranha, diferente daquela que aprendemos inicialmente.

A partir do encontro entre a língua materna e a língua estrangeira, segundo Coracini instaura-se uma “relação de conflito” (CORACINI, 2003, p. 139). Esse conflito pode evidenciar-se a partir do momento que o aprendiz ao ter um contato com uma nova língua, ele passar a estranhar sua própria língua e a língua do outro, assim como passará a estranhar a quantidade de palavras novas que ele estará em contato, que ele ouvirá de tantas outras vozes. Serão essas novas palavras que levará o indivíduo a constituir-se enquanto sujeito. Segundo Coracini (2007, p. 24) “[...] é o exato momento em que o sujeito se insere no discurso, que busca palavras para se definir, que ele se singulariza”. Vale ressaltar que o aprendizado de uma nova língua será sempre influenciado pela língua materna e é dessa forma que o conflito entre as duas línguas se evidenciam.

Trabalhar com língua estrangeira requer uma reflexão sobre o profissional que trabalha nessa área. É preciso refletir sobre sua formação, sua identidade enquanto professor de língua estrangeira, da mesma forma que devemos nos perguntar se esse profissional está preparado para lidar com as demandas do mundo contemporâneo, do mundo tecnológico ou quais medos, angústias habitam seu universo profissional. Esse medo pode estar relacionado ao fato de uma parte dos professores se sentirem despreparada em relação às novas tecnologias, por não dominá-las, por exemplo. Apesar dos medos que habitam em nós, todos anseiam por mudanças que possam garantir uma melhor posição na sociedade, uma justa valorização do profissional docente. Um contexto mais específico, como profissional de língua estrangeira, englobando professor/aluno, esse processo poder tornar-se

¹ Mestranda em Crítica Cultural, Linha 2, UNEB, Campus II. Endereço eletrônico: silviamarinho@ig.com.br.

uma mercadoria, quando movidos pela publicidade tão recorrente ultimamente, a língua tornar-se-á um mero objeto de consumo, fugindo do seu real papel que é a formação do sujeito pensante.

O grande desafio da educação e conseqüentemente do professor é a formação do sujeito crítico. É através da educação que o ser humano insere-se na sociedade que historicamente foi construída e que se reconstrói continuamente. Segundo Selma Garrido:

A tarefa da educação é inserir as crianças e os jovens tanto no avanço civilizatório, para que dele usufruam, como na problemática do mundo de hoje, por intermédio da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidades e de atitudes. Portanto, sua tarefa é garantir que se apropriem do instrumental científico, técnico, tecnológico, de pensamento, político, social e econômico, de desenvolvimento cultural, para que sejam capazes de pensar e gestar soluções (2012, p. 97).

Diante do que foi dito, evidencia-se a necessidade de trabalhar com nossos alunos na perspectiva de sua formação, sobretudo, humana para que sejam capazes de responder aos desafios produzidos em diferentes contextos políticos e sociais, uma vez que a educação é resultante de toda essa complexidade e conseqüentemente projeta a sociedade que queremos ter no futuro.

O professor, independente, da área que atue está a todo o momento sendo desafiado a enfrentar diversos percalços produzidos pela sociedade atual. Dentre os vários desafios destacam-se: a distinção entre a sociedade da informação e do conhecimento; a sociedade que se desestrutura em decorrência da violência por causa das drogas, da destruição das relações interpessoais, dentre vários outros exemplos.

É preciso que o professor esteja consciente da sua função e tenha claro que conhecer é muito mais que receber informações, no caso de língua estrangeira, é muito mais que conhecer a estrutura da língua. Ter conhecimento então é saber analisar, organizar, contextualizar e, sobretudo trabalhar as informações de forma que elas transformem-se em conhecimento. Portanto é tarefa do professor promover a análise crítica das informações, mas para que ele proceda dessa forma, ele deve ter recebido uma formação científica, metodológica, pedagógica e cultural.

O MUNDO LETRADO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

O surgimento e crescimento de movimentos sociais comprometidos com os direitos humanos, no Brasil, possibilitou a esses grupos a liberdade de expressão visando tornar visíveis seus desejos de transformação. Com o objetivo de tornar realidade essas transformações o autor apresenta questionamentos necessários para uma tomada de consciência quanto ao seu papel dentro de uma sociedade que se diz democrática:

Em termos éticos, que papel cabe aos intelectuais, ao campo acadêmico, na manifestação de direitos de pessoas que estão excluídas do mundo formal do letramento? Sua posição é, em princípio, de defesa de direitos humanos, exercício de responsabilidade para com o outro, solidariedade com os excluídos? No que se refere aos movimentos sociais em andamento hoje, é possível definir se a linguagem por eles utilizada, em suas manifestações públicas, corresponde a uma forma efetiva de obtenção de impacto junto à sociedade? Os grupos estão preparados para interagir, inclusive, de modo conflitivo, com outros grupos? Em termos jurídicos e institucionais, cabem ainda perguntas. Em que medida seria preciso conhecer e dominar a linguagem do grupo inimigo, para ter ideias aceitas e respeitadas? Em que medida precisamos conhecer a linguagem do poder dominante para, dentro e fora dela, implodir criticamente seus pressupostos? (GINZBURG, 2012, p. 10).

Em relação ao primeiro questionamento para ficar evidente, em nossa sociedade, a impotência desse intelectual que reflete sobre os problemas sociais, mas que não consegue transformar essa realidade, não consegue fazer uma intervenção, fazendo transparecer uma fragilidade frente ao real, frente à dor do outro. Quanto ao segundo questionamento o autor faz referência às culturas do gueto, para explicar que o que se aplica a um grupo não se aplica necessariamente a outro. Contrariamente, percebe-se que o grupo dominante tende a universalização, como se todas as pessoas tivessem as mesmas necessidades, os mesmos desejos. É a partir dessa perspectiva conservadora que os movimentos sociais refletem e questionam esses posicionamentos, mostrando as especificidades de cada grupo, deixando claro que as pessoas não têm as mesmas condições e, conseqüentemente, evidenciando os diferentes interesses de cada grupo.

A propagação da necessidade da construção de um mundo letrado e que teoricamente esse mundo seria melhor parece deixar brechas para algumas reflexões. Ser letrado significa ser ético? Um mundo formado por pessoas cultas significa ter uma sociedade melhor, mais humana? Historicamente é possível identificar casos em que pessoas bem formadas intelectualmente, que tiveram uma rica formação educacional foram responsáveis por grandes tragédias humanas, como foi o caso Adolf Hitler que em nome de uma supremacia alemã e antissemita e interesses econômicos propagou teses racistas e foi capaz de exterminar milhões de pessoas. A partir de uma situação como essa fica claro que ser culto não significa ser ético. Não foi dado àquelas pessoas o direito de justificar o porquê elas tinham e mereciam o direito de viver. Nesse caso Hitler tinha o poder da palavra e por isso se achava no direito de escolher quem deveria viver e quem deveria morrer. Não é possível afirmar que ser inteligente é ser ético, que todo intelectual é bom, que é ser e estar sensível ao outro. O ser letrado nessa perspectiva é ter uma boa formação educacional, mas o ser ético estaria associado a algo que o ser humano já traz em seu caráter.

Pertencer ao mundo dos excluídos, quer dizer, não pertencer ao mundo dos letrados, ao mundo daqueles que estão imersos no mundo das letras, que possuem o poder da palavra pode

trazer a essas pessoas dificuldades para que elas exercitem os direitos sociais, visto que essas pessoas não ocupam um lugar de fala privilegiado, fazendo com que sua voz não seja ouvida, que seu discurso seja silenciado. Vale salientar que ser letrado não inviabiliza essa pessoa de ser um defensor de princípios preconceituosos e excludentes.

A partir de um olhar crítico sobre a sociedade atual percebemos que o discurso institucionalizado é que tem o poder de silenciar vivências reais de determinados grupos, omitindo verdades e reduzindo esses grupos a escória da sociedade. Em determinados momentos da história quem esteve no poder fez questão de distorcer e manipular certos discursos em prol de ideologias e interesses econômicos.

Logo, espera-se que o ensino de língua estrangeira se tornará mais significativo a partir do momento que o educando consiga fazer relação entre a sua própria cultura e a nova cultura que está aprendendo. É preciso repensar o ensino/aprendizagem de línguas e o papel que esse aprendizado pode desempenhar na constituição da subjetividade levando sempre em consideração a língua materna do aluno e sua história de vida. Vive-se hoje num mundo pluricultural e é através do estranhamento, do outro, da heterogeneidade, que o sujeito irá melhor se conhecer e se observar. É papel do professor fazer a mediação desse processo, acreditando e defendendo o ensino de LE como imprescindível à constituição dessa subjetividade, nesse contato com diferentes identificações. Nesta perspectiva, faz-se urgente vermos o ensino de LE como forma de significação e re-significação deste “eu” e de sua realidade (MULTIEDUCAÇÃO, 2007, p. 15).

O LETRAMENTO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE FLE.

O ensino de Língua estrangeira (LE) e a escolha dessa língua a ser inserida na grade curricular das escolas brasileiras sempre estiveram associados ao sistema político e econômico do país. Logo o ensino de línguas estrangeiras, nas escolas, reforça a manutenção do ensino monoglota em um país com diversidade de realidades como o Brasil, uma vez que essa prática pode reproduzir a estrutura de poder fundado em princípios capitalistas.

Estudar língua estrangeira é oportunizar ao educando ampliação de sua visão de mundo, além de ser um elemento de desenvolvimento intelectual. O ensino de língua estrangeira contribui para que o indivíduo possa tomar consciência de sua identidade, assim como tomar consciência do valor de sua própria cultura, conhecendo outras culturas e percebendo as diferenças e semelhanças entre elas. É preciso reconhecer que a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira tem o mesmo papel educativo que as outras disciplinas que compõem o currículo escolar.

A língua francesa exerceu um papel influente, no século XVIII, com a chegada da Corte Portuguesa, entre a população urbana e letrada da época. Atualmente é a língua inglesa que ocupa um lugar de destaque no cenário brasileiro, e devido essa influência ela traz como bagagem uma variada gama de conceitos e ideias da cultura norte-americana. A política de mercado é que, direta ou indiretamente, determina a língua estrangeira que deve ser ensinada nas escolas brasileiras. Nesse caso, percebe-se que as relações de poder representam papel importante no que se refere à escolha da língua obrigatória e da inserção da segunda língua estrangeira.

Por questões políticas e econômicas, no período pós-guerra (1945) a língua inglesa passou a ocupar um espaço de destaque no cenário mundial e, também, brasileiro, e anos mais tarde ela se tornou obrigatória no currículo escolar das escolas brasileiras. Sob a influência da globalização e do transnacionalismo a interação da comunidade internacional e a interação com o mercado globalizado são conduzidos, principalmente, através da língua inglesa. Com isso, aprender o inglês passou a ser sinônimo de melhores oportunidades de trabalho e maiores chances de mobilidade social, significa dizer que em decorrência de uma atitude social, o cidadão brasileiro aprende a língua inglesa para ter maiores chances de ascender socialmente. Essa atitude social estabelece relação direta entre o conhecimento da língua inglesa e o almejado sucesso material, o que é reforçado pela reprodução de valores ideológicos e culturais americanizados. Nesse caso, o aprendizado da língua estrangeira resume-se, pode-se dizer, a uma atividade mecanizada.

O ensino de língua estrangeira deve levar o educando a reconhecer-se enquanto sujeito ativo na sociedade, para que ele possa conhecer e compreender melhor o mundo ao seu redor, além de ser um importante fator de desenvolvimento intelectual. Conceber a língua estrangeira, unicamente, como instrumento de ascensão social é reduzi-la a um mero objeto de negociação comercial.

Tomaz Tadeu da Silva em uma de suas reflexões sobre educação, a partir de uma análise marxista, questiona:

[...] uma vez que na análise marxista, a economia e a produção estão no centro da dinâmica social, qual é o papel da educação e da escola nesse processo? Como a escola e a educação contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista, para que a sociedade continue sendo dividida entre capitalistas (proprietários dos meios de produção), de um lado, e trabalhadores (proprietários unicamente de sua capacidade de trabalho), de outro? [...] a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis[...] (SILVA, 2013, p. 32).

A partir desse questionamento e da resposta dada percebe-se que a escola é parte importante nesse processo ao se tornar reflexo da economia capitalista vigente. Mais adiante Silva acrescenta que, segundo *“Bourdieu e Passeron, a dinâmica da reprodução social está centrada no processo de*

reprodução cultural. É através da reprodução da cultura dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida". Essa ideia só reforça que a classe detentora do poder é que decide o valor social da cultura que prevalecerá na sociedade movida pelo poder econômico.

A aprendizagem de uma língua estrangeira seja ela o inglês ou o francês não deve estar atrelada somente ao aspecto econômico, ela deve acontecer na perspectiva de contribuir com a formação do cidadão que participa e constrói sua história.

O saber e o poder, segundo Foucault, dialogam entre si de tal forma que os discursos são construídos a partir das formas de dominação. Para ele, o discurso que comanda a sociedade é sempre o discurso de quem, na maioria das vezes, detém o saber. Ele focaliza na sociedade capitalista o sujeito como aquela pessoa que está sendo construída a partir das ideias produzidas pelos indivíduos que estão numa posição superior, de destaque, sendo representados pela classe dominante.

O Brasil sempre foi um país marcado pelas diferentes classes sociais, o que significa que para cada classe foi construída uma imagem que a faz ter ou não poder na sociedade. O processo civilizatório ao qual o Brasil sempre esteve exposto desde a colonização dos portugueses, perdura até os dias atuais, dentro de outra configuração. O método utilizado pelos portugueses no momento da colonização colocou o Brasil numa posição subalterna em relação ao seu colonizador, confirmando a ideia de que aquele que domina terá o poder sobre o seu dominado.

Para reforçar essa ideia de subordinação em relação a outrem, Tomaz Tadeu diz o seguinte:

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais. (SILVA, 2013, p.145)

O sistema capitalista hoje pode ser entendido como o grande colonizador, o grande dominador no cenário financeiro mundial, aquele que exerce o poder sobre aquele que não se enquadra dentro desse perfil mercadológico. Assim, dentre as várias potências econômicas mundiais destacam-se os Estados Unidos, que fortaleceu essa posição no período pós-guerra. Pode-se dizer que a grande o grande discurso das potências capitalista é a universalização, a totalização dos bens simbólicos e não simbólicos. Nesse contexto, é possível ver os Estados Unidos, hoje, como o dominador em relação à política econômica brasileira e, como tal, aquele que em muitas situações determina o rumo das políticas desenvolvidas em nosso país. Dentre essas políticas destaca-se a universalização da língua inglesa. Nesse caso, a língua deixa de lado seu verdadeiro papel para funcionar simplesmente como

instrumento de manutenção de um sistema financeiro vigente. O que reforçado por Quijano quando diz:

A colonialidade é constituída do poder capitalista operando quer nos domínios da vida social quer nos âmbitos da subjetividade e intersubjetividade através de instrumentos de coerção tendo em vista a reprodução e perpetuação das relações sociais de dominação. (QUIJANO, 2005)

Mesmo esse processo de colonialidade sendo real, é possível pensar em formas alternativas que conduzam o cidadão a perceber, compreender e interpretar o mundo, atual, de outra forma, descentralizando o pensamento eurocêntrico-colonial de sua posição inicial, e deslocando o pensamento das antigas colônias, das periferias, redimensionando-o para ocupar e demarcar seu próprio lugar, numa perspectiva libertadora e igualitária. Maritza Montero (*apud*. LANDER, 2005, p. 15) aponta algumas alternativas para que a América Latina ocupe o lugar de fala de um povo até então subjugado por seus colonizadores.

O ensino de FLE (francês língua estrangeira) pode ser uma alternativa para romper com essa falsa universalidade, com o ensino monoglota; para propor um conhecimento universal enraizado numa consciência não totalitária, mas que considera outras possibilidades de aquisição do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, então, que o ensino de língua estrangeira se tornará mais significativo a partir do momento que o educando consiga fazer relação entre a sua própria cultura e a nova cultura que está aprendendo. É preciso repensar o ensino/aprendizagem de línguas e o papel que esse aprendizado pode desempenhar na constituição da subjetividade levando sempre em consideração a língua materna do aluno e sua história de vida. Vive-se hoje num mundo pluricultural e é através do estranhamento, do outro, da heterogeneidade, que o sujeito irá melhor se conhecer e se observar. É papel do professor de LE é fazer a mediação desse processo, acreditando e defendendo o ensino de língua estrangeira como imprescindível à constituição dessa subjetividade, nesse contato com diferentes identificações. Nesta perspectiva, faz-se urgente vermos o ensino de LE como forma de significação e re-significação deste “eu” e de sua realidade (MULTIEDUCAÇÃO, 2007, p.15).

O ensino de língua estrangeira pode ser um instrumento de letramento a partir da introdução de um novo olhar, de uma perspectiva de mundo, onde o indivíduo pode até não ter o domínio dos códigos dessa língua estrangeira, mas tem o conhecimento da sua existência e a importância que ela ocupa na sociedade. Conhecê-la permitirá a esse indivíduo ter uma visão mais ampliada de mundo, que pode levá-lo a reconhecer e valorizar sua realidade a partir de outra realidade, de outra cultura.

A possibilidade de conhecer uma língua estrangeira pode empoderar o indivíduo e estimulá-lo a sentir-se parte integrante da história de seu lugar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora Universidade de São Pulo, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

CORACINI, Maria José (Org.). *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura*. Campinas, SP: pontes.1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em Tempos de Violência*. São Paulo. Ed. Da Universidade de São Paulo. Fapesp. 2012.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças C. *Docência no Ensino Superior*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LANDER, Edgard (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

KLEIMAN, Angela B. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In. BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org). *Português no Ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª edição, 4ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed, 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo. Editora Unesp. 2011.

ESTUDO DA CRÍTICA AOS ASPETOS MORAIS DA SOCIEDADE PORTUGUESA ALEGORIZADOS NA OBRA “O PIOLHO VIAJANTE”

Tatiane Carvalho Nascimento

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

*tatycarssa@hotmail.com

Resumo: O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as alegorias dos aspetos morais da sociedade portuguesa na obra do século XIX “O Piolho Viajante”, identificando as representações de valores, costumes, hábitos e comportamentos da época através de cenas, situações e tipos ou personagens. O corpus para análise será a leitura das 72 “carapuças”, ou capítulos correspondentes à vida de pessoas cuja cabeça o piolho narrador visita e comenta. Os “hospedeiros” desejam “se dar bem” a qualquer custo e cada um possui a sua estratégia de sobrevivência. Este dado provoca o questionamento: Que sociedade é essa, em que os indivíduos são capazes de tudo para adquirirem vantagem? Entre as questões a serem investigadas estão: Porque “O Piolho Viajante” foi uma das obras mais lidas no Brasil no período de 1808 a 1826? Porque foi considerada como literatura marginal pela elite letrada da época? Como tornou-se um sucesso entre as camadas populares?

Palavras-chave: Piolho. Literatura marginal. Viagens. Moral.

INTRODUÇÃO

O pensador alemão Hans Magnus Enzensberger, no ensaio “Uma Teoria do Turismo”, de 1958, afirma que as pessoas sempre viajaram, pois nos textos imaginários ou supostamente reais, antigos, há referências sobre viagens.

As histórias de viagens, até início do século XIX, tinham motivação relacionada a fins práticos, religiosos ou comerciais. Em meados do século XIX surgem excursões por lugares exóticos e o serviço turístico em pacotes. O que a diferencia do turismo de viagem tradicional, no qual o deslocamento do viajante era por alguma necessidade.

Fernando Cristóvão (1999) propõe cinco categorias de literatura de viagem aos viajantes tradicionais: Viagem de peregrinação, onde o peregrino se desloca em busca do divino; viagem de comércio; viagem de expansão que se subdividem em expansão da fé, política e científica; viagem erudita de formação ou serviço e viagem imaginária, categoria pertencente ao “O Piolho Viajante”. Segundo Cristóvão (2002:51), na narrativa da viagem real, a estrutura é feita na verdade, com elementos imaginários e na narrativa da viagem imaginária, a estrutura é feita com base no imaginário, com elementos reais.

Mas, o que é a Literatura de Viagem? Cristóvão (2002), em “Teoria da Literatura de Viagens”, diz que a literatura de viagens é um subgênero literário que se mantém vivo do século XV ao final do

século XIX, indo à busca da viagem real ou imaginária (por mar, terra ou ar), temas, motivos e formas. Os textos da literatura de viagens são interdisciplinares, pois passeiam pela história, antropologia e ficção, revelando um olhar do viajante que configura uma imagem sobre o espaço e a cultura do outro.

A literatura de viagem é, portanto, um grande acervo de conhecimento que não deve ser desprezado, pois, independente de seu rico conteúdo criativo e imaginário, ela é carregada de informações que servem aos estudos das ciências em todos os sentidos. Ela também serve de instrumento para compreensão da própria sociedade, através do olhar para o “outro” que não é tão diferente de “nós”, levando em consideração as influências culturais também deixadas pelos portugueses.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as alegorias dos aspetos morais da sociedade portuguesa na obra do século XIX “O Piolho Viajante”, identificando as representações de valores, costumes, hábitos e comportamentos da época através de cenas, situações e tipos ou personagens. Os objetivos específicos são contextualizar a sociedade portuguesa, situar a obra para a época e a sua importância, relacionar a obra, com o passado, presente e futuro respectivamente, através do estudo comparativo entre Policarpo e Gil Vicente; do século XVIII e com o século XIX. O material para a condução dessa pesquisa reflexiva será obtido através de fontes bibliográficas, tais como livros, teses, artigos que tenham relação com a proposta temática e principalmente textos antigos. Por análise, comparação e reflexão.

O *corpus* será a leitura das 72 “carapuças”, ou capítulos correspondentes à vida das pessoas cuja cabeça o piolho narrador visita e comenta. Foi reunida em folhetos em 1821, mas já havia sendo publicada desde 1802. Foram reeditados em 1837, 1846 e 1857. Enviados ao Brasil, por solicitação de Simão Taddeo Pereira, no ano seguinte ao lançamento em Portugal. E parecem ter alcançado sucesso de público semelhante ao de Portugal.

Mas, apesar do sucesso entre as camadas populares, porque a obra foi excluída do cânone? Seria o piolho uma crítica à sociedade Portuguesa do século XIX? O que o “Piolho Viajante” possuía de tão interessante para se tornar uma obra de tanto sucesso entre as camadas populares? Porque se tornou um dos livros mais lidos no Brasil no período de 1808 a 1826?

O que chama bastante atenção são relatos sobre o uso de violência, humilhações, jogos de interesses, mentiras, desigualdades, furtos, malandragem, ambições, favorecimentos, injustiça, corrupção, censura, discriminação, preconceito, entre outros comportamentos ligados à moral social portuguesa do século XIX. O que tem relação com a cultura, economia, política e educação predominantes na sociedade.

Através da obra “O Piolho Viajante” é possível extrair os princípios morais em que se baseava a sociedade portuguesa do século XIX? Na obra “O Piolho Viajante” o autor fala sobre assuntos profundos e particulares referentes a população portuguesa, mas ao mesmo tempo são coletivos.

A CULTURA

Thompson (1995) diz que, na concepção simbólica dos estudos culturais, a análise da cultura tem a ver com a interpretação do texto literário, o analista busca dar sentido a ações e expressões, especifica o significado que elas têm para os autores que as praticam e assim aventuram algumas sugestões, considerações sobre a sociedade da qual essas ações e expressões são parte. (p. 176) Portanto, é necessário perceber o modo como os significados são inscritos nas formas culturais para interpretar o texto literário do “Piolho Viajante”.

Para compreender como se deu a concepção simbólica do Piolho Viajante, se faz necessário também perceber as relações de poder e conflito na sociedade do século XIX, pois, conforme Thompson, as ações e manifestações verbais do dia a dia são sempre produzidas em circunstâncias sócio-históricas particulares, por indivíduos promovidos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade. (p.180) Os fenômenos culturais podem ser vistos como expressão das relações de poder, servindo para manter ou romper estas relações e criando outras relações de poder, estando sujeitos a múltiplas interpretações pelos indivíduos que os recebem na sua vida cotidiana.

O autor se baseia na concepção simbólica de Geertz com contribuições pessoais. Ele diz que os fenômenos culturais devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados e que a análise cultural deve ser vista como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

Serão analisados os cinco aspectos estruturais da cultura do texto de Thompson, que são: o intencional, o convencional, o estrutural, o referencial e o contextual. Esses aspectos estão tipicamente envolvidos na constituição das formas simbólicas.

A análise é feita à obra O Piolho Viajante sobre o aspecto da constituição das formas simbólicas e sobre as relações de poder, com definições a partir de Thompson no capítulo III do livro “O conceito de cultura. Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”.

ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS

INTENÇÃO DE POLICARPO

O aspeto intencional está relacionado à intenção do produtor. São expressões de um sujeito para outro com um objetivo ou propósito. Que mensagem Policarpo deseja passar aos seus leitores? Porque o autor escolheu um piolho como protagonista da sua história?

Policarpo escreve a seguinte afirmação no prólogo de sua obra:

Os meus escritos são, por ora, para gente pobre, gente que não tem medo de um piolho. Um rico até terá medo de ouvir falar nele e fará muito bem em não ler, porque terá precisão de coçar-se, porque o Piolho é muito natural que lhe morda. Uma donzela, que nojo não terá de um piolho! Mas se ela o ler com reflexão, pode ser que ninguém lhe morda. Um que se aplica a coisas grandes, que mal lhe não ficaria ler uma coisa tão pequena! (SILVA, prólogo parte IV)

Nesse trecho, ele deixa evidente o público para quem escreve e seu posicionamento social. Escreve para o povo, não possui interesse em agradar aos críticos literários, não escreve para a “elite dominante” da época. Isso é perceptível pela linguagem simples de que faz uso.

O protagonista da história, que recebe o nome de “x”, é um inseto achatado e não possui asas, mas não deixa de pular de cabeça em cabeça, fuçando a vida alheia e expondo-a. O que seria um piolho para aquela sociedade? Um ser pequeno, mas desagradável, incômodo, indesejável, sem serventia e sujo, uma definição semelhante à de hoje. A coceira que provoca causa pavor a qualquer ser vivo, atrapalha qualquer atividade, por mais importante que seja. Pode se concluir que a escolha do piolho não foi por acaso, o autor tinha algumas qualidades de seu personagem: insignificante como escritor percebia as sujeiras sociais e as denunciava através de seus escritos, fazia o protagonista de sua história alimentar-se da própria vida humana.

O aspeto intencional de Policarpo, portanto, é o de denunciar o comportamento social da época, que girava em torno de um único objetivo, “se dar bem”. O autor deseja: coçar até ferir, chamar atenção dos leitores, levá-los a uma nova consciência, e quem sabe provocar uma pediculose?

CONVENÇÃO DE POLICARPO

Esse aspeto quer dizer que a produção, construção, interpretação ou emprego das formas simbólicas são processos que envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções. Podem variar desde a regra de gramática até ao estilo e expressão. Para isso, é importante falar sobre a codificação

e decodificação. Essas regras não precisam coincidir nem coexistir, pois cada um poderá ter sua própria regra e convenção. Um traço fundamental da vida social é ser governada por regras.

Não se pode falar em convenção sem compreender em que se baseava a cultura de Portugal na época. No período em que *O Piolho Viajante* começou a ser escrito, Portugal havia passado e estava passando por transformações diversas: Invasões Francesas, ida da corte para Brasil, perda do exclusivo comércio com o Brasil, influência da economia inglesa sobre os mercados portugueses, tentativa de industrialização, regeneração e arranque industrial. Houve também a ascensão da burguesia e decadência do clero e da nobreza. A cultura baseava-se na técnica, nos avanços industriais que Portugal deveria ter para garantir seu espaço no mercado. Os portugueses da elite costumavam frequentar bailes, passeios, óperas, teatros e cafés enquanto que os trabalhadores mal tinham tempo para descansar, neste século também surge a organização do operariado, em busca de seus direitos. Não se pode esquecer que Portugal recebeu maior influência do pensamento Francês após a invasão Napoleônica, que provocou a fuga da família real para o Brasil, pois a França ainda possuía influência forte do pensamento Iluminista que fez parte da Revolução Francesa (1789-1799).

“O Piolho Viajante” provavelmente sofreu sanções da influência normalizadora literária da época, esse fato revela-se nos comentários que o autor faz nos prólogos do piolho, por outro lado inspira-se no ideal de revelação, no desabafo e crítica através da arte da escrita. A obra parece possuir uma tendência a agradar às “margens” quando o autor diz que seu texto foi feito para quem não tem medo de um piolho, o que leva a pensar que não foi feito para agradar aos “não críticos e burgueses”, (que deveriam escrever obedecendo à norma culta da língua portuguesa) e sim ao “povo português”, possível público leitor.

No quesito codificação, *“O Piolho Viajante”* contempla os códigos da classe trabalhadora portuguesa, pois utiliza uma linguagem popular, com uso de gírias, ditados populares, sem preocupação com as normas cultas e revela muitas situações que tratam de sobrevivência financeira. O efeito decodificador pôde ser percebido na repercussão que a obra obteve, reunida posteriormente em folhetos (1821), reeditada (1837, 1846, 1857), e ainda enviada ao Brasil a pedido de livreiros de 1808 à 1826. Considerada uma das obras mais conhecidas pela população de Portugal de 1802 à 1857, considerando início de sua publicação e reedições. No quesito codificação e decodificação, a obra, pelo sucesso que obteve, conseguiu se comunicar bem com o seu público-alvo e chegou a alcançar outros perfis de leitores, como a família real portuguesa.

ESTRUTURA DE POLICARPO

Esse aspeto refere-se às formas simbólicas, são construções que exibem uma estrutura articulada. Um sistema simbólico possui uma constelação de elementos que podem ser chamados de elementos sistêmicos. A análise de um texto particular pode ser facilitada pela compreensão dessa constelação, dos pronomes característicos de um sistema linguístico, observando a maneira pelos quais os pronomes são usados e o uso da linguagem.

Policarpo criou uma nova língua, que ele chama de língua “piolha”. Através dessa nova forma de se comunicar, se expressa para quem se interessa por esse pequeno e rico universo. Ele dividiu seu texto em 72 carapuças, que eram divulgadas em folhetos. Um fato curioso é que ele não revela o nome dos donos das cabeças, apenas os identifica pelo papel social que exercem, pelas respectivas profissões ou ocupações sociais.

A escolha por uma linguagem cotidiana e informal, além de representar a posição política e ideológica do autor, reforça a comunicação com o seu público-alvo, a leitura e a identificação deste com os seus textos.

É uma forma alternativa de fazer literatura, traz uma abordagem lúdica, criativa, mas não menos revolucionária. Seu foco é a moral portuguesa, através de seus relatos é possível perceber as dificuldades sociais e financeiras vividas no cotidiano de seus hospedeiros, levando-os a prática de ações condenáveis ou indesejáveis segundo as normas coletivas. Esse contexto nos conduz a reflexão sobre algumas questões culturais, sociais, políticas e econômicas, que Portugal passava naquele período.

OS REFERENCIAIS DE POLICARPO

Esse aspeto revela as formas simbólicas que dizem algo sobre alguma coisa. Pode utilizar um objeto, indivíduo ou situação para representar uma situação.

O PIOLHO FALA PARA QUEM?

O uso de um personagem para falar alguma coisa, como também o uso de uma linguagem cotidiana pode ter o objetivo de passar uma ideia importante, mas sem prejudicar o conteúdo da escrita. Uma história feita para falar sobre a realidade, mas de forma divertida e leve. Voltada para aqueles que buscam através da leitura, o entretenimento e informação.

O PIOLHO FALA POR QUEM?

A história traz o piolho como narrador, e, pelos relatos que faz, fica evidente que são observações e reflexões oriundas do autor que se camufla através de Antônio Manuel Policarpo da Silva para não ser identificado. O autor utiliza-se deste pseudônimo para assinar suas criações, o que leva a pensar sobre o que o levou a criar um personagem fictício: A necessidade de não se revelar para não sofrer críticas ou ameaças, uma vez que cospe questões íntimas e desafia o padrão literário daquele momento?

O PIOLHO FALA DE QUEM?

O Piolho fala da sociedade que os hospedeiros fazem parte e utiliza-os como personagens de seus relatos. Uma característica interessante é a escolha da profissão ou ocupação como referência aos donos das carapuças, que não têm seus nomes revelados. O papel social que ocupam são de uma importância muito maior do que eles. Passa a ideia de que os indivíduos são peças de um grande sistema, que são reflexo da cultura, os hospedeiros agem como verdadeiros parasitas, sem ter consciência, uma observação crítica e política é denunciada.

O CONTEXTO DE POLICARPO

Esse aspecto lembra que as formas simbólicas estão inseridas em processos e contextos sócio-históricos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas. Além de ser expressões de um sujeito, as formas simbólicas são produzidas por um agente situado dentro de um contexto histórico específico e dotado de recursos e capacidades de vários tipos. Elas são determinadas pela distribuição de certos tipos de recursos ou capital. Existem três tipos de capital: o econômico (financeiros), o cultural (conhecimento, habilidades) e o simbólico (prestígio, reconhecimento social). As instituições sociais podem ser entendidas como conjuntos específicos e relativamente estáveis de regras e recursos.

COMO ERA FEITA A CIRCULAÇÃO DO “PIOLHO VIAJANTE”?

Para SALES (s.d.), em seu artigo sobre a “Circulação de romances no século XIX”, o século XIX foi o tempo do romance. Esse gênero foi a preferência do público durante os anos oitocentos. Uma das maneiras de confirmar a prioridade por essa leitura é o levantamento dos anúncios de vendas de livros, divulgados em jornais da época. Para ela, a prática da leitura de romances no Brasil, nesse

período, se estendeu desde a cidade do Rio de Janeiro, sede do Império, onde circulavam publicações e autores de prestígio, até o Norte do Brasil, na capital da província do Pará, quando se observa os registros de anúncios de livros em periódicos.

No jornal Diário do Gram-Pará, os anunciantes chamavam atenção para a venda de livros na loja de João Batista da Costa Carneiro, conferimos a seguir as notícias divulgadas, nos dias 18, 22 e 23 de fevereiro de 1861.

LIVROS - Um jogo de dicionario portuguez do melhor author, pelo deminuto preço de 30\$ rs.; Bíblia sagrada, 2 tomos em formato grande 20\$ rs.; Mil e uma noute, 9\$ rs., Piolho viajante 5\$ rs., Nova confissão do Vicente marujo 320, Bertoldo, Bertoldinho, Carcaceno, 3 folhetos por 800 rs.; e muitos outros folhetos e histórias de recreio, na rua dos Mercadores casa n. 40 bbb loja de João Baptista da Costa Carneiro. (SALES, s.d, p.7)

Bignoto (2002) destaca, “Entre os livros mais lidos no Brasil, no período de 1808 a 1826, está o título português *O Piolho Viajante* divididas as viagens em mil e uma carapuças”. Segundo Bignoto (2002), as obras “*As Mil e uma Noites*” e “*O Piolho Viajante*”, títulos cotados como os mais apreciados entre o elenco dos volumes preferidos em outros periódicos, na capital do Pará, e no Rio de Janeiro, desde o início do século. Isso mostra que “*O Piolho Viajante*” teve uma aceitação entre leitores tanto em Portugal como no Brasil. Bignoto (2002) traz também outro fato a respeito da popularidade da obra que foi o uso do pseudônimo Piolho Viajante por D. Pedro I nos artigos em que escreveu para a imprensa carioca, por volta de 1823.

Com o fim da Gazeta do Rio de Janeiro, em 1822, foram criados diversos jornais da imprensa áulica, entre eles o Espelho, que transcrevia jornais de Lisboa e publicou vários artigos de D. Pedro I, considerado um jornalista panfletário, irreverente e polêmico, que publicava artigos inflamados contra seus adversários. D. Pedro utilizava vários pseudônimos: Simplicio Maria das Necessidades, Sacristão da Freguesia de São João de Itaboraí, O Inimigo dos Marotos, Piolho Viajante, O Anglo-Maníaco, O Espreita, O Ultrabrasileiro, O Filantropo e o Derrete Chumbo a Cacete. (LOPES, 2008).

QUE TIPO DE ESTRATÉGIA O AUTOR UTILIZA-SE PARA CONQUISTAR O ESPAÇO NA PRODUÇÃO DE FOLHETOS E NO MERCADO LIVREIRO?

Em relação aos poderes exercidos por Policarpo na época, é visível o poder cultural que possuía devido ao rico conhecimento sobre sua realidade, levando em consideração o alto grau de analfabetismo da sociedade portuguesa neste século, como também a habilidade discursiva e criativa visíveis em sua obra. Outro poder possuído por ele é o simbólico adquirido através do reconhecimento, da aceitação social que obteve durante anos, em Portugal e no Brasil. Esses

poderes lhe garantiram considerável espaço social, embora rejeitado pela instituição literária, autoridade dona do poder supremo, criadora, mantenedora de regras e padrões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme consta no paper apresentado, a pesquisa está em desenvolvimento com algumas definições precisas. O sumário foi dividido em: apresentação (consta o caminho percorrido até o projeto); introdução e capítulo I onde será feita a descrição de Policarpo e do Piolho, segundo análise dos prólogos e da obra; no capítulo II constará a análise de algumas carapuças, estratégias de sobrevivência utilizadas pelos hospedeiros, seus objetivos e reflexão sobre a sociedade portuguesa do século XIX; no capítulo III terá um estudo comparativo entre Policarpo e Gil Vicente com a análise dos textos satíricos *“Todo mundo ninguém”* e da obra *“O piolho viajante”* com a intenção de perceber as semelhanças e diferenças entre autores de mesmo perfil e épocas diferentes.

Alguns teóricos servirão como base para alguns conceitos: Thompson para falar de cultura, Georges Bataile para discutir sobre a busca do viajante pela sensação de “continuidade” e o sentimento de “descontinuidade” presente na vida, Fernando Cristóvão para introduzir literatura de viagens imaginárias e Francisco Ferreira para aprofundar a literatura de viagens. Outros teóricos entrarão ao longo da dissertação como suporte às reflexões e conclusões que estiverem em construção.

A literatura mais uma vez na história da humanidade deixa seu registro através da arte de narrar e colabora com o enriquecimento humano através de seus relatos fictícios e reais, também devido à possibilidade de transportar o expectador para outra dimensão em busca da novidade e do comum, do encontro com o outro e consigo. Uma descoberta de si e dos outros, troca, reflexão e tomada de consciência dos fatos cotidianos, cultura, arte, lazer, conhecimento, interdisciplinaridade, sentimentos, denúncias, política, poder, comunicação.

O piolho chegou para incomodar e deixou marcas que nem o tempo foi capaz de apagar, uma obra que nasceu da “lama”, e fez dela seu maior recurso. Traz um valor que não precisa de comprovações, que fala por si. Nascida de um ambiente “marginal” e rica de subjetividades culturais, que de “pequena” nada tem. O piolho deixa saudades e um ambiente quente para que novas criaturas minúsculas conquistem respeito e espaço literário, públicos, mentes e corações.

REFERÊNCIAS

LIVROS:

BUENO, André. *Formas de crise; estudos de literatura, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

BUENO, André. Os usos e as trocas. Notas sobre Van Gogh e Warhol. In: *Formas da crise. Estudos de literatura, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002, p. 113 à 125.

RODRIGUEZ, Benedito Martinez. Mutirões da palavra: literatura e vida comunitária nas periferias urbanas. In: *Sujeito e espaço social. Estudos da literatura brasileira contemporânea*, n 22, Brasília, julho/dezembro, 2003, p.47 à 61.

BATAILLE, George. *O Erotismo*. Trad. de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987. (pág. 7 – 46).

THOMPSON, John B. Capítulo III. O conceito de cultura. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 163 – 215.

INTERNET:

AGAMBEN, Giorgio. Infância e história: destruição da experiência e origem da história. In: *Ensaio sobre a destruição da experiência*. Editora UFMG. 2005.

BIGNOTO, Cilza. 2002. UNICAMP. *O Piolho Viajante*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm> >Acesso em 28 de setembro 2013.

CÂNDIDO, Luciana de Fátima. USP. “*Allgemeine Historie der Reisen [...]*”: literatura de viagens, viajantes e navegadores. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/1062> >Acesso em 28 de setembro 2013.

CRISTÓVÃO, Fernando 1999. Revista USP. *O mito do “novo mundo” na literatura de viagens*. Disponível: <http://www.usp.br/revistausp/41/14-fernando.pdf>. >Acesso em 28 de setembro 2013.

LOPES, Dirceu Fernandes. 2008. USP. *Uma história marcada por censura e resistência*. Acesso: 15 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp831/pag08.htm>

ROMANO, Luís Antônio Contatori, 2013. *Viagens e Viajantes: Uma Literatura de Viagens Contemporânea*. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art3.pdf> >Acesso em 28 de setembro 2013.

SECO, Ana Paula. UNICAMP. *Livros de Viagens ou Literatura de Viagem*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_livros_de_viagens_ou_literatura_de_viagem.htm >Acesso em 28 de setembro 2013.

SOANTES. 2011. *O Piolho Viajante. O cão e os caluandas*. Disponível em: <http://arrugamao.blogspot.com.br/2011/07/o-piolho-viajante-o-cao-e-os-caluandas.html> >Acesso em 28 de setembro 2013.

VELLOSO, Leonardo Meliani. Unicamp. *Maravilhoso Mundo Novo: o Fantástico na Literatura de Viagens e Cartografia do Renascimento*. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/Leonardo%20Meliani%20Velloso.pdf> >Acesso em 28 de setembro 2013.

MESQUITA, Antônio Pedro. 2009. UNIVERSIDADE DE LISBOA – Portugal. *O Pensamento Socialista em Portugal no século XIX*. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art7-rev3.pdf> > Acesso: 11 de setembro e 2014.

SALES, Germana Maria Araújo. 2007. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Circulação de Romances no século XIX*. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1360.pdf > Acesso: 11 de setembro de 2014.

LENDAS DO SANTO FUJÃO: A SUBJETIVIDADE DO NARRADOR ORAL NA PÓS-MODERNIDADE

Vanessa Vila Flor (UNEB/CAPES)

Profa. Dra. Edil Silva Costa (orientadora)

Resumo: As formas de assujeitamento provocadas pelo fenômeno da globalização estão instabilizando o indivíduo, deixando-o cada vez mais superficial. Em face a este processo de desestabilização do “eu”, proponho como hipótese em minha pesquisa o ato de narrar como uma maneira em que o indivíduo produz uma subjetividade que não se acorrenta aos moldes subjetivos impostos pelo mercado. Para atingir este objetivo, analiso a forma como o narrador oral se imagina por meio das versões da Lenda do Santo Fujão encontradas em Alagoinhas-BA e Costa Rica-MS, articulando-a com as definições de *Dialogismo* e *Polifonia* propostas por Mikhail Bakhtin (2010). O entrelaçamento destes conceitos com as narrativas evidencia a ressignificação dos sentidos que compõem a vida do narrador e acaba refletindo em sua subjetividade através do diálogo entre as vozes.

Palavras-chave: Narrativa. Santo Fujão. Dialogismo. Polifonia

INTRODUÇÃO

A partir da nova fase do capitalismo (conhecida como *capitalismo tardio*), iniciou-se, como explica o teórico Peter Pál Pelbart (2000, p.11-12), por meio das reflexões de Frederic Jameson, uma forte influência em dois campos que antes pareciam impenetráveis: a Natureza e o Inconsciente, sendo este último monopolizado pela elevação da mídia e da indústria de propaganda, favorecendo assim, de forma direta, a ação do mercado na subjetividade.

Esta invasão nos inconscientes produz uma instabilidade nos indivíduos devido ao processo de preenchimento/esvaziamento de construções subjetivas arquitetadas pelo capital. Suely Rolnik (1997) salienta de forma clara esta consequência produzida a partir desta intervenção dos meios tecnológicos na subjetividade. Ela argumenta que a globalização em que vivemos traz a possibilidade do coletivo anônimo compartilhar ideias, gostos e decisões através das hibridizações culturais proporcionadas por meios tecnológicos. Por outro lado, porém, esta mesma globalização faz com que as subjetividades se tornem mutáveis para que se adaptem às transições do mercado. Nesta nova era, o discurso de que devemos estar sempre abertos ao novo (novas tecnologias, novos paradigmas, novos hábitos...), faz com que a subjetividade seja constantemente reconfigurada a partir das forças movidas pelo mercado. E esta desestruturação, entrelaçada com a procura de um padrão identitário (devido ao risco de se sentir subtraído caso não construa uma personalidade que se encaixe no âmbito do mercado), ocasiona no indivíduo esvaziamentos de sentidos que acabam refletindo na sua subjetividade – como se estivesse faltando uma parte dela.

Diante deste problema, trago como hipótese da minha pesquisa o ato de narrar como um processo que faz a identidade do narrador se desvincular destes processos de assujeitamento, pois

quando ele narra, o mesmo acaba ressignificando os sentidos tanto do tempo passado, quando do presente que povoam a sua vida. Quando aquele conta uma história, por meio dos seus saberes plurais, ele atualiza os enunciados, produzindo novos significados que refletirão na sua subjetividade, e a tornará construída de um jeito só dele.

Para reflexão e comprovação desta hipótese, tenho como corpus de pesquisa a lenda do Santo Fujão contada por narradores das cidades Alagoinhas-Bahia e Costa Rica-Mato Grosso do Sul. Na primeira cidade, a obtenção deste material foi possível por meio da pesquisa de campo, já na segunda, através de vídeos encontrados na internet e entrevistas via Skype.

Por meio destas narrativas, analiso a forma de como o narrador se imagina. De como a subjetividade deste não se prende nem aos sentidos produzidos pelo tempo passado, e nem aqueles construídos no presente. E um dos caminhos que levam a esta ressignificação de sentidos é o diálogo que acontece entre as vozes no momento em que aquele que tem a arte de narrar conta uma história, pois a sua voz em processo dialógico com as demais coloca em movimento o processo de reconstrução dos enunciados. Apesar da sua voz viver junto com as outras, ela é independente, autônoma, tendo a liberdade de criar o novo. Desqualificar aquele sentindo que outrora era visto como fixo.

Para a discussão deste processo dialógico que reflete na subjetividade do narrador, articulo as narrativas do Santo Fujão com os conceitos *Dialogismo e Polifonia* propostos pelo teórico Mikhail Bakhtin, já que estes retratam a construção do ser através desta interação entre as vozes. Pensando nesta articulação, farei breves análises para que fique mais claro esta construção subjetiva por meio do diálogo.

DESENVOLVIMENTO

O narrador, ao relatar uma história, traz em seu discurso os nomes ou simplesmente divulga a informação de que aquela narrativa que ele conhece foi contada por outras pessoas. Esta situação é bem acentuada na lenda do Santo Fujão narrada pelo senhor Afonso Bispo:

Eu conheci um senhor que chamava Francisco Lima, então a esposa dele, muito antiga que morava aqui, ela me contava uma lenda que Santo Antônio, o padroeiro de Alagoinhas, que ele apareceu naquela igreja velha (a inacabada), feita pelos jesuítas.

A presença dessas pessoas nesta narrativa evidencia o diálogo entre a voz do narrador e as outras vozes do passado e do presente. Estas têm um papel fundamental na construção da subjetividade do Sr. Afonso, já que, como explica Bakhtin (2010), a estruturação da identidade deve

passar pelo outro. As demais vozes contribuem dialogicamente na configuração do *eu* do indivíduo. Mas esta construção da subjetividade que perpassa por outros discursos não é uma reprodução de nenhum deles. Este dialogismo, como evidencia aquele mesmo teórico, a modifica dialogicamente em um outro novo *eu*, sendo assim, a identidade do Sr. Afonso é estruturada por meio da reapropriação desses discursos. Um novo sentido é produzido por meio deste diálogo.

Este olhar do outro é necessário para que o indivíduo construa a sua vida de um jeito só dele – como explica o próprio Bakhtin (1992):

“O excedente da minha visão contém em germe a forma acabada do outro, cujo desabrochar requer que eu lhe complete o horizonte sem lhe tirar a originalidade. Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, completar seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo emoldura-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento”. (BAKHTIN, 1992, p. 45)

É exatamente este sentido construído pelo outro que é emoldurado pelo narrador a partir dos seus saberes plurais. Este atualiza aquele significado outrora já formado, pois como acrescenta Cristóvão Tezza (2005), em seu estudo sobre Bakhtin: é o *ouvinte* que reconfigura o objeto estético, ou seja, pensando na situação em que aquele que tem a arte de narrar é portanto também um ouvinte – ele escutou o que as outras vozes lhe contaram. Ele atribui um outro significado ao que já foi dito neste processo dialógico. Este mesmo autor expressa que as vozes, assim como a vida, são inacabadas. Os sentidos produzidos por elas estão em constante recriações. Estão abertas para novos significados, o que pode ser percebido na narrativa contada por Dona Florenilda do Nascimento:

A igreja de Santo Antônio, minha tia que me dizia que botava Santo Antônio na igreja nova (Matriz), e ele vinha e ficava na velha (ruína), mas também ela nunca me disse o final. O que aconteceu.

O final deste trecho transparece a voz da tia de Dona Florenilda inacabada. Uma enunciação que está em continuação. Por ela não ter dito o final da história para esta narradora-ouvinte, não quer dizer que a mesma não tenha formado um enunciado junto com outras vozes, mas deixou de maneira mais visível a possibilidade daquela narradora ressignificar o significado antes já construído. Dona Florenilda não só reconfigura os signos existentes naquela lenda, como também os sentidos que rondam a sua vida em decorrência da atualização daquele enunciado anteriormente construído pelo outro.

O Dialogismo é um conceito de certa maneira distinto do termo Polifonia. Apesar dos dois terem sido formulados pelo teórico Mikhail Bakhtin, segundo Patrícia Marcuzzo (2008) há diferenciações. Para a autora, Dialogismo é o ponto central para a construção da linguagem e do

total discurso. Já a Polifonia pode ser observada como uma tática discursiva inserida na configuração de um texto, no sentido de encontrar uma saída em uma relação conflituosa entre as vozes:

“Uma vez que, nos romances de Dostoiévski, há várias vozes em conflito, surge como tarefa de suas personagens romanescas ‘encontrar sua voz e orientá-la entre outras vozes, combiná-la com umas, contrapô-la a outra ou separar a sua voz da outra à qual se funde imperceptivelmente.’” (Marcuzzo, 2008, p. 7)

Dessa forma pode-se observar a Polifonia na lenda relatada pelo Senhor José Francisco de Jesus:

Iniciou realmente a construção da capela, que contam a lenda também que nessa confusão do início da obra, traziam o Santo Antônio, colocavam lá, depois Santo Antônio retornava para a igreja antiga, a igreja de pedra, hoje a ruína, mas isso não se tem certeza...

Nesta história, o narrador mostra-se desconfiado em relação aos outros discursos. A sua voz está em diálogo com as demais, porém ele não as confirma. No sentido polifônico pensado por Bakhtin (2010), a voz ou as vozes são autônomas, têm suas vontades. Ela pode desqualificar o narrador principal como não sendo um sujeito possuidor do saber. No caso do senhor José este pensamento se torna pertinente, já que ele está em relação com discursos do passado e do presente. Estes trazem saberes culturais por meio da lenda, mas o narrador não os qualifica como detentores de saberes válidos. A subjetividade deste se entrelaça com aquelas vozes, mas de forma inquietante – de maneira questionadora.

Questionar as vozes do passado é essencial para aquele narrador que está no *Entre-lugar* do nosso tempo atual. O senhor José não está ignorando o que passou. Ele as questiona no sentido de colocá-las em movimento, de provocá-las com a intenção de encontrar outras versões perdidas no tempo que já passou. Uma Tradição não deve ser como uma teia de aranha que nos prende a um passado fixo, ela deve ser um espaço de produção de novos sujeitos, como afirma Stuart Hall:

Não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2003, p.44)

É dentro desta perspectiva que visualizo o sujeito narrador no *Entre-lugar* da Pós-Modernidade. Não pensar em subjetividades que deveriam ser imutáveis, mas sim, como estas podem ser reconstruídas a partir das reapropriações ocasionadas por meio do encontro do passado com o presente. Não excluir nem um nem o outro, mas por meio da articulação entre eles, produzir novos significados.

CONCLUSÃO

Diante dessas formas de assujeitamento que satisfazem as regras do mercado, não há como não se pensar em pontos de fuga, já que estes modos de produção de subjetividades estão atingindo cada vez mais os indivíduos, transformando-os em bonecos, cujo interior é apenas um espaço vazio preenchido/esvaziado por sentidos culturais que proporcionam o lucro e a continuidade do domínio hegemônico.

Através de alguns trechos da Lenda do Santo Fужão analisados, percebi a construção subjetiva daquele que narra distinta daquelas criadas pelo mercado, pois aquele, ao dialogar com as vozes do passado, faz uma articulação do tempo remoto com os seus aprendizados atuais, resultando assim numa reapropriação que produz novos significados:

O senhor Afonso constrói a sua subjetividade a partir do diálogo com outros discursos, dando a ela um novo significado.

No caso de dona Florenilda, ao sua tia não contar o final da história para ela, se torna mais evidente a possibilidade daquela narradora reconfigurar o sentido antes já formado. Agora é a vez daquela, por meio do seu ato de narrar, construir outros enunciados.

O senhor José Francisco questiona os discursos do passado para colocar em possibilidade o aparecimento de outras versões apagadas, e assim pôr também em movimento uma Tradição, já que o encontro do passado com o presente pode proporcionar interrogações tanto para um como para o outro, no sentido de produzir novos conhecimentos e novas subjetividades.

O narrador de histórias orais, que vive em seu lar simples e aconchegante, não é um indivíduo contemporâneo ao seu tempo, pois como um ser que dialoga com os demais em busca da compreensão sobre a vida, não se satisfaz com a superficialidade que envolve a pós-Modernidade. Aquele desce até a profundidade dos saberes para se reconstruir constantemente de um jeito só dele – uma subjetividade que não necessita se vincular a nenhuma dialética excludente.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MARCUZZO, Patrícia. *Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin*. <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil>, 2008

PELBART, Peter Pál. EU(REKA)! Direitos humanos e cyber-zumbis. In: *Vertigem por um fio. Políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000, p. 11 a 28.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. LINS, Daniel S. (Org.). *Cultura e subjetividade: Saberes nômades*. Campinas, SP : Papyrus. 1997.

TEZZA, Cristóvão. A construção das vozes no Romance. BRAIT, Beth (Org.). *Dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

SABERES DOCENTES E A LEI 10.639/03: PROBLEMAS E DESAFIOS NO ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ALAGOINHAS-BA

Edite Nascimento Lopes¹

Resumo: Para melhor entendimento deste trabalho, se fazem necessários os questionamentos presentes. Qual África é ensinada aos estudantes do município de Alagoinhas? O que está sendo inserido na prática pedagógica desses docentes? Por quais instituições foram formados? Tiveram acesso a livros específicos sobre o continente africano? Puderam enxergar além das estereotípias que os estimulam, ainda hoje, nos livros didáticos, sobre o continente africano? Como compreendem o conceito de Cultura afro-brasileira no contexto atual? Para além destes questionamentos, sabe-se que a história da África foi relegada ao esquecimento ou a subalternização da sua relevância no palco das ações humanas. Representações construídas, em geral, a partir da percepção exterior, assentadas em mitos e preconceitos diversos romperam a barreira do tempo, foram reformuladas, incorporaram novos esquemas e confluíram para o desenho da imagem da África que nos chegamos até hoje pelos mais diversos mecanismos. Incluindo nesse rol, as práticas pedagógicas dos professores. Mesmo com a regulamentação do ensino da História da África a partir da promulgação da Lei 10.639/03, há onze anos, percebe-se que o não-cumprimento do dispositivo legal ou abordagens simplistas e deturpadas do tema ainda são eminentes em algumas escolas. Essa situação persiste, pois muitos professores ainda não foram instrumentalizados para responder a nova demanda que foi gerada a partir da promulgação da lei supracitada. Para se chegar a essas reflexões, foram realizadas entrevistas, com os docentes da rede pública de ensino, no referido município, além de observações das aulas em que se abordava o ensino da cultura afro-brasileira e africana.

Palavras - Chave: África, Ensino. Práticas Pedagógicas. Lei 10.639/03.

METODOLOGIA

Esta pesquisa engloba critérios qualitativos e quantitativos. O projeto objetiva investigar o ensino da história africana e da cultura afro-brasileira a partir das práticas pedagógicas dos docentes de Alagoinhas-BA. Trata-se de observar aulas que tem o continente africano e a cultura Afro-brasileira como foco, investigar a Legislação do município sobre o tema, entrevistar professores e estudantes, acompanhar as atividades de planejamento nas escolas escolhidas para realizar a pesquisa, tendo como objetivo tentar descobrir o que obstaculiza o processo de produção do conhecimento na escola sobre o ensino de história da África e da cultura Afro-brasileira. Esse processo de observação da realidade fornecerá informação para ajudar a redigir o/os problema/s de pesquisa.

¹ Mestrado em Crítica Cultural, UNEB, Campus II. Endereço eletrônico: editylopes@hotmail.com.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Durante muito tempo as sociedades africanas, sobretudo as que constituem a região que se convencionou chamar de África Negra, foram vistas como a-históricas. Do ponto de vista da produção historiográfica, defendia-se a ideia de que a ausência ou escassez de fontes escritas impossibilitava a escrita da história dessas sociedades. Por outro lado, no que se refere ao dinamismo histórico o continente africano era concebido como espaço encerrado no imobilismo (OLIVA, 2003). Na tentativa de desconstruir os olhares preconceituosos, racistas e as imagens negativas elaboradas até então sobre os africanos e as populações afro-brasileiras, esta pesquisa se fundamenta em discutir e analisar as práticas pedagógicas dos docentes a respeito do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Tendo como foco as escolas públicas do município de Alagoinhas, busca-se com este trabalho também compreender os confrontos entre as representações existentes sobre o continente africano no âmbito da sala de aula (M' BOKOLO, 2009) .

ALGUMAS CONCLUSÕES

O intuito desta pesquisa é mostrar que é possível construir conhecimento na área da história africana e da cultura afro-brasileira, sem se remeter somente aos fatores negativos, as guerras, a escravidão, as doenças, as fomes e as catástrofes sociais. É preciso desmistificar a ideia de África homogênea que ainda é trazida pelos docentes das escolas públicas do município de Alagoinhas. Acredita-se que é possível produzir conhecimento nessa área com confiança, dinamismo, responsabilidade social e consciência histórica. Só assim, a escola será vista como um espaço sociocultural em que o fazer docente contribui de forma significativa para o processo ensino e aprendizagem. E o aluno poderá atuar como sujeito crítico e consciente de suas ações dentro do cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AJAYI, J. F. Ade (Org.). *História Geral da África*, vol VI - África do século XIX à década de 1880. Brasília, UNESCO/ MEC, 2010.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, A.R.S. (Org.). *Educação e Formação: diferentes contextos*. 1. ed. Salvador: Edufba, 2014.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- BRASIL. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, Outubro, 2004.
- BOAHEN, Albert Adu (Org). *História Geral da África*, vol VII - África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília, UNESCO/ MEC, 2010.
- BRUNSWCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2006.
- DEMO, P. *Educar pela Pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo. Atica. 2001. GUARNIERI, M.R. O início na carreira docente: Pistas para o estudo do trabalho do professor. In: *Anais da Anped*, 1997.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- M´BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações – tomo I (até o século XVIII)*. Salvador/ São Paulo: Editora da UFBA/Casa das Áfricas, 2009. Pag. 17. Os negritos são de minha autoria.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da História da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- PIMENTA, S.G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S.G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SILVA, Priscila Kelly de Alencar. et al. *História e Cultura Afro-Brasileira: Caminhos Pedagógicos Abertos Pela Lei Federal Nº 10639/03 No Combate Ao Preconceito Racial*, 2010.
- TONIOSSO, José P. *Ensino de história e cultura afro- brasileira: da legislação à prática docente*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2011.

A INDÚSTRIA CULTURAL E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DE ELEMENTOS SIMBÓLICOS EM “O VISITANTE” E “ESSA TERRA”

Marcela Ferreira Lopes, mfl.marcela@gmail.com

José Carlos Felix (orientador), jcfelixjuranda@yahoo.com.br

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa busca compreender a importância da indústria cultural como um conceito operador na organização da sociedade contemporânea a partir da relação existente entre os sujeitos, seus modos de vida e os deslocamentos de elementos simbólicos representativos da cultura de origem desses sujeitos quando em contato com outras culturas em territórios variados. Isto é, parte-se do pressuposto de que a indústria cultural permeia as relações interpessoais em variados aspectos e, portanto, é possível analisá-la a partir de qualquer ação, individual ou coletiva. No caso da pesquisa, esses dizeres serão percebidos e analisados a partir do livro “Essa terra”, de Antônio Torres e do filme “O visitante”, de Thomas McCarthy. O primeiro contribui com a pesquisa na medida em que expõe a reinserção de um sujeito na sua cultura de origem e todos os conflitos oriundos de sua ida e volta a um lugar diferente, idealizado por ele, que teve a oportunidade de vivenciar pessoalmente essa outra realidade, e por seus pares, que só conhecem esse outro lugar através da forma como ele lhes é apresentado, pela mídia e pelas histórias contadas por quem lá esteve. O segundo mostra como pessoas, oriundas de culturas e regiões geográficas diferentes, convivem em um mesmo espaço, idealizado e vivenciado de formas distintas por quem lá está. Para fundamentar a pesquisa, será imprescindível discutir conceitos de cultura, indústria cultural, deslocamentos, identidades, processos de significação, modos de produção, entre outros a serem abordados no trabalho. Entre os referenciais teóricos selecionados, destacam-se Adorno e Horkheimer, Bauman, Benjamin, Canclini, Chauí, Duarte, Eagleton, Freitas, Haesbaert, Hall e Nobre.

OBJETIVOS

Este projeto parte da noção de que a indústria cultural é um dos elementos constitutivos da sociedade contemporânea, sendo a principal mediadora na produção, disseminação e manutenção de bens culturais. Sendo assim, analisar em que medida a indústria cultural contribui para a desterritorialização de elementos simbólicos é o objetivo geral da pesquisa. Espera-se, com isso, que a análise forneça dados necessários para se refletir sobre como os elementos simbólicos se adaptam

às sociedades com as quais mantêm contato bem como ajude a compreender a maneira pela qual as relações sociais são afetadas pelos deslocamentos tanto de pessoas quanto de bens culturais.

METODOLOGIA

Para desenvolver essa pesquisa será necessário adotar uma abordagem qualitativa que permita conhecer as relações estabelecidas entre a indústria cultural e os processos de deslocamento de elementos simbólicos. Dessa forma, o trabalho será desenvolvido através da análise comparativa entre a pesquisa bibliográfica e duas produções culturais, quais sejam o filme “O visitante” e o livro “Essa terra”. Para tanto, será observado não apenas aspectos relacionados à apropriação e disseminação de elementos culturais como também fatores intrínsecos aos processos migratórios, principalmente voltados à cultura, mas também a contextos político-econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que é o constante ir e vir de pessoas, transportando elementos culturais de um lado para outro, que confere legitimidade ao sentimento de pertencimento a um espaço e à própria construção das identidades (individuais e coletivas), na medida em que esse processo corrobora as transformações tanto dos espaços físicos quanto das culturas, como assinala Roberto DaMatta (1997, p. 41, grifos do autor): “É porque vivemos de fato *entre e na passagem* de um grupo social para outro que podemos sentir o tempo como algo concreto e a transformação do espaço como elemento socialmente importante”. Ou seja, o diálogo entre os grupos sociais e os espaços a que pertencem é vital para a manutenção das sociedades, pois é através desse contato que surge a possibilidade de mudança.

Questionamentos dessa natureza podem ser observados nas produções culturais selecionadas para o projeto: o filme “O visitante” e o livro “Essa terra”. O filme apresenta os conflitos oriundos das relações multiculturais quando pessoas de diferentes nacionalidades/culturas têm de dividir o mesmo território. O território em questão é a casa de um estadunidense que a subloca a contragosto a um sírio e uma senegalesa, ambos ilegais em solo norte-americano. Por outro lado, o livro “Essa terra”, de Antônio Torres, apresenta um sujeito fragmentado, tentando encontrar no retorno à terra natal uma forma de se reconhecer como pertencente a um espaço. O personagem é o típico migrante nordestino que busca na metrópole paulistana a oportunidade de obter a tão sonhada cidadania. O interessante é que nesse livro o autor apresenta os desdobramentos advindos dessa migração a partir do regresso do personagem ao seu lugar de origem ao invés de simplesmente mostrar a vida dele na capital paulista.

São variadas e surpreendentes as mudanças ocorridas na vida das personagens em virtude de seus deslocamentos. Modos de pensar, preferências pessoais, ideologias, gostos musicais, inúmeros aspectos são ressignificados ao sabor das transformações culturais. Verifica-se, portanto, que ambas as produções evidenciam que devido à dinâmica das relações sociais que se transformam a todo instante tornando-se cada vez mais complexas e problemáticas, estudar como os deslocamentos territoriais reinscrevem os símbolos culturais nas sociedades com as quais mantêm contato e de que maneira a indústria cultural intermedeia esse processo é imprescindível para compreender a importância da indústria cultural nas sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política (Obras escolhidas I)*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp.165-196.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- DUARTE, Rodrigo. *Adorno/Horkheimer e a dialética do esclarecimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FREITAS, Verlaine. *Adorno e a arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- MATTA, Roberto da. *A casa e a rua*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OS CONTOS BARRETIANOS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Maria Aparecida Santos de Souza¹

Orientadora. Prof. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira

INTRODUÇÃO

Durante quase quatro séculos a literatura brasileira e conseqüentemente o sistema educacional obedeciam aos paradigmas europeus, tanto na forma de escrita como no conteúdo, isso foi reflexo da manipulação e omissão de ideias propagadas por parte dos grupos privilegiados, principalmente, em relação a questão racial. Lima Barreto fez o oposto, pois usava a literatura como um meio para trazer a tona questionamentos a cerca da imposição da hierarquia racial, através das ações de seus protagonistas negros. Hoje, apesar da atual obrigatoriedade da lei 10.639/03 (ensino da história e cultura africana e brasileira), muitos docentes, ao que parece, não dispõem de meios preparatórios para lidar com o assunto, necessitando, portanto, de aportes que contemplem uma escrita possibilitadora de reflexões acerca do racismo e suas conseqüências. É necessário que se dissemine a igualdade racial de maneira que venha a ser práticas cotidianas em todas as esferas sociais, envolvendo o sujeito do discurso com o objeto de estudo, tal fato nos instiga ao seguinte questionamento: Como a literatura de Lima Barreto pode suscitar um espaço de reflexão ativa sobre a lei 10.639/03 no ensino fundamental? Dessa forma, é entendido que hoje essa mesma obra pode servir de respostas a muitos questionamentos, tendo por vista a construção crítica em relação a diversas situações raciais, pois os fatores que estão embutidos na lei nº 10.639/03 poderão ser relacionados com as abordagens visualizadas nas linhas e entrelinhas da obra barretiana, numa perspectiva de ressignificar a ideologia africana que nos foi imposta de maneira pejorativa por longas décadas.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta-se nas configurações quantitativa e qualitativa, pois se buscará um levantamento dos contos de Lima Barreto que apresentam personagens negros, e assim analisá-los, aliando a estudos teóricos que englobem os conceitos dessa linha de pesquisa. Faremos também uma releitura a cerca da eficiência das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações

¹ Mestrado em Crítica Cultural - UNEB/Campus II. Endereço eletrônico: cidasouza83@yahoo.com.br

Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como investigar e refletir sobre a aplicabilidade dessa lei como forma de reflexão sobre a escrita racial. Além disso, pretendemos fazer uma pequena observação com docentes e discentes do ensino fundamental II e com pessoas que trabalhem com a lei nº 10639/03, buscando compreender o nível de conhecimento dos sujeitos envolvidos nesse processo e a eficiência dessas diretrizes.

OBJETIVO

Analisar como os contos de Lima Barreto podem contribuir para o estudo e a valorização da história e cultura afro-brasileira, investigando como esse autor utiliza as dificuldades raciais e de classe para retratar e refletir a realidade dos sujeitos marginalizados, comparando, discutindo e entrelaçando situações que remontam a questão racial com a aplicabilidade da lei nº 10639/03, numa intencionalidade de desintoxicação da superioridade racial.

HIPÓTESES

Através da disseminação desse estudo, espera-se a aplicabilidade efetiva da lei nº 10639/03, a qual torna obrigatório o estudo e a valorização da cultura e história afro-brasileira e africana no ensino fundamental II. Essa problemática nos leva a buscar meios eficazes para transformar o ensino fragmentado da história e cultura afro-brasileira, utilizando a obra de Lima Barreto (contos) como mediadora desse processo, uma vez que esta corrobora para o aprofundamento das questões raciais através da escrita denunciadora, que luta contra o silenciamento imposto pelos grupos hegemônicos. Sendo assim, esse trabalho poderá contribuir para que a aplicabilidade efetiva da Lei 10.639/03 seja cumprida de maneira reflexiva, buscando revelar que a obra de Lima Barreto ultrapassa os limites da ficção e pode estar presente nas diretrizes que nos regem, como parceira das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARRETO, Lima. Um Especialista. In: *A nova Califórnia e outros contos*. São Paulo: Ed. Unesp: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012.

BERD, Zilé. *O que é negritude*. Editora brasiliense, 1988.

BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana*. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.

CUTI, Luis Silva. *Lima Barreto*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

CUTI, Luis Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia racial*. Artigo s.d. 22f. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo.

LEITES, Marlene Hernandez. *A questão da raça e da diferença: um olhar sobre outros olhares*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Salvador: CEAO, 2012.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociolinguística*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE COMO PRÁTICA DE EMPODERAMENTO FEMININO

Vanessa Nascimento Machado, machado.vanessa@yahoo.com.br

Suely Aldir Messeder, messeder35@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As práticas educativas são momentos de aprendizagens que reproduzem ou desconstroem estereótipos de gênero. Nessa perspectiva toda educação deve ter como objetivo a formação do indivíduo, necessitando ser conscientizadora e libertadora, geradora de equilíbrio pessoal e propiciadora do real desenvolvimento em todas as suas potencialidades. A educação sexual passa a se constituir um elemento significativo de mudança e progresso, uma tentativa de por ao alcance das pessoas condições para que possam usufruir e conviver com a própria sexualidade e com a de seus semelhantes, numa forma consciente, moderada e respeitosa. Carvalho e Gastaldo (2008) em estudos buscando destacar a categoria de Promoção da Saúde, preconizam a utilização da noção de empoderamento produzindo sujeitos reflexivos, autônomos e socialmente solidários, buscando implementar novas práticas de educação em saúde.

METODOLOGIA

O trabalho se desenvolverá através da pesquisa-ação o que certamente recai em uma abordagem qualitativa. Para tal, se utilizará como sujeito e cenário respectivamente, mulheres do Município de Alagoinhas-BA que aceitem participar do estudo. De acordo com Thiollent (2006), a pesquisa-ação como método tem sido aplicada à educação. Em uma perspectiva crítica, ela favorece a autonomia dos educandos e pode servir de base para um processo de autoformação de diferentes categorias profissionais. A pesquisa se desenvolverá em duas etapas assim denominadas:

Trabalho de Campo (fase exploratória, de pesquisa e de ação). Realização de grupos operativos de “oficinas de educação sexual” tendo como atores mulheres do município de Alagoinhas que aceitem participar. As oficinas devem ocorrer de forma contínua e sistematizada, oportunizando a observação participante e aplicação de questionários/entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas que serão aplicados em momentos: Inicial, para identificação dos atores envolvidos, identificar o nível sócio cultural e econômico, conhecer o nível de interesse dos mesmos e o nível de consciência sobre o assunto. Intermediário, possibilitando examinar, discutir e tomar decisões acerca

do processo de investigação. Conclusivo, permitindo realizar uma avaliação e conclusão do processo de investigação.

Sistematização dos resultados e discussão (fase de avaliação). Esta etapa visa sistematizar as informações e publicizar os resultados da pesquisa para possibilitar uma reflexão do trabalho desenvolvido no grupo de mulheres e, ainda, um retorno imediato junto às mulheres participantes das oficinas de educação sexual.

OBJETIVOS

O projeto tem como objetivo principal analisar como a prática educativa, voltada para a educação sexual, pode contribuir para o processo de empoderamento e de emancipação feminina; compreender o conhecimento que as mulheres têm sobre sexualidade e como foi adquirido; e conhecer de que forma essas mulheres vivenciam sua sexualidade com liberdade de expressão e escolha, e como se relacionam com a busca do prazer.

HIPÓTESES

A constituição prevê igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. De nada adiantará a modernidade dos tempos, das tecnologias, da liberdade de expressão se o passado de subordinação da mulher ao homem prevalecer sobre a evolução e o progresso. O processo democrático passa primordialmente pelas relações familiares, pelas relações de gênero. Vimos que a mulher chegou às camadas sociais, econômica e política, mas com todos estes fatores a mulher ainda não atingiu sua emancipação no campo da sexualidade. Para Michel (1996, p.132) “a mulher de hoje, mesmo vivendo uma geração de grande emancipação, ainda não consegue resolver essas questões de bloqueios sexuais”. Assim, para que a mulher viva bem, de modo autêntico, precisa integrar sua vida afetiva, sexual e profissional.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BARROSO, C. *Metas de Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. *Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista*. Ciência & Saúde Coletiva, 13(Sup 2):2029-2040, 2008.

CORTEZ, M.B.; SOUZA, L. de. *Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 171-180.

COSTA, A. A. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Disponível em <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 08/08/14.

FAGUNDES, T.C.P.C. *Sexualidade, Gênero e Poder – educação numa perspectiva emancipatória*. Revista Espaço Acadêmico – n°154 março/2014.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1986